UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL

PAULA ROBERTA GABBAI ARMELIN

**A Relação entre Gênero e Morfologia Avaliativa nos
Nominais do Português Brasileiro:
Uma Abordagem Sintática da Formação de Palavras**

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2015

PAULA ROBERTA GABBAI ARMELIN

**A Relação entre Gênero e Morfologia Avaliativa nos
Nominais do Português Brasileiro:
Uma Abordagem Sintática da Formação de Palavras**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Scher

De acordo:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ana Paula Scher', is written over a horizontal line.

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Armelin, Paula Roberta Gabbai.

A Relação entre Gênero e Morfologia Avaliativa nos Nominais do Português Brasileiro: Uma Abordagem Sintática da Formação de Palavras/ Paula Roberta Gabbai Armelin; orientadora Ana Paula Scher – São Paulo, 2015.
247 f.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2015.

1. Diminutivos. 2. Aumentativos. 3. Gênero. 4. Vogal temática. 5. Classe Nominal. 6. Composicionalidade. 7. Localidade. 8. Concordância. 9. Morfologia. 10. Português brasileiro. I. Scher, Ana Paula. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

PAULA ROBERTA GABBAI ARMELIN

A Relação entre Gênero e Morfologia Avaliativa nos Nominais do Português Brasileiro: Uma Abordagem Sintática da Formação de Palavras.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Ana Paula Scher (presidente)

Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Andrew Ira Nevins

Department of linguistics, University College London, division of Psychology and Language Sciences.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Esmeralda Vailati Negrão

Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Hagit Borer

Department of Linguistics, School of Languages, Linguistics and Film, Queen Mary University of London.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo Chagas de Souza

Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

APOIO FINANCEIRO

Esta pesquisa foi financiada por:

- **CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Processo n. 140146/2011-3.
- **CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Processo n. 4102/13-4.

Ao meu pai, Paulo, pelas sábias conversas que me ensinaram o que não se aprende em nenhuma sala de aula.

À minha mãe, Vera, pelo colo que me trouxe paz e calma nas horas mais difíceis.

Ao meu irmão, Paulo, espelho da minha trajetória.

Ao meu amor, Tiago, a metade que faz minha alma plena.

AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória que me levou à esta tese, tive a sorte de conviver com pesquisadores da mais alta qualidade e com pessoas da mais alta generosidade.

Uma delas, a quem agradeço primeiramente, é a minha querida orientadora, Ana Paula Scher, que com aquele brilho nos olhos tão - e somente - característico de quem ama o que faz, tem sido luz para o meu caminho. Obrigada, Ana, por toda a confiança que depositou em mim; pelas injeções de ânimo que me deu nos momentos em que precisei e pelo carinho que teve comigo durante todos esses anos.

Agradeço também à minha orientadora durante o estágio Sanduíche em Londres, Hagit Borer. *Dear Hagit, thank you for sharing your knowledge and experience with me, thank you for receiving me with a great deal of generosity, and thank you for the uncountable hours you spent with me, discussing my work, my worries, and my ideas.*

Gostaria de registrar, ainda, meu agradecimento a todos os professores do Departamento de Linguística da USP. O trabalho sério e competente feito por vocês foi, a cada momento, fonte de inspiração para mim. Agradeço, em especial, à professora Esmeralda Vailati Negrão que, com tanto carinho, vem acompanhando os rumos do meu trabalho. Agradeço também ao professor Paulo Chagas de Souza, que se mostrou tão disposto a ajudar em todos os momentos.

A todos os funcionários do Departamento de Linguística da USP, que deixaram minha vida muito mais fácil, agradeço pela atenção e pela paciência. Muito especialmente, gostaria de agradecer à Erica Flávia, que me socorreu, com amor de mãe, todas as inúmeras vezes em que eu pedi socorro.

Agradeço também aos professores do Departamento de Linguística da *Queen Mary University of London*, David Adger, Daniel Harbour, Paul Elbourne, Linnaea Stockall, and Luisa Marti, com os quais a troca de conhecimentos me beneficiou grandemente. Meus agradecimentos, também, ao professor Andrew Nevins e ao professor Ricardo Bermúdez Otero, pelas valiosas discussões que tivemos sobre o meu trabalho.

Ao meu amigo-irmão, João Paulo Lazzarini Cyrino, eu agradeço, de todo meu coração, pelas conversas, que tanto me ajudaram a ser quem eu sou. Agradeço ao Rafael Dias Minussi, por ser tão generoso comigo em todos os momentos e ao Júlio William C. Barbosa, por mostrar-se sempre tão disposto a ajudar. Agradeço à Indaiá de Santana Bassani, que tanto me inspirou

durante a minha trajetória e à Aline Garcia Rodero-Takahira pela parceria de tantos anos. Agradeço também ao Vitor Augusto de Nóbrega e à Janayna Maria Carvalho por trazer leveza aos momentos tão duros da vida acadêmica. Agradeço, ainda, ao querido Marcus Lunguinho, pelas palavras de incentivo e por ser sempre tão solícito. Agradeço à Kamunjim Tanguelê, que se mostrou sempre tão preocupada comigo e, também, à querida Paula Bauab Jorge, com quem tive momentos e conversas ótimas. Aos demais colegas com o qual tive a sorte de conviver: Lara Frutos, Livia Oushiro, Carolina Tomasi, Mariana Resenes, Jéssica Costa, Luciana Sanchez, Ivan Rocha, Karin Vivanco, Fernanda Rosa e muitos outros, cujos nomes agora me fogem à mente, mas não ao coração. Compartilhar meus momentos com vocês foi essencial para que eu chegasse até aqui.

Aos grandes e queridos amigos que tive a oportunidade de fazer durante o ano em que morei em Londres. *I would like to thank the great friends I had the chance to make during the time I spent in London. My dear lab-friends, David Hall, Fryni Panayidou, Panpan Yao, Catherine Gkritziou, Fangfang Niu, Tom Stanton, Anne Beshears, Hui Zhao, Hong Liu, Pavadee Saisuwan, Reem Alkhamash, Abigael Candela, and Agniesksa Lyons: thank you guys for being so generous to me. I've really learned a lot from you, and you'll always be in my heart.*

Às lindas preguicetes, Suzanne Dias Moreno, Pollyana Bull, Mariana Pesirani, Natália Bragagnolo Schwarz e Aline Roque, que foram a minha família em São Paulo. Muito obrigada, meninas, pela companhia, pelas bagunças e pelos conselhos.

Às lindas meninas com as quais tive o prazer de formar um lar durante a minha estadia em Londres, todo o meu carinho e agradecimento. *My lovely roommates, Linsa Susan Philip, Madeleine Maire, Zeng Ni, Jingyu Wang, and Jingyu Mo, thank you for being my family in London. I really left a part of my heart with each of you! I would also like to thank my dear twin sister Miley Shih. I am very happy I had the chance to meet you. Thank you for the amazing times we had together.*

Agradeço também à minha grande amiga, Greici Kelly Mass, por estar sempre ao meu lado, por me encher de carinho e por me presentear com a linda Annye Vitória, minha afilhada amada.

Agradeço, de todo meu coração, à minha família. Aos meus pais, Paulo Roberto Armelin e Vera Gabbai Armelin, por me dedicarem tanto amor. Ao meu irmão, Paulo Roberto Gabbai Armelin, pelos momentos tão decisivos que tivemos a chance de dividir. Ao meu amor, Tiago

Roberto Morente, por me trazer o equilíbrio de que eu preciso.

A todos vocês aqui lembrados e àqueles cujos nomes aqui não estão simplesmente porque a memória agora me trai, desejo que a vida lhes presenteie com todo o bem que me fizeram.

*“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é
senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria
menor se lhe faltasse uma gota.”*
(Madre Teresa de Calcutá)

ARMELIN, P.R.G. **A Relação entre Gênero e Morfologia Avaliativa nos Nominais do Português Brasileiro**: Uma abordagem sintática da formação de palavras. 2015. 247f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Este trabalho se insere no âmbito dos estudos a respeito da formação de palavras e pretende analisar a estrutura morfossintática de diminutivos e aumentativos do português brasileiro construídos com os formadores *-inh/-zinh* e *-ã/-zã*, respectivamente. Mais especificamente, o recorte empírico feito na tese pode ser dividido em duas grandes linhas: uma que aborda a interação entre as marcas de diminutivo e de aumentativo com as marcas de gênero/classe nominal e outra que contempla a (im)possibilidade de que as formações diminutivas e aumentativas sejam não-composicionalmente interpretadas. Para tanto, reanalisamos o estatuto das noções de gênero e classe nominal, propondo que elas ocupam a mesma posição na estrutura sintática. Tal posição é identificada como uma projeção de gênero, que é parte da projeção estendida do nome. Os formadores de diminutivo e aumentativo são analisados com base nas relações que estabelecem com esse núcleo sintático de gênero. A hipótese de base é a de que nuances na relação entre os formadores avaliativos e o núcleo de gênero revelam aspectos significantes da posição estrutural ocupada por cada um deles. Em linhas gerais, propomos que o diminutivo *-inh* se diferencia dos outros formadores por compartilhar com a raiz o mesmo núcleo de gênero. Essa estrutura é capaz de dar conta, entre outros fatos empíricos, da possibilidade de que a vogal final da forma diminutiva seja idêntica à vogal final da forma não-diminutiva, ainda que tal vogal seja condicionada pela raiz. Por outro lado, a vogal final que completa o aumentativo *-ã* reflete os padrões gerais da língua, independentemente da raiz presente na derivação. Tomamos esse fato como evidência de que o aumentativo e a raiz possuem núcleos independentes de gênero. No que diz respeito às construções aumentativas e diminutivas encabeçadas pela consoante *-z*, a presença de núcleos de gênero independentes na estrutura sintática é ainda mais clara, uma vez que tanto a vogal que completa a raiz, como a vogal que completa as formas *-zinh* e *-zã* são fonologicamente realizadas. Assim como no caso das formações com *-ã*, a vogal que completa os formadores de grau encabeçados por *-z* é completamente independente da raiz que participa da formação, seguindo o padrão mais geral da língua. Esses fatores fazem a análise do aumentativo *-ã* e a análise das formas encabeçadas por *-z* bastante similares uma à outra: tais formas possuem, em sua estrutura sintática, um núcleo de gênero que é independente daquele que categoriza a raiz. No entanto, há diferenças no comportamento dessas formas que acabam por separar de um lado o aumentativo *-ã* e, de outro, as formas *-zinh* e *-zã*. Propomos que tais diferenças são derivadas do fato de o primeiro formador se anexar abaixo do núcleo de número, enquanto os dois últimos entram na estrutura depois que ela já possui um núcleo de número. Por fim, dentro de uma visão localista de gramática, em que a atribuição de significado não-composicional deverá ser licenciada dentro de domínios bem definidos, discutimos a composicionalidade das formações partir das posições sintáticas atribuídas a cada um dos formadores em questão.

Palavras-chave: 1. Diminutivos. 2. Aumentativos. 3. Gênero. 4. Vogal temática. 5. Classe Nominal. 6. Composicionalidade. 7. Localidade. 8. Concordância. 9. Morfologia. 10. Português brasileiro.

ARMELIN, P.R.G. **The Relation between Gender and Evaluative Morphology in Brazilian Portuguese Nominals:** a Syntactic Approach to Word Formation. 247p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This work is inserted within the scope of the studies that investigate word formation, and aims to analyze the morphosyntactic structure of diminutives and augmentatives in Brazilian Portuguese built with the formatives *-inh/-zinh*, and *-ã/-za*, respectively. More specifically, the empirical path of this thesis can be divided into two main lines: one that addresses the interaction of diminutive and augmentative with the notions of gender/noun classes, and one that addresses the (im)possibility of a non-compositional interpretation being attributed to the structure. In order to do so, it was necessary to review the status of notions like gender and noun class in the grammar, and the formal representation attributed to them. I propose that gender and noun class occupy the very same position in the syntactic structure. This position is identified as a gender projection, which is part of the extended projection of the noun. Diminutive and augmentative markers are, then, analyzed based on the relations they establish with the syntactic gender head. The underlying hypothesis is that differences in the relation established between the evaluative formatives and the gender head reveal important aspects of the structural position that hosts each of them. More specifically, I propose that the diminutive *-inh* differs from other formatives, because it shares with the root the same gender head. In this sense, *-inh* is attached to the same gender projection responsible for categorizing the root. This structure is capable of accounting, among other empirical facts, for the possibility that the final vowel of diminutive and non-diminutive forms is identical, even if it is a root-conditioned element. On the other hand, the final vowel that completes *-ã* augmentatives always reflects the general gender pattern of the language, quite independently of the root. I take this as evidence that, unlike the diminutive, the augmentative and the root have independent gender heads. Thus, the syntactic structure proposed for the augmentative formation has two gender heads: one that attaches to the root, and another one that attaches directly to the augmentative. The distance between the root and the gender head that follows the augmentative is responsible for the default phonological realization of the final vowel of the augmentative. In the same sense, in the diminutive and augmentative formations built with *-zinh* and *-zã*, the presence of two independent gender heads is even clearer, since they can be phonologically identified in the output form. It is proposed, then, that, just as in is the case of the *-ã* forms, the vowel completing *-zinh* and *-zã* occupies a gender head that is independent from the one that categorizes the root. Differences in the behavior of these forms point to a split between *-ã* on one side, and *-zinh/-zã* on the other. We propose that these differences are derived from the fact that while *-ã* attaches below a number head, *-zinh/-zã*, on the other hand, attaches above a number head. Finally, within a localist view of grammar, in which the licensing of non-compositional meaning must be conditioned by local domains of syntactic structure, the possibility and impossibility of non-compositional interpretation being attributed to diminutive and augmentative formations is derived from the syntactic positions assigned to each of the formatives.

Key words: 1. Diminutive. 2. Augmentatives. 3. Gender. 4. Theme vowel. 5. Nominal Classes. 6. Compositionality. 7. Locality. 8. Agreement. 9. Morphology. 10. Brazilian Portuguese.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – As classes nominais do PB (ALCÂNTARA, 2010).....	45
Tabela 2 – Pareamentos fonológicos possíveis para o par masculino – feminino.....	87
Tabela 3 – Pareamentos fonológicos impossíveis masculino – feminino.....	88
Tabela 4 – O diminutivo <i>-inh</i> : variedade de categoria e preservação categorial.....	94
Tabela 5 – O diminutivo <i>-inh</i> : preservação de gênero.....	96
Tabela 6 – Alternância [o] - [ɔ] em diferentes contextos de número.....	99
Tabela 7 – Alternância [o] - [ɔ] em diferentes contextos de gênero.....	99
Tabela 8 – Os parâmetros de Wiltschko & Steriopo (2007).....	109
Tabela 9 – Interação entre categorizadores e diminutivo baixo em Bachrach e Wagner (2007).....	131
Tabela 10 – Interação entre categorizadores e diminutivo alto em Bachrach e Wagner (2007).....	132
Tabela 11 – O aumentativo <i>-ã</i> : variedade de categoria e preservação categorial.....	142
Tabela 12 – Aumentativos masculino e femininos a partir de base feminina.....	148
Tabela 13 – Gênero nos diminutivos: mesmo gênero da base.....	149
Tabela 14 – Aumentativos de base masculina: mesmo gênero da base.....	149
Tabela 15 – Os formadores <i>-zinh</i> e <i>-zã</i> antecidos por marcas de plural.....	163
Tabela 16 – Os formadores <i>-zinh</i> e <i>-zã</i> não-antecidos por marcas de plural.....	163
Tabela 17 – Aumentativos não-composicionais.....	182
Tabela 18 – Buscas enciclopédicas no modelo Exoesqueletal.....	192
Tabela 19 – Aumentativos não-composicionais (repetida de tabela 17).....	200
Tabela 20 – Paradigma das formas metafônicas.....	219

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
CAPÍTULO 1. Introdução.....	18
1.1 O recorte empírico.....	18
1.1.1 A relação entre morfologia avaliativa e gênero/classe nominal.....	18
1.1.2 A relação entre morfologia avaliativa e a interpretação não-composicional....	21
1.2 A filiação teórica: abordagem sintática da formação de palavras.....	23
1.2.1 Sobre o processo de categorização das raízes.....	27
1.2.2 Teorias Localistas e Globalistas de gramática: o debate.....	29
1.3 A morfologia de grau: perspectivas e controvérsias.....	30
1.3.1 Derivação ou Flexão?.....	31
1.3.2 Um ou dois morfemas.....	33
1.4 Objetivos, questões de pesquisa e hipóteses.....	34
1.5 Organização da tese.....	39
CAPÍTULO 2. Redefinindo a noção de gênero e vogal temática nos nominais do português brasileiro: uma análise sintaticamente unificada.....	41
2.1 Introdução.....	41
2.2 As propriedades empíricas das classes nominais.....	44
2.3 Classes flexionais em abordagens anteriores: uma discussão geral.....	47
2.4 Classe nominal e gênero: unificando o sistema.....	52
2.4.1 A realização fonológica de GEN em casos não- <i>default</i> : interação entre gênero e o diminutivo <i>-inh</i>	57
2.4.1.1 Palavras terminadas em <i>-o</i>	58
2.4.1.2 Palavras terminadas em <i>-a</i>	60
2.4.1.3 Sobre o estatuto da vogal final <i>-e</i> e dos nomes terminados em Ø.....	61

2.4.2 Derivando as propriedades das classes nominais.....	66
2.5 Mas, afinal, o que é gênero?.....	67
2.5.1 Mais sobre gênero: padrões empíricos e as propostas de Harris para o espanhol.....	72
2.5.2 Mais sobre gênero no português brasileiro: derivando os padrões empíricos.....	77
2.5.3 Restrições na fonologia do par masculino-feminino no português brasileiro.....	87
2.6 Considerações finais do capítulo.....	89
 CAPÍTULO 3. Restrições de localidade na formação do diminutivo: mapeando uma relação de dependência entre -inh e GEN.....	 90
3.1 Introdução.....	90
3.2 As propriedades empíricas do formador de diminutivo -inh.....	93
3.2.1 O diminutivo -inh e as questões de categoria.....	93
3.2.2 O diminutivo -inh e as questões de gênero.....	96
3.2.3 O diminutivo -inh e as questões de número.....	98
3.2.4 O diminutivo -inh em processos fonológicos.....	99
3.2.5 Sistematizando as propriedades do diminutivo -inh.....	100
3.3 Wiltschko e Steriopolo (2007): parâmetros de variação na sintaxe do diminutivo.....	102
3.3.1 Discutindo os parâmetros de Wiltschko e Steriopolo (2007) à luz dos dados do PB.....	109
3.4 Análises das formações com -inh: estrutura sintática e ordem linear.....	112
3.4.1 O diminutivo é parte da projeção estendida do nome?.....	112
3.4.2 Estrutura sintática: mapeando uma relação de dependência com o núcleo GEN.....	114
3.4.3 A ordem linear nas formações com o diminutivo: movimento de XP vs. Movimento de X ⁰	121
3.4.4 A ordem linear nas formações com o diminutivo: <i>merger</i> morfológico	125
3.5 Bachrach e Wagner (2007): uma estrutura sintática para os diminutivos do PB.....	126
3.5.1 Discutindo a proposta de Bachrach e Wagner (2007).....	131
3.6 Retomando as propriedades empíricas do diminutivo.....	137
3.7 Considerações finais do capítulo.....	138

CAPÍTULO 4. A formação do aumentativo com -ã e o comportamento das formas iniciadas por -z: um núcleo de gênero independente.....	139
4.1 Introdução.....	139
4.2 As propriedades do formador de aumentativo -ã: um percurso comparativo com o diminutivo -inh.....	141
4.2.1 As similaridades entre -inh e -ã.....	142
4.2.2 As diferenças entre -inh e -ã: a relação com o núcleo GEN.....	146
4.3 A estrutura sintática das formações aumentativas em -ã: dois núcleos de gênero.....	150
4.3.1 Sobre a fonologia de GEN ₁ : estratégia para evitar hiato.....	160
4.4 As propriedades das construções de diminutivo e aumentativo construídas com -zinh e -zã.....	161
4.4.1 As propriedades morfológicas: gênero e número.....	161
4.4.2 As propriedades prosódicas: padrão acentual e processos fonológicos.....	166
4.4.3 As propriedades semânticas: composicionalidade e escopo.....	169
4.5 A estrutura sintática das formações com -zinh e -zã.....	171
4.6 Mais sobre o estatuto da consoante /z/.....	174
4.7 Breve observação sobre a realização do aumentativo em diferentes contextos de número e de gênero.....	176
4.8 Considerações finais do capítulo.....	176
 CAPÍTULO 5. A derivação do significado: mapeando o domínio da interpretação não-composicional.....	178
5.1 Introdução.....	178
5.2 Diminutivos e Aumentativos não-composicionais do PB: fatos empíricos.....	180
5.3 O estado da arte: propostas para derivar o significado.....	184
5.3.1 A hipótese de Marantz (2001, 2007)/ Arad (2003).....	185
5.3.2 Marantz (2013): uma teoria de alossemia contextual.....	187
5.3.3 Borer (2013a, 2013b, 2014): estruturando o significado	190
5.4 Os dados não-composicionais de diminutivo e aumentativo do PB: uma perspectiva de análise.....	194
5.4.1 O diminutivo -inh: estrutura e composicionalidade.....	194
5.4.2 As formações encabeçadas por /z/: estrutura e composicionalidade.....	197
5.4.1 O aumentativo -ã: estrutura e composicionalidade.....	198
5.5 Considerações finais do capítulo.....	204

CAPÍTULO 6. O debate entre teorias Globalistas e Localistas: revisitando análises do diminutivo em Teoria da Otimidade.....	205
6.1 Introdução.....	205
6.2 A Teoria da Otimidade.....	206
6.3 Ferreira (2005): a correspondência <i>Output-Output</i> nos diminutivos.....	208
6.3.1 Discutindo a proposta de Ferreira (2005).....	213
6.3.2 Retomando os dados de Ferreira (2005) sob uma perspectiva localista.....	215
6.4 Bisol (2010): o diminutivo e suas demandas.....	220
6.4.1 Discutindo a proposta de Bisol (2010).....	226
6.4.2 Retomando os dados de Bisol (2010) de uma perspectiva localista.....	229
6.5 Conclusões do capítulo.....	230
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 232
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	235

Introdução

1.1 O recorte empírico

O conjunto de dados abordados nesta tese contempla formações de diminutivo e de aumentativo do português brasileiro, doravante PB, mais especificamente aquelas construídas com os formadores *-inh/-zinh* e *-ã/-zã*, respectivamente.

Em linhas gerais, o recorte empírico que guia a tese pode ser separado em duas grandes linhas. Uma delas tem como foco as relações estabelecidas entre a morfologia avaliativa abordada¹ e as noções de gênero/classe nominal. A segunda linha do nosso recorte contempla as possibilidades e impossibilidades de que as formações diminutivas e aumentativas sejam não-composicionalmente interpretadas.

1.1.1 A relação entre morfologia avaliativa e gênero/classe nominal

O PB apresenta uma grande diversidade de formadores de diminutivo e de aumentativo. Sem a pretensão de fazer uma lista exaustiva, trazemos, a título de exemplo, alguns dos possíveis formadores abaixo:

(1) Alguns Formadores de diminutivo no PB

- a. *-ebre*: casebre
- b. *-im*: flautim
- c. *-ote*: frangote
- d. *-ejo*: lugarejo
- e. *-acho*: riacho
- f. *-ela*: rodela

¹ As línguas apresentam diferentes meios para expressar valores semânticos, tais como GRANDE vs. PEQUENO e BOM vs. RUIM. Os marcadores que morfologicamente codificam estas distinções são comumente classificados como morfologia avaliativa. Nesse sentido, o rótulo “morfologia avaliativa” abriga uma grande variedade de formadores. Salientamos, no entanto, que esta tese se concentra nos formadores de diminutivo, *-inh/-zinh*, e de aumentativo, *-ã/-zã*, do português brasileiro. Para uma visão mais geral a respeito da morfologia avaliativa, cf. Bauer, 1997; Grandi, 2002; Stump, 1993, bem como as referências citadas por esses autores.

(2) Alguns Formadores de aumentativo no PB

- a. *-aço*: golaço
- b. *-aréu*: fogaréu
- c. *-arrão*: homenzarrão
- d. *-azio*: copázio
- e. *-eirão*: vozeirão
- f. *-uça*: dentuça

No entanto, os formadores mais produtivos de diminutivo e aumentativo no PB são representados pelos pares *-inh/-zinh* e *-ã/-zã*, respectivamente. É exatamente sobre o comportamento dessa morfologia avaliativa que esta tese se debruça. Alguns exemplos representativos podem ser encontrados abaixo:

(3) Formações diminutivas com *-inh/-zinh*

a. carro	carrinho/carrozinho
b. mapa	mapinha/mapazinho
c. dente	dentinho/dentezinho
d. anel	anelinho/anelzinho

(4) Formações aumentativas com *-ã/-zã*

a. carro	carrão/carrozão
b. mapa	mapão/mapazão
c. dente	dentão/dentezão
d. anel	anelão/anelzão

A compreensão e análise das formações de aumentativo e de diminutivo no PB é um fenômeno bastante complexo, uma vez que ele envolve a interação com diversos outros fatores. Dentre esses fatores, incluem-se a expressão do gênero e da classe nominal, temas que têm sido alvo de extensa discussão e controvérsia na literatura.

Tradicionalmente, assume-se que os nominais do PB são divididos em dois diferentes grupos de gênero, masculino e feminino, representados, em linhas gerais, por vogais átonas, que tendem a ser *-a* para o feminino e *-o* para o masculino. Por outro lado, é comum dizer que os nominais do PB também podem ser distribuídos em diferentes classes nominais, de acordo com a terminação fonológica que apresentam. Mais especificamente, essa terminação fonológica é representada pelas vogais átonas *-a*, *-o*, *-e*, ou $\emptyset$.

Os formadores produtivos de diminutivo e de aumentativo do PB precisam ser completados por uma vogal átona final. O pano de fundo que guia esta tese é a ideia de que as diferentes nuances de comportamento dos formadores avaliativos abordados no que diz

respeito à vogal final que eles apresentam, bem como ao grupo de gênero a que a formação resultante deve pertencer, revelam aspectos que são centrais na busca de uma análise adequada para o fenômeno. Um exemplo ilustrativo das nuances observadas na relação entre morfologia avaliativa e gênero pode ser visto na formação diminutiva e aumentativa de nomes masculinos terminado em *-a*, tal como representado abaixo para os formadores *-inh* e *-ã*:

(5) Diminutivo *-inh* em nomes masculinos terminados em *-a*

a. o problema	o probleminha	*o probleminho
b. o planeta	o planetinha	*o planetinho
c. o mapa	o mapinha	*o mapinho

(6) Aumentativo *-ã* em nomes masculinos terminados em *-a*

a. o problema	o problemão
b. o planeta	o planetão
c. o mapa	o mapão

Note que, nas formações em (5a-c), a vogal final que completa o diminutivo é exatamente a mesma vogal final que completa a forma não-diminutiva. Como a vogal final *-a* é altamente marcada no contexto de masculino, ela deve ser mapeada através de uma dependência em relação à raiz. No entanto, essa vogal é capaz de se superficializar mesmo com o formador de diminutivo intervindo entre a raiz e a vogal final.

Por outro lado, nas formações em (6a-c), vemos que a vogal final que completa a construção aumentativa segue exatamente o padrão mais geral da língua, no caso ilustrado, *-o* para masculino. Tal fato é independente da classe nominal a que se filia a forma não-aumentativa correspondente.

Vejamos o que ocorre quando o que está em jogo são as construções diminutivas e aumentativas, cujos formadores avaliativos são encabeçados pela consoante *-z*.

(7) Diminutivo *-zinh* em nomes masculinos terminados em *-a*

a. o problema	o problemazinho
b. o planeta	o planetazinho
c. o mapa	o mapazinho

(8) Aumentativo *-zã* em nomes masculinos terminados em *-a*

a. o problema	o problemazão
b. o planeta	o planetazão
c. o mapa	o mapazão

Nas construções com *-zinh* em (7a-c) e nas construções com *-zã* em (8a-c), podemos observar que a vogal final que completa a formação reflete, assim como ocorreu com os exemplos em *-ã*, o padrão geral da expressão do gênero masculino. No entanto, diferentemente do que ocorreu nas formações aumentativas construídas com o formador *-ã*, dessa vez, a vogal final da forma não-diminutiva/não-aumentativa correspondente se encontra preservada na forma de superfície e ela antecede os marcadores avaliativos.

Outra interação ilustrativa encontrada na relação entre a morfologia avaliativa e a expressão do gênero, agora com foco na comparação entre as marcas de aumentativo, diz respeito à possibilidade, restrita ao formador encabeçado por vogal, de que se formem aumentativos masculinos a partir de bases supostamente femininas. Tal possibilidade não existe quando o que está em jogo são as formações aumentativas construídas com *-z*.

(9) Gênero nas formações com *-ã*

a. uma chuva	um chuvão
b. uma tigela	um tigelão
c. uma panela	um panelao

(10) Gênero nas formações com *-zã*

a. uma chuva	*um chuvazão
b. uma tigela	*um tigelazão
c. uma panela	*um panelazão

Nesse sentido, não é possível compreender o funcionamento dos formadores de diminutivo *-inh/-zinh*, bem como o comportamento dos marcadores de aumentativo *-ã/-zã*, sem que se compreendam as noções de gênero e de classe nominal. Esta tese tem, portanto, como objeto de estudo exatamente as relações estabelecidas entre as marcas de gênero/classe nominal e a expressão da morfologia avaliativa.

1.1.2 A relação entre morfologia avaliativa e a interpretação não-composicional

A possibilidade ou a impossibilidade de que a formação resultante da anexação do diminutivo e do aumentativo seja interpretada não-composicionalmente parece evidenciar uma diferença formalmente relevante entre os formadores abordados na tese. Mais especificamente, se, por um lado, é possível que algumas construções formadas a partir do

diminutivo *-inh* e do aumentativo *-ã* apresentem interpretação não-composicional, por outro lado, no entanto, as respectivas formas, se construídas com *-zinh* e *-zã*, não podem fazê-lo.

(11) Formações com *-inh* e *-ã*: possibilidade de leitura não-composicional

a. amarelinha	composicional: um pouco amarela não-composicional: tipo de brincadeira de rua
b. amarelão	composicional: bastante amarelo não-composicional: tipo de doença
c. quentinha	composicional: um pouco quente não-composicional: marmita
d. quentão	composicional: bastante quente não-composicional: tipo de bebida

Note que as formações diminutivas e aumentativas acima elencadas são ambíguas entre a interpretação composicional e a interpretação não-composicional. Quando as formas são composicionalmente interpretadas, a relação semântica estabelecida com a contraparte não-diminutiva e não-aumentativa fica evidente, o que torna a interpretação sistemática e previsível. Por outro lado, nos casos em que as formações são não-composicionalmente interpretadas, o resultado semântico é praticamente imprevisível.

(12) Formações com *-zinh* e *-zã*: impossibilidade de leitura não-composicional

a. amarelazinha	composicional: um pouco amarela não-composicional: -----
b. amarelozão	composicional: bastante amarelo não-composicional: -----
c. quentezinha	composicional: um pouco quente não-composicional: -----
d. quentezão	composicional: bastante quente não-composicional: -----

Diferentemente do que se observou nos dados em (11), nas versões diminutivas e aumentativas construídas com os formadores *-zinh* e *-zã*, a possibilidade de interpretação não-composicional já não mais existe.

As formas aumentativas evidenciam, ainda, uma interessante relação entre gênero e não-composicionalidade. Mais especificamente, os aumentativos não-composicionais, ainda

que relacionados a bases femininas, resultam em formações de gênero masculino, como se pode ver abaixo:

(13) Gênero nos aumentativos não-composicionais

a.	a sala	o salão	composicional: sala grande não-composicional: espaço para festas
b.	a sacola	o sacolão	composicional: sacola grande não-composicional: lugar que vende verduras.

Se as respectivas formas aumentativas acima expostas forem construídas através de sua contraparte feminina, teremos como resultado formações que só podem ser interpretadas composicionalmente.

(14) Gênero nos aumentativos composicionais

a.	a sala	a salona	composicional: sala grande não-composicional: -----
b.	a sacola	a sacolona	composicional: sacola grande não-composicional: -----

Há, portanto, relações empiricamente explícitas estabelecidas entre a morfologia avaliativa, o gênero e a composicionalidade que necessitam ser exploradas e estão no foco desta tese.

1.2 A filiação teórica: abordagem sintática da formação de palavras

Analizando nominalizações derivadas e gerundivas do inglês, Chomsky (1970) inaugura uma tipologia que separa operações que ocorrem na sintaxe de operações que ocorrem no léxico. O autor elenca uma série de argumentos com o intuito de mostrar que as formações gerundivas são regulares e previsivelmente compartilham propriedades com os verbos a que se relacionam. Por outro lado, este não seria o caso dos nominais derivados, em que idiossincrasias tanto de ordem sintática, como de ordem semântica, são comumente encontradas. Com base nessas observações, Chomsky (1970) propõe a retirada das nominalizações derivadas da sintaxe e as relega ao componente lexical, dando origem ao que ficou conhecido na literatura como Hipótese Lexicalista.

De maneira geral, é possível identificar duas vertentes da Hipótese Lexicalista. Uma delas, conhecida como Hipótese Lexicalista Forte, propõe ser o léxico, por excelência, o

componente no qual as palavras devem ser formadas. Por outro lado, a chamada Hipótese Lexicalista Fraca, faz uma divisão entre palavras derivadas, que seriam da alçada do componente lexical e palavras flexionadas que, por sua vez, deveriam receber tratamento sintático. Ambas as vertentes compartilham da assunção de que mecanismos gerativos de estrutura acontecem em dois lugares diferentes – dentro do léxico e fora dele –, o que resulta em uma espécie de redundância na arquitetura da gramática.

Dentro da hipótese lexicalista, o item lexical, elemento estocado no léxico e que serve de matéria-prima para a sintaxe, apresenta uma série de propriedades das mais diversas naturezas: ele contém a informação fonológica e o significado a ela associado. Além disso, o item lexical é intrinsecamente equipado com informações que se traduzem como verdadeiras instruções para a estruturação sintática e para as operações formais da semântica, tal como o rótulo categorial e o contexto de inserção.

Modelos baseados nessa noção de léxico acabam por assumir a ideia de que, em algum nível, a estrutura sintática é, basicamente, o resultado da projeção de instruções lexicalmente codificadas. Rappaport Hovav e Levin (1998) se referem a esse tipo de abordagem como *Projecionista*. A projeção sintática, nesse sentido, nada mais é do que uma espécie de “checagem” de propriedades que são intrínsecas aos itens lexicais e independentes da sintaxe. Nesse sentido, repetir informações próprias ao item lexical através da projeção de estrutura sintática acaba por introduzir uma redundância no sistema.

Contra-pondo-se a esse tipo de abordagem centrada no léxico, o modelo teórico conhecido como Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997 e muitos trabalhos subsequentes), doravante MD, postula a existência de um único componente gerativo para estabelecer correspondências entre som e significado: a sintaxe. Nesse modelo, as propriedades anteriormente associadas aos itens lexicais são distribuídas em três diferentes listas, acessadas em momentos distintos da derivação. A arquitetura da gramática proposta pela MD pode ser vista abaixo:

(15) A Arquitetura da gramática na Morfologia Distribuída

Figura 1. O Modelo da MD

(Figura adaptada de Siddiqi, 2009, p. 14)

O modelo assume como primitivos raízes e traços (gramaticais e semânticos), que ficam armazenados na chamada Lista 1, representada pela caixa de Traços Morfossintáticos na figura acima. Esses primitivos serão manipulados através de operações sintáticas, que são responsáveis pela formação seja de palavras ou de constituintes maiores, como os sintagmas e as sentenças. Assim, as mesmas operações que formam as sentenças também estão na base da formação das palavras. A sintaxe é um componente gerador de estruturas pela combinação, sob nós terminais, de feixes de traços gramaticais e semânticos selecionados pelas línguas particulares a partir de um inventário disponibilizado pela Gramática Universal. As derivações realizadas na sintaxe poderão ser subsequentemente trabalhadas através de operações morfológicas no caminho para a interface fonológica.

Existe uma grande discussão dentro do modelo sobre o estatuto das raízes como elementos desprovidos ou não de fonologia². Já os traços morfossintáticos são, por sua vez,

² Para diferenciadas abordagens a respeito do estatuto das raízes, cf. Acquaviva, 2009; Borer 2013a (capítulo 8); Harley, 2014; Marantz, 1996; Minussi, 2008.

consensualmente considerados abstratos, isto é, desprovidos de conteúdo fonológico. Esta ideia é motivada pelos casos em que não há uma correspondência exata entre a realização fonológica e o conjunto de traços formais que ela expressa. Nos casos de sincretismo, por exemplo, uma sequência fonológica idêntica expressa conjuntos distintos de traços gramaticais. Por outro lado, nos casos de alomorfa, sequências fonológicas distintas expressam o mesmo conjunto de traços gramaticais.

A associação entre o conteúdo fonológico e os traços terminais gerados pela sintaxe deverá ocorrer somente pós-sintaticamente, o que ficou conhecido como Inserção Tardia (cf. HARLEY e NOYER, 1999). A Lista 2, conhecida como Vocabulário, contém as regras que associam contextos sintáticos a expoentes fonológicos, através de uma operação conhecida como Inserção de Vocabulário. Cada pareamento de expoente fonológico com determinada informação sintática é chamado de Item de Vocabulário (IV).

A Inserção de Vocabulário é regulada pelo Princípio do Subconjunto (cf. HALLE, 1997), que admite que as expressões fonológicas não sejam inteiramente especificadas para as posições sintáticas em que elas podem ser inseridas, ou seja, não há necessidade de que as peças fonológicas supram todos os traços morfossintáticos presentes nos nós terminais. Os IVs podem, então, ser subespecificados em relação ao contexto no qual eles são inseridos. Na verdade, os IVs são, muitas vezes, itens *default* inseridos em ambientes para os quais não há peças mais especificadas disponíveis no inventário da língua. A inserção não poderá ocorrer, no entanto, se o IV contiver traços que não estão presentes no morfema. Nas circunstâncias em que mais de um IV satisfaz as condições de inserção, o item que contém o maior número de traços especificados no morfema terminal deve ser escolhido.

Por sua vez, a Enciclopédia, ou Lista 3, é responsável por associar os itens de vocabulário a significados. Nessa lista, estão localizadas as informações extralinguísticas relacionadas à interpretação dos objetos formados pela sintaxe, tais como significados idiomáticos e interpretações particulares das raízes em um contexto sintático-semântico específico.

Abaixo estão sistematizadas três propriedades centrais que caracterizam o modelo proposto pela MD:

- **Estrutura hierárquica ao longo de toda a derivação** (*Syntactic Hierarchical Structure All the Way Down*): a formação, tanto de palavras quanto de constituintes maiores, é feita através de operações sintáticas.

- **Inserção Tardia** (*Late Insertion*): os traços (gramaticais) e semânticos com os quais a sintaxe opera são desprovidos de conteúdo fonológico. A associação entre realização fonológica e os nós terminais gerados na computação, ocorrerá somente pós-sintaticamente no mapeamento para PF.
- **Subespecificação dos Itens de Vocabulário** (*Underspecification*): as expressões fonológicas não precisam ser totalmente especificadas para as posições sintáticas em que são inseridas.

1.2.1 Sobre o processo de categorização das raízes

As tradicionais categorias lexicais – nome, verbo, adjetivo – não têm estatuto de primitivo dentro do modelo da MD. Tal fato é consequência da assunção de que as raízes são elementos desprovidos de categoria.

A acategorialidade das raízes é baseada no fato empírico de que uma única raiz pode formar diferentes categorias, tal como em *falar*, *falação* e *falante*, por exemplo, em que a mesma raiz √FAL se faz presente em um verbo, um nome e um adjetivo, respectivamente.

Esse fato tem sido representado, dentro do modelo, através da postulação da existência de núcleos funcionais especializados (*n*, *v*, *a*), responsáveis por fornecer categoria à estrutura a que eles se anexam. Tais núcleos fazem parte do conjunto de elementos funcionais da língua e estão sujeitos ao processo de Inserção de Vocabulário. Embick e Noyer (2007) sistematizam a necessidade de concatenação entre raiz e núcleo categorizador através da Hipótese de Categorização (*Categorization Assumption*) delineada abaixo:

(16) Hipótese de categorização: “as raízes não podem aparecer se não forem categorizadas; as raízes são categorizadas através da sua combinação com um núcleo funcional definidor de categoria.” (EMBICK e NOYER, 2004:5 – tradução nossa³)

A ideia é que a raiz, em sendo desprovida de traços gramaticais, não pode aparecer sem estar localmente atrelada a um núcleo que seja capaz de lhe fornecer uma categoria sintática (cf. também EMBICK e MARANTZ, 2008).

A necessidade de que a raiz se concatene a um núcleo especializado, tal como proposto pela DM, é amplamente questionada em Borer (2013a). Mais especificamente, a

³ Categorization Assumption: Roots cannot appear without being *categorized*; Roots are categorized by combining with category-defining functional heads. (EMBICK & NOYER, 2004:5)

autora propõe que segmentos da Projeção Estendida (no sentido de GRIMSHAW, 1991) possam se concatenar diretamente à raiz e, mais do que isso, que tais elementos são capazes de categorizá-la. A proposta da autora se desenvolve dentro do modelo Exoesquelético (XS), que se caracteriza pela ideia central de que todas as propriedades gramaticais são computadas com base na estrutura sintática (cf. BORER 2003, 2005a, 2005b, 2013). Esse modelo compartilha com a MD a rejeição da ideia de um léxico gerativo capaz de formar estruturas e, nesse sentido, também no modelo XS, o sistema computacional, ou seja, a sintaxe propriamente dita, é responsável pela formação de palavras, sintagmas ou mesmo de sentenças.

Para exemplificar, em linhas gerais, a diferença entre a proposta de categorização da DM e aquela proposta no modelo XS⁴, vejamos a formação de passado do inglês:

(17) DM: necessidade de um núcleo categorizador

(18) XS: a raiz pode se concatenar a núcleos da Projeção Estendida

A concatenação entre a raiz e segmentos da Projeção Estendida não parece ser possível dentro do modelo da MD. A raiz precisa se concatenar a um núcleo categorizador especializado antes que ela possa se juntar a qualquer nó funcional. No entanto, segundo a proposta desenvolvida nos moldes do modelo XS, o fato de a estrutura c-comandada por um

⁴ Ressaltamos que a estrutura em (17) é bastante simplificada, uma vez que, no modelo XS, os segmentos da Projeção Estendida são entendidos como pares, em que um dos elementos projeta e apresenta um valor semântico aberto, enquanto o outro membro do par especifica a variedade que tal valor deve assumir. Há uma separação clara no modelo entre elementos que se relacionam à noção de Projeção Estendida (D e T, por exemplo) e os elementos derivacionais (como *-able*, *-ation*, etc.). Um dos primitivos assumidos no modelo XS é o chamado *S-functor*, que está tipicamente relacionado à noção de Projeção Estendida e corresponde a funções semânticas. Segundo Borer (2013a), ele se concatena à estrutura como modificador e é concebido como uma relação entre um valor semântico e uma posição sintática (cf. Borer, 2013a, capítulo 6).

núcleo do tipo T ser necessariamente equivalente a um verbo, torna o núcleo *v*, fornecedor de categoria na estrutura em (17), um elemento redundante no sistema.

A postulação de núcleos categorizadores obrigatoriamente concatenados à raiz tem consequências para a computação de relações de localidade, tal como fica evidente na teoria de Embick (2010) a respeito dos domínios capazes de licenciar interações alomórficas. Em linhas gerais, é preciso assumir que, na estrutura em (17), o categorizador *v* não interfere na localidade entre raiz e T, uma vez que a realização fonológica de T pode ser determinada pela raiz.

O sistema resultante desta tese, desenvolve-se a partir da ideia de que as raízes não possuem uma categoria sintática previamente estabelecida, sendo que a categorização será contextualmente dada na relação que elas estabelecem com outros elementos na estrutura sintática. Núcleos categorizadores nos moldes propostos pela MD são capazes de fornecer categoria à estrutura. No entanto, assumimos, com Borer (2013), que segmentos da Projeção Estendida também são capazes de fazê-lo.

Mais especificamente, a proposta de análise desenvolvida nos capítulos que se seguem advoga em favor de raízes desprovidas tanto de categoria sintática intrínseca, como de qualquer espécie de diacrítico ou traço formal que seja capaz de fornecer informação para estruturação sintática. Como consequência, as raízes são elementos incapazes de projetar estrutura argumental ou de selecionar argumentos.

1.2.2 Teorias Localistas e teorias Globalistas de gramática: o debate

No âmbito da linguística formal, muito se falou dos aspectos fonológicos dos processos de formação de diminutivo e de aumentativo do PB. Mais recentemente, uma das perspectivas teóricas que tem sido utilizada pelos autores que investigaram o tema é a chamada Teoria da Otimidade (MCCARTHY e PRINCE, 1995; PRINCE e SMOLENSKY, 1993), doravante TO.

O debate entre teorias globalistas e teorias localistas tem ocupado um papel central no cenário linguístico atual e está baseado na seguinte questão: morfologia e fonologia podem interagir de maneira global ou essa interação é limitada por domínios de localidade? A primeira perspectiva é representativa do modelo da TO, enquanto a segunda delas é representativa da corrente teórica seguida pela Morfologia Distribuída.

A abordagem sintática de formação de palavras adotada nesta tese é assentada em uma arquitetura de gramática em que a interação entre morfologia e fonologia é localmente licenciada. Nesse sentido, a forma fonológica está diretamente ligada aos processos que criam estruturas complexas e a interface entre morfologia e fonologia precisa ser limitada no sentido de refletir essa organização serial da gramática. Por outro lado, a TO propõe um modelo de gramática no qual essas interações são globalmente definidas. Isso significa que o elemento responsável por desencadear uma mudança no *output* não precisa estar estruturalmente perto do lugar em que tal mudança ocorre.

Em um modelo como a TO, os candidatos gerados competem para se definir qual deles tem a forma ótima, ou seja, a forma que, segundo um ranqueamento de restrições, será realizada na língua. Estudos recentes em MD, tais como Embick (2007a), Embick e Marantz (2008) e Embick (2010), defendem que a competição entre objetos complexos não é possível, uma vez que se esse mecanismo geraria dados que não são encontrados nas línguas do mundo. Se objetos complexos não podem entrar em competição, então, candidatos que não se superficializam na língua não podem ser gerados, o que torna impraticável o conceito de competição tal como estabelecido na TO.

O ponto de vista defendido neste trabalho é que uma análise sintática para a formação de diminutivos e aumentativos no PB pode, mais apropriadamente, dar conta tanto do conjunto de propriedades por eles apresentadas, como das relações que eles estabelecem com outros elementos da estrutura sintática. Mais especificamente, a análise desta tese se desenvolve sob o escopo de uma abordagem derivacional, na qual princípios de localidade governam a interação entre morfologia e sintaxe.

1.3 A morfologia de grau: perspectivas e controvérsias

A formação de diminutivos e aumentativos vem levantando muitas controvérsias na literatura, recebendo análises bastante variadas em diversos quadros teóricos. Em sua gramática histórica, por exemplo, Said Ali (1964) registra o comportamento diferenciado desses formadores, separando a descrição dos sufixos de diminutivo e de aumentativo dos demais sufixos da língua.

Esta seção tem como objetivo apresentar ao leitor, em linhas bem gerais, algumas dessas controvérsias, bem como as diferentes perspectivas e linhas de análise encontradas na literatura para dar conta delas. Desde já, fica a importante ressalva de que a literatura que se

debruçou sobre a formação de diminutivo é consideravelmente mais abundante do que aquela disponível para tratar dos aumentativos.

Um dos temas de debate levantado pelo comportamento da morfologia de grau no PB diz, justamente, respeito às fronteiras entre derivação e flexão, e, mais especificamente, procura determinar que tipo de processo seria responsável pela formação de diminutivo e de aumentativo na língua. Da mesma forma, devido à semelhança entre as formas *-inh/-zinh* e também entre as formas *-ã/-zã*, diferentes análises lhes foram atribuídas, com argumentos ora em favor de um único morfema, ora em favor de morfemas diferentes. Tais controvérsias são tema das próximas subseções e serão revisitadas na tese à luz do modelo de análise desenvolvido nos próximos capítulos.

1.3.1 Derivação ou Flexão?

A delimitação de fronteiras que sejam capazes de separar derivação e flexão tem sido alvo de um antigo debate na literatura. O estabelecimento de critérios que separem um fenômeno do outro não é unanimidade entre os pesquisadores e a sua aplicação tem gerado resultados, muitas vezes, contraditórios. Algumas categorias evidenciam problemas de classificação por se aproximarem ora da derivação, ora da flexão, a depender do critério utilizado. Isso é exatamente o que acontece com os formadores de diminutivo e de aumentativo do PB, cujo comportamento desafia a demarcação entre um e outro processo.

Atualmente, as gramáticas de cunho mais normativo costumam classificar a formação de diminutivos e aumentativos entre os fenômenos de flexão (cf. INFANTE, 1995), enquanto aquelas de viés mais linguístico e descritivo costumam inserir os marcadores de diminutivo e de aumentativo entre os afixos derivacionais (cf. ROSA, 1983; SANDMANN, 1990; ROCHA, 1994, entre outros).

A inserção do grau entre os mecanismos de natureza derivacional se deve, em grande parte, às observações de Câmara Jr. (1970). A argumentação do autor se constrói a partir da ideia que a expressão do grau – cujo conceito semântico abrange tanto o superlativo, como o diminutivo e o aumentativo – não é um mecanismo obrigatório e, diferentemente do que acontece com número e gênero, as marcas de grau não desencadeiam concordância.

“A expressão do grau não é um processo flexional em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si.”
(CÂMARA JR., 1970, p.83).

Em uma linha de análise funcional, Bybee (1985) propõe que não há limites intransponíveis entre derivação e flexão, o que leva a autora a tratar tais fenômenos segundo uma escala contínua em cujos polos se encontram os representantes mais prototípicos. Aplicando essa perspectiva aos dados do PB⁵, Piza (2001) analisa o comportamento das marcas de número, gênero e grau, propondo uma escala em que número estaria mais perto do polo flexão e em que grau está mais perto do polo derivação, sendo gênero colocado em um ponto entre essas duas marcas.

Sob a perspectiva da Fonologia Lexical Prosódica (INKELAS, 1989), Lee (1995) propõe que o léxico do PB pode ser dividido em dois níveis ordenados: o nível α , em que se aplicam as formações derivacionais e o nível β , em que ocorrem os processos flexionais. O autor observa, no entanto, que o processo de formação do diminutivo possui características que o diferenciam da derivação e da flexão e, por esse motivo, trata os formadores *-inh* e *-zinh* como sufixos de formação produtiva. Em relação aos domínios lexicais, Lee (1995, 1999) propõe que ambas as formas entram na derivação no nível α , em que recebem acento, mas que a formação do diminutivo acontece no nível β , junto às flexões verbais regulares.

Em um modelo sintático de formação de palavras, tal como a Morfologia Distribuída, noções como as de derivação e flexão são abandonadas em favor de relações estruturalmente definidas. Para Marantz (2001), por exemplo, os morfemas que se anexam abaixo do domínio do primeiro nó categorizador apresentam propriedades que foram interpretadas na literatura como características do processo de derivação, enquanto os morfemas que se anexam acima do domínio da primeira categorização apresentam propriedades atribuídas ao processo de flexão. Dentro desse quadro teórico, De Belder, Faust & Lampitelli (2009, 2014) propõem que, translinguisticamente, os diminutivos podem ocupar duas posições sintáticas diferentes: uma delas abaixo do primeiro categorizador e a outra acima dele. A posição mais alta, associada a uma alta produtividade e à interpretação composicional seria equivalente a um diminutivo flexional. Por outro lado, a posição mais baixa, associada à existência de lacunas lexicais e à interpretação não-composicional, seria mais próxima do que se conhece por processo derivacional.

⁵ cf. Gonçalves (2011) para uma apresentação da proposta de Bybee (1985) de forma mais detalhada e mais extensivamente aplicada ao PB.

1.3.2 Um ou dois morfemas?

Dada a semelhança fonológica apresentada pelos formadores *-inh* e *-zinh* de diminutivo e também pelos formadores *-ã* e *-zã* de aumentativo, a pergunta que imediatamente emerge é se estamos diante de formas independentes, com estatuto formal diferenciado e que demandam, portanto, análises diferentes ou se estamos simplesmente diante de realizações diferentes de um único morfema. A pergunta fica ainda mais saliente diante do já conhecido fato de que a consoante /z/ é um dos recursos epentéticos do qual o PB se utiliza para evitar o hiato na junção de morfemas (cf. ALLEN JR, 1941).

No que diz respeito especificamente ao diminutivo, sobre o qual a literatura tem se dedicado mais extensivamente, o estatuto da consoante /z/ foi discutido a partir das mais variadas linhas teóricas, tendo recebido diferentes análises. Dessa forma, tanto para Menuzzi (1993), quanto para Bisol (2010), *-inh* e *-zinh* são manifestações de um mesmo morfema. As divergências, no entanto, ficam por conta da decisão de qual seria a forma básica do morfema de diminutivo da língua. Assim, Menuzzi (1993), a partir do quadro teórico da Fonologia Métrica (HALLE e VERGNAUD, 1987), desenvolve a hipótese de que *-zinh* é a forma subjacente do morfema de diminutivo do PB, sendo a ausência da consoante /z/ em *-inh* efeito de um processo de ressilabificação desencadeado pela estrutura métrica da palavra derivada. Por outro lado, Bisol (2010) propõe, dentro do modelo da Teoria da Otimidade, que o sufixo de diminutivo do PB é tão somente *-inh*, sendo a presença da consoante /z/ em *-zinh* analisada como uma epêntese, que emerge para satisfazer exigências estruturais identificadas através de princípios ativos na interação entre morfologia e fonologia.

A hipótese de que a consoante /z/ é um elemento epentético também se faz presente na proposta de Bachrach e Wagner (2007), que, por sua vez, é delineada dentro do quadro da Morfologia Distribuída. A tentativa dos autores é derivar as propriedades morfológicas e fonológicas das formações com *-inh* e *-zinh* através da sintaxe. Nesse sentido, os autores propõem que a anexação do diminutivo se dá através de um processo de adjunção sintática e pode ocorrer em duas alturas diferentes da estrutura: acima ou abaixo do nó de número. A realização fonológica do diminutivo, apesar de previsível, é independente da altura de anexação e, nesse sentido, tanto o diminutivo alto quanto o diminutivo baixo podem ser fonologicamente realizados ora como *-inh* ora como *-zinh*, sendo que /z/ emerge somente para evitar a formação de hiatos.

Abrindo caminho para a perspectiva de que *-inh* e *-zinh* são formas independentes,

Maurer Jr. (s/d) afirma que *-zinh* teria historicamente sido apenas uma variedade de *-inh*, mas que, durante o desenvolvimento da língua, teve seu uso estendido a tal ponto que chegou a adquirir autonomia. Nesse sentido, *-zinh*, antes empregado somente em contextos fonológicos nos quais *-inh* não poderia ocorrer, passa a ser utilizado em um número maior de casos, tendendo a mostrar certa autonomia e se opondo, como elemento da composição, a *-inh*, elemento da derivação.

Nesse sentido, para Villalva (2000), por exemplo, *-inh* e *-zinh* devem ser analisados como sufixos de diminutivos distintos, uma vez que as formas de base a que eles se anexam apresentam propriedades distintas: enquanto *-inh* se concatena a radicais e forma novos radicais, *-zinh*, por sua vez, se associa a palavras e forma palavras.

A alternância entre *-inh* e *-zinh* também foi investigada a partir do enfoque da Sociolinguística Variacionista em Freitas e Barbosa (2013). Os resultados obtidos pelas autoras sugerem que há evidências para se admitir a existência de duas formas distintas no PB, *-inh* e *-zinh*, cuja seleção depende da interação entre os seguintes fatores: dialeto regional, gênero e faixa etária. Segundo as autoras, os resultados revelam tendências de uso que explicam a escolha do falante dentre dois sufixos diferentes que podem expressar o diminutivo.

1.4 Objetivos, questões de pesquisa e hipóteses

Em linhas gerais, objetivo mais amplo desta tese é contribuir para a discussão teórica sobre o fenômeno da formação de palavras, sobretudo procurando apontar para o fato de que a abordagem sintática é eficientemente capaz de produzir análises explicativas para a composição de morfemas em unidades maiores.

Desse modo, procuramos explorar a estrutura interna das formações diminutivas e aumentativas do PB construídas com os formativos *-inh/-zinh* e *-ã/-zã*, respectivamente. Nesse sentido, interessa-nos questões que emergem das propriedades desses formadores avaliativos e, sobretudo, das relações que eles estabelecem com outros aspectos formais, tal como com as noções de gênero/classe nominal e com as possibilidades de licenciamento da interpretação não-composicional.

Para tanto, sistematizamos algumas questões que são centrais e que constituem os objetivos específicos desta tese. Cada uma das questões está acompanhada de soluções que resultam do sistema desenvolvido nos capítulos que se seguem.

1) Sobre Gênero e Classe Nominal

- a. Qual é o estatuto de noções como gênero e classe nominal na gramática do PB? De que maneira tais noções se relacionam uma com a outra?

Nossa hipótese: propomos que as marcas de gênero e de classe nominal ocupam a mesma posição na estrutura sintática. O que foi tradicionalmente separado em gênero e classe nominal nada mais é do que diferentes possibilidades de realização fonológica de um mesmo núcleo sintático. Tal núcleo sintático é identificado, neste trabalho, como uma projeção de gênero, que é parte da projeção estendida do nome.

- b. Como representar as noções de gênero e classe nominal dentro de um modelo formal de análise linguística?

Nossa hipótese: a nossa proposta é que há três possibilidades de especificação de traços no núcleo de gênero: [masculino], [feminino] ou um conjunto formado pelos traços de masculino e feminino juntos {[masculino, feminino]}. A especificação isolada de traços não codifica contraste, não possui um significado transparente e não pode ser interpretada composicionalmente. A dupla especificação, por sua vez, codifica contraste e a consequência do contraste é a interpretação composicional pareada masculino-feminino. Neste sistema, o que é tradicionalmente conhecido como classe nada mais é do que um contexto formal em que o núcleo de gênero é especificado com um traço isolado e contribui não-composicionalmente para o significado. Por outro lado, o que é tradicionalmente conhecido como gênero passa a ser um contexto formal em que o núcleo de gênero é duplamente especificado, codifica contraste e contribui para o significado composicionalmente.

- c. Informações como gênero e classe nominal estão codificadas na raiz?

Nossa hipótese: no sistema desenvolvido na tese, as raízes são desprovidas de qualquer estrutura gramatical interna ou de qualquer traço de natureza formal. Assim, as raízes não possuem uma categoria sintática previamente estabelecida e sua categorização será contextualmente dada na relação que elas estabelecem com outros elementos na estrutura sintática. Dessa mesma forma, as raízes são desprovidas de qualquer diacrítico de natureza morfológica ou de natureza sintática. No nosso sistema, portanto, informações como gênero/classe nominal não podem estar codificadas na raiz. Do ponto de vista empírico, não é difícil encontrar casos

em que uma mesma raiz pode ser associada a diferentes vogais finais, ou pode se superficializar em diferentes grupos de gênero. Se gênero/classe nominal for uma informação da raiz, toda vez que isso acontecer, a raiz relevante terá que ser listada múltiplas vezes, o que resulta em um léxico consideravelmente inchado.

2) Sobre diminutivos e aumentativos

- a. Qual é a estrutura morfossintática mais apropriada para dar conta dos diminutivos e aumentativos construídos com os formadores *-inh/-zinh* e *-ã/-zã*? Que posição estrutural cada um desses formadores deve assumir na derivação sintática?

Nossa hipótese: propomos que o diminutivo *-inh* se diferencia dos outros formadores por compartilhar com a raiz o mesmo núcleo de gênero. Mais especificamente, *-inh* se anexa à mesma projeção de gênero responsável por categorizar a raiz. Essa relação estrutural é capaz de dar conta, entre outros fatos empíricos, da possibilidade de que a vogal final da forma diminutiva seja idêntica à vogal final da forma não-diminutiva, ainda que tal vogal seja condicionada pela raiz. Por outro lado, o aumentativo *-ã* e a raiz possuem núcleos independentes de gênero. A estrutura sintática do aumentativo *-ã* conta, então, com dois núcleos de gênero: um que se anexa à raiz e outro que se anexa ao aumentativo propriamente dito. No que diz respeito às construções aumentativas e diminutivas que apresentam formadores encabeçados pela consoante *-z*, a presença de núcleos de gênero independentes na estrutura sintática é ainda mais clara. Isso porque a vogal que completa a raiz e a vogal que completa as formas *-zinh* e *-zã* são ambas realizadas fonologicamente na forma de *output*. As diferenças no comportamento entre a forma *-ã*, de um lado, e os formadores *-zinh* e *-zã* de outro, são explicadas pelo fato de que o primeiro formador se anexa abaixo do núcleo de número, enquanto os dois últimos entram na estrutura depois que ela já possui um núcleo de número. Em outras palavras, os formadores encabeçados pela consoante *-z* posicionam-se ainda mais alto na estrutura do que o formador *-ã*.

- b. Qual é a relação que se estabelece entre os formadores de diminutivo *-inh/-zinh*? Estamos diante de um mesmo formador ou tratam-se de formadores distintos com propriedades e posições estruturais distintas e independentes?

Nossa Hipótese: a nossa proposta é que diferenças importantes podem ser

detectadas no contraste entre as formações com *-inh* e *-zinh*. Do ponto de vista semântico, há diferença de escopo e de composicionalidade entre as duas formas. Do ponto de vista morfossintático, tais formadores se relacionam de maneira diferente com as marcas de plural e também com o núcleo de gênero. Tratam-se, portanto, de formadores independentes que, no nosso sistema, ocupam posições sintáticas diferentes.

- c. Qual é a relação estabelecida entre os formadores *-ã/-zã* de aumentativo. São manifestações diferentes de um mesmo elemento ou são formadores com estatutos independentes?

Nossa hipótese: diferenças importantes também podem ser detectas no contraste entre as formações com *-ã* e com *-zã*. Novamente, há diferença de escopo e de composicionalidade entre as duas formas. Apesar de ambos os formadores se anexarem a uma projeção de gênero independente, propomos que haja uma diferença de altura entre eles: enquanto *-ã* se anexa a estruturas não flexionadas em número, *-zã* é, por sua vez, mais alto que a projeção que aloja os traços de número. Os formadores *-ã* e *-zã* ocupam, portanto, posições sintáticas distintas.

- d. Qual é o estatuto da consoante /z/ que encabeça as formas *-zinh* e *-zã*?

Nossa hipótese: na nossa investigação, foram identificados casos em que o estatuto epentético da consoante /z/ é evidente. Tal fato fica explícito diante dos chamados nominais atemáticos, em que a vogal final é fonologicamente nula e a consoante /z/ passa a ser fonologicamente requerida (cf. compare *cafezinho* e *cafezão* com **cafeinho* e **cafeão*). No entanto, conforme explicitado acima, diferenças formais importantes são detectas no contraste entre as formações encabeçadas por consoante e as suas respectivas contrapartes iniciadas por vogal. Diante disso, propomos que a consoante /z/ possui um estatuto duplo: (i) /z/ é parte dos formadores de diminutivo e de aumentativo, constituindo *-zinh* e *-zã* como formas independentes, com posições sintáticas independentes e (ii) /z/ é uma consoante epentética inserida por requerimentos estruturais da língua. Esse comportamento duplo justifica a dificuldade detectada em trabalhos anteriores para classificar a consoante /z/.

3) Sobre a não-composicionalidade da interpretação

- a. Qual é o domínio sintático capaz de licenciar a interpretação não-composicional?

Nossa hipótese: adotamos a ideia de que o domínio não-composicional é definido através de relações de localidade, o que faz o licenciamento da interpretação não-composicional ser dependente da estrutura gerada pela sintaxe. Com base em dados nos quais um afixo intervém entre a raiz e o marcador de diminutivo/aumentativo, propomos, em linha com Borer (2013a, 2013b, 2014), que uma divisão entre elementos que projetam estrutura funcional e elementos que projetam estrutura lexical faz-se necessário, uma vez que os primeiros, mas não os últimos, definem domínios de interpretação não-composicional. Nessa linha de análise, propomos que elementos que fazem parte do domínio do primeiro segmento de estrutura funcional são capazes de licenciar a interpretação não-composicional.

- b. As formações não-composicionais de diminutivo e de aumentativo são sintaticamente derivadas ou estão estocadas em uma espécie de léxico? Caso sejam formações sintaticamente construídas, as formas não-composicionais de diminutivo e de aumentativo apresentam a mesma estrutura sintática responsável por derivar as suas contrapartes composicionais?

Nossa hipótese: desenvolvemos na tese um sistema em que as formações não-composicionais são sintaticamente construídas. A posição sintática do formador *-inh*, que integra a projeção de gênero responsável por categorizar a raiz, é capaz de licenciar a interpretação não composicional. Por sua vez, nas estruturas com o aumentativo *-ã*, propomos que o núcleo de gênero interno que se concatena à raiz é opcional. Tal opcionalidade se justifica pelo fato de que o aumentativo pode, claramente, apresentar seu próprio núcleo de gênero, cuja especificação de gênero pode ser resultado de concordância ou pode ser determinado na relação com o próprio aumentativo. Nessas condições, o aumentativo *-ã* passa a integrar a primeira projeção de gênero presente na estrutura, tal como é o caso do diminutivo *-inh*. A ideia é que quando o núcleo de gênero interno está ausente da formação, o aumentativo *-ã* pode desencadear interpretação não-composicional.

- c. Por que a leitura não-composicional pode ser licenciada nas formações com *-inh* e *-ã* e por que essa leitura fica excluída das formações construídas com *-zinh* e *-zã*?

Nossa hipótese: os formadores introduzidos pela consoante /z/ se anexam a estruturas já completamente flexionadas, tanto em gênero, quanto em número, concordando os traços-phi da base que modificam. Essa posição é mais alta do que aquelas ocupadas pelas suas respectivas contrapartes iniciadas por vogal. Como a interpretação não composicional é licenciada através de domínios locais sintaticamente bem definidos, ela fica restrita aos formadores *-inh* e *-ã*, que se encontram mais perto da raiz. Nesse sentido, a presença de mais material sintático intervindo entre *-zinh/-zã* e raiz é responsável por derivar o fato que a interpretação não-composicional não é uma possibilidade para tais formações.

1.5 Organização de Tese

No capítulo 2, investigamos as noções de gênero e classe nominal no PB, revisitando a literatura que se debruçou sobre o tema e propondo uma análise inovadora em que a tradicional divisão que separa as duas noções é abandonada. O sistema resultante se mostra vantajoso quando comparado às análises anteriores, porque dispensa mecanismos adicionais, tais como diacríticos de raiz, ou inserção pós-sintática de núcleos na estrutura sintática, por exemplo.

Já o capítulo 3, trata das propriedades do formador de diminutivo *-inh*, com especial foco na relação que ele estabelece com o núcleo de gênero. Propomos que o que diferencia o formador *-inh* dos demais formadores avaliativos analisados na tese é o fato de ele não apresentar um núcleo de gênero que seja independente daquele que categoriza a raiz.

No capítulo 4, por sua vez, abordamos as formações de aumentativo construídas com o marcador *-ã*. A nossa proposta é que, diferentemente de *-inh*, tal formativo e a raiz possuem núcleos independentes de gênero. Assim sendo, a estrutura sintática responsável por derivar as formações aumentativas conta com dois núcleos de gênero: um que se anexa à raiz e outro que se anexa ao aumentativo. A distância entre a raiz e o núcleo de gênero a que o aumentativo se concatena dá conta do fato de que a realização fonológica da vogal final do aumentativo é completamente independente da raiz. Também no capítulo 4, trazemos uma análise para as formações de diminutivo e aumentativo encabeçadas por consoante. A estrutura sintática para tais formações se aproxima daquela proposta para o formador *-ã*, com

a diferença de que *-zinh* e *-zã* são estruturalmente mais altos que a projeção de número que se relaciona à raiz.

No capítulo 5, discutimos os mecanismos de atribuição de significado à derivação sintática, mais especificamente, procurando depreender os limites estruturais que licenciam a interpretação não-composicional no domínio da formação de palavras.

Por fim, no capítulo 6, abordamos o debate entre teorias localistas e globalistas de análise linguística. Para tanto, apresentamos e discutimos as análises de Bisol (2010) e de Ferreira (2005), que trataram da formação de diminutivo no PB dentro do quadro da Teoria da Otimidade. As preocupações empíricas desses trabalhos são reanalisadas a partir da perspectiva derivacional desenvolvida ao longo da tese, que se mostra eficiente para dar conta de uma variedade maior de casos.

Redefinindo a noção de gênero e vogal temática nos nominais do português brasileiro: uma análise sintaticamente unificada

2.1 Introdução

Tradicionalmente, assume-se que os nominais do PB, bem como de muitas outras línguas românicas, são divididos em diferentes classes nominais, flexionais ou temáticas (cf. ALCÂNTARA, 2003, 2010, para o PB; DRESSLER e THORNTON, 1996, para o italiano; HARRIS, 1991a, 1991b, 1999, para o espanhol; OLTRA-MASSUET, 1999, para o catalão, entre muitos outros). Em linhas gerais, a determinação da classe a que um nominal pertence depende da terminação fonológica que ele apresenta. No PB, essa terminação fonológica é representada pelas vogais átonas *-a*, *-o*, *-e*, ou por um $\emptyset$ fonológico. Além de pertencerem a diferentes classes flexionais, os nominais do PB também são divididos em dois grupos de gênero: masculino e feminino.

É possível encontrar generalizações na relação entre gênero e classe: a maioria dos nomes terminados em *-a* tende a ser feminino, enquanto a maioria dos nomes terminados em *-o* tende a ser masculino. No entanto, as marcas de gênero e classe não coincidem sempre, de modo que não é possível prever a classe nominal com base nas informações de gênero ou vice-versa. Nesse sentido, há nomes masculinos e femininos em todas as classes flexionais.

Neste capítulo, nós reanalisamos a relação entre gênero e classe flexional, bem como as suas representações formais e o estatuto de cada uma dessas noções na teoria da gramática. A abordagem tradicional para essas questões é assumir que gênero e classe flexional são domínios autônomos de generalização linguística e que, nesse sentido, demandam representações formais independentes. No entanto, a proposta central deste capítulo é a de que as marcas de gênero e de classe nominal ocupam a mesma posição na estrutura sintática. Em outras palavras, propomos que o que foi tradicionalmente separado em gênero e classe nominal represente tão somente diferentes possibilidades de realização fonológica de um

mesmo núcleo sintático. Tal núcleo sintático é identificado neste trabalho como uma projeção de gênero, que é parte da projeção estendida do nome. O sistema resultante dispensa a necessidade de diacríticos de classe tanto na raiz como em qualquer dos estágios da derivação.

Partindo do pressuposto teórico de que os nós terminais sintáticos sejam desprovidos de realização fonológica (Inserção tardia) e de que os Itens de Vocabulário (IVs) competem para inserção nesses nós terminais, propomos que o IV inserido no núcleo de gênero pode ser um item *default* ou um elemento mais especificado. Os IVs *default* mapeiam o núcleo de gênero para *-a* no contexto de feminino e para *-o* no contexto de masculino. Por outro lado, os casos em que a forma fonológica da vogal final é imprevisível são explicados como o resultado da existência de IVs mais especificados, que incluem as raízes relevantes em sua especificação contextual. É bastante óbvio que os padrões inesperados precisam ser listados em algum lugar do sistema. Crucialmente, ao especificar tais informações na lista de expoentes fonológicos, o sistema resultante dispensa os diacríticos de classe como primitivos da gramática.

No que diz respeito à computação semântica, propomos que o núcleo de gênero sempre contribui para o significado. No entanto, ele pode afetar a interpretação de duas maneiras diferentes: composicionalmente e não-composicionalmente. A contribuição composicional do núcleo de gênero é exclusiva dos casos em que um par de entidades animadas pode ser formado, tal como em *gato* e *gata* ou *menino* e *menina*, por exemplo. A intuição de base para essa análise é a de que gênero só possui significado quando remete ao chamado gênero biológico. Por outro lado, a contribuição não-composicional do núcleo de gênero é exclusiva aos casos em que um par não pode ser encontrado, tal como em *mesa* ou *livro*, por exemplo. Nesse sentido, a informação de feminino em *mesa* ou de masculino em *livro* é opaca para interpretação, uma vez que o traço de gênero relevante não pode ser composicionalmente interpretado.

Para modelar tal intuição em um sistema formal, propomos que há três possibilidades de especificação de traços no núcleo de gênero: [masculino], [feminino] ou um par formado pelos traços de masculino e feminino juntos {[masculino, feminino]}. É interessante apontar que a especificação isolada de traços [masculino] ou [feminino], por não codificar contraste, não possui um significado transparente e não pode ser interpretada composicionalmente. Nesse sistema, o que é tradicionalmente conhecido como classe nada mais é do que um

contexto formal em que o núcleo de gênero é especificado com um traço isolado e contribui não-composicionalmente para o significado. Por outro lado, quando o núcleo de gênero é duplamente especificado, ele codifica contraste e a consequência do contraste é a interpretação composicional pareada masculino-feminino. Nesse sentido, o que é tradicionalmente conhecido como gênero passa a ser um contexto formal em que o núcleo de gênero é duplamente especificado, codifica contraste e contribui para o significado composicionalmente.

Os detalhes formais do sistema serão desenvolvidos ao longo do capítulo, mas as linhas gerais da proposta estão delineadas na sistematização abaixo:

(1) Gênero e classe no PB

- a. Sintaticamente:** ambos ocupam a posição de núcleo de uma projeção funcional que é parte da projeção estendida do nome, mais especificamente, o núcleo de gênero.
- b. Semanticamente:** ambos contribuem para o significado
 - (b1)** Dupla especificação no núcleo de gênero codifica contraste e contribui para o significado composicionalmente.
 - (b2)** Especificação isolada no núcleo de gênero: não codifica contraste e contribui para o significado não-composicionalmente.
- c. Fonologicamente:** os IVs que competem para inserção no núcleo de gênero podem ser tanto *default* como itens contextualmente especificados com informação da raiz relevante. Aqueles que são contextualmente especificados bloqueiam a inserção dos *defaults*.

Para desenvolver as hipóteses delineadas acima, o capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 2.2, apresentamos as propriedades empiricamente relacionadas às chamadas classes nominais do PB. Na seção 2.3, apresentamos e discutimos, em linhas gerais, algumas das análises existentes na literatura para tratar de classes flexionais, com ênfase para as classes nominais. Na seção 2.4, nós desenvolvemos um sistema unificado de análise para gênero e classe nominal. A ideia é mostrar que as propriedades empíricas previamente

descritas são possivelmente explicadas por um sistema em que classe não é um primitivo da gramática. Na seção 2.5, discutimos mais propriamente a noção de gênero e, finalmente, a seção 2.6 traz as considerações finais do capítulo.

2.2 As propriedades empíricas das classes nominais

No que diz respeito à constituição formal dos nomes no PB, uma divisão bastante tradicional é feita entre nomes temáticos e atemáticos (cf. BECHARA, 2001; CÂMARA JR., 1970; LUFT, 1974, entre outros). Os nomes temáticos apresentam o que se conhece como vogal temática, cujas possibilidades de superficialização fonológica são as vogais átonas *-o*, *-a* ou *-e*. Por outro lado, os nomes atemáticos possuem como característica central a ausência dessa vogal temática, sendo terminados por uma vogal tônica ou por uma consoante.

A primeira questão que se coloca para aqueles que consideram ser a divisão em classes flexionais uma propriedade dos nomes no PB, é descobrir quantas classes nominais a língua apresenta. Com base no trabalho de Harris (1999) para o espanhol, Alcântara (2010) propõe que os nominais em PB são divididos em quatro diferentes classes flexionais, que são representadas por I, II, III e IV. A classe I é formada por nomes terminados em *-o*, enquanto a classe II contém os nomes terminados em *-a*. A classe III, por sua vez, é uma classe mais complexa formada por nomes que terminam em *-e* ou em consoante. A condição para que um nome terminado em consoante faça parte da classe III é que ele apresente a vogal *-e* em sua forma plural (cf. CÂMARA JR., 1970). Finalmente, a classe IV contém os nomes que nunca apresentam vogal temática, seja no plural ou no singular. Nomes femininos e masculinos podem ser encontrados em todas as diferentes classes. A sistematização classificatória proposta por Alcântara (2010) pode ser vista na tabela abaixo:

(2) Classes Nominais do PB: Alcântara (2010)

Classe	Gênero	Exemplos
I	m	astro, belo, calmo, dado, figo, imenso, jato, lobo, maestro, noivo, oco, peito, quadro, rato, sino, urso, vândalo, zelo, ...
	f	libido, tribo, virago, ...
II	m	alameda, bela, cava, dama, fada, girafa, ilha, juta, lâmpada, neta, ostra, pedra, quimera, rúcula, cesta, testa, uva, vaca, zebra, ...
	f	aroma, cometa, drama, edema, fantasma, gorila, idioma, lema, mapa, nauta, ômega, plasma, prana, rapa, sistema, tema, ...
III	m	abacate, acorde, açougue, alarde, bagre, bandeide, basquete, blefe, bosque, clube, deboche, dote, eslaide, forde, lanche, nocaute, padre, tigre, verde, algoz, anis, bolor, capuz, convés, feliz, mártir, revés, teor, tenaz, are, apêndice, bule, cárcere, doce, escore, folclore, tule, vale, ...
	f	arte, ave, boate, butique, chance, chave, cidade, haste, lápide, madre, mascote, metade, neve, noite, parede, saúde, sebe, sorte, trave, cor, cruz, dor, espiral, flor, foz, paz, tez, alface, árvore, classe, fase, índole, musse, pele, prole, tosse, ...
	m/f	alegre, chefe, célebre, cliente, consorte, craque, mestre, pedestre, triste, benesse, célere, mole, precoce, súplice, ...
IV	m	álbum trem, armazém, jardim, frei, boi, apogeu, mausoléu, troféu, chá, jabuti, pajé, farol, papel, ...
	f	bagagem, coragem, lei, pá
	m/f	jovem, vil

Tabela 1 - As classes nominais do PB (ALCÂNTARA, 2010, p. 6)

Uma propriedade importante comumente associada às classes flexionais é que nenhum significado sistemático pode ser identificado entre os nomes de uma mesma classe. Diz-se, então, que as classes flexionais são semanticamente inertes. A semelhança entre os nomes de uma mesma classe fica, na verdade, completamente restrita à semelhança fonológica de suas terminações.

Dessa mesma forma, não é possível prever a que classe flexional um nome irá pertencer com base em propriedades formais, sejam elas de natureza morfológica, fonológica, sintática ou semântica. Assim, uma propriedade também comumente associada às classes flexionais é a arbitrariedade. Não há, portanto, um critério formal de separação dos nomes em diferentes classes. O critério tomado como base é exclusivamente a terminação fonológica que eles apresentam.

Por fim, diferentemente de gênero, as classes nominais não desencadeiam concordância. Isso significa que não existe nenhum requerimento exigindo que os diferentes

nominais dentro de um mesmo DP pertençam à mesma classe flexional para que a formação resultante seja gramatical. Nesse sentido, as classes nominais são consideradas elementos sintaticamente inativos.

(3) Classe nominal não desencadeia concordância

a. A tribo jovem, bonita e rebelde
classeI classeIV classeII classeIII

b. O planeta jovem, bonito e rebelde
classeII classeIV classeI classeIII

Como se pode ver nos dados acima, um desacordo entre a classe dos adjetivos e a classe no nome não acarreta nenhuma consequência para a gramaticalidade da sentença.

Na verdade, as três propriedades centrais levantadas nesta seção sobre o sistema nominal de classes do PB têm sido associadas à noção de vogal temática translinguisticamente (cf. BERMÚDEZ-OTERO, 2008) e elas estão sistematizadas abaixo:

(4) Classes flexionais do PB: um resumo

- a. Classes nominais são desprovidas de significado.
- b. Classes nominais são arbitrárias.
- c. Classes nominais são sintaticamente inativas.

É interessante ressaltar que todas essas propriedades contrastam, em algum nível, com as propriedades apresentadas pelo gênero. Nesse sentido, gênero não é totalmente desprovido de significado. Pelo menos quando o que está em questão é a formação de pares masculino-feminino, a interpretabilidade de gênero fica mais latente e o mesmo raciocínio é válido para a arbitrariedade de gênero, que não é completa. Da mesma forma, o fato de gênero, diferentemente de classe, desencadear concordância tem sido usado na literatura para argumentar em favor da necessidade de separar as duas noções. Por fim, o fato de ser possível encontrar nomes femininos e masculinos nas variadas classes flexionais, também tem sido interpretado como evidência da falta de correlação entre uma e outra noção.

É exatamente a relação entre gênero e classe que este capítulo pretende revisar. Antes, porém, faz-se necessário identificar quais os mecanismos que as análises existentes na literatura utilizaram para tratar das propriedades empíricas descritas nesta seção e comumente associadas às classes nominais.

2.3 Classes flexionais em abordagens anteriores: uma discussão geral

Esta seção coloca em perspectiva algumas das variadas linhas de análise disponíveis na literatura para dar conta do sistema de classe flexional apresentado em diversas línguas. Seu objetivo é mostrar a heterogeneidade de abordagens existentes, os problemas intrínsecos a cada uma delas, bem como a falta de consenso para tratar do tema. Ressaltamos, no entanto, que, em função das limitações que envolvem o trabalho, não abordaremos os detalhes de cada uma das análises, que serão definidas pelos seus aspectos mais gerais.

Uma das saídas encontradas na literatura para dar conta da imprevisibilidade da forma fonológica assumida pela vogal temática é assumir que classe é um diacrítico da própria raiz. Nesse sentido, cada raiz vem previamente especificada com um traço formal, que é responsável por assegurar sua associação apropriada a uma determinada classe. Essa é, por exemplo, a solução encontrada em Embick e Halle (2005) para tratar do sistema de classe verbal do latim, em que a arbitrariedade também é uma característica central.

(5) Vogal temática como um diacrítico de raiz

A filiação a uma das classes de conjugação é uma propriedade arbitrária das raízes que aparecem no sistema verbal do latim. A implementação mais simples desse fato envolve especificar cada raiz com um diacrítico de classe que codifica a filiação a uma classe específica: $\sqrt{\text{AUD}}$ [IV].

(EMBICK e HALLE, 2005, p.46 – tradução nossa¹)

Apesar de a implementação que equipa a raiz com um traço formal de classe parecer ser o jeito mais simples de dar conta da arbitrariedade associada a essa noção, tal solução tem se mostrado inadequada tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista empírico.

Dentre os problemas associados a esse tipo de solução está o fato de que, empiricamente, não é difícil encontrar casos em que a mesma raiz aparece com diferentes vogais finais, tal como ilustrado abaixo com exemplos do próprio PB.

(6) Mesma raiz - diferentes classes

a. $\sqrt{\text{MENIN}}$	menino	menina
b. $\sqrt{\text{MESTR}}$	mestre	mestra
c. $\sqrt{\text{FREQUÊS}}$	freguês	freguesa

¹ “Membership in one of the conjugation classes is an arbitrary property of the roots that appear in the Latin verbal system. The simplest implementation of this fact involves specifying each Root for a diacritic feature that encodes membership in a specific class: $\sqrt{\text{AUD}}$ [IV]” (EMBICK e HALLE, 2005, p.46)

d. √MAT	mato	mata	mate	
e. √VAL	valo	vala	vale	
f. √BARC	barco	barca		
g. √JARR	jarro	jarra		
h. √BOLS	bolso	bolsa		
i. √PIAN	piano	pianista		
j. √PEDR	pedra	pedregulho		
k. √MILH	milho	milharal		
l. √LARG	largo	larga	enlarguecer	alargar
m. √DOID	doido	doida	endoidecer	endoidar
n. √BRANC	branco	branca	enbranquecer	esbranquiçar ²

Nos dados em (6), nós podemos encontrar um variado conjunto de casos em que a mesma raiz aparece associada a nomes de diferentes classes ou verbos de diferentes conjugações. Nesses contextos, seria necessário multiplicar a entrada lexical de uma mesma raiz, cada entrada sendo especificada com o seu diacrítico de classe, que asseguraria o pareamento correto entre a raiz e o material fonológico que a completa.

Do ponto de vista teórico, para um modelo de análise que trabalha com a acategorialidade das raízes, como o que adotamos nesta tese, equipar a raiz com um traço de classe nominal ou de conjugação verbal também não parece uma saída interessante. Conforme apontado em Acquaviva (2009), tais diacríticos acabam por ser uma espécie de dica a respeito de qual categoria a raiz em questão pode assumir. Se assim for, o estatuto acategorial das raízes acaba por ser consideravelmente enfraquecido, resultando em um modelo mais lexical do que sintático para a formação de palavras.

A inatividade sintática atribuída às classes flexionais está relacionada ao fato de que, aparentemente, a classe não influencia a derivação sintática de nenhuma maneira. Nesse mesmo sentido, não parece haver casos em que qualquer operação formal seja restrita a determinada afiliação de classe. Tal fato aliado à ausência de significado transparente que relacione os nominais de uma mesma classe levou alguns autores a propor que a vogal temática é um elemento relevante somente no nível morfológico. A abordagem morfológica da vogal temática divide-se, pelo menos, em duas diferentes linhas de análise, que dependem,

² As classes verbais não serão tratadas neste trabalho. Os exemplos em questão ilustram, no entanto, o fato de que assumir que raízes possuem diacríticos de classe implica em ter que assumir que pares de verbos, tais como *alargar* e *enlarguecer*, por exemplo – que diferem em suas conjugações, mas compartilham da mesma raiz – são, na verdade, raízes diferentes ou acidentalmente homófonas.

basicamente, da posição que se assume a respeito do lugar da morfologia na teoria da gramática.

Em uma das abordagens, o nível morfológico é considerado pré-sintático. Isso significa que a sintaxe atua em uma estrutura já morfolologicamente construída. Uma proposta desenvolvida dentro dessa linha de análise é encontrada, por exemplo, em Alexiadou e Müller (2005):

(7) A classe flexional é sintática e semanticamente inerte: a vogal temática é tratada no componente morfológico.

(7a) Morfologia pré-sintática: vogais temáticas precisam ser eliminadas antes que a derivação atinja o componente sintático (cf. ALEXIADOU e MÜLLER, 2005).

Eles [traços flexionais] não são interpretáveis na sintaxe e atuam como sondas nos radicais, tendo as marcas de flexão como alvo e, então, desencadeiam operações morfológicas de *Agree* que concatenam radicais e marcas de flexão antes que se chegue à sintaxe. (ALEXIADOU e MÜLLER, 2005, p.1 – tradução nossa³)

A ideia dos autores é a de que o traço de classe precisa ser eliminado antes que a derivação chegue ao componente sintático, dado que a classe flexional não é interpretável na sintaxe. A eliminação dos traços de classe se daria, então, na própria morfologia, mais especificamente, através de operações de *Agree*. Nesse sistema, os radicais atuam como sonda e as marcas flexionais, providas do traço relevante de classe, atuam como alvo. Uma vez que sonda e alvo são pareados com sucesso, o traço de classe é eliminado da derivação.

No entanto, o lugar da morfologia na gramática é uma questão, em grande parte, empírica que precisa ser discutida com base em como os dados das línguas se apresentam. Nessa linha de raciocínio, é importante ressaltar que a ideia de uma morfologia que antecede a sintaxe parece ser inviável do ponto de vista empírico. Isso porque, tal como apontado em Sauerland (1996), há muitos casos em que propriedades que não estão especificadas no *output* da morfologia são claramente acessíveis à sintaxe. Em outras palavras, a morfologia pode ser subespecificada com relação a propriedades que são sintaticamente relevantes. Assim, ao se assumir um sistema de gramática em que a morfologia antecede a sintaxe, há um desencontro entre o que a morfologia apresenta e o que a sintaxe efetivamente necessita. Nesse sentido,

³ “They [inflectional features] are uninterpretable in syntax and act as probes on stems, with matching inflection markers as goals, and thus trigger morphological *Agree* operations that merge stem and inflection marker before syntax is reached” (ALEXIADOU e MÜLLER, 2005, p.1)

assumimos, neste trabalho, um modelo de organização da gramática em que a morfologia é pós-sintática, o que significa dizer que a morfologia atua sobre uma estrutura já sintaticamente construída.

Dentro dessa visão, uma proposta encontrada da literatura para tratar da noção de classe é a de que a vogal temática é um elemento ausente na sintaxe, mas posteriormente adicionado na morfologia. Tal perspectiva tem sido trabalhada, por exemplo, com base no modelo teórico da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), em que a adição dos chamados morfemas dissociados no componente morfológico é uma operação possível.

(7b) Morfologia pós-sintática: a vogal temática é inserida depois da sintaxe em respeito a um requerimento morfológico de boa-formação (cf. ALCÂNTARA, 2003, 2010; HARRIS, 1999; OLTRA-MASSUET, 1999).

Nessa perspectiva de análise, Harris (1999), por exemplo, propõe que uma condição de boa-formação, nos moldes do que apresentamos abaixo, atua na morfologia:

(8) Sintaxe

X

Morfologia

A condição (8) requer que um morfema de classe, isto é, um sufixo temático, notado como ζ, seja adjungido a X⁰ em determinadas configurações. Essa adjunção acontece no componente morfológico. (HARRIS, 1999, p.53- tradução nossa⁴)

Segundo a proposta de Harris (1999)⁵, o lugar estrutural do morfema de classe é criado pós-sintaticamente através da adição de um nó (ζ) especificamente dedicado para abrigar tal elemento. A inserção do nó de classe é atribuída a um requerimento de boa formação morfológica.

Um problema para essa abordagem, já apontado em Alexiadou e Müller (2005), é que a inserção pós-sintática de um nó terminal está em desacordo com a Condição de

⁴ “Condition (8) requires that a form-class morpheme, that is a thematic suffix, notated as ζ, be adjoined to X⁰ in certain configurations. This adjunction takes place in the Morphological component.” (HARRIS, 1999, p.53)

⁵ A proposta apresentada em Harris (1999) é baseada na análise de Oltra-Massuet (1999), que trata da morfologia verbal do catalão.

Inclusividade (cf. CHOMSKY, 1995), que proíbe que o *output* da derivação contenha elementos a mais do que aqueles presentes em seu *input*. Faz-se, ainda necessário dizer que o conceito do que uma “condição de boa-formação morfológica” realmente significa não é muito claro e, assim sendo, acaba por se tornar um recurso de análise muito mais descritivo do que propriamente explicativo. Finalmente, dispensar a vogal temática de qualquer relação com o significado final da formação acaba por complicar a explicação de conjuntos de dados, tais como aqueles apresentados em (6d-h). Se a vogal final é irrelevante para a interpretação, então, a diferença entre *barco-barca* ou *mato-mata*, fica ou a cargo da própria raiz, o que implica assumir que a raiz é provida de propriedades semânticas, ou a cargo da postulação de raízes homônimas.

Outra abordagem já proposta na literatura para dar conta das propriedades empíricas associadas às classes flexionais é apostar em um léxico que armazena não raízes nuas, mas raízes já devidamente providas de sua vogal temática. Essa é essencialmente a linha de análise proposta por Bermúdez-Otero (2012) para lidar com o sistema nominal do espanhol.

(9) O léxico armazena raízes com suas respectivas vogais temáticas

O léxico permanente contém entradas para radicais e sufixos derivacionais completos, no caso do espanhol, com as respectivas vogais temáticas.⁶
(BERMÚDEZ-OTERO, 2012, p.4)

Essa perspectiva de análise dispensa qualquer mecanismo de associação entre raiz e classe flexional, uma vez que a vogal temática é armazenada juntamente com a flexão de classe que lhe cabe. No entanto, tal abordagem traz consigo os mesmos problemas empíricos enfrentados pela análise que equipa a raiz com um diacrítico de classe. Um desses problemas diz respeito ao fato de que toda vez que uma mesma raiz puder ser associada a diferentes classes, a respectiva raiz (associada à sua vogal final) terá que ser listada múltiplas vezes, o que resulta, mais uma vez, em um léxico consideravelmente inchado. Nesse mesmo sentido, qualquer generalização possível entre gênero e classe será perdida e teremos que tratar a relação entre feminino e *-a* ou entre masculino e *-o* como coincidência, o que nos deixa com um sistema sem poder explicativo.

A partir desse contexto teórico bastante heterogêneo e não-consensual, nós desenvolvemos, na próxima seção, um novo sistema para dar conta das propriedades

⁶ “The permanent lexicon contains entries for stem and stem-deriving suffixes complete, in the case of Spanish, with theme vowels.” (BERMÚDEZ-OTERO, 2012, p.4)

empíricas apresentadas pelas chamadas classes flexionais. É importante ter em mente que, para os limites deste trabalho, concentramo-nos nos dados dos nominais do PB e a extensão da proposta para nominais de outras línguas fica como perspectiva para trabalhos futuros.

2.4 Classe Nominal e Gênero: unificando o sistema

Nesta seção, propomos que a classe nominal não precisa ser tratada como um primitivo no sistema do PB. Mais especificamente, propomos que a tradicional divisão entre gênero e classe nominal tem apenas dificultado a compreensão da natureza da vogal final (ou da ausência fonológica dela) característica dos nomes e adjetivos no PB. Para tanto, a estrutura sintática básica da qual partimos pode ser encontrada abaixo⁷:

(10) Estrutura básica de partida para nomes

Diante da estrutura acima, algumas considerações teóricas iniciais se fazem necessárias. Assumimos uma visão teórica a partir da qual as raízes são desprovidas de valor gramatical ou de qualquer traço sintático (cf. BORER, 2013a). Assim sendo, raízes são elementos que não selecionam argumentos, nem projetam. Em termos de *Bare Phrase Structure* (cf. CHOMSKY, 1995), as raízes são, ao mesmo tempo, projeções mínimas e máximas: elas não são a projeção de nenhum núcleo, nem projetam nenhuma estrutura. Nesse sentido, o rótulo resultante da concatenação entre uma raiz e o núcleo de gênero (GEN) é, necessariamente, o núcleo GEN. Entendemos o núcleo GEN como parte da projeção estendida do nome. A projeção estendida (cf. GRIMSHAW, 1991) é uma unidade que consiste de um núcleo lexical e de toda projeção funcional erguida sobre essa projeção

⁷ Os galhos sem rótulo na árvore são espaços para outros núcleos funcionais que possam fazer parte da projeção estendida dos nominais, mas que, para os limites deste capítulo, não são foco de nossa análise. É importante ressaltar também que está fora do escopo deste trabalho propor uma estrutura funcional que seja capaz de diferenciar a formação de adjetivos da formação de nomes. Para uma discussão a respeito da estrutura funcional das categorias lexicais, cf. Baker (2003).

lexical. Os traços formais que compõem GEN são responsáveis por desencadear concordância entre o nome, seus modificadores e o determinante⁸.

É importante ressaltar que estamos assumindo a concordância de gênero como um processo sintático. Uma análise alternativa seria considerar gênero como elemento da alçada da morfologia e, como tal, adicionado pós-sintaticamente à estrutura⁹. Nós rejeitamos essa hipótese com base nos argumentos de Picallo (2007), que mostram efeitos da concordância de gênero no componente de LF, o que é completamente inesperado se o núcleo de gênero é inserido depois que a derivação já se dividiu em PF e LF. De fato, a noção de morfema dissociado (cf. EMBICK, 1997) inclui a ideia de que tal elemento não interfira na computação semântica. Uma das evidências de Picallo (2007) vem da concordância de gênero em catalão que, segundo a autora, afeta leituras de coindexação de variáveis, tal como ilustrado nos seguintes exemplos:

(11) Concordância de gênero e coindexação de variáveis no catalão

- a. Quan un venedor té una calaixera_i la_i / el*_{i/j} / ho*_{i/h} ven
 when a seller-masc has a drawer chest-fem it-fem,sg/it-masc,sg /it-neut sells
 ‘When a seller has a drawer chest, he sells it’
- b. Quan una venedora té un armari_i la*_{i/j} / el_i / ho*_{i/h} ven
 when a seller-fem has a closet-masc it-fem,sg /it-masc,sg /it-neut sells
 ‘When a seller has a closet, he sells it’

(PICALLO, 2007, p.3)

Para o pronome clítico ter uma leitura ligada, ele precisa concordar em gênero com seu antecedente. O fato interessante é que a falta de concordância de gênero não leva à agramaticalidade, mas a uma interpretação do pronome como livre. Assim sendo, não parece ser apropriado tratar gênero como um núcleo adicionado no caminho para a interface fonética, como é o caso dos morfemas dissociados, uma vez que a presença ou ausência de concordância influenciam a interpretação da sentença¹⁰.

⁸ Cf. a seção 3.5 deste capítulo para uma discussão a respeito dos traços que podem compor o núcleo de gênero.

⁹ Essa visão de gênero como um morfema dissociado é bastante semelhante à análise de classe flexional apresentada em (7b) e (8) na seção anterior.

¹⁰ A autora ainda traz a associação entre flexão de gênero e operações específicas de movimento como evidência para a presença de gênero na sintaxe. Tal relação é exemplificada através de dados de concordância de partícipio no francês e construções de clíticos acusativos no catalão, como ilustrado a seguir:

(i) Movimento e concordância de gênero no francês

- a. Quelle chaise as- tu t répeinte t
 which-fem chair-fem have you repainted-fem

Feitas essas considerações teóricas, prosseguimos com a implementação do nosso sistema, tomando como ponto de partida o conhecido fato de que, no PB, *-a* é a marca mais geral para feminino, enquanto *-o* é a realização mais geral para masculino. Assumindo que os nós terminais gerados pela sintaxe são desprovidos de conteúdo fonológico (Inserção tardia), os IVs que representam a relação mais geral entre realização fonológica e gênero no PB estão ilustrados abaixo:

(12) Realização fonológica default do núcleo GEN

- a. $[f]_{\text{gen}} \leftrightarrow a$
- b. $[m]_{\text{gen}} \leftrightarrow o$

Os IVs são instruções que relacionam traços morfossintáticos a conteúdos fonológicos. Nesse sentido, o que temos em (12a) nada mais é do que a indicação de que a peça fonológica *-a* deve ser inserida em um contexto morfossintático em que o núcleo de gênero apresenta o traço de [feminino], enquanto (12b), por sua vez, estabelece que a peça fonológica *-o* deve ser realizada quando o núcleo de gênero estiver especificado com um traço de [masculino]. As estruturas sintáticas com o respectivo conteúdo fonológico associado aos nós de gênero podem ser vistas abaixo nas derivações sugeridas para o par *bolsa-bolso*, por exemplo.

(13) Estrutura sintática:

a. *Output: bolsa*

b. *Output: bolso*

‘which chair have you repainted?’

- b. Tu as répeint la chaise.
- You have repainted the-fem chair-fem
- ‘You have repainted the chair’

(ii) Movimento e concordância de gênero no catalão

- a. (Aquesta pel·lícula) ja l’has vista?
- (this movie-FEM) already it-fem have (you) seen-fem-sing.?
- ‘This movie, have you already seen it?’
- b. Ja has vist (*-a) aquesta pel·lícula?
- already have (you) seen (*FEM) this movie-fem?
- ‘Have you already seen this movie?’

(PICALLO, 2007, p. 4)

O primeiro problema para esse sistema de análise é que o padrão geral representado em (12) e (13) não está livre de exceções. Na verdade, a existência de nomes femininos terminados em *-o*, bem como de nomes masculinos terminados em *-a* é um dos mais conhecidos argumentos utilizados para sustentar a tradicional divisão entre gênero e classe. É bastante claro que os casos que desviam do padrão precisam ser listados em algum lugar, a questão a ser investigada é exatamente onde listá-los. Para dar conta desses casos, vamos enfatizar a separação entre o que é sintático (os traços formais que desencadeiam concordância) e o que é puramente fonológico (a forma fonológica da vogal final). A nossa proposta é a de que os padrões inesperados de associação entre o traço de gênero e a fonologia da vogal que completa a raiz são casos em que IVs mais especificados, contendo uma especificação contextual que inclui informação a respeito das raízes relevantes, bloqueiam a inserção dos IVs *default*.

(14) Especificação contextual nos Itens de Vocabulário

- a. $[m]_{\text{gen}} \leftrightarrow a/ \{ \sqrt{\text{PLANET}}; \sqrt{\text{MAP}}; \sqrt{\text{PROBLEM}}; \text{etc.} \}$
- b. $[f]_{\text{gen}} \leftrightarrow o/ \{ \sqrt{\text{TRIB}}; \sqrt{\text{LIBID}}; \sqrt{\text{VIRAG}}; \text{etc} \}$

(15) Estrutura sintática:

Os diferentes IVs entram em competição para serem inseridos nos nós terminais gerados pela sintaxe. Um dos importantes aspectos que regulam a inserção de vocabulário é o Princípio do Subconjunto, cuja definição é encontrada a seguir:

(16) O Princípio do Subconjunto

O expoente fonológico de um Item de Vocabulário é inserido em um morfema na cadeia de nós terminais se o item contém todos ou um subconjunto dos traços gramaticais especificados no morfema terminal. A inserção não ocorre se o Item de Vocabulário contém traços que não estão presentes no morfema. Se mais de um Item de Vocabulário apresenta as condições de inserção, o item que contém o maior número de traços especificados no morfema terminal deve ser escolhido. (HALLE, 1997, p. 428 – tradução nossa)¹¹

¹¹ The phonological exponent of a Vocabulary item is inserted into a morpheme in the terminal string if the item matches all or a subset of the grammatical features specified in the terminal morpheme. Insertion does not take

Estando os outros aspectos em igualdade de circunstância, o expoente que realiza o maior subconjunto de traços especificados no nó sintático relevante ganha a competição e, portanto, deve ser o elemento realizado fonologicamente. A consequência desse princípio é que a existência de um item mais específico impede a aplicação do item mais geral. Crucialmente, o Princípio do Subconjunto, tal como enunciado em (16), não nos permite concluir que os IVs em (14) sejam mais específicos que aqueles em (12), uma vez que ambos os grupos realizam o mesmo número de traços. No entanto, o que queremos enfatizar neste ponto da análise é que a especificação contextual precisa ser levada em consideração para a comparação de especificidade entre os IVs. Se é assim, fica claro que, no contexto das raízes relevantes, os IVs em (14) são mais específicos que os itens em (12). Mais particularmente, no contexto das raízes $\sqrt{\text{PLANET}}$ ou $\sqrt{\text{MAP}}$, por exemplo, o expoente *-a* é o mais especificado para a posição de GEN, enquanto que no contexto das raízes $\sqrt{\text{TRIB}}$ ou $\sqrt{\text{LIBID}}$, por outro lado, a peça fonológica *-o* é mais especificada para tal posição. É importante dizer que, na presença de uma raiz que não seja relevante para a especificação contextual contida nos IVs, os itens (14a) e (14b) perdem a competição em virtude de conterem informações demais, ou seja, informações que não são propriamente parte do que é encontrado na derivação sintática. Como consequência, os elementos *defaults* serão realizados.

Há uma generalização válida que tem sido notada na literatura a respeito da relação entre gênero e classe flexional: quando há um desencontro entre gênero e classe, o elemento que se realiza é classe e não gênero. Em uma abordagem que divide gênero e classe em domínios autônomos de generalização, é possível dizer que há uma relação hierárquica, em que classe precede gênero. Isso explicaria, por exemplo, a realização do *-a* final em *planeta*, apesar do traço masculino de gênero, ou a realização do *-o* final em *tribo*, apesar do gênero feminino. Na linha de análise que estamos construindo, tal explicação não é possível, já que a noção de classe não aparece como um primitivo do sistema. A nossa explicação, no entanto, não requer nenhum elemento extra e se resume em dizer que há um IV mais específico, que impede a inserção da peça *default* esperada.

Cabe ainda ressaltar que o mecanismo de especificação contextual não é diferente da seguinte maneira de se tratar a formação de plural irregular em inglês, por exemplo:

place if the Vocabulary item contains features not present in the morpheme. Where several Vocabulary items meet the conditions for insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal morpheme must be chosen. (HALLE, 1997, p. 428)

(17) IVs especificados para plural em inglês

- a. [-sing]_{num} ↔ s
- b. [-sing]_{num} ↔ Ø/ {√SHEEP; √FISH; etc}
- c. [-sing]_{num} ↔ ren/ {√CHILD; √BROTHER}

O IV em (17a) contém a instrução de inserção fonológica *default* para os contextos de plural, enquanto aqueles em (17b) e (17c) contêm uma especificação contextual que inclui informação a respeito das raízes relevantes para sua inserção. Assim, em um contexto morfossintático que conta com a presença das raízes √SHEEP ou √FISH, por exemplo, o IV em (17b) é o mais especificado e deverá ganhar a competição. Da mesma maneira, se a derivação apresentar uma raiz do tipo √CHILD, (17c) deverá ser inserido. Na ausência de uma raiz contextualmente listada, o IV *default* é a única opção de inserção. Crucialmente, estamos falando aqui de realizações fonológicas diferentes de um mesmo núcleo sintático, neste caso, o núcleo de número. Parece não fazer muito sentido estipular que as raízes relevantes são marcadas com algum tipo de traço formal que assegura que a marca fonológica correta será pareada com a raiz correta.

É exatamente esse o papel que os diacríticos de classe parecem estar desempenhando em uma língua como o PB. Eles estão simplesmente assegurando que o pareamento entre a raiz e a peça fonológica que a completa será corretamente estabelecido. Assim sendo, é necessário dizer que nenhuma generalização relevante estará sendo perdida ao se dispensar diacríticos do tipo I, II, III, etc. no sistema do PB.

Dando prosseguimento à implementação da análise, discutiremos, na próxima seção, os seguintes padrões: i) nomes femininos terminados em *-o*, ii) nomes masculinos terminados em *-a*, e iii) nomes femininos e masculinos terminados em *-e* ou Ø.

2.4.1 A realização fonológica de GEN em casos não-*default*: interação entre gênero e o diminutivo *-inh*:

Nesta subseção, exploraremos os casos que fogem do padrão feminino terminado em *-a* e masculino terminado em *-o*. Para tanto, abordaremos um dos aspectos de interação entre a realização fonológica da vogal final – a que estamos chamando de gênero – e o formador de diminutivo *-inh*.

O formador *-inh* precisa ser linearmente seguido por uma vogal. No entanto, as vogais que podem ocupar tal posição são restritas a *-a* e *-o*. Em outras palavras, o diminutivo *-inh* não pode ser completado nem por *-e*, nem por $\emptyset$. É central ressaltar, ainda, que as vogais *-a* e *-o* que completam o diminutivo não refletem necessariamente o gênero *default* relacionado a uma e outra marca. Nesse sentido, podemos ter um diminutivo terminado na sequência *-inha*, correspondente a uma palavra do gênero masculino, tal como em *problema – probleminha*. Da mesma maneira, podemos encontrar uma formação diminutiva terminada na sequência *-inho*, correspondente a uma palavra do gênero feminino, tal como em *tribo – tribinho*, por exemplo.

Ainda que uma análise do diminutivo não caiba neste capítulo, exploraremos a interação entre *-inh* e gênero, lançando a seguinte hipótese: o diminutivo *-inh* funciona como um diagnóstico que evidencia o elemento que ocupa a posição de GEN. Mais especificamente, propomos que a vogal que completa o diminutivo é exatamente a mesma vogal que ocupa o núcleo de GEN. A consequência dessa hipótese é que, se algum elemento não pode aparecer depois do diminutivo, tal elemento não está na posição de gênero. A motivação dessa hipótese ficará mais clara no capítulo seguinte, em que forneceremos uma análise para o diminutivo *-inh*, mas as consequências dela são importantes para entendermos quais elementos podem e quais elementos não podem ocupar o núcleo GEN.

2.4.1.1 Palavras femininas terminadas em -o:

O primeiro ponto a ser ressaltado no que diz respeito aos nomes femininos terminados em *-o* é que eles formam uma classe extremamente restrita. Excluindo-se os nomes que podem ser tanto masculinos, como femininos, tal como em *a piloto/o piloto*, por exemplo, não deve haver mais do que sete palavras que se encaixam nessa categoria: *libido*, *tribo*, *virago*, *imago*, *foto*, *moto* e *loto*. Dessas sete, as últimas três são formas truncadas de *fotografia*, *motocicleta* e *loteria*, respectivamente. Nesta seção, nós queremos discutir o estatuto dessa vogal final *-o* e nós o fazemos através da interação entre tais formas e o formador de diminutivo *-inh*.

Especificamente no caso dos nomes femininos terminados em *-o*, há uma variação dialetal interessante na formação do diminutivo (cf. GUIMARÃES e MENDES, 2010). Nesse sentido, a vogal final que completa o formador *-inh* pode ser (i) idêntica à vogal final da

forma não-diminutiva correspondente ou (ii) pode expressar a marcação *default* de gênero feminino.

(18) Variação na forma diminutiva de nomes terminados em -o:

a. a tribo	a tribinho	
b. a tribo	a tribinha	* a triba
c. a moto	a motinho	
d. a moto	a motinha	*a mota
e. a foto	a fotinho	
f. a foto	a fotinha	*a fota
g. a libido	a libidinho	
h. a libido	a libidinha	* a libida

Enquanto as formas em (18a, c, e, g) preservam a vogal final da forma não-diminutiva, as formas em (18b, d, f, h), por outro lado, apresentam a vogal final *-a*, que é a forma mais geral de feminino. É bastante interessante notar que as formas não-diminutivas terminadas em *-a* na terceira coluna são formas inexistentes na língua e não podem, portanto, ser tomadas como base para a formação do diminutivo em (18b, d, f, h).

A análise do comportamento do diminutivo *-inh* é objeto do próximo capítulo, mas a ideia a ser proposta agora é a de que o paradigma acima é explicado pela relação de dependência entre a vogal que completa a forma diminutiva e a vogal que ocupa o núcleo GEN. Em termos simplistas, propomos que, nos casos em que as formas diminutivas e não-diminutivas possuem a mesma vogal, portanto, em (18a, c, e, g), a vogal final *-o* é propriamente o *spell-out* do núcleo GEN. Por outro lado, quando a forma diminutiva apresenta uma vogal diferente daquela presente na forma não-diminutiva correspondente, propomos que a vogal final *-o* da base tenha sido reanalisada pelo falante como parte da raiz. Crucialmente, a vogal relevante não ocupa o núcleo de gênero. Com o núcleo de gênero fonologicamente vazio, à vogal final que segue o diminutivo restará seguir as instruções gerais de inserção fonológica, que, conseqüentemente, será *-a* para o gênero feminino, que é o gênero da classe de que tratamos nesta seção. Tal comportamento é bastante similar àquele encontrado nos nomes cuja vogal final é um vazio fonológico, como veremos nas próximas subseções. O que ocorre com os “nominais atemáticos” é que a vogal final que completa o diminutivo *-inh* expressará exatamente os padrões gerais de feminino e masculino do PB.

Por fim, parece bastante razoável dizer que a variação na formação do diminutivo revela diferentes dialetos no PB: um que analisa a vogal final *-o* dos nomes femininos como um elemento separado da raiz e outro que analisa essa vogal final como parte da raiz. Tal variação de análise feita pelo falante pode ser explicada pela falta de dados relevantes, uma vez que a quantidade de nomes que fazem parte dessa categoria é extremamente reduzida. Por outro lado, o funcionamento dos nomes masculinos terminados em *-a* parece ser diferente, como veremos na próxima subseção.

2.4.1.2 Palavras masculinas terminadas em *-a*:

O grupo composto por nomes masculinos terminados em *-a* é consideravelmente maior do que aquele composto por nomes femininos terminados em *-o*. Os dois grupos também diferem no que diz respeito à sua interação com o formador de diminutivo *-inh*. O ponto central a ser ressaltado é que a forma diminutiva dos nomes masculinos terminados em *-a* não está sujeita à variação dialetal mostrada na subseção anterior. Mais especificamente, a forma diminutiva e a forma não-diminutiva correspondente apresentam a mesma vogal, a saber, a vogal *-a*, independentemente do gênero masculino do nome.

(19) Forma diminutiva de nomes masculinos terminados em *-a*

a. o planeta	o planetinha	* o planetinho
b. o problema	o probleminha	* o probleminho
c. o fantasma	o fantasminha	* o fantasminho
d. o mapa	o mapinha	* o mapinho
e. o cinema	o cineminha	* o cineminho

Como os dados acima mostram, a única forma gramatical do diminutivo é aquela em que o formador *-inh* é completado pela mesma vogal apresentada pela forma não-diminutiva. Assim, se o diminutivo se realiza com a vogal final *-o*, que é a marca mais geral para o masculino, a formação resultante será agramatical.

Seguindo a ideia lançada anteriormente de que o diminutivo pode servir como um diagnóstico para separar o que é parte da raiz do que não é, a consequência é que a vogal final *-a* dos nomes masculinos discutidos nesta seção não deve ser parte da raiz. O raciocínio por trás da proposta é que o único elemento que pode se superficializar depois do diminutivo *-inh* é o elemento que ocupa o núcleo GEN. Se assim for, podemos dizer que a vogal final *-a* dos

nomes masculinos é a realização fonológica do núcleo de gênero. Nesse mesmo sentido, o fato de o núcleo GEN não estar vazio não permite que a forma diminutiva seja completada pelo expoente fonológico mais geral de gênero masculino, o que explica a agramaticalidade dos diminutivos terminados na sequência *-inho* detectada nos dados em (19).

É um fato bastante interessante que o grupo formado por nomes masculinos terminados em *-a* seja bastante maior do que o grupo formado por nomes femininos terminados em *-o*. É importante notar, ainda, que um número considerável dos nominais que compõem o grupo maior é formado por nomes terminados em *-ema*¹².

(20) Alguns nomes masculinos terminados em *-ema*:

problema, lema, tema, cinema, emblema, fonema, grafema, poema, dilema, edema, eczema, enfisema, esquema, teorema, telefonema, trema, morfema, fonema, grafema, etc.

A lista acima não está nem perto de ser exaustiva e pode ser estendida com facilidade. Na verdade, muitos dos nomes que fazem parte do grupo terminado em *-ema* envolvem termos técnicos de campos científicos, tais como a medicina e a própria linguística, por exemplo. O interessante, no entanto, é que alguns dos nomes listados nesse grupo podem ser considerados formas derivadas. Nesse sentido, alguns pares parecem compartilhar uma raiz que exclui a sequência *-ema*. Tal pareamento pode ser um sinal de que o grupo de nomes masculinos terminados em *-a* pode ser menos arbitrário do que se poderia supor.

2.4.1.3 Sobre o estatuto da vogal final *-e* dos nomes terminados em $\emptyset$

No PB, parece haver diferenças importantes que separam, de um lado as vogais *-a* e *-o* e, de outro, a vogal *-e* e o vazio fonológico $\emptyset$. Enquanto o primeiro par representa padrões claros de gênero, o mesmo não é verdade para os nomes terminados em *-e* ou $\emptyset$. Nesta seção, nós colocamos em discussão o estatuto dessa vogal *-e* no sistema nominal do PB, baseando-nos, como nas seções anteriores, na interação entre essa vogal e o formador de diminutivo *-inh*. Mais especificamente, proporemos que a vogal *-e* não é uma opção de realização

¹² O sufixo *-ema* é identificado pelo dicionário Houaiss: “trata-se de um dos sufixos mais privilegiados na terminologia científica contemporânea – port., esp., it. *-ema*, fr. *-ème*, ing. *-eme-*, com base no gr. *-ēma*, *-ēmatos*”. (cf. Houaiss, versão eletrônica, 2007.)

fonológica do núcleo GEN: ela será parte da própria raiz ou será inserida tardiamente na derivação como um elemento epentético.

As sílabas no PB podem terminar em uma vogal nuclear ou em coda¹³. A posição de coda é, no entanto, bastante restritiva na língua. Um fato interessante é que a vogal *-e* se superficializa tanto depois de consoantes que são permitidas na posição de coda, quanto depois de consoantes que são proibidas como coda silábica. Um conjunto representativo desse fato, com suas respectivas transcrições fonéticas, pode ser encontrado abaixo.

(21) A vogal *-e* depois de consoantes não licenciadas na posição de coda silábica

a. abacate	[a.ba.'ka.tʃi]
b. bege	['bɛ.ʒi]
c. majestade	[ma.ʒes.'ta.dʒi]
d. robe	['xɔ.bi]
e. neve	['nɛ.vi]
f. xerife	[ʃɛ.'ri.fi]
g. leque	['lɛ.ki]
h. albergue	[aw.'bɛr.ɡi]
i. febre	['fɛ.bri]

(22) A vogal *-e* depois de consoantes licenciadas na posição de coda silábica

a. pele	['pɛ.li]
b. alface	[aw.'fa.si]
c. tosse	['tɔ.si]
d. mármore	['mar.mo.ri]

A diferença entre os dados em (21) e (22) é que, no primeiro grupo, a ausência da vogal *-e* levaria a uma estrutura silábica mal formada, uma vez que as consoantes que antecedem a vogal em questão não são licenciadas para ocupar a posição de coda. Por outro lado, no que diz respeito ao segundo grupo, a ausência da vogal *-e* não traria nenhuma consequência fonológica, uma vez que as consoantes que antecedem a vogal são elementos permitidos na posição de coda no PB. Baseado nesse contraste, Harris (1999) propõe que o

¹³ Estamos adotando aqui a proposta de Selkirk (1982) de que a sílaba está estruturalmente organizada em níveis hierárquicos. Mais especificamente, tal hierarquia inclui uma posição de *Onset* e uma posição de *Rima*, que é, por sua vez, subdividida em núcleo e coda, como ilustrado abaixo:

estatuto da vogal *-e* não pode ser considerado o mesmo nesses dois diferentes casos: para os dados agrupados em (21), o autor considera a inserção de *-e* como o resultado de um processo de epêntese, que acontece, justamente, para resgatar uma sílaba que seria fonologicamente mal formada na ausência desse processo. Nessas condições, é possível prever exatamente em que contextos a vogal *-e* será inserida. Por outro lado, em relação aos nomes que se encaixam no grupo ilustrado em (22), Harris (1999) propõe que a vogal final *-e* deve ser considerada uma verdadeira vogal temática.

Baseada em Harris (1999), Alcântara (2003) assume uma divisão entre nomes que possuem um *-e* epentético previsível e nomes que apresentam uma vogal *-e* inesperada e, portanto, impossível de ser prevista. Mais especificamente, estaríamos diante de duas classes flexionais diferentes, a que a autora chama de Classe III e Classe IV, respectivamente. É preciso dizer, ainda, que a Classe III, além dos nomes em que a vogal *-e* é previsível, possui, ainda, os nomes que apresentam a vogal em questão somente na sua forma plural. As classes relevantes para Alcântara (*op. cit.*) e alguns de seus membros podem ser vistos abaixo:

(23) *-e* imprevisível e *-e* epentético: diferentes classes nominais

Classe III: $\emptyset \sim e$

(a) *-e* como vogal epentética:

Nomes masculinos: abacate, acorde, basquete, blefe, bosque, clube, tigre, etc.

Nomes femininos: arte, ave, boate, cidade, lente, parte, etc.

(b) Nomes que apresentam *-e* no plural:

Nomes masculinos: bolor, capuz, mar, etc.

Nomes femininos: cruz, dor, flor, paz, etc.

Classe IV: *-e* (imprevisível – vogal final)

Nomes masculinos: apêndice, bule, doce, estresse, folclore, vale, etc.

Nomes femininos: alface, classe, face, musse, pele, tosse, etc.

(Adaptado de ALCÂNTARA, 2003, p. 68)

No entanto, em Alcântara (2010), a autora abre mão da distinção entre as classes III e IV acima e agrupa todos os nomes em uma classe única: todos os nomes que apresentam *-e* pertencem a uma mesma classe, independentemente dessa vogal ser uma vogal epentética, uma vogal que só se realiza no singular ou uma vogal temática verdadeira.

A nossa proposta, por outro lado, vai em uma direção oposta àquela tomada por Alcântara (2010). Ao invés de colocar os nomes que terminam em *-e* dentro de um mesmo

paradigma, o que nós queremos propor é que nomes terminados em *-e* epentético e os nomes terminados em Ø funcionam da mesma maneira e devem ser analisados através dos mesmos mecanismos.

O raciocínio que subjaz à proposta é o seguinte. É bastante óbvio que o que a literatura vem chamando de vogal temática não pode ser considerado um requerimento fonológico utilizado como uma estratégia de resgate para estruturas que, na ausência de tal vogal, seriam malformadas. Se assim fosse, deveria ser esperado que não existissem diferentes vogais preenchendo essa posição, já que, como recurso epentético, sempre a mesma vogal deveria se superficializar. Dessa mesma maneira, se a chamada vogal temática e a vogal epentética pudessem ser colocadas no mesmo patamar, então, não deveria ser esperado que “vogais temáticas” aparecessem depois de consoantes licenciadas pela condição de coda do PB, tal como ocorre com a epêntese. Dito isso, a trajetória tomada por Alcântara (2010) não parece estar na direção correta e, talvez, faça mais sentido agrupar os casos de *-e* epentético com os nominais que não apresentam nenhuma vogal em sua terminação.

É ainda interessante ressaltar que há uma diferença interessante entre os nomes que apresentam *-e* epentético e nomes que apresentam *-e* imprevisível: enquanto o primeiro grupo faz contraste de gênero biológico masculino-feminino (cf. *mestre-mestra*, *monge-monja*, *elefante-elefanta*, etc.), o segundo não o faz¹⁴. À exemplo do que ocorre com os nomes em *-e* epentético, também é possível encontrar a formação de pares masculino-feminino em que um dos nomes termina em Ø (cf. *peru-perua*, *juiz-juíza*, *freguês-freguesa*, *professor-professora*).

No que diz respeito à formação do diminutivo com *-inh*, um fato bastante interessante é que a vogal *-e* não pode completar linearmente a forma diminutiva, como se pode ver nos exemplos abaixo:

(24) Interação entre as formas diminutivas e os nomes terminados em *-e*

(i) *-e* é epêntese

a. o pente	o pentinho	* o pentinhe
b. a mente	a mentinha	* a mentinhe

¹⁴ Não é difícil encontrar formas inovadoras de pareamento masculino-feminino em formas com *-e* epentético (cf. *presidente-presidenta*, *chefe-chefa*, etc.).

(ii) -e não é epêntese:

a. a pele	a pelinha	* a pelinhe
b. o xale	o xalinho	* o xalinhe

A questão a ser respondida é a seguinte: por que a vogal *-e* que aparece na forma não-diminutiva é impedida de aparecer na forma diminutiva correspondente. É importante notar que a vogal *-e* é abandonada em favor das marcas gerais de gênero do sistema do PB, ou seja, *-a* para feminino e *-o* para masculino. Seguindo a proposta das subseções anteriores, tomamos o diminutivo como um diagnóstico que detecta qual peça fonológica ocupa a posição do núcleo GEN. Se assim for, a consequência é que a vogal final *-e* nunca ocupa o núcleo de gênero. Isso posto, a explicação que oferecemos é bastante simples: nos casos em que *-e* é um elemento epentético, ele não pode aparecer depois do diminutivo, porque epêntese é um processo tardio e, na presença do diminutivo, ela se torna desnecessária, uma vez que o problema de silabificação que a epêntese vem solucionar simplesmente não ocorre. Por outro lado, nos casos em que *-e* não é resultado de epêntese, então, ele não ocorre linearmente após o diminutivo porque é considerado como parte da raiz¹⁵.

Em ambos os casos, a vogal que completa o diminutivo reflete os padrões gerais de gênero da língua e exatamente o mesmo mecanismo ocorre com os chamados “nominais atemáticos”, ou seja, aqueles em que a forma do nome coincide com a forma da raiz. Também nesses casos, a vogal final do diminutivo segue os padrões esperados de gênero no sistema do PB.

(25) Diminutivos em nomes terminados em Ø:

a. a colher	a colherinha	*colherinhe
b. o papel	o papelinho	*papelinhe

O fato de o comportamento do diminutivo ser o mesmo em (24) e (25) mostra que, em ambos os casos, o núcleo GEN está fonologicamente vazio. Se assim for, *-e* nunca é marca de gênero no PB: tal vogal ou é parte da raiz (quando *-e* se superficializa após uma consoante licenciada para ocupar a posição de coda) ou é uma vogal epentética que está presente para resgatar uma sequência fonológica proibida.

¹⁵ Nos casos em que a vogal *-e* é parte da raiz, é preciso assumir um processo, guiado pelos padrões fonotáticos do sistema do PB, que deleta a vogal relevante quando da anexação do sufixo de diminutivo, evitando assim a formação de um hiato.

2.4.2 Derivando as propriedades das classes nominais

Neste ponto da argumentação é importante voltarmos para as propriedades empíricas atribuídas às classes nominais do PB e descritas na seção 2. O objetivo agora é derivar tais propriedades no sistema acima proposto.

(A) Os nominais no PB são divididos em diferentes classes flexionais, de acordo com a fonologia da vogal final que completa a raiz.

- Diferentemente da assunção em (A), propomos que classe flexional não é um primitivo do sistema nominal do PB. Uma vez que o agrupamento dos nominais em diferentes classes é baseado somente na forma fonológica da vogal que completa a raiz, propomos que o que se conhece como vogal temática são apenas diferentes possíveis expoentes fonológicos para o núcleo de gênero.

(B) Não é possível prever a classe flexional a que um nominal deverá pertencer com base em traços formais independentes: classes flexionais são arbitrárias.

- Para dar conta das propriedades em (B), propomos que os IVs que fonologicamente preenchem o núcleo de gênero podem ser *default* (explicitando os padrões gerais de marcação de gênero da linha) ou especificados com informação contextual que inclui as raízes relevantes. Nesse sentido, a chamada imprevisibilidade da vogal final nada mais é do que resultado da existência de IVs mais especificados que bloqueiam a inserção dos IVs *default*.

(C) Diferentemente de gênero, classes flexionais não desencadeiam concordância: classes nominais são sintaticamente inativas.

- A especificação de traços formais no núcleo de gênero é o que desencadeia a concordância e essa especificação morfossintática é completamente independente de sua realização fonológica. Isso significa que deve haver uma separação entre sintaxe e fonologia. Os traços de gênero são sintaticamente necessários para desencadear a concordância e, nesse sentido, o núcleo GEN deverá ser especificado com os traços relevantes. No entanto, a peça fonológica que ocupa o

núcleo de GEN é um problema ortogonal à sua especificação morfossintática e depende das peças fonológicas disponíveis na língua.

(D) Não há uma interpretação particular associada às diferentes classes nominais: classes flexionais são desprovidas de significado.

- A abordagem que desenvolvemos para lidar com essa tradicional observação é baseada na ideia de que o núcleo GEN sempre contribui para o significado. Crucialmente, no entanto, ele pode contribuir para a interpretação de duas maneiras diferentes: composicionalmente e não-composicionalmente. A interpretação composicional é o que se conhece como gênero biológico, enquanto a interpretação não composicional é o que se conhece como classe flexional. Para desenvolver esse raciocínio, nós nos debruçamos mais profundamente sobre a questão do que é gênero na seção 2.5, a seguir.

2.5 Mas, afinal, o que é gênero?

Nas seções anteriores, nós propusemos que gênero e classe flexional são mais bem analisados em um sistema unificado. Mais especificamente, desenvolvemos a hipótese de que ambos ocupam a mesma posição sintática, sendo tal posição identificada como um núcleo de gênero. Há, no entanto, algumas questões muito importantes que ainda não foram propriamente abordadas neste capítulo:

- (i) O que é gênero?
- (ii) Quais as possíveis especificações de traços para o núcleo GEN?
- (iii) Como essas especificações de traços contribuem para a interpretação?
- (iv) Qual o papel do determinante na concordância de gênero?

Uma intuição muito clara é que o único contexto em que gênero pode ser interpretado é quando ele está relacionado à existência de pares masculino-feminino. Da mesma maneira, a existência desses pares está muito fortemente atrelada à animacidade. Vamos comparar os conjuntos de dados abaixo:

(26) Formação de pares masculino – feminino: nomes animados

a. o menino	a menina
b. o aluno	a aluna
c. o cachorro	a cachorra
d. o gato	a gata

(27) Formação de pares masculino – feminino: nomes inanimados

a. o bolso	a bolsa
b. o mato	a mata
c. o barco	a barca
d. o palmo	a palma

Parece bastante claro que o contraste semântico estabelecido entre os nomes masculinos e femininos nos pares em (26) é bastante diferente daquele identificado entre os elementos de cada par em (27). Crucialmente, no primeiro grupo é possível precisar a contribuição que o contraste de gênero traz para a interpretação. Em linhas gerais, o contraste de gênero em (26) correspondente ao sexo biológico dos nomes envolvidos. Por outro lado, a contribuição interpretativa associada ao contraste de gênero dos pares em (27) é muito mais imprecisa e difícil de ser definida. É importante ter em mente que nenhum efeito de animacidade está associado aos pares em (27). Qualquer sistema que se proponha a analisar os pares em (26) e (27) precisa dar conta das diferenças e das semelhanças entre eles:

(28a) Os pares em (26) e (27) explicitam a marcação de gênero mais geral do PB;

(28b) Enquanto a contribuição de sentido do contraste de gênero é clara em (26), é bastante difícil precisar a interpretação associada à flexão de gênero em (27);

(28c) Há um efeito de animacidade em (26), que não está presente em (27).

Uma maneira possível de lidar com esses diferentes aspectos do contraste de gênero é dizer que, nos dados em (26), a vogal final deve ser analisada como um expoente de gênero, enquanto nos dados do tipo (27), a vogal final é expoente daquilo que se conhece na literatura como vogal temática. Primeiramente, é preciso dizer que esse tipo de análise não dá conta da observação em (28a), acima, e trata como mera coincidência a generalização de que nomes terminados em *-a* tendem a ser femininos, enquanto nomes terminados em *-o* tendem a ser masculinos. Em segundo lugar, o sistema proposto neste capítulo não permite mais que esse

tipo de separação entre gênero e classe seja tomado como base de análise de qualquer fenômeno.

O primeiro passo em direção às respostas para as observações levantadas em (28) é revisitar a assunção tradicional de que vogais finais do tipo daquelas encontradas nos dados em (27) não contribuem para o significado. O que nós queremos propor é que a inércia semântica atribuída a essa vogal final deve ser vista como consequência da maneira através da qual ela contribui para a interpretação da formação de que participa. Digamos, então, que o núcleo GEN pode afetar o conteúdo interpretativo de uma expressão de duas diferentes maneiras: composicionalmente ou não-composicionalmente.

Em linhas gerais, estamos considerando que um sentido é composicional quando os significados das partes podem ser identificados no significado do todo. Em uma estrutura ramificada hipotética do tipo da que encontramos abaixo, para que o sentido seja composicional, cada nó sintático deve ser interpretado separadamente:

(29) Estrutura hipotética: composicionalidade

Se o significado atribuído ao XP é função do significado atribuído a X^0 e a Y separadamente, dizemos que a semântica de XP é composicional. Se por outro lado, a interpretação de X^0 ou de Y não pode ser detectada na interpretação atribuída ao XP, dizemos que o significado é não-composicional¹⁶.

A nossa ideia é a de que as diferenças detectadas entre os pares de dados em (26) e (27) podem ser derivadas da maneira como GEN contribui para o significado. Mais especificamente, quando GEN contribui composicionalmente para a computação do significado, então, a interpretação gerada é aquela conhecida na literatura como gênero natural ou biológico. Esta leitura composicional de GEN é o que deriva os contrastes em (26), por exemplo. Por outro lado, a interpretação não-composicional não permite essa formação de pares de gênero biológico, masculino-feminino. Interessantemente, a interpretação que se tem

¹⁶ Estamos assumindo que a interpretação não composicional precisa ser licenciada através de domínios bem definidos de localidade. A discussão a respeito de qual é esse domínio tem sido objeto de intenso debate na literatura (cf. ANAGNOSTOPOULOU e SAMIOTI, 2014; ARAD, 2003; BORER, 2013a; MARANTZ, 2001, 2007, 2013).

com o contraste de gênero em (27) é totalmente imprevisível e essa é a característica da interpretação não-composicional. Efetivamente, então, o que tem sido tradicionalmente chamado de vogal temática é, na verdade, um contexto sintático em que GEN contribui para o significado de uma maneira não-composicional. Por outro lado, o que é tradicionalmente conhecido como gênero é um contexto sintático em que o núcleo GEN contribui para o significado de maneira composicional.

O próximo passo de nossa análise é, então, compor um sistema formal capaz de modelar os pontos elencados acima. Para tanto, queremos propor que os contrastes detectados em (26) e em (27) estão intimamente relacionados às especificações de traços que compõem o núcleo GEN. Mais especificamente, a ideia é que há três especificações de traços possíveis para o núcleo em questão: [masculino], [feminino] e um conjunto contendo ambos os traços {[masculino], [feminino]}. Partindo dessas possibilidades, propomos que a especificação isolada, isto, é, a especificação [masculino] ou [feminino] não codifica contraste e não é transparente para o significado. Nesse sentido, a especificação isolada é interpretada não-composicionalmente¹⁷. Seguindo esse raciocínio, o que se conhece como classe nominal passa a ser um contexto sintático em que o núcleo GEN é composto por traços isolados de gênero. Por outro lado, a especificação dupla de gênero codifica contraste, é semanticamente transparente e, por isso, é interpretada de maneira composicional. Essa dupla especificação seria responsável por gerar as formas de gênero pareadas, tais como, aquelas mostradas em (26). A consequência desse raciocínio é que o que se conhece como gênero passa a ser um contexto sintático em que o núcleo GEN é duplamente especificado e, portanto, composicionalmente interpretado.

Estamos assumindo que, sintaticamente, a especificação de traços no núcleo GEN é responsável por desencadear concordância. O traço isolado [masculino] mapeia o determinante no expoente fonológico /o/. Nesse mesmo sentido, o traço [feminino] mapeia o determinante no expoente fonológico /a/. A pergunta é o que acontece, então, quando o núcleo GEN é duplamente especificado? A ideia é que, diante da dupla especificação, o

¹⁷ Uma outra possibilidade para dar conta da falta de transparência no significado associado à especificação isolada de traços [masculino] ou [feminino] seria assumir que se trata mais propriamente de um fenômeno relacionado à listagem de itens na Enciclopédia. Nessa linha de raciocínio, seria necessário dizer que, enquanto a especificação dupla {[masculino], [feminino]} encontra correspondência na Enciclopédia, retornando um significado a ela relacionado, a especificação isolada, por sua vez, não apresenta um correspondente enciclopédico listado não retornando significado algum. A possibilidade de que a busca enciclopédica não necessariamente retorne significado é uma possibilidade largamente explorada no sistema delineado em Borer (2013a).

determinante pode variar em gênero e a interpretação associada a essa variação será a de gênero biológico.

Fonologicamente, somente um dos traços do núcleo GEN é pareado com um IV disponível no Vocabulário da língua, sofrendo, então, a operação de *spell-out*. No entanto, o traço não realizado fonologicamente fica disponível como informação de fundo. A ideia por trás desse raciocínio é que a existência de uma entidade fêmea x , implica a existência de uma entidade correspondente macho x^{18} .

Voltemos agora para as questões levantadas no início desta seção, com o intuito de sistematizar as respostas oferecidas até então:

(i) O que é gênero?

- Gênero é um nó funcional sintático que faz parte da projeção estendida do nome.

(ii) Quais as possíveis especificações de traços possíveis para o núcleo GEN?

- Há três especificações formais possíveis para o núcleo GEN: [masculino], [feminino] ou um conjunto contendo ambos os traços ao mesmo tempo {[masculino], [feminino]}.

(iii) Como essas especificações de traços contribuem para a interpretação?

- A especificação isolada no núcleo GEN não codifica contraste e contribui não-composicionalmente para o significado, enquanto a dupla especificação no núcleo GEN codifica contraste e possui significado transparente, sendo composicionalmente interpretada.

¹⁸ Somente à título de ilustração, vamos comparar brevemente a proposta lançada neste capítulo com o funcionamento do foco contrastivo. Digamos, por exemplo, que há um grupo contextualmente definido como {João, Maria} e que o elemento em maiúsculo abaixo represente uma entonação contrastiva.

(a) JOÃO comeu o bolo.

A informação associada à sentença acima é que foi ‘João’ e, consequentemente, ‘não Maria’ quem comeu o bolo. Na nossa análise, o mesmo é verdade quando a especificação dupla de traços está em jogo. A realização de um elemento como *gato*, implica, em última instância, na negação da sua contraparte feminina. Na sentença em (a) ‘Maria’ fica disponível como informação de fundo, quando ‘João’ é realizado. Dessa mesma forma, *gata* também o faz quando a versão masculina é realizada.

(iv) Qual o papel do determinante na concordância de gênero?

- O determinante não-valorado para traços de gênero atua como sonda e concorda com os traços valorados de gênero do nome. Há, no entanto, contextos em que o próprio determinante aparece já valorado e nenhuma relação de *Agree* é desencadeada (cf. Seção 5.2 para uma discussão sobre esse tópico).

Na próxima seção buscamos descrever os padrões empíricos de gênero no PB. Alguns desses padrões já foram discutidos por Harris (1991, 1999) em análise desenvolvida para tratar do espanhol. Os aspectos centrais das soluções propostas por Harris também são apresentados e brevemente discutidos.

2.5.1 Mais sobre gênero: padrões empíricos e as propostas de Harris para o espanhol

A intuição de que gênero esteja relacionado à animacidade já foi bastante apontada na literatura. Harris (1991) propõe, por exemplo, que há uma regra específica responsável por “clonar” os traços de uma entrada lexical. Tal regra de clonagem é acionada quando o traço [humano] se faz presente na especificação lexical. O objetivo que subjaz à proposta de Harris (1991) é explicar o fato de que, geralmente, há uma forma masculina e uma contraparte feminina associadas a nomes humanos. A ilustração dessa regra de clonagem poder ser vista abaixo:

(30) Regra de Clonagem: Harris (1991).

(HARRIS, 1991, p. 51)

A regra de clonagem, acionada na presença do traço de [humano], irá substituir a entrada lexical relevante com um par de especificações que são idênticas às especificações da entrada original, exceto pela adição do traço ‘*male*’ em um dos membros do par e do traço ‘*female*’ na outra contraparte criada.

A concepção que sustenta a regra de clonagem é que o traço de [humano] é o gatilho para a flexão de gênero. No entanto, esse raciocínio parece estar ao contrário, se tomamos por base os seguintes dados do PB:

(31) Formação de pares masculino–feminino com base em nomes não-animados: flexão interna e no determinante

- a. A mesa e o meso viveram felizes para sempre.
- b. A panela e o panelo se casaram em um castelo.

Em (31), nós podemos ver nomes supostamente inanimados sendo transformados em nome animados em virtude de uma “forçada” flexão de gênero. Não se pode dizer, por exemplo, que a formação dos pares *mesa-meso* e *panela-panelo* se deu pela presença de um traço de animacidade na entrada lexical das formas em questão. Parece que a leitura de animado é uma consequência – e não uma causa propriamente dita – da flexão de gênero. A regra de clonagem proposta em Harris (1991) não prevê, portanto, a possibilidade da formação de pares como esses, a partir de nomes inanimados.

É bastante interessante notar, ainda, que é possível induzir a interpretação animada através de uma flexão de gênero que ocorre somente no determinante, mas não é vista na forma da vogal final do nome, que permanece inalterada.

(32) Formação de pares masculino–feminino com base em nomes não-animados: flexão somente no determinante

- a. A mesa e o mesa viveram felizes para sempre.
- b. A panela e o panela se casaram em um castelo.

Nos dados em (32), paralelamente ao que se viu em (31), um par masculino-feminino está sendo formado em virtude de um contraste de gênero. No entanto, diferentemente de (31), a forma feminina e a contraparte masculina de (32) são idênticas. A flexão de gênero, portanto, está restrita à forma do determinante.

É interessante notar que casos como *o mesa* e *o panela*, exemplificados em (32) parecem ser um caso de desencontro entre o gênero do nome e o gênero do determinante. Dever-se-ia esperar que tal discordância de gênero resultasse em agramaticalidade, o que obviamente não é o caso. Lazzarini-Cyrino, Armelin e Minussi (2013) apontaram um fenômeno bastante similar de desencontro de gênero em dados do PB. Os contextos abordados pelos autores estão relacionados à criação de apelidos. Uma vez mais, o desencontro no gênero do nome e do determinante não causa nenhum prejuízo à gramaticalidade da derivação.

(33) Desencontro de gênero na formação de apelidos

- a. A bola está na minha casa.
- b. O bola está na minha casa.
- c. A garrafa está na minha casa.
- d. O garrafa está na minha casa.

(Lazzarini-Cyrino, Armelin e Minussi, 2013, p. 106)

As sentenças em (33b) e (33d) são aquelas que contêm o desencontro de gênero entre o nome e o determinante. Tais sentenças, no entanto, são perfeitamente aceitáveis em um contexto no qual o nome relevante se refere a uma pessoa cujo apelido é *bola* ou *garrafa*, por exemplo. É interessante ressaltar que as sentenças em (33a) e (33c) são ambíguas entre uma interpretação animada e uma interpretação inanimada. Em sua versão inanimada, os nomes *bola* e *garrafa* se referem aos objetos relevantes, enquanto na versão animada os nomes podem ser considerados como uma espécie de apelido, o que mostra que a interpretação de apelido está sempre disponível. As sentenças em (33b) e (33d), por outro lado, não podem ter a interpretação literal de *bola* e *garrafa*. Mais uma vez, a flexão forçada de gênero está levando, inevitavelmente, a uma leitura animada do nome em questão.

Os padrões em (31), (32) e (33) certamente precisam de uma explicação e nós voltaremos a eles mais tarde no decorrer deste capítulo. É interessante repetir, no entanto, que todos esses casos seriam inesperados se uma regra do tipo de clonagem proposta em Harris (1991) estivesse na direção correta, uma vez que todos esses casos envolvem nomes não-animados ganhando animacidade via flexão de gênero, o que é exatamente que o oposto do que a regra determina.

Outro padrão de formação de pares masculino-feminino existente no PB é aquele em que nenhuma diferença morfofonológica pode ser detectada nos nomes envolvidos. Nesse

caso, a forma do nome é fixa e a flexão de gênero fica a cargo do determinante ou dos modificadores do nome.

(34) Formas idênticas para o masculino e para o feminino

a. o modelo	a modelo
b. o colega	a colega
c. o chefe	a chefe
d. o fã	a fã

Os nomes na primeira coluna são anteceditos pelo determinante masculino, enquanto os nomes na segunda coluna seguem um determinante feminino. Independente disso, no entanto, não há nenhuma alteração na vogal final do nome.

Esse mesmo padrão de dados também pode ser encontrado no espanhol. Para dar conta dele, Harris (1999) se apoia na existência de diacríticos de classe nominal que, para o autor, é uma propriedade inerente da própria raiz. Nos casos em (34), a regra de clonagem apresentada em (30) não se aplica, mas sendo a raiz especificada com um diacrítico de classe, a peça fonológica correspondente à classe relevante pode se realizar.

Nós já apontamos anteriormente as deficiências de um sistema que se apoia em diacríticos de classe na raiz, o que é tanto teórica como empiricamente problemático. Nesse mesmo sentido, tal estratégia não é uma opção possível em nossa abordagem, uma vez que classe não é um primitivo na análise que desenvolvemos neste capítulo.

Para fins de completude descritiva, é preciso retomar, nesta seção, a possibilidade de haver pares masculino-feminino sem que nenhum traço de animacidade seja relacionado à flexão de gênero e sem que seja possível precisar exatamente a relação semântica entre a forma masculina e a forma feminina (cf. NASCIMENTO, 2006).

(35) Flexão de gênero masculino–feminino: nomes inanimados

a. o bolso	a bolsa
b. o mato	a mata
c. o barco	a barca
d. o palmo	a palma

Considerando que os nomes nos exemplos acima não apresentam nenhum traço [humano] ou mesmo de animacidade, a regra de clonagem proposta por Harris não pode se aplicar. Tal efeito é esperado, uma vez que a semântica que relaciona uma e outra forma nos

exemplos acima é bastante diferente daquela que relaciona nomes animados, conforme apontamos anteriormente. Mas a questão crucial que imediatamente emerge diz respeito ao limite entre gênero e vogal temática em uma abordagem que os separa em diferentes domínios de generalização linguística. Ao se considerar a vogal final dos exemplos acima como marca de classe, perde-se uma generalização importante, a saber, a de que a grande maioria dos nomes terminados em *-a* é feminino, enquanto a maioria dos nomes terminados em *-o* é masculino. Buscando não perder tal generalização, Harris (1991, 1999), e também Alcântara (2003), propõem a existência da seguinte regra de redundância:

(36) Regra de redundância para classe

[f] → a

(HARRIS, 1999, p. 58)

A regra postulada cima é responsável por mapear a relação entre o traço de gênero feminino que aparece na sintaxe e o expoente *-a*, que é realizado fonologicamente. O sistema gera os resultados corretos, mas os mecanismos envolvidos não parecem ser livres de problema. É preciso lembrar que Harris (1991, 1999) argumenta em favor de uma divisão entre gênero e classe nominal como dois primitivos diferentes: gênero é um recurso sintático responsável por desencadear concordância, enquanto classe é um morfema dissociado inserido pós-sintaticamente para satisfazer um requerimento de boa-formação morfológica. O desencontro na análise é que um traço sintático de gênero ([feminino]) está guiando a inserção de conteúdo fonológico (*-a*, por exemplo) em um núcleo que é inserido por um requerimento morfológico (o núcleo de classe).

É muito importante notar, ainda, que a proposta de Harris (1991, 1999) precisa de uma variedade grande de primitivos para funcionar: traço de gênero na sintaxe, inserção de nós de classe na morfologia, regras de redundância na fonologia e a regra de clonagem discutida anteriormente. No sistema que nós estamos propondo neste capítulo, os primitivos são bastante reduzidos: há um núcleo de gênero na sintaxe e uma lista de VIs que competem para serem inseridos nesse nó. O próximo passo, agora, é ver como esse sistema reduzido pode derivar os padrões descritos nesta seção. Os padrões a serem explicados estão sistematizados abaixo:

(37) Padrões de gênero a serem derivados:

- a. O contraste masculino-feminino gera interpretações animadas a partir de nomes inanimados: flexão de gênero indicada tanto no determinante quanto na vogal final que completa a raiz (cf. 31).
- b. O contraste masculino-feminino gera interpretações animadas a partir de nomes inanimados: flexão de gênero indicada somente no determinante (cf. 32).
- c. A interpretação do um nome como apelido licencia um desencontro entre o gênero do nome e o gênero do determinante (cf. 33).
- d. Nomes masculinos e femininos apresentam a mesma forma morfofonológica: contraste de gênero marcado no determinante (cf. 34 e compare com 32).
- e. Contraste de gênero entre nomes não animados, sem que qualquer efeito de animacidade esteja envolvido na interpretação dos nomes relevantes (cf. 35).

2.5.2 Mais sobre gênero no PB: derivando os padrões empíricos

Nesta seção, buscamos derivar os padrões empíricos identificados na seção anterior, tendo como ferramenta teórica o sistema desenvolvido previamente neste capítulo. Como ponto de partida, vamos retomar o funcionamento básico da proposta, apresentando a derivação dos padrões mais básicos para, a partir deles, seguir para a discussão dos demais padrões. Mais especificamente, tratemos de (i) nomes masculinos e femininos, com marcas flexionais *-o/-a*, respectivamente, em que os nomes envolvidos são inanimados e (ii) formação de pares masculino-feminino, com marcas flexionais *-o/-a*, respectivamente, em que os nomes envolvidos são animados¹⁹.

(38) a. *Output: livro*

b. *Output: mesa*

¹⁹ Há que se ressaltar a existência, em PB, de pares animados masculino-feminino em que a vogal final da forma masculina assume formas diferentes do padrão *-o*, enquanto a forma feminina se mantém terminada em *-a*. Tais dados apontam restrições interessantes na formação de pares masculino-feminino no PB e serão abordados na seção 2.5.3 deste capítulo.

Em (38a-b), o núcleo de gênero é especificado com traços isolados. A nossa proposta é que essa especificação não codifica contraste, inviabilizando qualquer interpretação pareada masculino-feminino.

(39) a. Output: gato

b. Output: gata

Já nas representações em (39a-b), encontramos a especificação bivalente, que codifica contraste e tem como consequência a formação de pares. Os contextos de formação de pares masculino-feminino estão fortemente ligados à animacidade e a interpretação que emerge é a de gênero biológico. Como dissemos anteriormente, somente um dos traços sofre a operação de Inserção de Vocabulário e o traço não pronunciado fonologicamente fica disponível como informação de fundo.

Com esse sistema em mente, voltemos para o padrão identificado em (37d), a saber, o de que alguns nomes animados do PB apresentam a forma masculina e feminina morfofonologicamente idênticas, sendo o contraste entre uma e outra forma codificado somente a partir do determinante ou de modificadores que acompanham o nome. Por conveniência, os dados relevantes estão repetidos abaixo:

(40) Formas idênticas para o masculino e para o feminino (repetidos de (34))

a. o modelo	a modelo
b. o colega	a colega
c. o chefe	a chefe
d. o fã	a fã

O grupo de dados em (40) tem sido utilizado como argumento para a separação entre gênero e classe: a ideia é que a vogal final dos nomes acima representados seriam a realização do que se conhece como vogal temática. O que se vê em (40), no entanto, nada mais é do que

uma realização morfofonológica muito especificamente ligada às raízes envolvidas em cada um dos casos. É muito importante ressaltar que nós não falamos aqui de nenhuma seleção formal desempenhada pela raiz. Muito ao contrário disso, o conceito de raiz que trazemos nesta tese é o de que ela não desempenha nenhum papel que seja de relevância para a computação sintática. Falamos, então, de uma influência alomórfica entre a raiz e o núcleo GEN e exemplos de alomorfia localmente condicionada pela raiz são bastante abundantes na literatura.

Apesar de não estar expresso na vogal final, é possível observar, através da flexão do determinante em (40), que pares masculino-feminino estão sendo formados. A contribuição da flexão de gênero no determinante se correlaciona visivelmente com a expressão de gênero biológico, o que aproxima os exemplos em questão dos casos gerais em (39) e, ao mesmo tempo, os afasta dos casos em (38). Assim sendo, propomos que as derivações sintáticas dos membros dos pares em (40) e em (39) sejam sintaticamente idênticas. A diferença entre eles fica a restrita à realização fonológica da vogal final que, em (39), segue o padrão mais geral da língua, mas, em (40), parece estar mais dependente da raiz presente na formação.

(41) a. Output: modelo

b. Output: colega

Seguindo o raciocínio do sistema desenvolvido ao longo deste capítulo, a especificação de gênero relacionada à formação dos dados representados em (40) é bivalente, codifica contraste e é interpretada composicionalmente, gerando a interpretação pareada masculino-feminino. O determinante será, portanto, mapeado para *a* ou para *o*, seguindo o padrão geral da língua, a depender do traço que sofre a Inserção de Vocabulário. Resta apenas discutir como garantir que a vogal final correta seja fonologicamente inserida no núcleo GEN. Do ponto de vista da realização fonológica da vogal final, os dados em (40) se aproximam de nomes como *a tribo* e *o planeta*, por exemplo, em que vogal final é mais dependente da raiz presente na formação do que da especificação de gênero propriamente dita. De qualquer

forma, a imprevisibilidade da vogal final precisa ser listada seja qual for o sistema escolhido. Dentro da perspectiva aqui desenvolvida, optamos por listar esse tipo de informação na especificação contextual dos IVs, o que significa colocar a raiz como parte da instrução relevante para a Inserção de Vocabulário.

(42) Os IVs (cf. dados em 40)

- a. GEN ↔ o/ √trib, √libid, √model, √pilot etc.
- b. GEN ↔ a/ √map, √comet, √poet, √coleg, etc.
- c. GEN ↔ Ø/ √blef, √lã, √chef, √fã, etc.

O fato de não se encontrar nenhum contraste morfofonológico nesses nomes passa a ser não mais do que uma questão do inventário de peças fonológicas disponíveis na língua. Em outras palavras, a presença ou ausência de marca morfológica no nome não afeta o sistema proposto de maneira significativa. Consequentemente, podemos manter um tratamento unificado para os dados, sem a necessidade de se assumir traços de classes como primitivos do sistema.

Passemos, então, para o padrão descrito em (37e), no qual o contraste de gênero é completamente dissociado de qualquer efeito de animacidade. Por conveniência, os dados relevantes estão repetidos abaixo:

(43) Flexão de gênero em pares não-animados (repetidos de (35))

a. o bolso	a bolsa
b. o mato	a mata
c. o barco	a barca
d. o palmo	a palma

Para entender o funcionamento dos dados acima é importante ter em mente que muitos pontos relevantes os diferenciam dos pares do tipo *gato-gata*, como em (39). Do ponto de vista semântico, por exemplo, a contribuição interpretativa da vogal final em (43) e em (39) parece ser muito diferente. Propomos então, que os pares em (43) sejam, sintaticamente, comparáveis aos dados (38) e, consequentemente, diferentes daqueles em (39). Em linhas gerais, a única diferença entre (43) e (38) é que pares do tipo *bolso-bolsa* compartilham a mesma raiz, enquanto exemplos do tipo *livro-mesa* apresentam raízes diferentes. Assim sendo, para dar conta dos dados em (43), a especificação de traços do núcleo GEN deve ser feita a partir de traços isolados de [masculino] ou [feminino]. Crucialmente, não estamos

diante da especificação bivalente que contém ambos os traços ao mesmo tempo. Isso explica o fato de os pares em questão não envolverem qualquer interpretação ligada à animacidade.

(44) a. Output: bolso

b. Output: bolsa

Quanto à inserção de material fonológico no núcleo GEN, o sistema é bastante simples, uma vez que estamos diante do padrão mais geral da língua. Assim sendo, a especificação [masculino] mapeia GEN para /o/, enquanto a especificação [feminino], mapeia tal núcleo para /a/.

Como vimos anteriormente, é possível atribuir animacidade a nomes não-animados através da flexão de gênero. Vamos discutir como analisar esse tipo de dado voltando para o padrão descrito em (37a), no qual a flexão de gênero é encontrada tanto no determinante, quanto na vogal final que completa o nome. Os dados relevantes estão repetidos abaixo:

(45) Formação de pares masculino-feminino baseado em nomes não-animados: flexão no nome e no determinante (repetido de (31))

- a. A mesa e o meso viveram felizes para sempre.
- b. A panela e o panelo se casaram em um castelo.

Na verdade, o sistema proposto neste capítulo explica o fenômeno encontrado acima de maneira bastante trivial. A única coisa que precisa ser dita é que o núcleo GEN dos nomes *mesa* e *panela* nos dados acima é especificado com um par de traços bivalentes {[masculino, feminino]}. Essa especificação codifica a existência de um par de entidades, que contrastam em gênero. A estrutura dos nomes em questão nos exemplos em (45) é idêntica, portanto, àquela que propomos para pares do tipo *menino-menina* (cf. (39)), por exemplo.

(46) a. Output: panelo

b. Output: panela

A consequência da estrutura acima proposta dentro do sistema desenvolvido neste capítulo é justamente a interpretação animada, que é exatamente o contexto em que o contraste de gênero é semanticamente relevante. É interessante ressaltar que uma redefinição do conceito de animacidade emerge do sistema delineado neste capítulo. Nessa redefinição, animacidade não é uma noção primitiva, mas passa a ser derivada da estrutura sintática. Mais especificamente, a noção de animacidade é derivada da especificação bivalente do núcleo GEN. A princípio, a especificação bivalente do núcleo GEN é uma opção disponível para qualquer nome da língua. Em um contexto apropriado, portanto, qualquer nome pode ser interpretado como animado. Fica bastante claro que animacidade não pode ser um traço de raiz, ou um traço lexical. É de se questionar, ainda, como um sistema que lida com classes nominais, conseguiria dar conta da possibilidade de uma raiz do tipo $\sqrt{PANEL}$ se superficializar com uma vogal que não seja a vogal *-a*.

Ainda é preciso explicar, no entanto, o padrão sistematizado em (37b) que é bastante parecido com os dados acima discutidos, no sentido de permitir leituras animadas a partir de entidades inanimadas, uma vez que a flexão de gênero fica evidente. Destaca-se, no entanto, o fato de tal flexão ser marcada no determinante e nos modificadores nominais, mas não propriamente na forma morfofonológica do nome, que permanece inalterada.

(47) Formação de pares masculino-feminino com base em nomes não-animados: flexão somente no determinante (repetidos de (32))

- a. A mesa e o mesa viveram felizes para sempre.
- b. A panela e o panela se casaram em um castelo.

O que acontece nos dados acima é uma espécie de desencontro entre o gênero do nome e o gênero do determinante, gerando formas, tais como *o mesa* e *o panela*. Esse desencontro de gênero em nada afeta a gramaticalidade da sentença, que é perfeitamente aceitável, se um contexto favorável for criado, mas exige que a entidade relevante seja inevitavelmente interpretada como animada.

Ao comparamos os dados em (45) e em (47), é possível dizer que ambos os padrões existem no sistema do PB. Os exemplos em (45) são facilmente alinhados aos pares do tipo *gata-gato*, *menina-menino*, etc. e o tratamento que oferecemos para ambos é formalmente idêntico. Os exemplos em (47), por sua vez, lembram os casos de nomes que não apresentam diferenças morfofonológicas na forma do nome em si, mas cuja flexão de gênero fica evidente na forma assumida pelo determinante e por modificadores nominais. Assim os exemplos em (47), se assemelham aos casos como *o modelo – a modelo*, *o colega – a colega*, etc. (cf. 40).

Para dar conta dos dados em (47), oferecemos duas possibilidades diferentes, ambas relacionadas a uma espécie de dissociação entre o núcleo GEN e o núcleo D. Em uma das possibilidades, a especificação de traços nos dois núcleos em questão é a mesma, enquanto o *spell-out* de um ou de outro núcleo são independentes. Na outra possibilidade, a própria especificação de traços de GEN e D é tida como independente, se os traços de D já vierem valorados na derivação. Vamos aos detalhes de cada uma das propostas.

O primeiro ponto que deve ser ressaltado é o fato de estarmos diante de um contraste de gênero, que é interpretado como gênero biológico propriamente dito: trata-se de um par masculino-feminino que aponta para o mesmo tipo de entidade no mundo, sendo que um dos elementos do par tem gênero biológico masculino, enquanto o outro elemento do par apresenta gênero biológico feminino. Em sendo assim, o sistema desenvolvido neste capítulo prevê que uma especificação bivalente do tipo {[masculino, feminino]} deve estar presente na derivação. Suponhamos, então, que essa seja a especificação do próprio núcleo GEN e que tais traços cheguem até D através da operação de *Agree*.

(48) a. *Output: o panela*

b. *Output: o panelo*

Nas representações acima, o traço que sofre *spell-out* está representado em negrito, enquanto o traço que fica como informação de fundo, aparece tachado. Nesse sentido, enquanto em (48b) o mesmo traço passa por *spell-out* em GEN e D, o que se ilustra em (48a) é a possibilidade de que o *spell-out* de um e outro núcleo seja independente. Assim sendo não há nenhum desencontro na especificação dos traços de gênero, que é idêntica nas duas representações. Na verdade, o que estaria ocorrendo é que traços distintos adquirem conteúdo fonológico em GEN e em D.

É importante ressaltar que a interpretação resultante é controlada pelo núcleo D e não por GEN propriamente dito. Tal fato pode ser confirmado através da presença de modificadores adjetivais, tal como ilustrado nos exemplos abaixo.

(49) a. A panela mágica e o panela encantado viveram felizes para sempre.

b. *A panela mágica e o panela encantada viveram felizes para sempre²⁰.

Atribuímos esse controle do núcleo D ao fato de ele ser exatamente o núcleo que rotula a formação final. Mais especificamente, na concatenação entre D e o nome (com suas projeções funcionais), é o próprio determinante que projeta como núcleo da formação.

A segunda possível solução para dar conta dos casos em (47) é dizer que já na valoração de traços, a especificação de GEN difere da especificação de D. A ideia é propor que é possível que D já entre na derivação valorado para gênero. Sendo assim, ele não pode atuar como sonda e nenhuma relação de *Agree* acontece entre D e GEN. No entanto, o valor do traço de gênero se estabelece em uma relação clara de dependência entre GEN e Raiz.

²⁰ Excluem-se desse exemplo os casos desencontro de gênero apresentados acima, que são gramaticais, mas somente com a interpretação de apelido.

Justamente a localidade entre GEN e Raiz é que nos permite falar nessa negociação entre eles. Dada a óbvia distância estrutural entre D e a Raiz, não se pode falar que a especificação de gênero do determinante seja negociada com a Raiz. Assim sendo, a proposta é a seguinte: é possível que o núcleo D já venha valorado para gênero. No entanto, a única possível valoração em D (sem que nenhuma operação de *Agree* esteja envolvida) é a especificação bivalente {[m], [f]}. Trata-se de uma hipótese plausível, uma vez que a especificação bivalente está disponível para qualquer nome da língua e é completamente independente da raiz que está presente na formação. A representação relevante pode ser vista a seguir:

(50) a. Output: o panela

b. Output: o panelo

Em (50a), a ideia é que o núcleo D já aparece valorado com a especificação bivalente. Assim, sendo ele não tem a necessidade de buscar um alvo no seu domínio de c-comando. Por outro lado, o núcleo GEN mais interno ao nome aparece também valorado, mas com um traço isolado [f], cuja inserção de vocabulário mais geral mapeia sua realização fonológica em /a/.

Ainda nos resta discutir o padrão sistematizado em (37c), em que há um desencontro de gênero que é licenciado quando o nome em questão é interpretado como uma espécie de apelido.

(51) Desencontro de gênero na formação de apelidos (repetido de (33))

- a. A bola está na minha casa.
- b. O bola está na minha casa.
- c. A garrafa está na minha casa.
- d. O garrafa está na minha casa.

(Lazzarini-Cyrino, Armelin e Minussi, 2013, p. 106)

O desencontro de gênero é encontrado nos dados em (51b) e (51d), em que os nomes envolvidos *bola* e *garrafa* são femininos, mas estão anteceditos por um determinante masculino, o que, de fato, torna o DP formalmente masculino. Interessantemente, mesmo nos casos em que a concordância de gênero está intacta, como em (51a) e (51c), a interpretação de apelido fica completamente disponível. Isso mostra que a interpretação de apelido está disponível para qualquer nome da língua, o que aproxima os dados em (51) dos dados em (47). Na verdade, em ambos os conjuntos de dados, o que está em jogo é a interpretação animada conferida ao nome. Assim, as soluções levantadas para os dados em (47) ficam disponíveis também para os dados em (51). É possível, então, que assumir que o núcleo GEN seja duplamente especificado com um par de traços do tipo {[masculino, feminino]} e que essa especificação chegue ao núcleo D através da operação de *Agree*. Nesse caso, será preciso assumir que o *spell-out* de GEN e o *spell-out* de D podem ser independentes. Por outro lado, pode-se, ainda, assumir que as especificações de GEN e de D sejam, possivelmente, independentes e, que enquanto GEN é especificado como [f], o núcleo D, por sua vez, possui a especificação bivalente {[m, f]}. Isso permite que o *spell-out* de D seja mapeado, tanto para /a/, quanto para /o/, com diferenças interpretativas, mas sem consequências para a gramaticalidade da derivação; por outro lado, exige que o núcleo GEN seja fonologicamente realizado como /a/, que é exatamente o que se observa nos dados em (47) e (51).

É muito importante ter em mente, no entanto, que os contextos referentes a apelidos parecem formar um domínio especial, uma vez que os nomes que se referem a apelidos se tornam morfossintaticamente opacos tanto para gênero, quanto para número. Em outras palavras, os traços morfossintáticos que compõem os nomes parecem ser, de alguma maneira, ignorados. Para observar esse fenômeno, suponhamos que alguém que beba muito tenha o apelido de *garrafas*, por exemplo. Claramente a presença do /s/ final do nome deve ser atribuída a uma especificação de plural. No entanto, nesse contexto de apelido, em que *garrafas* tem como referente no mundo uma única pessoa, o determinante que precede o nome pode estar tranquilamente no singular, sem que esse desencontro de número acarrete qualquer prejuízo de gramaticalidade à sentença.

(52) Desencontro de traços morfossintáticos entre nomes e determinantes: número e gênero.

a. A garrafas está na minha casa.

Interpretação possível: uma menina, cujo apelido é garrafas, está na minha casa.

b. O garrafas está na minha casa.

Interpretação possível: um menino, cujo apelido é garrafas, está na minha casa.

Na próxima seção discutiremos, mais detalhadamente, as restrições envolvidas na fonologia dos possíveis pares masculino-feminino no sistema do PB.

2.5.3 Restrições na fonologia do par masculino-feminino em PB

Há restrições muito interessantes atuando na fonologia da vogal final do nome, quando o que estão em jogo são os possíveis pareamentos masculino-feminino, em que o gênero é interpretado como biológico. Mais especificamente, o que acontece é que a vogal final da forma feminina é exclusivamente restrita à realização fonológica *-a*, enquanto a contraparte masculina do par pode variar (cf. Câmara Jr., 1970)²¹. Vamos começar elencando os possíveis pares masculino-feminino encontrados no sistema do PB.

(53) A fonologia do par masculino – feminino

Masc.	Fem.	Exemplo
<i>-o</i>	<i>-a</i>	menino-menina
<i>-e</i> (epêntese)	<i>-a</i>	mestre-mestra
Ø	<i>-a</i>	peru-perua

Tabela 2. Pareamentos fonológicos possíveis para o par masculino-feminino.

Na tabela acima, as formas masculinas dos pares estão variando entre *-o*, *-e* e Ø. É importante ressaltar que a vogal *-e* que completa os nomes que formam pares masculino-feminino, encaixam-se na qualidade de vogal epentética, conforme discutimos anteriormente. Se aceitarmos o estatuto epentético desse elemento, os nomes masculinos ficam restritos a *-o* ou Ø. O quadro se mostra, no entanto, um pouco diferente quando olhamos para as formas de feminino, que estão restritas a *-a*. Abaixo, podemos ver que as combinações em que a vogal final da forma feminina é diferente de *-a* não são possíveis no sistema do PB.

²¹ Nós estamos excluindo da discussão os casos em que as formas masculina e feminina são morfofonologicamente idênticas, uma vez que tais casos foram discutidos e analisados nas seções anteriores.

(54) A fonologia do par masculino–feminino: pareamentos fonológicos impossíveis

Masc.	Fem.		Masc.	Fem.		Masc.	Fem.
-a	-o		-o	-e		-o	Ø
-e	-o		-a	-e		-a	Ø
Ø	-o		Ø	-e		-e	Ø

Tabela 3. Pareamentos fonológicos impossíveis masculino–feminino.

Na tabela acima, a vogal final da forma feminina é mantida constante, enquanto a contraparte masculina está variando. Independentemente da fonologia da forma masculina, no entanto, se a vogal que completa a contraparte feminina é diferente de *-a*, o pareamento não é possível. Diante desses fatos, a questão a ser respondida por qualquer análise que queira dar conta do funcionamento da noção de gênero no PB é a seguinte: por que razão a vogal final da contraparte feminina é mais constante do que a vogal final que completa a contraparte masculina?

A ideia que propomos para responder a essa questão está ancorada no fato de que enquanto a forma masculina parece poder ser determinada pela raiz, a forma feminina, por sua vez, é sempre *default*. Propomos, então, que há uma restrição na seleção fonológica desempenhada pela raiz, quando o núcleo GEN é especificado com um par ambivalente de traços. Mais especificamente, a raiz somente pode determinar a fonologia de um dos elementos do par, enquanto o outro elemento será, inevitavelmente, mapeado para a fonologia *default*. Se este raciocínio está no caminho certo, a variação na forma masculina pode ser explicada pelo fato de que é exatamente a forma masculina que é fonologicamente especificada pela raiz. Como consequência, a forma feminina deverá ser sempre *default*, ou seja, mapeada na forma mais geral da língua, que, no PB, corresponde à vogal final *-a*.

Essa solução se torna bastante plausível por dois fatores. O primeiro deles é que a marca de masculino é considerada *default* em PB. O estatuto *default* do masculino em PB é facilmente verificado em contextos de plural que incluem elementos masculinos e femininos. Nesses casos, a forma plural dos modificadores nominais aparece sempre em sua forma masculina.

(55) Plural em conjuntos de masculino e feminino

- a. A caneta e o livro são caros.
- b. *A caneta e o livro são caras.

- c. A Maria e o Pedro são bonitos.
- d. *A Maria e o Pedro são bonitas.

Desse mesmo modo, quando um determinante é colocado, por exemplo, em uma forma infinitiva verbal, evidenciando a formação de um nome, tal determinante deve aparecer na sua forma masculina.

(56) Nomes formados a partir de infinitivos

- a. O amar faz parte da vida.
- b. *A amar faz parte da vida.

- c. O seu cantar me faz feliz.
- d. *A sua cantar me faz feliz.

Uma segunda evidência para o fato de que somente um dos elementos do par {[masculino, feminino]} pode ser fonologicamente especificado pela raiz, é que quando tentamos fazer a flexão de gênero, diante de formas supostamente invariáveis, a forma “criada” deve obedecer ao padrão mais geral da língua.

2.6 Considerações finais do capítulo

A interação entre a morfologia avaliativa e noções como gênero/classe nominal deixa evidente que não é possível compreender o funcionamento dos formadores de diminutivo, bem como o comportamento dos marcadores de aumentativo sem que se compreendam as noções de gênero e de classe nominal.

Nesse sentido, revisitamos, neste capítulo, a relação entre gênero e classe nominal, bem como as suas representações formais e o estatuto de cada uma dessas noções na teoria da gramática. O sistema resultante unificou as duas noções, propondo que gênero e classe nominal ocupam a mesma posição na estrutura sintática. Assim, o que foi tradicionalmente separado em gênero e classe nominal passa a representar tão somente diferentes possibilidades de realização fonológica de um mesmo núcleo sintático. Tal núcleo sintático é identificado como uma projeção de gênero, que é parte da projeção estendida do nome. A análise desenvolvida dispensa a necessidade de diacríticos de classe tanto na raiz como em qualquer dos estágios da derivação, bem como a inserção pós-sintática de núcleos especializados que alojem tal informação.

Restrições de localidade na formação do diminutivo: mapeando uma relação de dependência entre *-inh* e GEN

3.1 Introdução

Há uma grande variedade de formadores utilizados para construir diminutivos e aumentativos no PB. No entanto, as formas mais produtivas são representadas pelos pares *-inh/-zinh* e *-ã/-zã*, no que diz respeito ao diminutivo e ao aumentativo, respectivamente. Todos os quatro formativos em questão precisam ser completados por uma vogal final que, conforme proposto no capítulo anterior, consideramos ser a realização fonológica de um núcleo de gênero. Na verdade, a interação dos formadores de aumentativo e de diminutivo com gênero é bastante intensa e, certamente, crucial para que se entenda o comportamento da morfologia avaliativa no PB. Dessa maneira, a hipótese de fundo que guia este e o próximo capítulo é a de que nuances na relação entre os formadores avaliativos abordados e o núcleo GEN revelam aspectos significantes da posição estrutural ocupada por cada um deles. Assim sendo, de maneira geral, olharemos para as seguintes questões:

(1) Sobre a realização fonológica da vogal final:

- (1a)** Quais as possibilidades de realização fonológica da vogal que completa as formas diminutivas e aumentativas?
- (1b)** De que maneira tais possibilidades diferem das formas simples (não-diminutivas e não-aumentativas) correspondentes?

(2) Sobre o valor do traço de gênero:

- (2a)** Qual o valor do traço de gênero associado às formas diminutivas e aumentativas?
- (2b)** Como esse valor se relaciona ao traço de gênero das formas simples correspondentes?
- (2c)** Como o gênero é valorado nas formas diminutivas e aumentativas?

(3) Sobre a estruturação sintática:

(3a) Os formadores de diminutivo e de aumentativo possuem seu próprio núcleo de gênero ou eles compartilham do mesmo núcleo GEN associado à raiz nas formas não-diminutivas ou não-aumentativas?

Propomos que os formadores de diminutivo e de aumentativo do PB poderão ser agrupados ou separados com base nas semelhanças ou diferenças de respostas que oferecem para cada uma das questões levantadas acima. Em linhas gerais, a ideia é que o diminutivo *-inh* se diferencia dos outros formadores por compartilhar com a raiz o mesmo núcleo de gênero. Nesse sentido, a vogal que completa o formador *-inh* é dependente da raiz que participa da formação. Tal fato fica bastante evidente, por exemplo, nas formas diminutivas dos nomes masculinos terminados em *-a*:

(4) Diminutivo dos nomes masculinos terminados em *-a*: formador *-inh*

a. o problema	o probleminha	* o probleminho
b. o planeta	o planetinha	* o planetinho
c. o mapa	o mapinha	* o mapinho

Como a vogal final *-a* é altamente marcada no contexto de masculino, ela deve ser mapeada através de uma dependência em relação à raiz. No entanto, essa vogal é capaz de se superficializar mesmo com o formador de diminutivo intervindo entre a raiz e a vogal final. Há, portanto, um problema de localidade que se apresenta quando o que está em jogo são as formações com o diminutivo *-inh*. Como veremos no próximo capítulo, tal questão não se coloca, no entanto, quando atentamos para as formações de aumentativo construídas com *-ã* ou para as construções que exibem as formas avaliativas encabeçadas por *-z*. Nesses casos, a vogal final que completa a forma avaliativa sempre reflete os padrões *default* de gênero da língua, a saber, *-o* para o masculino e *-a* para o feminino.

(5) Aumentativo dos nomes masculinos terminados em *-a*: formador *-ã*

a. o problema	o problemão
b. o planeta	o planetão
c. o mapa	o mapão

Note que, nas formações com o aumentativo *-ã*, por exemplo, a vogal final é bastante previsível, no sentido de refletir o padrão mais geral da língua. Não há, portanto diferença

alguma entre o aumentativo de *livro* (*livrão*) e o aumentativo de *problema* (*problemão*), ainda que as formas não-aumentativas correspondentes apresentem diferentes padrões de *spell-out* na sua vogal final. Tal fato, como vimos acima, funciona de maneira diferenciada quando o que está em jogo é a formação diminutiva com *-inh*, cuja vogal final parece se relacionar com a vogal final da forma não-diminutiva relevante.

O comportamento da vogal final que completa os formadores avaliativos iniciados pela consoante *-z* é, em certa medida, semelhante ao que foi observado nas formações aumentativas com *-ã*: a vogal que completa as formas *-zinh* e *-zã* invariavelmente refletem os padrões *default* da língua.

(6) Diminutivo dos nomes masculinos terminados em *-a*: formador *-zinh*

a. o problema	o problemazinho
b. o planeta	o planetazinho
c. o mapa	o mapazinho

(7) Diminutivo dos nomes masculinos terminados em *-a*: formador *-zinh*

a. o problema	o problemazão
b. o planeta	o planetazão
c. o mapa	o mapazão

Tal fato parece apontar para a necessidade de uma análise diferenciada para o diminutivo *-inh*, que é, exatamente o foco deste capítulo. Em linhas gerais, propomos que o que diferencia o formador *-inh* dos demais formadores avaliativos analisados nesta tese é o fato de ele não apresentar um núcleo de gênero que seja independente do núcleo GEN que categoriza a raiz.

O aumentativo *-ã* e as formas avaliativas iniciadas por consoante serão analisadas no próximo capítulo. A opção por agrupar as formas *-zinh*, *-zã* e *-ã* em um mesmo capítulo se explica, em termos gerais, pela ideia de que tais formas apresentam um núcleo de gênero próprio, independente daquele que se relaciona com a raiz. Assim sendo, um sistema de concordância de gênero se faz central na análise dessas formas, o que não é uma questão para as formas diminutivas construídas com *-inh*.

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 3.2, descrevemos as propriedades empíricas que caracterizam as formações de diminutivo construídas com *-inh*. Os padrões resultantes da seção de descrição são aqueles que precisam ser explicados por qualquer proposta que queira dar conta da formação de diminutivos no PB. Na seção 3.3, apresentamos e discutimos a proposta de Wiltschko e Steriopo (2007), que estabelece

parâmetros translinguísticos de variação na sintaxe dos diminutivos. As previsões e diagnósticos apresentados pelas autoras parecem não se confirmar diante dos dados do PB descritos na seção 3.2. Nesse sentido, na seção 3.4, desenvolvemos um sistema de análise que busca derivar os dados descritos, bem como evitar os problemas enfrentados pela proposta de Wiltschko e Steriopo (2007). Para tanto, propomos uma estrutura sintática para o diminutivo *-inh* e discutimos os processos responsáveis por derivar a ordem linear dos núcleos que compõem tal estrutura. Já na seção 3.5, apresentamos e discutimos a proposta de Bachrach e Wagner (2007), que é especificamente desenvolvida para tratar das formações diminutivas do PB. A seção 3.6, por sua vez, retoma as propriedades empíricas apresentadas na seção de descrição, buscando sistematizar as explicações para cada uma delas com base na análise desenvolvida ao longo do capítulo. Finalmente, a seção 3.7 encerra o capítulo com as considerações finais.

3.2 As propriedades empíricas do formador de diminutivo *-inh*

Nesta seção, sistematizamos o comportamento empírico do formador de diminutivo *-inh*. Para tanto, trazemos várias propriedades já notadas na literatura que se debruçou sobre o tema (cf. CÂMARA, 1970; LEITE, 1974; MORENO, 1977; BISOL, 1992; MENUZZI, 1993; LEE, 1995; VILALVA 2000, FERREIRA 2004; BACHRACH e WAGNER 2007; BISOL, 2010 GUIMARÃES e MENDES, 2010) e acrescentamos outras percebidas no percurso de nossa própria pesquisa. Por ser bastante produtivo, o diminutivo *-inh* acaba por interagir com uma grande diversidade de outros fenômenos, constituindo, então, um domínio consideravelmente complexo de investigação. Nesse sentido, buscamos explorar suas propriedades empíricas nos mais variados níveis, envolvendo o comportamento morfológico, sintático, fonológico e semântico do formador em questão.

O objetivo último deste capítulo é desenvolver uma análise formal que, ao mesmo tempo, seja capaz de capturar as propriedades empíricas aqui descritas, enquanto mantendo o maquinário ao mínimo possível.

3.2.1 O diminutivo *-inh* e as questões de categoria

Quando o que está em jogo é a relação entre o diminutivo *-inh* e as questões de categoria, dois fatos bastante conhecidos na literatura precisam ser destacados. O primeiro

deles é que o diminutivo *-inh* pode participar da formação de uma grande variedade de categorias diferentes, tais como substantivos, adjetivos, advérbios, participípios e gerúndios, por exemplo. O segundo fato a ser destacado, é que a categoria da forma diminutiva e da forma não-diminutiva permanece a mesma.

(8) Diminutivo *-inh* em diferentes categorias

	Forma não-diminutiva	Forma diminutiva
Nome	menino, livro, caderno	menininho, livrinho, caderninho
Adjetivo	bonito, lindo, cheio	bonitinho, lindinho, cheinho
Advérbio	agora, à noite, à tarde	agorinha, à noitinha, à tardinha
Particípio	corrigido, feito, arrumado	corrigidinho, feitinho, arrumadinho
Gerúndio	namorando, correndo, bombando	namorandinho, correndinho, bombadinho

Tabela 4 – O diminutivo *-inh*: variedade de categoria e preservação categorial

Mais especificamente no que diz respeito ao participípio, é interessante notar que há uma interação entre os auxiliares com os quais tais formas se combinam e a marcação de grau: participípios construídos com os auxiliares ‘ser’ e ‘estar’ aceitam a presença de diminutivo, enquanto participípios construídos com ‘ter’ e ‘haver’ não permitem a diminutivização:

(9) Interação entre o diminutivo e os auxiliares do participípio

a. O jantar <u>está</u> pronto.	O jantar está prontinho.
b. A comida <u>está</u> pronta.	A comida está prontinha.
c. O documento já <u>foi</u> conferido.	O documento já foi conferidinho.
d. A documentação já <u>foi</u> conferida.	A documentação já foi conferidinha.
e. Ele <u>tem</u> corrido todos os dias.	*Ele tem corridinho todos os dias.
f. Ela <u>tem</u> corrido todos os dias.	*Ela tem corridinho todos os dias.
g. Ele já <u>havia</u> saído.	*Ele já havia saidinho.
h. Ela já havia saidinho.	*Ela já havia saidinho.

Tal interação está associada à presença de traços nominais nas construções *ser/estar* + *participípio* em (9a-d) acima, diferentemente do que ocorre em (9e-h), em que tais traços estão ausentes. O que corrobora essa afirmação é o fato de as construções participiais que aceitam o diminutivo serem exatamente aquelas que apresentam concordância de gênero e de número:

(10) Flexão de gênero e número nas construções participiais

a. A comida está pronta.	As comidas estão prontas.	}	Particípio se flexiona em gênero e número.
b. O relatório está pronto.	Os relatórios estão prontos.		
c. O papel já foi conferido	Os papéis já foram conferidos.		
d. A ata já foi conferida	As atas já foram conferidas		
e. Ele tem corrido todos os dias	Eles têm corrido todos os dias.	}	Particípio não se flexiona
f. Ela tem corridos todos os dias	Elas têm corridos todos os dias		
g. Ele já havia saído	Eles já haviam saído.		
h. Ela já havia saído	Elas já haviam saído.		

O fato de as construções participiais que apresentam flexão de gênero e número serem aquelas que podem licenciar a presença dos formadores avaliativos parece apontar que a formação do diminutivo está bastante relacionada à presença de traços nominais no elemento de base.

Outro ponto interessante na relação entre o diminutivo e a categorização é que a morfologia derivacional precisa anteceder o morfema de diminutivo¹, como podemos observar nos contrastes abaixo:

(11) Diminutivo e morfologia derivacional

a. Faca	faquinha
Facada	facadinha
*Faquinhada	(provável sentido: uma facada executada com uma faca pequena)
b. Laranja	laranjinha
Laranjeira	laranjeirinha
*Laranjinheira	(provável sentido: uma árvore de laranjas pequenas)
c. Piano	pianinho
Pianista	pianistinha
*Pianinhista	(provável sentido: uma pianista que só toca pianos pequenos)

¹ Salvo em casos de diminutivos não-composicionais, tal como em *caipirinha*, interpretada como um tipo de bebida, e a derivação correspondente *caipirinhada*, que pode ser interpretada como um evento com bastante caipirinha, por exemplo. Ainda assim, a sequência *diminutivo-morfema derivacional* tende a ser evitada pelos falantes de PB, resultando em construções do tipo *caipirada* em substituição à forma *caipirinhada*, como se pode ver abaixo em dado retirado da internet:

(a) “Sexta do Quevedão apresenta: 1º Caipirada... a festa oficial da caipirinha”
(<http://www.evento.br.com/eventos-arquivo/388147/sexta-do-quevedao-apresenta-1-caipirada-a-festa-oficial-da-caipirinha>)

Como os dados acima ilustram, é possível criar um diminutivo a partir de uma forma derivada, mas o oposto não é verdadeiro. É interessante ter em mente que tal assimetria não pode ser explicada por meio de qualquer restrição ou inadequação na esfera do significado, uma vez que é possível prever o significado das formas hipotéticas.

3.2.2 O diminutivo *-inh* e as questões de gênero

Assim como era o caso com a categoria lexical, o gênero da forma diminutiva e da forma não-diminutiva correspondente é o mesmo.

(12) Forma diminutiva e forma não-diminutiva: mesmo gênero

Forma não-diminutiva	Forma diminutiva	Gênero
a. livro	livrinho	masculino
b. mesa	mesinha	feminino
c. pente	pentinho	masculino
d. lente	lentinha	feminino
e. papel	papelinho	masculino
f. colher	colherinha	feminino

Tabela 5 – O diminutivo *-inh*: preservação de gênero

Uma importante diferença entre as formas diminutivas e não-diminutivas, já discutida no capítulo anterior, deve ser destacada aqui: nem *-e* (cf. 12c-d), nem $\emptyset$ (cf. 12e-f) são possíveis terminações para o diminutivo *-inh*. Se a forma não-diminutiva se realiza com uma dessas terminações, o diminutivo é completado com as vogais *default* para cada categoria de gênero. Note que, mesmo nesses casos, o valor do traço de gênero da forma não-diminutiva é mantido.

Crucialmente, no entanto, o final *-a* ou *-o* na formação diminutiva não necessariamente corresponde aos valores *default* de gênero da língua: é possível encontrar a sequência *-inha* em nomes diminutivos masculinos, da mesma maneira que é possível encontrar a sequência *-inho* em nomes diminutivos femininos. Tal fato é claramente visto, como já apontamos anteriormente, nos casos de nomes masculinos terminados em *-a* e nos casos de nomes femininos terminados em *-o*².

² Cf. o capítulo anterior para uma discussão a respeito de possíveis variações dialetais envolvendo nomes femininos terminados em *-o*.

(13) Vogais finais não-*default* preservadas na formação diminutiva

a. problema	probleminha
b. cometa	cometinha
c. tribo	tribinho
d. libido	libidinho

Os expoentes fonológicos altamente marcados são preservados na formação do diminutivo. A questão imediata que se coloca é a seguinte: de onde vem essa vogal? Claramente trata-se de um expoente fonológico que é específico da raiz presente na formação.

No capítulo anterior, desenvolvemos a ideia de que as diferentes vogais finais que completam os nominais do PB são diferentes possibilidades de realização fonológica do núcleo de gênero, a que denominamos GEN. Se é assim, há dois fatos contraditórios para serem acomodados: (i) o núcleo GEN precisa estabelecer uma relação local com a raiz, de tal forma que seja possível que a raiz condicione o expoente fonológico que vai ocupá-lo nos casos não-*default* e (ii) superficialmente, o diminutivo *-inh* está intervindo entre a raiz e o núcleo GEN, gerando a ordem linear *raiz-diminutivo-gênero*.

Aparentemente, nós estamos diante de um caso de seleção não local: um núcleo parece selecionar algo apesar da intervenção de um outro núcleo que, supostamente, deveria desfazer a relação de localidade entre eles. Esse mesmo fato é observado nas formações derivadas, como podemos ver nas formações terminadas em *-ista*, por exemplo: a vogal final *-a*, que completa o sufixo relevante, independentemente dos valores de gênero, é preservada na formação diminutiva correspondente.

(14) Vogais finais não-*default* de sufixos derivacionais preservadas na formação diminutiva

a. pianista	pianistinha/ *pianistinho
b. dentista	dentistinha/ *dentistinho
c. florista	floristinha/ *floristinho

Nos casos acima, a vogal final é determinada pelo sufixo derivacional, e não pela raiz. Isso mostra que, diferentemente do formador de diminutivo, o sufixo derivacional interfere na relação de localidade entre a raiz e o núcleo de gênero, de tal forma que a raiz não seja mais capaz de condicionar o expoente fonológico que realiza o núcleo GEN. Novamente, no entanto, a vogal final condicionada pelo sufixo derivacional é mantida na formação diminutiva.

3.2.3 O diminutivo *-inh* e as questões de número

A regra geral para a formação do plural no PB é a anexação de *-s* a uma base nominal. No entanto, em alguns casos, a presença da marca de plural pode desencadear mudanças fonológicas na base. A interação entre a presença do diminutivo e as mudanças fonológicas causadas pelo plural pode nos dar pistas interessantes a respeito da posição do formador de diminutivo *-inh* na estrutura sintática. Nós vamos apresentar aqui dois cenários relevantes para essa discussão: (i) inserção da vogal /e/ antes do morfema de plural e (ii) alternância de glide [w] para [j].

(15) Inserção de /e/ no plural

a. colher	colheres	colherinhas/*colhereinhas
b. mulher	mulheres	mulherinhas/*mulhereinhas
c. freguês	fregueses	freguesinhos/*fregueseinhos
d. japonês	japoneses	japonesinhos/*japoneseinhos

(16) Alternância de glide: [w] → [j]

a. pastel	pastéis	pastelinhos/*pasteilinhos
b. anel	anéis	anelinhos/*aneilinhos

Tanto nos dados em (15), quanto nos dados em (16), as alterações desencadeadas pela presença da marca de plural não se fazem presentes na formação do diminutivo. Em outras palavras, a presença do diminutivo interfere nas condições de localidade necessárias para que o morfema de plural possa interagir com a fonologia da base.

É muito interessante notar que essa situação contrasta fortemente com aquela que encontramos quando o que estava em jogo não era a marca de plural propriamente dita, mas a de gênero. Dados como *problema-probleminha* apontavam para o fato de que o diminutivo, apesar de aparecer fonologicamente entre a raiz e o núcleo de gênero, não atuava como interventor na relação entre eles, ao contrário do que se nota com a marca de plural.

Há ainda que se ressaltar os casos nos quais alterações aparentemente desencadeadas pelo plural, são preservadas mesmo com a anexação do diminutivo. Tais dados incluem os casos de metafonia, discutido por Menuzzi (1993), que tomou por base as observações de Moreno (1977). Mais especificamente, há um contraste na vogal média da base, que se alterna entre [o] e [ɔ] em diferentes contextos.

(17) Metafonia em diferentes contextos de número

não-diminutivo masculino singular	não-diminutivo masculino plural	diminutivo masculino singular	diminutivo masculino plural
p[o]rco	p[ɔ]rcos	p[o]rquinho	p[ɔ]rquinhos
f[o]go	f[ɔ]gos	f[o]guinho	f[ɔ]guinhos
[o]vo	[ɔ]vos	[o]vinho	[ɔ]vinhos

Tabela 6 – alternância [o] - [ɔ] em diferentes contextos de número

O mesmo tipo de metafonia, envolvendo a alternância de vogais médias na raiz pode ser encontrado em diferentes contextos de gênero. Conforme notado em Moreno (1997) e em Menuzzi (1993), a forma diminutiva também preserva a alternância encontrada nesses casos, tal como se pode ver abaixo.

(18) Metafonia em diferentes contextos de gênero

não-diminutivo masculino singular	não-diminutivo feminino singular	diminutivo feminino singular
p[o]rco	p[ɔ]rca	p[ɔ]rquinha
s[o]gro	s[ɔ]gra	s[ɔ]grinha
n[o]vo	n[ɔ]va	n[ɔ]vinha

Tabela 7 – alternância [o] - [ɔ] em diferentes contextos de gênero

Com base nos dados sistematizados em (17) e (18), Menuzzi (1993) conclui que o diminutivo se anexa a uma palavra inteiramente flexionada, tanto em número como em gênero. Em uma abordagem derivacional, isso equivaleria a dizer que quando o diminutivo entra na derivação, gênero e número estão ambos presentes na estrutura. Nós abordaremos os casos de (15) a (18) na seção de análise.

3.2.4 O diminutivo *-inh* em processos fonológicos

O comportamento do formador *-inh* em relação a alguns processos fonológicos do PB também tem chamado a atenção dos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema. Um desses processos é conhecido como Neutralização Vocálica (Wetzels, 1991a, 1991b, 1992) e diz respeito à qualidade das vogais médias no processo derivacional. Mais especificamente, as

vogais médias /ε,ɔ/ em posição tônica mudam para [e,o], se passarem para uma posição átona durante um processo derivacional. No entanto, apesar de a anexação de *-inh* deslocar o acentoônico em relação à base, ela não desencadeia o processo de neutralização das vogais médias: não há alteração da vogal média-baixa para vogal média-alta com a anexação do diminutivo.

(19) Neutralização Vocálica

a. b[ε]rro	b[e]rreiro	b[ε]rrinho/ *b[e]rrinho
b. p[ɔ]rta	p[o]rtaria	p[ɔ]rtinha/ *p[o]rtinha
c. s[ε]rra	s[e]rralheria	s[ε]rrinha/ *s[e]rrinha
d. b[ε]ló	b[e]leza	b[ε]linho/ *b[e]linho
e. c[ε]erto	c[e]rteza	c[ε]rtinho/ *c[e]rtinho
f. concr[ε]to	concr[e]tude	concr[ε]tinho/ *concr[e]tinho
g. compl[ε]to	completude	compl[ε]tinho/ *compl[e]tinho
h. esc[ɔ]la	esc[o]larização	esc[ɔ]linha/ *esc[o]linha

Nos dados acima, a coluna do meio é composta por derivações nas quais há alteração no traço de altura da vogal média que compõe a base. Os diminutivos da terceira coluna, por sua vez, não provocam a Neutralização Vocálica, trazendo o mesmo traço de altura da vogal média que compõe as formas não derivadas correspondentes.

Ainda sobre a fonologia dos processos derivacionais, um aspecto interessante é que, alguns afixos, desencadeiam regras de alomorfa, tais como a regra de assibilação e a regra de abrandamento de velar (Lee, 1999). Mas essas regras não se aplicam aos formadores produtivos de diminutivo ou de aumentativo.

(20) Alomorfa em processos derivacionais: assibilação

a. ascenden[t]e	ascendên[s]ia	ascendetinho/*ascenden[s]inho
b. agen[t]e	agên[s]ia	agentinho/*agên[s]inho
c. delinquen[t]e	delinquên[s]ia	deliquentinho/*delinquên[s]inho

(21) Alomorfa em processos derivacionais: abrandamento da velar

a. astrólo[g]o	astrolo[ʒ]ia	astrolo[g]uinho/astrolo[ʒ]inho
b. biólo[g]o	biolo[ʒ]ia	biolo[g]uinho/ biolo[ʒ]inho
c. elétri[k]o	eletri[s]idade	eletri[k]inho/ eletri[s]inho

Como nos paradigmas anteriores, os morfemas derivacionais desencadeiam mudanças fonológicas na base. Tal fenômeno não ocorre, no entanto, na formação dos diminutivos, que conservam as mesmas características fonológicas das formas não derivadas correspondentes.

Por fim, a relação entre a formação de grau e a nasalização também revela aspectos interessantes. No geral, afixos derivacionais atraem o acento e a vogal que era tônica e nasal na base torna-se átona e não sofre nasalização. Nos diminutivos, tal como ocorre nos processos derivacionais, há deslocamento do acento. No entanto, a vogal que era tônica e nasal na base continua nasalizada, apesar de perder sua tonicidade, ou de carregar apenas o acento secundário.

(22) Diminutivos e o processo de (des)nasalização

a. f[ã]ma	f[a]moso	f[ã]minha/ *f[a]minha
b. c[ã]ma	c[a]mareira	c[ã]minha/ *c[a]minha
c. l[ã]ma	l[a]maçal	l[ã]ma/ *l[a]minha

É preciso notar que as formações com o diminutivo na terceira coluna trazem o mesmo traço de nasalidade da vogal da forma não-derivada. Ao contrário disso, os elementos derivacionais, ao deslocarem o acento da base, desfazem, também, a nasalidade dela.

3.2.5 Sistematizando as propriedades do diminutivo *-inh*:

(A) Sobre categoria

- O diminutivo *-inh* participa da formação de uma variedade de categorias lexicais diferentes;
- A categoria da forma não-diminutiva e da forma diminutiva é a mesma;
- Construções participiais com os auxiliares *ser/estar* se flexionam em gênero e número e aceitam marca de diminutivo. As construções participiais com *ter/haver*, por outro lado, não apresentam flexão de gênero ou de número e não licenciam a anexação do diminutivo;
- O diminutivo *-inh* aparece depois de afixos derivacionais e não antes deles.

(B) Sobre gênero

- O gênero da forma não-diminutiva e da forma diminutiva é o mesmo;
- Os expoentes *-e* e $\emptyset$ não podem aparecer depois do diminutivo *-inh*;
- A raiz ou um afixo derivacional podem condicionar o expoente fonológico do núcleo de gênero, ainda que, superficialmente, o diminutivo esteja intervindo na relação entre eles.

(C) Sobre número

- O diminutivo intervém na relação entre o plural e a base da formação: processos morfofonológicos desencadeados pela marca de plural são bloqueados na presença do diminutivo;
- Os efeitos de metafoia são preservados, apesar da anexação do diminutivo.

(D) Diagnóstico fonológico

- O diminutivo não interage com a fonologia da raiz.

3.3 Wiltschko e Steriopolo (2007): parâmetros de variação na sintaxe do diminutivo

Wiltschko e Steriopolo (2007), dentro de uma perspectiva sintática de formação de palavra, propõem que, translinguisticamente, os diminutivos podem variar de acordo com (pelo menos) dois parâmetros:

- (a) Estatuto da anexação do diminutivo: como núcleo ou como adjunto;
- (b) Lugar de anexação do diminutivo: acima ou abaixo do nível da palavra (no sentido de Marantz, 1997).

Para desenvolver a proposta, as autoras trazem argumentos baseados nas características do diminutivo em três línguas não geneticamente relacionadas entre si, a saber, o alemão, o *halkomelem* e o russo.

As consequências dos parâmetros propostos na análise em questão se dão no seguinte sentido: diminutivos que se comportam como núcleo são capazes de determinar algumas propriedades formais da base, enquanto aqueles que se comportam como adjuntos apenas conservam as propriedades formais da base. Um exemplo de língua em que o diminutivo é núcleo da formação seria o alemão, em que as formas que apresentam a marcação de diminutivo são associadas ao gênero neutro, independentemente do gênero da base³:

³ A diferença entre os dois sufixos de diminutivo do alemão que aparecem nos exemplos, *-erl* e *-chen* se dá no sentido de que o primeiro deles faz parte do alemão coloquial enquanto o segundo pertence ao alemão padrão.

(23) Gênero nos diminutivos: dados do alemão

Masculino		Neutro	
a.	der Baum det(m) tree 'tree'	das Bäum-chen det(neut) tree-dim '(cute) little tree'	
b.	der Baum det(m) tree 'tree'	das Baum-erl det(neut) tree-dim '(cute) little tree'	
Feminino		Neutro	
a.	die Flasche det(f) bottle 'bottle'	das Fläsch-chen det(neut) bottle-dim '(cute) little bottle'	
b.	die Flasche det(f) bottle 'bottle'	das Flasch-erl det(neut) bottle-dim '(cute) little bottle'	

(Wiltschko e Steriopolo, 2007, p.02)

Além de determinar o gênero da formação, o diminutivo do alemão resulta em formações que são sempre contáveis, independentemente do estatuto massivo ou contável da base.

(24) Estatuto massivo-contável das formações diminutivas: dados do alemão

Massivo	Contável
a. viel Brot Q. bread ‘much bread’	viele Bröt-chen Q.pl bread-dim ‘many rolls’
b. viel Brot Q. bread ‘much bread’	viele Brot-erl Q.pl bread-dim ‘many little sandwiches’

(Wiltschko e Steriopolo, 2007, p.02)

Por outro lado, um exemplo de língua em que o diminutivo se comporta como adjunto seria o *halkomelem*⁴. O argumento para tanto, segundo as autoras, é que, nessa língua, o diminutivo não é capaz de determinar quaisquer das propriedades formais da derivação, não interferindo, por exemplo, no estatuto massivo ou contável da base:

⁴ No *halkomelem* o diminutivo é construído através do processo de reduplicação.

(25) Estatuto massivo-contável das formações diminutivas: dados do halkomelem

Massivo vs. Contável

a. s-páth nom-bear 'bear'	s-pi-páth nom-dim-bear 'little bear'
b. s-peháls nom-bear 'wind'	s-pi-peháls nom-dim-bear 'a little bit of wind/breeze'

(Wiltschko e Steriopolo, 2007, p.03)

Nesse mesmo sentido, em halkomelem, o diminutivo é encontrado na formação de nomes, verbos ou adjetivos, nunca alterando o estatuto da categoria da base. Assim, as formas diminutivas e não-diminutivas apresentam exatamente a mesma categoria.

(26) Categoria nas formações diminutivas: dados do halkomelem

a. Nome q'á:mi girl 'girl'	Nome q'á-q'emi dim-girl 'small girl'
b. Verbo lhí:m picking 'picking'	Verbo lhi-lhi:m dim-picking 'picking a little bit'
c. Adjetivo p'eq' white 'white'	Adjetivo p'í-p'eq' dim-white 'a little white, whitish'

(Wiltschko e Steriopolo, 2007, p. 03)

Assim, seguindo a proposta das autoras, diminutivos que se anexam como núcleos de suas formações determinam as propriedades formais da derivação, enquanto diminutivos que são adjuntos simplesmente não modificam nenhuma propriedade formal já trazida pela base. No que diz respeito aos dados trazidos pelas autoras, o diminutivo do Alemão é analisado, então, como um núcleo, enquanto o diminutivo no halkomelem é considerado um adjunto.

O segundo parâmetro proposto em Wiltschko e Steriopolo (2007) está associado ao lugar de anexação do diminutivo, que, segundo as autoras, pode ser acima ou abaixo do primeiro categorizador da estrutura. Assim, se anexado antes do elemento que categoriza a

raiz, ou seja, abaixo do nível da palavra, o diminutivo pode resultar em várias categorias diferentes. Isso é exatamente o que acontece com os dados do *halkomelem* em (26a-c). Nesse momento da análise, as autoras reinterpretam os dados em (26), argumentando que não se está diante de uma preservação de categoria desempenhada pelo diminutivo, mas sim diante de um morfema de diminutivo que se anexa a um elemento não-categorizado, podendo originar categorias variadas como nome, verbo e adjetivo, por exemplo. Por outro lado, no Alemão, o diminutivo só se anexa a nomes, o que leva as autoras a propor que, na língua em questão, o diminutivo entra na estrutura depois que a base já está categorizada por um formador de nome do tipo *n*.

(27) Categoria das formações diminutivas: dados do alemão

a. Nome:	baum tree 'tree'	bäum-chen tree-dim '(cute) little tree'	baum-erl tree-dim '(cute) little tree'
b. Verbo:	lesen read 'to read'	*les-chen read-dim 'to read a little'	*les-erl read-dim 'to read a little'
c. Adjetivo:	schön beautiful 'beautiful'	*schön-chen beautiful-DIM 'a little beautiful'	*schön-erl beautiful-DIM 'a little beautiful'

(Wiltschko e Steriopolo, 2007, p. 6)

O que temos até aqui, então, é que no alemão os diminutivos são núcleos que entram na estrutura depois do primeiro categorizador, enquanto no *halkomelem*, os diminutivos são adjuntos que entram na estrutura antes de a raiz ser categorizada. Diante dos parâmetros propostos por Wiltschko e Steriopolo (2007) restam duas possibilidades lógicas para o diminutivo: núcleos que entram na estrutura antes do primeiro categorizador e adjuntos que entram na estrutura depois de a raiz ser categorizada. Para exemplificar essas duas possibilidades, as autoras trazem dados do russo, que parece apresentar uma variação intralinguística no que diz respeito aos parâmetros em questão.

Segundo as autoras, alguns sufixos de diminutivo do russo (*-ug*, *-an*) são capazes alterar o gênero da base, determinando o gênero da formação de que participam.

(28) Gênero nos diminutivos: dados do russo

a. masculino	feminino
zv'ér'	zv'er'-úg-a
animal(m)	animal-dim(f)
'animal'	'big animal'
b. feminino	masculino
gub-á	gub-án
lip-(f)	lip-dim(m)
'lip'	'person with big lip(s)'

(Wiltschko e Steriopolo, 2007, p.07)

O que os exemplos acima pretendem mostrar é que o sufixo *-ug* faz a mudança de gênero do masculino para o feminino, ao passo que o formador *-an* altera o gênero de feminino para masculino. Dessa mesma forma, os sufixos de diminutivo *-ug* e *-an* são capazes de mudar a classe flexional da base.

(29) Classe nos diminutivos: dados do russo

a. classe I	classe II
zv'ér'	zv'er'-úg-a
animal(m)classI	animal-dim(f)classII
'animal'	'big animal'
b. classe II	classe I
gub-á	gub-án
lip-(f)classII	lip-dim(m)classI
'lip'	'person with big lip(s)'

(Wiltschko e Steriopolo, 2007, p. 07)

Segundo os dados acima, o sufixo *-ug* muda a classe flexional da formação de classe I para classe II, enquanto o sufixo *-an* muda a classe flexional de classe II para classe I. Importa para a proposta das autoras, que os afixos de diminutivo em questão estão determinando propriedades formais da derivação e seriam, portanto, analisados como núcleos das formações de que participam.

Por outro lado, alguns sufixos de diminutivo do russo teriam um comportamento diferente no sentido de não serem capazes de alterar as propriedades formais trazidas pela base. Assim, sufixos como *-ok*, *-išč*, por exemplo, não são capazes de determinar nem o gênero gramatical, nem a classe flexional da formação.

(30) Diminutivos no russo: preservação de propriedades formais

a. masculino/classe I	masculino/classe I
zv'ér'	zv'ér'-ók/íšč'-e
animal(m)(classe I)	animal-dim/dim(m)(classe I)
'animal'	'small/big animal'
b. feminino/classe II	feminino/classe II
gub-á	gúb-k/íšč'-a
lip(f)(classe II)	lip-dim/dim(f)(classe II)
'lip'	'small/big lip'

(adaptado de Wiltschko e Steriopolo, 2007, p.07-08)

Esse grupo de diminutivos formado por *-ok* e *-íšč*, diferentemente do que foi ilustrado em (28) e (29), funciona sintaticamente como adjunto e não como núcleo. Os diminutivos deste grupo não são capazes de determinar qualquer propriedade formal da estrutura de que participam.

Para as autoras, o russo vai variar também no que diz respeito à altura de anexação dos seus diminutivos. Assim, no que diz respeito à categoria da formação, o sufixo *-ug* é um formador de nomes que transforma verbos e adjetivos em nomes.

(31) Categoria nos diminutivos: dados do russo

a. Verbo	Nome
xap-á-t'	xap-úg-a
grab-verb	grab-dim(f)
'to grab'	'person who grabs a lot'
b. Adjetivo	Nome
žád-n-ij	žád-úg-a
stingy-adj	stingy-dim(f)
'stingy'	'very stingy person'
c. Nome	Nome
zv'ér'	zv'er'-úg-a
animal(m)	animal-dim(f)
'animal'	'big animal'

(Wiltschko e Steriopolo, 2007, p. 09-10)

O comportamento acima é, para as autoras, indício de que o sufixo *-ug* entra na estrutura antes do categorizador, ou seja, abaixo do nível da palavra. Por outro lado, *-ok*, *-íšč* seriam sufixos que se anexam a bases já categorizadas por um *n*, podendo se combinar com

nomes, mas sendo incapazes de transformar a categoria de bases adjetivais e verbais (32a-c) e, mais do que isso, sendo incapazes até mesmo de se anexar a adjetivos ou verbos (33a-b).

(32) Categoria nos diminutivos: dados do russo

a. Nome	Nome
zv'ér'	zv'er'-ók/-išč'-e
animal.(m)	animal-dim/dim(m)
'animal'	'small/big animal'
b. *Verbo	Nome
xap-á-t'	*xap-ok/-išč'-e
grab-verb	grab-dim/dim(m)
'to grab'	'person who grabs a little/lot'
c. *Adjetivo	Nome
žád-n-ij	*žad-ok/-išč'-e
stingy-adj	stingy-dim/dim(m)
'stingy'	'a little/very stingy person'

(33) Categoria nos diminutivos: dados do russo

a. Verbo	Verbo
xap-á-t'	*xap-ok/-išč'-a-t'
grab-verb	grab-dim/dim-verb
'to grab'	'to grab a little/lot'
b. *Adjetivo	Adjetivo
žád-n-ij	*žad-ok/-išč'-n-ij
stingy-adj	stingy-dim/dim-adjD
'stingy'	'a little/very stingy'

(Wiltschko e Steriopolo, 2007, p.10-11)

Enfim, Wiltschko e Steriopolo (2007) propõem as seguintes possibilidades de variação na sintaxe do diminutivo: (i) núcleos que se anexam depois da categorização da raiz (alemão); (ii) adjuntos que entram na estrutura antes do categorizador (*halkomelem*); (iii) adjuntos que se concatenam a estruturas já categorizadas (*ok*, *-išč* do russo) e (iv) núcleos que se anexam a raízes não categorizadas (*-ug* do russo). Uma tabela com as propriedades detectadas pelas autoras pode ser vista a seguir:

(34) Resumo dos parâmetros e propriedades propostas em Wiltschko e Steriopolo (2007)

	Núcleo	Adjunto
Abaixo do nível da palavra	- Determina as propriedades formais; - Participa da formação de categorias variadas.	- Não determina as propriedades formais; - Participada da formação de categorias variadas.
Acima do nível da palavra	- Determina as propriedades formais; - É restrito a uma única categoria.	- Não determina as propriedades formais; - É restrito a uma única categoria.

Tabela 8 – os parâmetros de Wiltschko e Steriopolo (2007)

3.3.1 Discutindo os parâmetros de Wiltschko e Steriopolo (2007) à luz dos dados do PB

Os parâmetros e diagnósticos propostos em Wiltschko e Steriopolo (2007) geram resultados contraditórios quando confrontados com os dados do PB. No que diz respeito à primeira divisão, a saber, núcleo *vs.* adjunto, os dados do PB parecem se comportar muito semelhantemente aos dados de diminutivo do *halkomelem*, ou ainda aos sufixos *-ok* e *-išč'* encontrados no russo. Isso porque o diminutivo no PB não é capaz de determinar as propriedades formais, tais como gênero e categoria, das estruturas às quais ele se anexa.

Os questionamentos começam a surgir, no entanto, quando se evocam conceitos como classe nominal, por exemplo. Se olharmos a partir dessa perspectiva para dados do tipo *xale-xalinho* ou *colher-colherinha*, por exemplo, será possível pensar que o diminutivo é capaz de alterar a classe da palavra: de classe III para classe I ou de classe IV para classe II (nos termos de ÂLCÂNTARA, 2010).

Os parâmetros começam a ficar um pouco mais obscuros, no entanto, quando olhamos para a segunda divisão proposta pelas autoras, a saber, a anexação do diminutivo abaixo do primeiro categorizador ou acima dele. Como o diminutivo no PB pode participar da formação diversas categorias (cf. (8)), tal como acontece com a formação de diminutivo em *halkomelem*, o diagnóstico nos leva a crer que *-inh* deve se anexar a uma estrutura ainda não categorizada, do tipo que ilustramos a seguir:

Do ponto de vista teórico, no entanto, não é muito claro qual deve ser o rótulo resultante do *merge* entre DIM e raiz. Tomando por base as propriedades empíricas do formador de diminutivo, fica bastante claro que, nessa posição, ele não pode projetar: (i) o diminutivo não determina nenhuma propriedade formal, tal como gênero ou categoria, da estrutura de que ele participa; (ii) o diminutivo não interfere no condicionamento fonológico entre raiz e GEN.

Ao se assumir, no entanto, que a própria raiz é que resulta como rótulo dessa concatenação com o diminutivo, surgem algumas questões muito importantes a respeito da natureza da raiz. Se tomamos por base a visão de raiz defendida em Borer (2010a, 2010b, 2013 e muitos outros trabalhos sobre o tema) de que a raiz é sintaticamente inerte, a consequência é que ela não pode projetar. Se nem a raiz, nem o diminutivo podem atuar como rótulo da concatenação relevante e, se rótulos são elementos necessários para que a derivação seja licenciada nas interfaces, a estrutura em (23) não poderá ser gerada.

Vamos assumir, no entanto, que a raiz, apesar de sintaticamente inerte possa receber adjuntos. Sendo assim, suponhamos que DIM seja uma espécie de adjunto da raiz e que a concatenação entre raiz e DIM se dê através de um mecanismo do tipo de *pair-Merge* (cf. CHOMSKY, 2000, 2004)⁵, resultando na rotulação abaixo:

$$(36) \quad \begin{array}{c} ? \rightarrow \{\sqrt{\text{RAIZ}}, \langle \text{DIM}, \sqrt{\text{RAIZ}} \rangle\} \\ \swarrow \quad \searrow \\ \text{DIM} \quad \sqrt{\text{RAIZ}} \end{array}$$

Mesmo que o problema de rotulação fique colocado para outras instâncias, ainda há problemas empíricos dos quais essa estrutura não consegue dar conta. O primeiro deles vem à tona quando o que está em jogo são as estruturas derivadas. Se o diminutivo é tão baixo na estrutura sintática, era de se esperar que ele pudesse preceder morfemas derivacionais, o que, como vimos na seção anterior, não se verifica nos dados do PB (cf. (11)). O segundo problema está relacionado a processos fonológicos comuns no PB que, no entanto, não são desencadeados na presença do diminutivo. Se o diminutivo estivesse tão baixo na estrutura

⁵ Para dar conta das assimetrias entre argumentos e adjuntos, Chomsky (2000, 2004) propõe uma tipologia que subdivide a operação de *Merge* em *set-Merge* e *pair-Merge*, tal como ilustrado abaixo. É importante notar que a operação envolvida em um e outro caso é a mesma, sendo que a diferenciação se dá em termos de rotulação.

a. *set-Merge*

input: α, β

output: $\{\alpha, \{\alpha, \beta\}\}$

$$\begin{array}{c} \swarrow \quad \searrow \\ \alpha \quad \beta \end{array}$$

b. *pair-Merge*

input: α, β

output: $\{\alpha, \langle \alpha, \beta \rangle\}$

$$\begin{array}{c} \swarrow \quad \searrow \\ \alpha \quad \beta \end{array}$$

sintática, era de se esperar alguma evidência fonológica de interação entre DIM e raiz, o que não é empiricamente verificado nos dados, uma vez que o diminutivo não desencadeia qualquer alteração na fonologia da raiz (cf. (19-22)).

Do ponto de vista semântico, também não é muito fácil defender a ideia do diminutivo como um adjunto da raiz. Quando olhamos para formas do tipo *livro-livrinho* parece que o diminutivo tem escopo sobre a estrutura semanticamente formada e não somente sobre a raiz, especialmente quando se assume que a raiz é desprovida de conteúdo semântico, fora de um contexto estrutural. Se é assim, no momento em que o diminutivo se concatena à raiz nua, ela ainda é desprovida de significação e a interpretação resultante desse *merge* é bastante obscura. Do ponto de vista computacional, portanto, o que exatamente significa ser um modificador de raiz não é nada óbvio.

Na seção de descrição das propriedades empíricas do diminutivo, nós detectamos uma interação entre a possibilidade de concatenação do diminutivo e a presença de traços nominais, tal como flexão de gênero e de número nas construções participiais com os auxiliares *ser/estar* (cf. (9-10)). Se o diminutivo é tão baixo na estrutura e não projeta, essa relação de dependência entre o diminutivo e a presença de traços nominais é completamente inesperada.

Diante desses fatos e levando em consideração a proposta de Wiltschko e Steriopo (2007), seria possível dizer, então, que o formador de diminutivo *-inh* do BP é, na verdade, mais alto do que o primeiro núcleo categorizador, como proposto para os sufixos *-ok* and *-išč'* do Russo. No entanto, as formações diminutivas que apresentam tais sufixos no russo, não podem se combinar com qualquer outra categoria, que não seja um nome, o que claramente não é o caso do diminutivo no PB.

Assim, sendo, os parâmetros propostos pelas autoras enfrentam algumas dificuldades empíricas, quando o que está em jogo são os dados do PB. Por fim, é preciso questionar até que pontos os parâmetros propostos não são amplos demais, uma vez que eles propõem a existência de diminutivos que são altos ou baixos na estrutura sintática, bem como diminutivos que são adjuntos ou núcleos e tais possibilidades cobrem, em larga medida, muitas das possibilidades de estrutura sintática que se podem propor dentro da teoria.

3.4 Análise das formações com *-inh*: estrutura sintática e ordem linear

Nesta seção, desenvolvemos uma análise capaz de derivar as propriedades empíricas detectadas na formação de diminutivos com o sufixo *-inh*. De maneira geral, duas preocupações básicas guiam a seção: propor uma estruturação sintática, que dê conta da organização hierárquica dos núcleos que compõem as formações diminutivas, bem como derivar a ordenação linear desses núcleos.

É interessante ressaltar, no entanto, que parece haver uma tensão entre estrutura sintática e ordem linear nos dados de diminutivo construídos com o formador *-inh*. Mais especificamente, os diagnósticos sintáticos, semânticos e fonológicos apontam para uma estrutura na qual núcleo GEN e raiz estão em uma relação estruturalmente local, o que consequentemente deveria gerar a ordem *raiz-gênero-diminutivo*. Por outro lado, a ordem linear observada nos dados é *raiz-diminutivo-gênero*, ou seja, a realização fonológica do núcleo que aloja o diminutivo interfere linearmente entre raiz e gênero.

3.4.1 O diminutivo é parte da projeção estendida do nome?

Começaremos a investigação a respeito da natureza do diminutivo *-inh* discutindo a hipótese de que ele seja parte do conjunto projeções funcionais que participam da formação do nome. Tomando como ponto de partida a ideia de que gênero e número são parte da projeção estendida do nome, o procedimento adotado será o de comparar as propriedades dos diminutivos com esses dois núcleos, para avaliar as semelhanças e diferenças entre os seus comportamentos.

Diferentemente de gênero e de número, que são obrigatórios, o diminutivo é um elemento que pode ser considerado opcional. Isso significa que estruturas sem ele são completamente bem formadas. Se dissermos que o diminutivo é parte da projeção estendida do nome, teremos que, na ausência dele, consequentemente postular um traço do tipo [-diminutivo] ou um morfema zero ocupando tal núcleo. Não parece haver qualquer evidência da necessidade de se utilizar esse tipo de dispositivo para tratar das formações diminutivas.

Dessa mesma forma, o diminutivo não desencadeia qualquer tipo de concordância. Assim, o fato de um elemento estar na sua forma diminutiva não obriga, de maneira nenhuma, que qualquer outro elemento da sentença esteja também na forma diminutiva.

(37) Inexistência de concordância de diminutivo

- a. O menino bonito acordou bravo.
- b. O menininho bonito acordou bravo.
- c. O menino bonitinho acordou bravo.
- d. O menininho bonitinho acordou bravinho.

Qualquer combinação de formas diminutivas e não-diminutivas dos nomes e adjetivos nos exemplos acima resultará em uma formação gramatical. O mesmo não é verdadeiro quando gênero e número estão em jogo. Tal fato parece indicar que, na verdade, diminutivo não deve ser considerado um traço sintaticamente ativo, diferentemente de número e de gênero.

Outra diferença importante que separa a marcação diminutiva do funcionamento de número e de gênero é a possibilidade de haver mais de uma marca de diminutivo na mesma formação. Tal fato está ilustrado abaixo através de dados coletados da internet:

(38) Dupla marcação de diminutivo na mesma formação

- a. “Gostar do carinha bonzinho e da menininhinha certinha todo mundo quer. Quero ver amar e aceitar os defeitos.”
(<https://www.facebook.com/FernandaGuiterioMaueNAOviver/posts/458419180881674>)
- b. “Fiquei emocionada...chorei muito. To muito emotiva essa semana. To muito feliz por vc sabia....Eu acho que vai ser uma menininhinha.”
(<http://www.e-familynet.com/phpbb/club-da-luluzinha-ii-novatas-4-deg-postivo-t401670-5170.html>)
- c. “Eu que nao quero nem posso ter um cachorrinhinho desses, tenho 1,83m de altura e ia esmagar ele muito facil do jeito q[ue] sou atrapalhada.”
(<http://www.mundogump.com.br/o-menor-cachorro-do-mundo-ii/>)
- d. Se eu fosse vampira, eu transformaria o Robert Pattinson em vampiro, me casaria com ele, iamos morar na antartica e criariamos um cachorrinhinho chamado Jake.
(http://www.sidneyrezende.com/usuario/drica_bjs)

Nos dados acima, podemos encontrar as formas *menininhinha* e *cachorrinhinho*, que apresentam dupla marcação de diminutivo quando comparadas às formas correspondentes *menina* e *cachorro*. Aliás, essa recursão do diminutivo pode ser ainda ampliada, como ilustrado no dado abaixo:

(39) Três diminutivos na mesma formação

- a. “Desentendida menininhinhazinha diminuindo com olhos de cadê minha mãe que eram mesmo cadê minha Vó, minha velha velhinha que já me esquecia cadê.”

(<https://compendiosdarexistencia.wordpress.com/2013/05/14/a-cap-a-lobo-a-av-erica-martinelli-munhoz-literatura-3/>)

O resultado interpretativo da recursão da marca de diminutivo pode ser bastante variado. No entanto, o que importa nesse momento da discussão é que não há nenhuma recursão correspondente no domínio da marcação de número ou de gênero.

Em resumo, vimos, nesta seção, que o diminutivo se comporta de maneira bastante diferenciada das propriedades apresentadas por gênero e número. Assim, o diminutivo é opcional, não desencadeia qualquer tipo de concordância e pode ser recursivo, aparecendo mais de uma vez em uma mesma formação. Por outro lado, gênero e número são obrigatórios, desencadeiam efeitos de concordância e não são recursivos. Tudo isso aponta para o fato de que, se gênero e número são parte da projeção estendida do nome, muito possivelmente esse não é o caso do diminutivo.

3.4.2 Estrutura sintática: mapeando uma relação de dependência com o núcleo GEN

Na subseção 3.3.1, em que discutimos os diminutivos do PB a partir dos parâmetros e diagnósticos propostos em Wiltschko e Steripolo (2007), colocamos em evidência os problemas gerados por uma estrutura em que o marcador de diminutivo esteja diretamente adjacente à raiz. Dentro da estrutura funcional que assumimos até então (cf. capítulo 2), para que o diminutivo seja adjacente à raiz, ele deveria ser mais baixo que o núcleo GEN, responsável por alojar os traços de gênero, resultando na estrutura abaixo:

Tal estrutura é, em um primeiro momento, bastante atraente por alguns fatores. O primeiro deles é que a relação de localidade estrutural entre raiz e o núcleo de gênero fica assegurada. A localidade entre esses dois nós sintáticos é importante, pois dá conta do fato de que a especificação dos traços do núcleo de gênero depende de uma negociação com a raiz.

Nós assumimos, neste trabalho, que a raiz é destituída de qualquer traço formal que a torne relevante para a computação sintática. Nesse sentido, a raiz não é capaz de selecionar nenhum núcleo de derivação. A ideia é que o próprio núcleo de gênero, com sua especificação de traços, é que seja responsável por selecionar a raiz⁶. Tal relação necessita atender uma condição de localidade para ser licenciada e tal condição é satisfeita na estrutura em (40). Essa estrutura ainda dá conta da ordem linear *raiz-diminutivo-gênero*, que é a ordem encontrada na língua e que poderia ser facilmente derivada através de movimento de núcleo.

No entanto, há que se colocar em discussão até que ponto raiz e GEN estabelecem uma relação local na estrutura em (40). Existem dois tipos de relação de localidade que precisam ser levadas em consideração: (i) adjacência estrutural e (ii) adjacência linear. A adjacência estrutural diz respeito tão somente às relações hierárquicas estabelecidas entre os nós sintáticos. Do ponto de vista estrutural, GEN e raiz estão adjacentes um ao outro em (40). A adjacência linear, por sua vez, diz respeito às relações entre os conteúdos fonológicos de cada nó sintático. Do ponto de vista das peças fonológicas, raiz e GEN não estão em uma relação local, dada a presença do diminutivo que intervém entre eles. A partir desse raciocínio, voltemos à formação de diminutivos de nomes masculinos terminados em *-a* no PB:

(41) Diminutivos de nomes masculinos terminados em *-a*

a. o problema	o probleminha	* o probleminho
b. o planeta	o planetinha	* o planetinho
c. o mapa	o mapinha	* o mapinho

Como a vogal final *-a* é altamente marcada no contexto de masculino, ela deve ser mapeada através de uma dependência em relação à raiz. É evidente que nós falamos aqui de realização fonológica. Se assumirmos a ideia de que a interação alomórfica entre dois nós sintáticos depende do estabelecimento de uma relação local entre eles, a consequência que imediatamente se coloca é a seguinte: se a interação alomórfica for sensível à adjacência linear, então, a estrutura em (40), na qual GEN e raiz não estão linearmente adjacentes, não dá

⁶ Há que se ressaltar aqui a diferença entre uma seleção formal e uma seleção fonológica. A existência de elementos que sejam fonologicamente condicionados pela raiz é amplamente atestada nas línguas do mundo e admitidos neste trabalho. Nesse sentido, a fonologia do núcleo GEN pode ser condicionada pela raiz, desde que relações de localidade sejam estabelecidas entre os núcleos que interagem. Por outro lado, a raiz, destituída de propriedades sintáticas, não pode fazer seleções formais que envolveriam, por exemplo, determinar o valor dos traços que compõem o núcleo GEN. Nesse sentido, propomos que, na verdade, é o próprio núcleo GEN o responsável por selecionar a raiz.

conta de explicar os dados em (41). Assim, os dados em (41) parecem estar apontando para o fato de que uma relação linearmente local é necessária entre raiz e GEN.

É válido, ainda, apontar outras questões suscitadas pela estrutura em (40), que já foram apontadas na subseção em 3.3.1, mas aqui estão repetidas para facilitar a comparação com outras estruturas que virão a seguir:

- (i) **Relação com morfologia derivacional:** o diminutivo não antecede morfologia derivacional (cf. *pianistinha* vs. **pianinhista*)
- (ii) **Comportamento fonológico:** o diminutivo não interage com a fonologia da raiz
- (iii) **Relação com a presença de traços nominais:** formas participiais construídas com *ser/estar* e que se flexionam em gênero e número podem receber a marca de diminutivo.

Se o diminutivo fosse tão baixo na estrutura sintática, seria esperado que ele pudesse aparecer depois de afixos derivacionais, o que não se confirma pelos dados. Nesse mesmo sentido, não há nenhuma evidência de interação fonológica entre diminutivo e raiz, mesmo em casos nos quais seria esperado que tal interação acontecesse, haja vista o comportamento de afixos derivacionais que se anexam diretamente à raiz e apresentam um comportamento fonológico totalmente diferente daquele apresentado pelo formador de diminutivo. Por fim, as formações participiais constituem evidência que a presença do diminutivo está condicionada à presença de traços nominais de gênero e de número, o que não é previsto pela estrutura em (40).

Evidência independente de que deve haver alguma relação entre a presença de traços nominais e a possibilidade de anexação do diminutivo vem da relação entre tal formativo e as formas de gerúndio. O gerúndio no PB é formado através da anexação de *-ndo* e ele não se flexiona, nem em gênero, nem em número, independentemente dos traços formais que compõem o sujeito a que ele está associado, como se pode ver abaixo:

(42) Ausência de concordância de gênero ou número em gerúndios

- a. O menino está chorando.
- b. A menina está chorando/*choranda.
- c. Os meninos estão chorando/*chorandos.
- d. As meninas estão chorando/*chorandas.

- e. O bar está bombando.
- f. A balada está bombando/*bombanda.
- g. Os bares estão bombando/*bombandos.
- h. As baladas estão bombando/*bombandas.

É importante notar que a tentativa de se realizar o gerúndio com a marca *default* de feminino *-a* ou de se anexar a ela a marca de plural *-s*, resulta em formações agramaticais. Por outro lado, na presença do diminutivo, a flexão, tanto de gênero, como de número fica imediatamente disponível. Os dados de diminutivos correspondentes a (42), podem ser checados em (43). O mesmo fato pode ser confirmado por dados retirados da internet e disponibilizados em (44).

(43) Concordância de gênero em gerúndios diminutivos

- a. O menino está chorandinho.
- b. A menina está chorandinha.
- c. Os meninos estão chorandinhos.
- d. As meninas estão chorandinhas.

- e. O bar está bombandinho.
- f. A balada está bombandinha
- g. Os bares estão bombandinhos
- h. As baladas estão bombandinhas

(44) Concordância de gênero em gerúndios diminutivos (dados de internet)

- a. “Adele, a grande vencedora da noite, “chorandinha” ao receber o prêmio de álbum do ano por “21”. (<http://capricho.abril.com.br/blogs/cliques/tags/bruno-mars-2/>)
- b. “ia ficar muito bobinho se eu fizesse ela ficar chorandinha e deprimida, não combina com a mulher Retsu isso!” (<http://fanfiction.com.br/reviews/historia/164544/offset/15>)
- c. “Apaixonei! Banda catalã que está bombandinha entre os modernos e mostrou o motivo.” (<http://www.lineupbrasil.com.br/2013/06/03/as-desventuras-de-samy-no-ops-quem-precisa-de-my-blood-valentine/>)
- d. Hoje é aniversário da Britney! E ela tá “namorandinha” o Jason! (<http://www.papelpop.com/2009/12/hoje-e-aniversario-da-britney-e-ela-ta-namorandinha-o-jason/>)

De fato, está fora do escopo desta tese desenvolver um sistema que dê conta da formação de gerúndios ou de participios no PB. É importante ressaltar, no entanto, que a correlação entre a possibilidade de flexão de gênero/número e a possibilidade de anexação do

diminutivo parece estar apontando para uma análise que associe a formação diminutiva à presença de traços nominais. Uma plausível interpretação desses fatos é dizer que o diminutivo é dependente da presença de um núcleo de gênero.

Outra possível interpretação que vai nessa mesma direção é dizer que o diminutivo é dependente da presença de um núcleo de número. No entanto, tal execução deixa de fazer sentido em um modelo no qual, tanto gênero, como número, possuem projeções sintáticas separadas, como o que desenvolvemos aqui. Se levarmos em conta a ideia de que há uma sequência funcional ordenada que precisa ser respeitada, a consequência é que a projeção de número em si mesma deverá ser dependente da projeção de gênero, uma vez que há claras evidências da hierarquia sintática entre esses dois núcleos. Essa é exatamente a proposta apresentada em Picallo (2008), que explora a hipótese de que número só pode ser expresso em categorias a que traços de gênero já foram atribuídos. Dentro desse contexto, então, faz mais sentido relacionar a presença do diminutivo à presença de gênero.

Uma possível execução dessa correlação seria concatenar diretamente um núcleo de diminutivo ao núcleo de gênero. Se supusermos, por exemplo, que tal concatenação é anterior à anexação dentre gênero e raiz, a estrutura resultante é a que se pode ver abaixo:

A estrutura em (45) é capaz de dar conta de algumas das propriedades empíricas detectadas na formação do diminutivo no PB. A intervenção do núcleo GEN entre o diminutivo e a raiz prevê que nenhuma interação fonológica pode haver entre DIM e raiz, o que é confirmado pelos dados. A estrutura em (45) respeita as relações de localidade entre GEN e raiz, evidenciadas pelo fato de que (i) a forma diminutiva e a forma não-diminutiva possuem os mesmos traços de gênero e (ii) o conteúdo fonológico do núcleo GEN pode ser idêntico nas formas diminutivas e não-diminutivas. Nesse mesmo sentido, a interação com afixos derivacionais também é facilmente explicada, uma vez que eles estariam adjacentes à raiz, tal como ilustrado abaixo:

Ainda é interessante observar que a estrutura em (45) pode ser linearizada através do mecanismo de movimento de núcleo, responsável pela criação de núcleos complexos. A linearização da estrutura em questão está ilustrada a seguir:

(47) a. Estrutura sintática

b. Formação de núcleo complexo

Na estrutura sintática em (47), GEN já é um núcleo complexo, formado pela presença de DIM adjungido a ele. Isso significa que os dois terminais em questão já estão na relação que poderia ser criada através da operação de movimento de núcleo. Assim sendo, não há razão alguma para se assumir qualquer movimento de DIM para GEN ou vice-versa. O único nó que precisaria se mover na estrutura em (47) é a própria raiz. Mais especificamente, é plausível assumir que a raiz se adjuge ao núcleo mais local que a c-comanda, que é exatamente o núcleo de gênero, resultando em (47b) que equivale, linearmente, aos dados encontrados na língua.

No entanto, apesar de a estrutura em (45) dar conta de muitas propriedades empíricas da formação de diminutivo, bem como da ordem de superfície detectada no *output*, a posição em que o diminutivo se encontra não é capaz de derivar a interpretação da formação. Isso porque o resultado interpretativo de *menininho*, por exemplo, parece incluir a interpretação do *merge* entre raiz e gênero, que resulta na forma *menino*. Em (45), o que se tem é uma semântica de diminutivo (seja ela qual for) aplicada a um nó de gênero que ainda não se concatenou à raiz. O resultado interpretativo dessa estrutura é, então, incompatível com a interpretação dos dados, o que mostra que o escopo do diminutivo parece, portanto, inadequado.

Em linhas gerais, o que vimos até aqui foram duas estruturas sintáticas possíveis para a formação do diminutivo, ambas apresentando problemas de naturezas diversas. Em uma delas, o diminutivo está muito baixo na estrutura (cf. (40)), o que, apesar de prever a ordem linear correta, não dá conta dos diagnósticos fonológicos e sintáticos descritos anteriormente. Por outro lado, na segunda estrutura discutida nesta seção (cf. (45)), os diagnósticos sintáticos e fonológicos estão satisfeitos, além de ser possível derivar a ordem linear, no entanto, a semântica resultante da estrutura parece não refletir o escopo do diminutivo.

Baseado nesses fatos, uma terceira estrutura a ser discutida é aquela em que o diminutivo está hierarquicamente acima do núcleo de gênero, resultando na representação a seguir:

É importante salientar o fato de que a estrutura em (48) não traz nenhum dos os problemas da estrutura em (40), uma vez que o diminutivo não é tão baixo na estrutura. Nesse mesmo sentido, a estrutura em (48) também não traz o problema de escopo do diminutivo, presente na estrutura em (45), uma vez que a semântica do diminutivo se aplica a uma estrutura na qual o conteúdo semântico resultante da relação entre GEN e raiz já foi previamente calculado. Deriva-se desse fato, a intuição de que a interpretação do diminutivo engloba a interpretação da forma não-diminutiva correspondente. Ainda é preciso ressaltar que todos os fatos empíricos derivados através da estrutura em (45) também são derivados através da estrutura em (48).

Dessa maneira, o fato de o diminutivo não projetar explica a preservação das propriedades formais, quando se comparam as formas diminutivas e não-diminutivas. Quando se comparam, portanto, as formas diminutivas e não-diminutivas, exatamente as mesmas relações locais se estabelecem entre raiz e gênero, independentemente da presença do marcador de diminutivo.

Nesse mesmo sentido, a interação entre diminutivo e afixos derivacionais é prontamente prevista, uma vez que DIM entra na derivação depois de a raiz ser categorizada. Tal relação estrutural dá conta, portanto, do fato de que o diminutivo não pode preceder a

morfologia derivacional. Assim, como vimos, é possível formar diminutivos a partir de formas derivadas, mas não é possível formar formas derivadas a partir do diminutivo.

Ainda, é preciso dizer que a correlação entre a presença do diminutivo e a presença de traços nominais também fica salienta na estrutura em (48), dado que DIM está subordinado a uma projeção de gênero. A relação entre diminutivo e gênero, captada em (48), parece ser um caminho interessante para dar conta dos fatos que relacionam a possibilidade de flexão de gênero à possibilidade de anexação do diminutivo, tal como vimos nos casos das formações de particípio e de gerúndio, por exemplo.

Tal estrutura também é capaz de dar conta das relações linear e estrutural de localidade que devem ser estabelecidas entre raiz e gênero. Como vimos, GEN e raiz interagem tanto no que diz respeito à especificação formal de traços como às possibilidades de *spell-out*. A especificação formal parece exigir uma relação de adjacência estrutural, já que há uma seleção entre a especificação de GEN a as raízes que podem ser licenciadas em seu complemento. As possibilidades de *spell-out*, por sua vez, parecem exigir uma relação de adjacência linear, uma vez que o conteúdo fonológico do núcleo GEN é condicionado pela raiz.

Por fim, a falta de interação alomórfica detectada entre raiz e DIM na seção de descrição pode ser explicada através da falta de localidade entre os dois núcleos em questão, dada a interferência de um núcleo de gênero que se coloca entre eles.

No entanto, o contratempo que se tem quando o que está em jogo é a estrutura em (48) é que a ordem linear encontrada no *output*, a saber *raiz-diminutivo-gênero* não é prontamente derivada. Não é novidade na literatura a existência de casos nos quais não há perfeita correspondência entre estrutura gerada pela sintaxe e a ordem linear dos núcleos que a compõem. Na próxima seção, propomos mecanismos de movimento que poderiam ser responsáveis por derivar a ordem de superfície do *output* nas estruturas de diminutivo construídas com o formador *-inh*.

3.4.3 A Ordem Linear nas formações com o diminutivo: movimento de XP vs. Movimento de X⁰

Depois de discutirmos os arranjos sintáticos responsáveis por derivar as propriedades das construções com o formador *-inh*, passamos agora para a discussão dos mecanismos responsáveis por derivar a ordem linear correta dos dados encontrados na língua. Partindo da estrutura apresentada em (48), uma das possibilidades é propor um movimento de subida da

raiz. No entanto, um sistema de movimento mais complexo precisa ser desenvolvido, uma vez que se a raiz se mover como um núcleo, ela precisará obrigatoriamente passar pelo também núcleo GEN, o que, no entanto, gera a ordem incorreta. Nesse sentido, para se atingir a ordem desejada *raiz-diminutivo-gênero*, é preciso assumir que a raiz “pula” o núcleo GEN, tal como ilustrado abaixo:

(49) Movimento de subida da raiz nas formações diminutivas

Na estrutura em (49), a caixa mais baixa representa a posição original da raiz, enquanto a caixa mais alta é justamente o lugar de pouso para o qual a raiz precisa ir para que a ordem linear correta seja derivada. Crucialmente, para que o tipo de movimento ilustrado em (49) seja possível, é preciso assumir que a raiz se move como um sintagma e não como um núcleo propriamente dito⁷. Uma vez que o ponto central é que a raiz pouse em uma posição acima do núcleo de diminutivo, seria possível dizer que a raiz se move ou para uma posição de especificador (como GEN', por exemplo) ou que ela se adjunge a uma projeção máxima (como GENP, por exemplo). Em ambos os casos, a ordem linear correta seria derivada.

Note que, por questões de uniformidade do sistema, o movimento da raiz como um sintagma pode ser assumido não somente na formação de diminutivos, mas também na derivação das formas não-diminutivas.

(50) Movimento de subida da raiz nas formações não-diminutivas

⁷ Cf. Matushansky (2006) para uma visão unificada de movimento de núcleo e de movimento de sintagma.

Novamente, a caixa mais baixa na estrutura representa a posição de base da raiz, enquanto a mais alta representa a posição de pouso do movimento. É interessante ressaltar que a operação de movimento representada em (49) e em (50) é exatamente a mesma: a raiz se move através de um movimento de sintagma e se adjunge ou a uma posição de especificador de gênero ou à própria projeção máxima de gênero.

Seguindo com a derivação, vamos assumir a presença de um núcleo de número, que assim como gênero, também faz parte do conjunto de elementos que caracterizam a projeção estendida do nome. Nesse sentido, para dar conta, por exemplo, das formações de plural, um mesmo movimento sintagmático (e não de núcleo), englobando uma projeção máxima, tal como assumido anteriormente, deve acontecer.

(51) Operações de movimento na formação do diminutivo plural

A adjunção da raiz – considerada um elemento formal equivalente a um sintagma (XP) e não a um núcleo (X⁰) propriamente dito – à projeção máxima de gênero (GENP) acontece como nos dois exemplos anteriores. A novidade, no entanto, é um movimento remanescente que engloba a projeção máxima de gênero. Interessantemente, a raiz, que se moveu em um passo anterior da derivação, também faz parte da projeção em questão. Mais uma vez, a ideia é que o movimento relevante é um movimento de XP e não de núcleo como comumente se assume. Em outras palavras, GENP se adjunge à projeção máxima que a c-comanda, a saber NUMP, o que resulta na ordem *raiz-diminutivo-gênero-número*, tal como se observa nos dados da língua.

Dessa mesma forma, as formações não-diminutivas correspondentes se dariam exatamente através do mesmo mecanismo: a raiz se move como um XP, adjungendo-se à

projeção máxima que mais localmente a c-comanda e a estrutura resultante sofre movimento remanescente e se adjunge à próxima projeção máxima presente na derivação sintática, tal como ilustrado abaixo.

(52) Operações de movimento nas formas plurais não-diminutivas

É bastante interessante ter em mente que a consequência do sistema de movimentos implementado até aqui é que a formação de palavras se dá não através de movimento de núcleo, mas através do movimento de projeções máximas que se adjungem a projeções locais do mesmo tipo. Ainda nos resta explorar, no entanto, o que ocorre nas formações derivadas:

(53) Operações de Movimento nas formas derivadas diminutivas

Não há nenhuma novidade no que diz respeito à implementação das operações de movimento na estrutura em (53), quando a comparamos aos casos anteriores. Novamente, todos os movimentos se dão através da subida de elementos do tipo sintagma e não de núcleos. Mais especificamente, a primeira operação, indicada pela seta, adjunge a raiz à projeção máxima que encabeça o afixo derivacional. Por sua vez, a segunda operação de movimento, indicada pelas caixas, tem como alvo o nP – com a raiz a ele adjungida –, que se adjunge à próxima projeção máxima que o c-comanda.

Por fim, é interessante ressaltar que, do ponto de vista da implementação desenvolvida em *Bare Phrase Structure* (cf. Chomsky, 1995a), o estatuto de projeção máxima ou mínima de um elemento é definido em termos relacionais e não absolutos. Mais especificamente, dado um marcador sintagmático, uma categoria que não projeta mais na estrutura sintática é considerada uma projeção máxima, XP. Por outro lado, uma categoria que não é, de modo algum, uma projeção é entendida pelo sistema como uma projeção mínima, X^0 . Por fim, qualquer outra categoria que não se encaixe nas definições anteriores é considerada uma projeção intermediária. Nesse sentido, a raiz, tal como compreendida no sistema desenvolvido nesta tese, é, ao mesmo tempo, uma projeção mínima e uma projeção máxima.

3.4.4 A Ordem Linear nas formações com o diminutivo: *merger* morfológico

Outra possibilidade que se abre para que a ordem linear correta seja derivada a partir da estrutura sintática proposta para o diminutivo em (48), é assumir que, apesar de diminutivo e gênero serem dois núcleos separados, para efeitos da operação de movimento, eles contam como um único núcleo.

A configuração na qual diminutivo e gênero funcionam como uma espécie de núcleo complexo pode ser atingida através uma operação de adjunção entre DIM e GEN. A adjunção de um núcleo a outro é licenciada pela relação bastante local que tais elementos estabelecem na estrutura sintática.

Nesse sentido, em Marantz (1988) foi proposta a operação denominada *Merger Morfológico*, responsável por substituir uma relação sintática entre dois elementos através da afixação (movimento de núcleo) de um ao outro⁸. Tomando por base a configuração proposta em (48) – repetida abaixo em (54a) – vejamos qual seria a configuração resultante da adjunção do núcleo DIM ao núcleo GEN.

⁸ Cf. Embick e Noyer (2001) para uma diferenciação entre as operações de *Lowering* e *Local Dislocation*.

(54) *Merger Morfológico entre DIM e GEN*

A adjunção de DIM a GEN é responsável pela formação de um núcleo complexo composto pelo diminutivo e o núcleo de gênero, resultando na configuração em (54b). A partir daí, é plausível assumir que a raiz se adjunge ao núcleo mais local que a c-comanda, que é exatamente o núcleo complexo de gênero, resultando em (54c). Na verdade, a ordenação resultante em (54c) equivale, linearmente, aos dados encontrados na língua.

3.5 Bachrach e Wagner (2007): uma estrutura sintática para os diminutivos do PB

A proposta desenvolvida em Bachrach e Wagner (2007) é especificamente focada nas formações diminutivas do PB construídas, tanto com o formativo *-inh*, quanto com o formativo *-zinh*. O ponto de partida da análise dos autores são os chamados compostos coordenados, como os ilustrados abaixo:

(55) *Compostos coordenados no PB*

- a. um porco zebra belo
- b. uma zebra porco bela

(Bachrach e Wagner, 2007, p.02)

A ideia trazida pelos autores é a de que o segundo conjunto de um composto coordenado funciona como um adjunto, enquanto o primeiro deles é o núcleo da formação. O argumento que sustenta essa abordagem é o fato de o primeiro elemento determinar as propriedades gramaticais, tal como o gênero, da formação, por exemplo. O segundo elemento do composto, por sua vez, concorda em gênero com o primeiro “quando possível”, segundo os próprios autores. Esse mesmo comportamento é atribuído à marcação de número, com o segundo elemento do composto concordando em número com o primeiro conjunto.

(56) Concordância de gênero e de número em compostos coordenados

- a. Professora vampira.
- b. Professor vampiro.
- c. Presidente ministro.
- d. Presidentes-ministros

(Bachrach e Wagner, 2007, p:03)

Tomando por base o fato de que os membros de um composto coordenado recebem marcas de número separadas, os autores propõem que compostos coordenados são, sintaticamente, o resultado de adjunção a uma projeção de número, tal como representado abaixo.

(57) Estrutura sintática de compostos coordenados

Formação: porco zebra

(Bachrach e Wagner, 2007, p.03)

A projeção de número representada por #2 está em adjunção à primeira projeção de número, representada por #1. Como o primeiro conjunto é o núcleo da estrutura, é ele que determina o gênero do composto. Finalmente, a vogal final é analisada como o expoente de um núcleo de número.

A proposta delineada acima para dar conta das propriedades dos compostos coordenados serve como guia para a abordagem desenvolvida pelos autores para explicar a formação de diminutivos no PB. Mais especificamente, a ideia trazida por Bachrach e Wagner (2007) é a de que os formadores de diminutivo do PB são adjuntos. Os argumentos que sustentam tal abordagem são os seguintes: (a) os diminutivos preservam a categoria da base e (b) os diminutivos concordam em gênero com a base. Tais propriedades contrastam com o comportamento mais geral dos afixos derivacionais da língua, que costumam determinar tanto a categoria como o gênero da formação resultante.

No que diz respeito ao lugar sintático de adjunção do diminutivo, os autores propõem que há duas alturas diferentes de anexação possíveis para tais formadores: abaixo ou acima do

núcleo de número. As estruturas sintáticas que ilustram esses dois lugares de anexação podem ser vistas abaixo:

(58) Adjunção de /ip/
Formação: amiguinho

(59) Adjunção de /zip/
Formação: amigozinho

(Bachrach e Wagner, 2007 - p: 05)

A proposta é que tanto o diminutivo alto, quanto o diminutivo baixo se concatenam com um núcleo categorizador nominal do tipo *n*. Os autores assumem a ideia de que categorizadores são núcleos de fase dentro do domínio de formação de palavra (cf. MARANTZ, 2001). Sendo assim, eles desencadeiam o *spell-out* do seu complemento, que é, então, enviado para ser interpretado pelas interfaces PF e LF. É importante ressaltar que o material interpretado pelas interfaces passa a ser inacessível para os próximos passos da computação sintática. A consequência, então, é que diminutivo e *stem* sofrem *spell-out* em domínios separados, o que captura os padrões fonológicos detectados na formação diminutiva, a saber, o de que o diminutivo não interage com a fonologia da base.

Segundo os autores, as estruturas para o diminutivo baixo e para o diminutivo alto apresentadas acima também capturam o fato de que o diminutivo, no PB, não pode anteceder morfologia derivacional.

No que diz respeito à formação do diminutivo de nomes femininos terminados em *-o* e do diminutivo de nomes masculinos terminados em *-a*, há uma clara assimetria nas formações construídas com *-inh* e com *-zinh*, como brevemente citamos em (4) e (6) na introdução que abre este capítulo⁹. Mais especificamente, a vogal que completa *-inh* parece ser dependente da fonologia da vogal final que completa a forma não-diminutiva, enquanto a vogal que completa *-zinh* reflete os padrões gerais de gênero da língua (cf. POTTIER, 1953).

⁹ Cf. capítulo 4 para uma abordagem das formações com *-zinh*.

(60) Assimetria -inh vs. -zinh

a. poeta	poetinha (masculino ou feminino)
b. poeta	poetazinha (feminino)
c. poeta	poetazinho (masculino)

(Bachrach e Wagner, 2007, p. 06)

A assimetria acima é capturada pelos autores via diferentes posições de adjunção do diminutivo: enquanto /ɪp/ se adjunge a um categorizador (o n_1 em (58)), /zɪp/, por sua vez, adjunge-se a uma projeção de número (#₁ em (59)).

Os autores afirmam, ainda, que as diferentes alturas de anexação do diminutivo em PB se correlacionam a diferentes comportamentos de escopo com relação a outros modificadores. Mais especificamente, /ɪp/ apresenta escopo estreito enquanto /zɪp/ apresenta escopo largo, com relação a adjetivos pronominais. O argumento empírico vem de leituras idiomáticas em sequências adjetivo-nome:

(61) Diminutivos e expressões idiomáticas do tipo adjetivo-nome

a. super amigo	(significando super herói)
b. ?? super amiguinho	(??)
c. super amigozinho	(significando pequeno super herói)
d. bom conselho	
e. ??bom conselhinho	
f. bom conselhozinho	

Para os autores, os dados acima estão mostrando que a leitura não-composicional é perdida com a anexação de /ɪp/, uma vez que esse formativo é estruturalmente baixo e quebra a leitura idiomática. Por outro lado, como /zɪp/ é consideravelmente alto na estrutura, ele não interfere na leitura idiomática encontrada na forma não-diminutiva correspondente.

O próximo passo seguido em Bachrach e Wagner (2007) é analisar a interação alomórfica entre /ɪp/ e /zɪp/. Até o momento, todos os exemplos fornecidos pelos autores coincidem com a seguinte correlação: /ɪp/ se adjunge na posição mais baixa disponível para os diminutivos do PB, enquanto /zɪp/ se adjunge na posição estruturalmente mais alta. No entanto, a proposta dos autores é a de que há um único formador de diminutivo no PB, que é representado pela sequência fonológica /ɪp/, sendo a consoante /z/ em /zɪp/ o resultado de uma epêntese que ocorre para evitar a formação de um hiato¹⁰. Assim, a forma do diminutivo não

¹⁰ Cf. Bisol (2010) em que análise de /z/ epentético é desenvolvida dentro do quadro da Teoria da Otimidade. A proposta de Bisol (2010) é apresentada e discutida no capítulo 6 desta tese.

reflete necessariamente a altura de anexação do elemento na estrutura. A análise dos autores prevê, então, que até o diminutivo baixo poder ser pronunciado [zɪn], se a base termina em vogal, o que torna o diminutivo alto e baixo não-distintos fonologicamente. Tal análise é motivada por nomes que não possuem vogal temática. Para Bachrach e Wagner (2007), esses nomes são formados por um núcleo *n*, que consiste, na verdade, de uma vogal vazia. É importante ressaltar que é essa vogal fonologicamente vazia que previne a inserção de uma vogal temática.

Nos casos de afixação fora de *n*, a vogal vazia dispara a regra de proibição do hiato e, conseqüentemente, os nomes dessa classe sempre terão o diminutivo feito com a inserção de [z]. A previsão da análise é que a ambigüidade entre os dois diminutivos pode, em alguns casos, ser desfeita no plural:

(62) Singular

- a. /flox/
- b. [[[flox]_n[zin]_n]_n]a_{num}
- c. [[flox]_{num}[zinha]_{num}]_{num}

Plural

- flores
- [[flox]_n[zin]_n]as_{num}
- [[flores]_{num}][inhas]_{num}]_{num}

(Bachrach e Wagner, 2007, p.09)

A existência de duas diferentes formas de plural é esperada, se o diminutivo pode se anexar acima ou abaixo da projeção de número. Ainda no que diz respeito ao plural, os autores apontam que a presença da consoante [z] pode ser testada pela palatalização das laterais que é desencadeada por tal consoante.

(63) Singular

- a. jornáw
- b. jornáwzĩño
- c. jornáwzĩño

Plural

- jornáj-s
- jornáw-zĩños
- jornájs-ĩños

(Bachrach e Wagner, 2007, p. 09)

Contrariamente a análises anteriores, os autores propõem que o *parse* correto para as formas plurais como ‘jornaizinhos’ é jornájs + ãños. O afixo de plural /s/ dispara a palatalização da lateral e é, então, ressilabificado como o *onset* do diminutivo, impedindo a inserção de [z]. Essa argumentação traz consigo a previsão de que deve não é possível haver duas consoantes [z] nas formações com o diminutivo: uma que seria do plural e outra do próprio diminutivo, uma vez que a afixação do plural impede a epêntese.

(64) Plural e epêntese nos diminutivos

- a. pɔrcozebras pɔrcozzebras
b. jornájzĩpos *jornájzzĩpos
- (Bachrach e Wagner, 2007, p. 10)

Enfim, Bachrach e Wagner (2007) propõem que as propriedades morfológicas e fonológicas dos diminutivos do PB são derivadas do seu estatuto sintático: eles são adjuntos que podem se anexar acima ou abaixo da projeção de número. A presença de [z] em *-zinh* é resultado de uma epêntese que evita a formação de hiato e, portanto, a diferença de forma entre *-inh* e *-zinh* não reflete a altura de adjunção desses elementos.

3.5.1 Discutindo a proposta de Bachrach e Wagner (2007)

Na abordagem desenvolvida em Bachrach e Wagner (2007), o diminutivo nunca está estruturalmente adjacente à raiz: ele se anexa a elementos que já estão categorizados. Tal posição hierárquica evita muitos dos problemas detectados na discussão da proposta de Wiltschko e Steriopolo (2007), cujos diagnósticos pareciam apontar para um diminutivo estruturalmente bastante baixo no PB.

Aliás, não só o diminutivo se anexa a uma estrutura devidamente categorizada, mas também o próprio diminutivo possui seu categorizador, que é independente daquele que se concatena à raiz. Segundo os autores, essa abordagem dá conta do fato de que o diminutivo, no PB, não antecede morfologia derivacional. No entanto, não é muito claro que a relação entre o diminutivo e os morfemas derivacionais seja prontamente derivada na proposta dos autores. Na verdade, ao consideramos o fato de que os núcleos categorizadores podem ser fonologicamente nulos ou podem receber conteúdo fonológico aberto, quatro diferentes possibilidades são previstas, dada a interação entre os dois categorizadores presentes na estrutura, tal como ilustrado na tabela abaixo:

(65) Categorizadores e diminutivos em Bachrach e Wagner (2007) – estrutura (58)

	<i>n</i> ₁	<i>n</i> ₂	<i>Output</i>
(a)	realizado	nulo	pianistinha
(b)	nulo	nulo	pianinho
(c)	nulo	realizado	*pianinhista
(d)	realizado	realizado	*pianistinhada

Tabela 9 – interação entre categorizadores e diminutivo baixo em Bachrach e Wagner (2007)

Em (65a), o núcleo categorizador que se concatena à raiz é fonologicamente realizado, enquanto aquele que se concatena com o diminutivo é zero e o resultado dessa combinação é algo do tipo *pianistinha*, que é perfeitamente possível nos dados do PB. Já em (65b), os dois núcleos categorizadores são zeros, gerando algo do tipo *pianinho*, que também é facilmente encontrado nos dados do PB. No entanto, em (65c), o categorizador que se concatena à raiz é vazio, enquanto aquele que se relaciona ao diminutivo é fonologicamente realizado, gerando uma sequência fonológica *raiz-categorizador-diminutivo-categorizador*, que é agramatical no PB. Consequentemente, a estrutura proposta pelos autores não captura o fato de que o diminutivo não antecede morfologia derivacional. Dado o sistema proposto, é ainda possível que ambos os categorizadores sejam realizados, gerando o *output* ilustrado em (65d), que também é agramatical no PB. É interessante ressaltar que a agramaticalidade não pode ser atribuída à impossibilidade de se atribuir sentido à derivação, uma vez que (65c) poderia significar algo como ‘um pianista que toca pianos pequenos’, enquanto (65c) poderia ser interpretado como ‘um grupo de pianistas pequenos’, por exemplo. Para que o sistema não sobrege, seria preciso assumir que n_1 e n_2 possuem propriedades diferentes: enquanto o primeiro deles pode ser tanto zero como fonologicamente realizado, o segundo, por sua vez, precisa ser sempre zero.

Se olharmos para a estrutura ilustrada em (59), que contempla o diminutivo alto, os resultados se dão em uma direção bastante semelhante. O sistema proposto pelos autores permite possibilidades de realização de morfologia derivacional em lugares nos quais ela não é possível.

(66) Categorizadores e diminutivos em Bachrach e Wagner (2007) – estrutura (59)

	n_{root}	n_{dim}	<i>Output</i>
(a)	realizado	nulo	pianistazinho
(b)	nulo	nulo	pianozinho
(c)	nulo	realizado	*pianozinhista
(d)	realizado	realizado	*pianistazinhada

Tabela 10 – interação entre categorizadores e diminutivo alto em Bachrach e Wagner (2007)

As tabelas em (65) e (66) estão mostrando, portanto, que, através do sistema proposto em Bachrach e Wagner (2007), não é possível captar a interação entre diminutivo e morfologia derivacional no PB. Na verdade, a análise dos autores está gerando dados que não são verificados na língua.

É muito importante ter em mente que a relação estabelecida com a vogal final é central para o desenvolvimento de qualquer análise que queira dar conta da formação de diminutivos no PB. Em Bachrach e Wagner (2007), a vogal final é analisada como expoente de um núcleo de gênero. A ideia que número e gênero poderiam ser agrupados em um único nó funcional remonta à proposta de Ritter (1993). Na verdade, a proposta da autora é que não há uma projeção de gênero na sintaxe e, nesse sentido, os traços de gênero precisariam ser alocados em outra projeção disponível na estrutura nominal. A escolha de qual núcleo deveria conter a especificação de gênero estaria sujeita à variação translinguística. Mais especificamente, com base nos contrastes entre o hebraico e as línguas românticas, Ritter (1993) propõe que, no hebraico, o traço de gênero é gerado no próprio radical nominal, enquanto, nas línguas românticas, ele é gerado como um traço na projeção de número.

No entanto, a hipótese de que gênero e número estão agrupados em uma única projeção é rejeitada em Fuchs, Polinsky e Scontras (2014)¹¹, com base em experimentos construídos com dados do espanhol, que faz parte da família de línguas românticas. Mais especificamente, o experimento conduzido pelos autores foi desenvolvido para criar conflitos potenciais de traços-*phi*, mantendo a sonda e o alvo distantes um do outro. As estruturas utilizadas para criar tais condições foram *small clauses* com um predicado adjetival sujeito à concordância, tal como se pode ver abaixo:

(67) Small Clauses com predicado adjetival

a. (SUBJ) VERB [_{DP} DP1 [_PPP DP2]] ADVERB ADJ

b. Los estudiantes dejaron el cuaderno en el escritorio cuidadosamente cerrado
 ‘Os estudantes deixaram o caderno no escritório cuidadosamente fechado.’

Primeiramente, o gênero foi mantido constante, enquanto número do NP₁, NP₂ e adjetivo foram variando. Em segundo lugar, o número foi mantido constante, enquanto os gêneros dos nomes e dos adjetivos foram variando. Se gênero e número fossem agrupados, a previsão é que a agramaticalidade da concordância de gênero e da concordância de número tivesse os mesmos efeitos no julgamento dos falantes, o que não foi confirmado pelos resultados do experimento. Nesse mesmo sentido, os resultados mostraram um efeito de atração com o NP₁ e o NP₂ (atrator) no plural. No entanto, efeitos de atração de gênero não foram detectados em qualquer direção. Assim, ao compararem efeitos de concordância de

¹¹ Por questões de espaço, os detalhes dos experimentos não poderão ser explorados aqui. Recomendamos ao leitor que confira Fuchs, Polinsky e Scontras (2014) para maiores informações.

gênero e de número, os autores encontram os seguintes resultados: (i) violações de concordância de número e violações de concordância de gênero têm efeitos diferenciados no julgamento dos falantes e (ii) traços de número, mas não de gênero desencadeiam efeitos de atração, o que é evidência de que os traços de número são mais acessíveis do que os de gênero. As assimetrias entre gênero e número, experimentalmente detectadas em Fuchs, Polinsky e Scontras (2014), sugerem que gênero e número não devem ser agrupados em uma mesma projeção sintática, mas devem ser separadas em projeções diferentes. Assim sendo, a colocação da vogal final na projeção de número por Bachrach e Wagner (2007) necessita ser discutida e justificada.

Talvez seria possível argumentar que a vogal final que colocamos em discussão não é gênero, mas sim um domínio independente dele, como um expoente de classe nominal, por exemplo. Esse rumo é contrário ao que tomamos no primeiro capítulo, mas mesmo que não o fosse, a associação da vogal final ao expoente de número ainda é bastante problemática. Isso porque as assimetrias entre número e classe são ainda mais óbvias, começando pelo fato de que concordância de classe não existe no PB. É interessante ressaltar ainda que, nos chamados “nominais temáticos”, a mesma vogal final está presente tanto no plural quanto no singular, o que parece mostrar que não é esse elemento o responsável pela informação de número na estrutura.

É preciso discutir também a proposta dos autores para o caso dos nominais em que a vogal final é fonologicamente vazia. Segundo eles, para esses nomes há uma vogal vazia que ocupa o núcleo do categorizador. Tal hipótese é bastante questionável, uma vez que nos nominais considerados “temáticos” a vogal final é uma projeção de número, enquanto nos nominais conhecidos como “atemáticos” há uma vogal nula que ocupa a posição de categorizador. A pergunta que fica é se tais vogais não deveriam ocupar a mesma posição. É interessante observar que, para dar conta do fato de que os nominais atemáticos são formados sempre com *-zinh*, os autores precisam estipular uma vogal vazia que seria a responsável por criar um hiato. Esse hiato é que desencadearia, na proposta dos autores, a inserção da consoante epentética.

A comparação entre a formação de diminutivo e os compostos coordenados também não parece ser tão clara quanto os autores propõem. Na verdade, não há nenhum requerimento de que os nomes de um composto coordenado concordem em gênero entre si. Assim temos compostos, como *bar pizzeria* ou *quarto sala*, em que o primeiro nome é masculino e o segundo nome é feminino e, ainda assim, as formações são gramaticais. Nada parecido com

essa diferença de gênero acontece nas formações diminutivas. Mesmo nos casos em que o segundo nome pode se flexionar em gênero, a ausência de concordância não gera agramaticalidade, como em formações do tipo *zebra porco* ou *mulher gato*, por exemplo.

Se nos restringirmos especialmente às formações ilustradas em (58), na qual a estrutura do diminutivo é exatamente a mesma do composto coordenado, veremos que não há nenhum caso em que o gênero do formador *-zinh* seja diferente do gênero do nome que serve como base para a formação: a concordância é obrigatória. Se a estrutura das formações com *-zinh* fosse similar à dos compostos coordenados, seria esperado que dados como *professorazinho ou *porcazinho fossem, de alguma maneira, possíveis na língua. Tal fato parece mostrar que o formador *-zinh* tem um comportamento mais parecido com o de elementos adjetivais – que precisam concordar em gênero com o elemento que eles modificam – do que com nomes propriamente ditos.¹²

No que diz respeito à leitura não-composicional de uma sequência adjetivo-nome, os julgamentos fornecidos pelos autores também não parecem estar na direção correta. A ideia apresentada em Bachrach e Wagner (2007) é que a anexação de *-inh* quebra a leitura não-composicional, enquanto a anexação de *-zinh*, por ser estruturalmente alta, não interfere na não-composicionalidade da interpretação. Empiricamente, no entanto, tal fato não parece se confirmar:

(68) Anexação do diminutivo em sequências adj-nome não composicionais

a. boa vida	boa vidinha/?boa-vidazinha
b. boa praça	boa pracinha/?boa praçazinha
c. bons olhos	bons olhinhos/ ?bons olhozinhos

Como se pode ver em (68a-c) a leitura composicional não só é preservada com a anexação de *-inh*, mas também é preferida quando comparada com a anexação de *-zinh*. Os autores atrelam a composicionalidade a questões de localidade na estrutura sintática. Fica, no entanto, a dúvida sobre como eles tratariam o fato de que, enquanto formações com *-inh* podem ser interpretadas não-composicionalmente, formações com *zinh* desfazem a possibilidade de interpretação não-composicional:

¹² Novamente remetemos o leitor ao capítulo 4, em que construções com *-zinh*, bem como a alternância entre *-inh* e *-zinh* serão discutidas e analisadas.

(69) Não-composicionalidade nas formações com *-inh*

a. camisinha	interpretação composicional: camisa pequena
interpretação não-composicional: preservativo
b. flanelinha	interpretação composicional: flanela pequena
interpretação não-composicional: pessoa que olha carros na rua
c. coroinha	interpretação composicional: coroa pequena
interpretação não-composicional: ajudante do padre nas missas

(70) Composicionalidade nas formações com *-zinha*

a. camisazinha	interpretação composicional: camisa pequena
interpretação não-composicional: -----
b. flanelazinha	interpretação composicional: flanela pequena
interpretação não-composicional: -----
c. coroazinha	interpretação composicional: coroa pequena
interpretação não-composicional: -----

Com a noção de fases, Marantz (2001, 2007) propõe uma diferenciação entre a anexação direta à raiz e a concatenação a estruturas já categorizadas. O material dentro da primeira fase compõe o chamado de domínio interno da derivação, enquanto o material fora dela compõe o chamado de domínio externo da derivação.

(71) Domínio interno vs. domínio externo

(Marantz 2007, p. 05)

Na estrutura acima, *x* e *y* são categorizadores, ou seja, núcleos de fase. A área sombreada, que constitui o domínio interno, foi considerada como um domínio especial, no sentido de ser o lugar no qual o sentido idiomático poderia ser derivado. Uma vez que o significado tenha sido negociado no domínio interno, os elementos acima só poderiam contribuir composicionalmente para o sentido (cf. MARANTZ, 2001; MARANTZ 2007;

ARAD, 2003; ARAD, 2005). Nesse sentido, a estrutura proposta para o diminutivo em Bachrach e Wagner (2007) abre, ainda, uma questão importante que diz respeito à geração de interpretação não-composicional em uma estrutura com tantos categorizadores intervindo na relação de localidade entre o diminutivo e a raiz.

3.6 Retomando as propriedades empíricas do diminutivo

As propriedades empíricas associadas ao formador de diminutivo *-inh*, descritas e discutidas ao longo deste capítulo, estão sistematizadas abaixo. Cada uma delas vem acompanhada da explicação oferecida pela análise desenvolvida nas seções anteriores.

(72) Recapitulando as propriedades do formador *-inh*

- a. A forma diminutiva e a forma não-diminutiva possuem as mesmas propriedades formais.

Nossa explicação: o diminutivo é sintaticamente incapaz de projetar e, por isso, ele não pode determinar as propriedades das formações. Quando se comparam, portanto, as formas diminutivas e não-diminutivas, exatamente as mesmas relações locais se estabelecem entre raiz e gênero, independentemente da presença do marcador de diminutivo.

- b. O diminutivo não aparece dentro da morfologia derivacional.

Nossa explicação: o diminutivo entra na estrutura sintática depois que a raiz já foi categorizada devido à presença de um núcleo de gênero.

- c. As formas diminutivas e não-diminutivas podem apresentar a mesma vogal final

Nossa explicação: quando da entrada do diminutivo na estrutura sintática, raiz e núcleo GEN, que estabelecem uma relação local, já negociaram tanto a especificação de traços, quanto o *spell-out* mais adequado para ocupar este último núcleo.

- d. O diminutivo só é licenciado nas construções participiais formadas com os auxiliares *ser/estar*.

Nossa explicação: o diminutivo integra uma projeção de gênero. Para que o diminutivo seja licenciado, é necessário que haja uma projeção de gênero na estrutura. Esse fato explica a associação entre diminutivos e a presença de traços nominais, que fica evidente nas formações de particípio construídas com *ser/estar*, mas não com *ter/haver*.

- e. O diminutivo não interage com a fonologia da raiz.

Nossa explicação: a interação fonológica entre nós sintáticos depende de uma relação de localidade estabelecida entre eles. O diminutivo, no entanto, não está numa relação local com a raiz, uma vez que um núcleo de gênero interfere entre eles.

3.7 Considerações Finais do capítulo

Neste capítulo, discutimos a estrutura morfossintática dos diminutivos formados com *-inh*. Para tanto, sistematizamos as propriedades empíricas desse formador em seus mais variados níveis. Em especial, atentamos para as relações estabelecidas entre *-inh* e o núcleo GEN, propondo que nuances na relação entre *-inh* e gênero são capazes de revelar aspectos importantes da estrutura morfossintática de que ele faz parte.

Em linhas gerais, propomos que *-inh* se anexa à mesma projeção de gênero responsável por categorizar a raiz. Essa estrutura é capaz de dar conta, dos fatos empíricos descritos, incluído a possibilidade de que a vogal final da forma diminutiva seja idêntica à vogal final da forma não-diminutiva, ainda que tal vogal seja condicionada pela raiz.

A formação do aumentativo com *-ã* e o comportamento das formas iniciadas por *-z*: um núcleo de gênero independente

4.1 Introdução

Neste capítulo, nós tomamos como foco as propriedades dos aumentativos construídos com o formador *-ã*, e também o comportamento das formas aumentativas e diminutivas construídas com os formadores encabeçados pela consoante *-z*, a saber, as contrapartes *-zinh* e *-zã*, respectivamente. A escolha por agrupar esses três formadores no mesmo capítulo está intimamente relacionada à análise que propomos para cada um deles.

No capítulo anterior, nós desenvolvemos um sistema no qual *-inh* faz parte da mesma projeção de gênero responsável por categorizar a raiz. Mais especificamente, propomos que o formador *-inh* se anexa a uma projeção de gênero que faz parte do conjunto de projeções estendidas responsáveis pela categorização da raiz que está na base da derivação. Isso significa que o diminutivo *-inh* não tem seu próprio núcleo de gênero: ele compartilha com a raiz o mesmo núcleo GEN. Essa estrutura é capaz de dar conta das propriedades empíricas do formador *-inh*, incluindo a possibilidade de que a vogal final da forma diminutiva seja idêntica à vogal final da forma não-diminutiva correspondente, ainda que tal vogal seja condicionada pela raiz. Por outro lado, nas formas aumentativas construídas com *-ã*, a vogal final que completa o aumentativo reflete os padrões mais gerais da língua, independentemente da vogal final que completa a forma não-aumentativa correspondente. Nós tomamos esse fato como evidência de que, diferentemente do diminutivo, o aumentativo e a raiz possuem núcleos independentes de gênero. Assim sendo, a estrutura sintática que propomos para o aumentativo conta com dois núcleos de gênero: um que se anexa à raiz e outro que se anexa ao aumentativo¹. A distância entre a raiz e o núcleo GEN que segue o aumentativo dá conta

¹ Chamamos a atenção do leitor para o fato de que uma estrutura diferente para as formas aumentativas construídas com *-ã* será proposta no capítulo 5, que trata da não-composicionalidade em formações aumentativas e diminutivas (cf. nota (2)).

do fato de que a realização fonológica da vogal final do aumentativo é completamente independente da raiz. Regras fonológicas amplamente discutidas e já bem estabelecidas na literatura são responsáveis por explicar a ausência de conteúdo fonológico do núcleo GEN que categoriza a raiz. Assim, apesar de a estrutura sintática apresentar dois núcleos de gênero, somente aquele que segue o aumentativo pode ser identificado na forma de *output*.

É interessante dizer que, à primeira vista, propor estruturas diferentes para *-inh* e *-ã* não parece ser o caminho mais interessante, uma vez que, como veremos na próxima seção, os dois formadores de grau possuem muitas propriedades em comum. No entanto, a análise proposta para um e outro morfema é capaz de capturar não só as propriedades que os assemelham, mas também os diferentes aspectos que separam um do outro.

No que diz respeito às construções aumentativas e diminutivas encabeçadas pela consoante *-z*, a presença de núcleos de gênero independentes na estrutura sintática é ainda mais clara. Isso porque a vogal que completa a raiz a vogal que completa as formas *-zinh* e *-zã* são ambas realizadas fonologicamente na forma do *output*. Nesse mesmo sentido, assim como no caso das formações com *-ã*, a vogal que completa os formadores de grau encabeçados por *-z* é completamente independente da raiz que participa da formação, seguindo o padrão de gênero mais geral da língua, a saber, *-a* para feminino e *-o* para o masculino. Esses fatores fazem a análise do aumentativo *-ã* e a análise das formas encabeçadas por *-z* bastante similares entre si: tais formas possuem, em sua estrutura sintática, um núcleo de gênero que é independente daquele que categoriza a raiz.

No entanto, há diferenças no comportamento dessas formas que acabam por separar de um lado o aumentativo *-ã* e, de outro, as formas *-zinh* e *-zã*. Nós propomos que tais diferenças são derivadas do fato de o primeiro formador se anexar abaixo do núcleo de número, enquanto os dois últimos entram na estrutura depois que ela já possui um núcleo de número. Em outras palavras, as formas encabeçadas pela consoante *-z* são ainda mais altas na estrutura do que o formador *-ã*.

Há que se ressaltar, ainda, o fato de que, na fonologia do PB, a consoante *-z* é, em muitos casos, um recurso epentético que vem desfazer encontros fonológicos malformados na língua. Com esse fato em mente, nós proporemos que há, na verdade, duas maneiras de se chegar às sequências fonológicas */zip/* e */zãw/*. Uma delas é via anexação das formas avaliativas encabeçadas por consoante, que são morfemas independentes de suas contrapartes iniciadas por vogal. Nesse caso *-inh* e *-zinh* ocupam posições sintáticas diferentes, e

apresentam escopos semânticos e propriedades diferenciadas. O mesmo é verdade para as formas *-ã* e *-zã* formadoras de aumentativo. Por outro lado, há casos em que as sequências fonológicas /zip/ e /zãw/ nada mais são do que o resultado da anexação de *-inh* e *-ã* antecidos por uma consoante epentética, que é tardiamente inserida para obedecer a restrições fonológicas do sistema do PB.

Mais especificamente em relação aos casos de anexação dos formativos independentes *-zinh* e *-zã*, desenvolvemos a ideia de que tais formas funcionam como uma espécie de adjetivo afixal, já que elas apresentam um comportamento idêntico ao dos modificadores adjetivais, anexando-se a estruturas já completamente flexionadas, tanto em gênero, quanto em número, além de concordar em com os traços-*phi* da base que modificam.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 4.2 apresentamos as propriedades empíricas das construções aumentativas formadas com *-ã*. Para tanto, optamos por um percurso de enfoque comparativo com as formações em *-inh*, que foram descritas e analisadas no capítulo anterior. A partir das propriedades formais descritas, desenvolvemos, na seção 4.3, uma estruturação sintática capaz de, ao mesmo tempo, capturar as semelhanças e as diferenças entre os formadores *-inh* e *-ã*. Na seção 4.4, por sua vez, são abordadas as propriedades das construções aumentativas e diminutivas encabeçadas pela consoante /z/. Tais propriedades servem de base para a estrutura sintática que é proposta na seção 4.5 para dar conta das construções com *-zinh* e *-zã*. A seção 4.6, traz, por sua vez, uma discussão mais aprofundada a respeito do estatuto da consoante /z/, que tem sido alvo de muita controvérsia na literatura. Já na seção 4.7, discutimos brevemente a forma subjacente da expressão do diminutivo. Por fim, a seção 4.8 encerra o capítulo trazendo as considerações finais.

4.2 As propriedades do formador de aumentativo *-ã*: um percurso comparativo com o diminutivo *-inh*

Nesta seção, apresentamos as propriedades formais identificadas nas construções com o formador de aumentativo *-ã*. É interessante ressaltar que a literatura que aborda as formações aumentativas é muito mais limitada do que aquela que se debruçou sobre a formação de diminutivos. Nesse sentido, a nossa discussão se desenvolverá de maneira a enfatizar a comparação entre as propriedades do formador de diminutivo *-inh*, abordado no

capítulo anterior, e o comportamento apresentado pelas formações construídas com o aumentativo *-ã*.

Para tanto, esta seção será dividida em duas partes: na primeira delas, serão apresentados os aspectos que aproximam ambos os formadores, enquanto, na segunda parte, colocaremos em evidência as propriedades formais que diferenciam as formações com *-ã* das formações com *-inh*. Essa estratégia nos fornecerá as bases para compreender o quão diferente e o quão similar a estrutura sintática que aloja um e outro formador precisa ser para que as propriedades empíricas sejam capturadas.

4.2.1 As similaridades entre *-inh* e *-ã*:

O diminutivo *-inh* e o aumentativo *-ã* compartilham muitas propriedades que precisam ser levadas em consideração quando se propõe uma estrutura responsável por derivar essas formas. Uma dessas propriedades é a possibilidade de participar da formação de categorias diversas, sendo que a categoria da forma não-avaliativa e da forma avaliativa correspondente, seja ela diminutiva ou aumentativa, permanece inalterada.

(1) O aumentativo *-ã* em diferentes categorias

	Forma não-aumentativa	Forma aumentativa
Nome	menino, livro, caderno	meninão, livrão, cadernão
Adjetivo	bonito, lindo, cheio	bonitão, lindão, cheio
Advérbio	de perto, à noite, à tarde	de pertão, à noitão, à tardão
Particípio	corrigido, feito, arrumado	corrigidão, feitão, arrumadão
Gerúndio	namorando, correndo, bombando	namorandão, correndão, bombandão

Tabela 11 – O aumentativo *-ã*: variedade de categoria e preservação categorial

No que diz respeito às construções participiais, a correlação entre a possibilidade de anexação do diminutivo e a presença dos auxiliares *ser/estar*, por oposição aos auxiliares *ter/haver* também é identificada nas formações aumentativas, tal como ilustrado abaixo.

(2) Interação entre o aumentativo e os auxiliares do particípio

a. O jantar <u>está</u> pronto.	O jantar está prontão
b. A comida <u>está</u> pronta.	A comida está prontona

c. O documento já <u>foi</u> conferido.	O documento já foi conferidão
d. A documentação já <u>foi</u> conferida.	A documentação já foi conferidona
e. Ele <u>tem</u> corrido todos os dias.	*Ele tem corridão todos os dias.
f. Ela <u>tem</u> corrido todos os dias.	*Ela tem corridão todos os dias.
g. Ele já <u>havia</u> saído.	*Ele já havia saidão.
h. Ela já havia saidinho.	*Ela já havia saidão.

As formações derivadas também evidenciam semelhanças de comportamento entre o diminutivo *-inh* e o aumentativo *-ã*. Dessa maneira, assim como acontece com o formador de diminutivo, o aumentativo *-ã* não pode anteceder morfologia derivacional. Nesse sentido, é possível construir um aumentativo a partir de uma forma derivada, mas o inverso não é verdadeiro.

(3) Aumentativo e morfologia derivacional

a. Faca	facona
Facada	facadona
*Faconada	(provável sentido: uma facada executada com uma faca grande)
b. Laranja	laranjona
Laranjeira	laranjeirona
*Laranjeira	(provável sentido: uma árvore de laranjas grandes)
c. Piano	pianão
Pianista	Pianistão
*Pianãoista	(provável sentido: uma pianista que só toca pianos grandes)

Quando atentamos para a relação entre o formador de aumentativo *-ã* e a marcação de plural, a similaridade com o diminutivo *-inh* novamente se faz presente, uma vez que, em ambos os casos, as mudanças fonológicas desencadeadas pela presença do plural não podem ser detectadas na forma avaliativa correspondente:

(4) Inserção de /e/ no plural

a. colher	colheres	colheronas/*colhereonas
b. mulher	mulheres	mulheronas/*mulhereonas
c. freguês	fregueses	freguesões/ *fregueseões
d. japonês	japoneses	japonesões/ *japoneseões

(5) Alternância de glide: [w] → [j]

a. pastel	pastéis	pastelões/*pasteilinhos
b. anel	anéis	anelões /*aneilões

O paradigma dos casos de metafonía, identificados em Moreno (1977) e apresentados no capítulo anterior, é novamente identificado nas formações aumentativas. Mais especificamente, há uma diferença de altura – alternância entre [o] e [ɔ] – na qualidade da vogal da raiz, quando comparamos (i) a forma masculina singular e a forma masculina plural correspondente, tal como ilustrado em (6), e (ii) a forma masculina singular e a forma feminina (singular ou plural) correspondente, tal como exemplificado em (7). Tal fato parece evidenciar que diferentes especificações de número e de gênero podem desencadear mudanças fonológicas na raiz. O ponto crucial para nossa discussão é que tais mudanças são preservadas tanto na formação de diminutivo, como vimos no capítulo anterior, quanto na formação de aumentativo.

(6) Metafonía em diferentes contextos de número

a. p[o]rco	p[ɔ]rcos	p[ɔ]rcões
b. [o]vo	[ɔ]vos	[ɔ]vões

(7) Metafonía em diferentes contextos de gênero

a. p[o]rco	p[ɔ]rca	p[ɔ]rcona	p[ɔ]rconas
b. s[o]gro	s[ɔ]gra	s[ɔ]grona	s[ɔ]gronas

Nesse sentido, o que quer que esteja causando a alternância na altura da vogal da raiz nos exemplos acima, o contexto sintático que licencia tal alternância não é desfeito, nem pela presença do marcador diminutivo, nem pela presença do formador de aumentativo.

Ainda a respeito das propriedades fonológicas associadas às formas avaliativas, um importante aspecto a ser considerado é que, tanto *-inh*, quanto *-ã* são incapazes de interagir fonologicamente com a raiz. Os exemplos relevantes englobam, por exemplo, os casos de Neutralização Vocálica, tal como se pode ver abaixo:

(8) Neutralização Vocálica

a. b[ɛ]rro	b[e]rreiro	b[ɛ]rrão/ *b[e]rrão
b. p[ɔ]rta	p[o]rtaria	p[ɔ]rtona/ *p[o]rtona
c. s[ɛ]rra	s[e]rralheria	s[ɛ]rrona/ *s[e]rrona
d. c[ɛ]erto	c[e]ртеа	c[ɛ]rtão/ *c[e]rtão

e. concr[ε]to	concr[e]tude	concr[ε]tão/ *concr[e]tão
f. compl[ε]to	compl[e]tude	compl[ε]tão/ *compl[e]tão
g. esc[ɔ]la	esc[o]larização	esc[ɔ]lona/ *esc[o]lona

Diferentemente do que acontece nas formas derivadas, que se encontram na coluna do meio, a anexação do aumentativo não desencadeia alteração em nenhum traço da qualidade da vogal da raiz, apesar de deslocar o acento da base. Esse foi exatamente o mesmo padrão identificado na formação de diminutivos.

A interação entre a formação de aumentativos o processo de (des)nasalização também releva a impossibilidade de que o marcador avaliativo desencadeie qualquer alteração na qualidade das vogal da raiz.

(9) Nasalização

a. f[ã].ma	f[a]. <u>mo</u> .so	f[ã]. <u>mo</u> .na
b. cl[õ].ne	cl[o]. <u>na</u> .gem	cl[õ]. <u>nao</u>
c. c[ã].ma	c[a].ma. <u>rei</u> .ra	c[ã]. <u>mo</u> .na

No PB, a vogal que antecede uma sílaba com *onset* nasal pode aparecer com um traço de nasalidade, se ela ocupar uma posição tônica, ou sem o traço nasal, se estiver em posição átona. Assim como o diminutivo, a anexação do aumentativo, apesar de causar alteração na posição da sílaba tônica da formação, não causa a mudança de nasal para oral, contrariando o padrão descrito.

Por fim, outra semelhança entre os formadores *-inh* e *-ã* reside no fato de que ambos podem desencadear leituras não-composicionais:

(10) Não-composicionalidade

a. beijinho	interpretação composicional: beijo pequeno interpretação não-composicional: tipo de doce
b. macacão	interpretação composicional: macaco grande interpretação não-composicional: tipo de vestimenta

Tal como explicitado nos exemplos acima, as formações diminutivas e aumentativas em (10) são ambíguas entre uma interpretação composicional e uma interpretação não-composicional. Esse é um dos fatos que afastam os formadores *-inh/-ã* das suas contrapartes encabeçadas por consoante.

4.2.2 As diferenças entre *-inh* e *-ã*: a relação com o núcleo GEN

O primeiro ponto a ser ressaltado é que os aspectos que evidenciam as diferenças entre o formador *-inh* e o formador *-ã* estão intimamente ligados à relação que cada um deles estabelece com vogal final que completa os nominais no sistema do PB. Daí a importância de se compreender o funcionamento dessa vogal, para que uma análise mais global do comportamento da morfologia avaliativa de grau no PB seja possível.

Conforme discutimos no capítulo 2, o estatuto dessa vogal final é tema de muita controvérsia na literatura. A nossa proposta é a de que a tradicional divisão entre gênero e classe não se sustenta do ponto de vista formal. Nesse sentido, desenvolvemos um sistema no qual gênero e classe ocupam a mesma posição na estrutura sintática. Em outras palavras, as diferentes vogais finais que completam os nominais do PB são analisadas como diferentes possibilidades de realização fonológica de um mesmo núcleo sintático. Tal núcleo sintático é identificado como uma projeção de gênero, que é parte da projeção estendida do nome.

Nas formações diminutivas construídas com *-inh*, é possível que a forma diminutiva e a forma não-diminutiva apresentem a mesma vogal final, ainda que essa vogal seja condicionada pela raiz. Como consequência, é preciso assumir que a presença do diminutivo não interfere nas relações de localidade estabelecidas entre a raiz e o núcleo que aloja a vogal final. Os dados que ilustram esse fato podem ser vistos abaixo:

(11) Forma não-diminutiva e diminutiva: mesma vogal final

a. problema	probleminha
b. tribo	tribinho

É possível dizer, então, que, na formação diminutiva, nem sempre a realização fonológica da vogal final coincide com o valor de gênero mais geral a ela associado. Assim, em (11a) um diminutivo terminado em *-a* se realiza em uma formação cujo gênero é masculino, enquanto em (11b), um diminutivo terminado em *-o* se realiza em uma formação cujo gênero é feminino.

Crucialmente essa não é uma possibilidade nas formações aumentativas em *-ã*, visto que, nessas construções, a vogal que completa a forma aumentativa sempre reflete os padrões de gênero *default* da língua e isso independe da raiz que participa da derivação. Comparemos, então, os exemplos de diminutivo em (11), com as construções aumentativas correspondentes.

(12) Vogal final nas formas aumentativas: previsibilidade

a. problema	problem <u>ã</u> <u>o</u>
b. tribo	tribon <u>a</u>

Esse fato parece mostrar que a vogal final que completa as formas aumentativas estabelece uma relação com o traço de gênero especificado na derivação, mas não com a raiz presente na construção. Esse padrão é bastante regular e também pode ser identificado nas formas terminadas em *-e* ou em $\emptyset$:

(13) Vogal final nas formas aumentativas: previsibilidade

a. pente	pent <u>ã</u> <u>o</u>
b. semente	sementon <u>a</u>
c. pastel	pastel <u>ã</u> <u>o</u>
d. colher	colheron <u>a</u>

No entanto, se, por um lado, a realização da vogal final que completa o aumentativo é independente da fonologia da vogal final da forma não-aumentativa correspondente, por outro lado, o valor de gênero da forma não-aumentativa parece, de alguma forma, ser relevante para que o aumentativo seja formado. Note que a especificação de gênero dos nomes, tanto nas formas não-aumentativas, quanto nas formas aumentativas em (12) e (13), é a mesma.

Nesse sentido, para dar conta das formações de aumentativo em *-ã*, será necessário propor uma estrutura sintática na qual:

- (i) O núcleo que aloja a vogal que completa o aumentativo está suficientemente longe da raiz, de maneira que não haja interação alomórfica entre eles
- (ii) O lugar de especificação de gênero da formação não-aumentativa precisa estar acessível mesmo quando o que está em jogo é a construção do aumentativo a ela correspondente.

O cenário se torna ainda mais complexo, se levarmos em consideração o fato de que, a partir de uma base de gênero feminino, é possível formar tanto um aumentativo de gênero semelhante à base, quanto um aumentativo cujo gênero conflita com base, ou seja, um aumentativo de gênero masculino. Alguns exemplos relevantes podem ser vistos abaixo:

(14) Aumentativos masculino e femininos a partir de base feminina

Forma não-aumentativa	Aumentativo feminino	Aumentativo masculino
tigela	tigelona	tigelão
chuva	chuvona	chuvão
tribo	tribona	tribão
semente	sementona	sementão
parede	paredona	paredão
colher	colherona	colherão
mulher	mulherona	mulherão

Tabela 12 - Aumentativos masculino e femininos a partir de base feminina

As formas não-aumentativas da primeira coluna são todas de gênero feminino, tal como as formações aumentativas correspondente da segunda coluna. O que se vê na terceira coluna da tabela, no entanto, são formas aumentativas cujo gênero é masculino, diferentemente do gênero da forma que seria considerada a sua forma de base². Tal fato fica evidente quando se olha para o gênero dos modificadores e determinantes que acompanham uma e outra forma aumentativa.

(15) Gênero nas formas aumentativas: relação com modificadores

- a. A tigelona amarela e redonda.
- b. *O tigelona amarelo e redondo.
- c. O tigelão amarelo e redondo.
- d. *A tigelão amarela e redonda.

² É uma observação relevante desde já que os aumentativos não-composicionais, ainda que relacionados a formas não-aumentativas femininas, resultam em formações de gênero masculino. Nos exemplos abaixo, as formas masculinas de aumentativo são ambíguas entre a interpretação composicional e a interpretação não-composicional. Por outro lado, nas formações femininas correspondentes, somente o significado composicional é licenciado.

a. sala	salão	composicional: sala grande
não-composicional: espaço para festas
b. sala	salona	composicional: sala grande
não-composicional: -----
c. sacola	sacolão	composicional: sacola grande
não-composicional: comércio em que se vende verduras.
d. sacola	sacolona	composicional: sacola grande
não-composicional: -----

Esse fato será abordado no próximo capítulo, que trata da não-composicionalidade em formas aumentativas e diminutivas.

Esse tipo de “discordância” de gênero não é uma possibilidade nas formações diminutivas em *-inh*. Conforme vimos no capítulo anterior, o gênero da forma não-diminutiva e da forma diminutiva correspondente é sempre o mesmo. Aliás, esse era um ponto que afastava as formações diminutivas das formações compostas do tipo NN (contra BRACHRACH e WAGNER, 2007), visto que, nos compostos, é possível que o primeiro nome e o segundo nome tenham gêneros divergentes. Compare a tabela em (14) com os dados em (16), com especial enfoque para a agramaticalidade das formas na terceira coluna.

(16) Gênero nos diminutivos: mesmo gênero da base

Forma não-diminutiva	Diminutivo feminino	Diminutivo masculino
tigela	tigelinha	*tigelinho
chuva	chuvinha	*chuvinho
tribo	tribinho	*tribinho
semente	sementinha	*sementinho
parede	paredinha	*paredinho
colher	colherinha	*colherinho
mulher	mulherinha	*mulherinho

Tabela 13 - Gênero nos diminutivos: mesmo gênero da base

Ainda sobre a relação entre gênero e o aumentativo *-ã*, é interessante ressaltar, que diante de uma base que apresenta gênero masculino, o aumentativo correspondente só pode ser uma formação de mesmo gênero. Em outras palavras, não é possível formar um aumentativo feminino a partir de uma masculina.

(17) Aumentativos de base masculina: mesmo gênero da base

Forma não-aumentativa	Aumentativo feminino	Aumentativo masculino
Livro	*livrona	livrão
Mapa	*mapona	mapão
Pente	*pentona	pentão
Anel	*anelona	anelão

Tabela 14 – Aumentativos de base masculina: mesmo gênero da base

Os dados em (17) contrastam de maneira interessante com o padrão detectado em (14). Assim, a única formação aumentativa gramatical em (17) é aquela em que há concordância de gênero entre a forma aumentativa e a forma não-aumentativa. Tal fato é evidenciado, na

tabela acima, pela agramaticalidade das formações de aumentativo da segunda coluna. Por outro lado, nos dados em (14), tanto os aumentativos femininos, quanto os aumentativos masculinos foram licenciados. A generalização a ser feita parece se dar na seguinte direção: é possível formar aumentativos masculinos e femininos a partir de uma base feminina. No entanto, a partir de uma base masculina, somente o aumentativo de mesmo gênero da base é licenciado.

4.3 A estrutura sintática das formações aumentativas em *-ã*: dois núcleos de gênero

Um dos fatos que mais chama a atenção na comparação entre o comportamento dos formadores *-inh* e *-ã* é a quantidade de propriedades que eles compartilham. A partir desse fato, a hipótese nula poderia ser, então, que a mesma estrutura sintática deveria ser capaz de dar conta de ambos os formadores em questão. Nesse sentido, começaremos a discussão desta seção recapitulando a análise proposta no capítulo anterior, que se debruçou sobre o formador *-inh*. A ideia é investigar se a mesma análise se mostra adequada para derivar as propriedades do aumentativo *-ã*, que, por sua vez, é foco deste capítulo.

(18) Retomando a estrutura sintática do diminutivo *-inh* (cf. capítulo 2)

Na estrutura em (18a), X representa exatamente a posição sintática que aloja o formador *-inh* de diminutivo, tal como ilustrado em (18b). Com vistas a investigar o que estamos entendendo como a hipótese nula, vamos assumir que X também é a posição de deveria alojar o formador de aumentativo *-ã*.

Um dos fatores que sustentava a estrutura em (18a-b) era a ideia de que GEN e raiz estabelecem, na formação diminutiva, uma relação local e que essa localidade não era quebrada com a presença do diminutivo. Essa relação estrutural dá conta de explicar, por exemplo, os casos em que a forma diminutiva e a forma não-diminutiva apresentam a mesma vogal final, em contextos nos quais tal vogal é claramente condicionada pela raiz.

Crucialmente, no entanto, esse não é o caso das formações aumentativas, uma vez que a vogal que completa o formador de aumentativo não é condicionada pela raiz. Em outras palavras a realização fonológica do núcleo GEN nas formações aumentativas é sempre *default*, independentemente da raiz que participa da derivação.

Uma maneira de interpretar esse fato seria dizer que, diferentemente do diminutivo, o aumentativo *-ã* interfere na relação estrutural entre GEN e a raiz, fazendo com que a raiz não seja mais capaz de especificar a realização fonológica do núcleo de gênero. Suponhamos que tal raciocínio seja formalizado através da proposta de que um núcleo de aumentativo (AUG) esteja estruturalmente colocado entre a raiz e o núcleo GEN, tal como ilustrado abaixo:

Se o aumentativo ocupa a posição em (19), é possível explicar o fato de que conteúdo fonológico de GEN é sempre *default*: a localidade entre GEN e raiz é quebrada devido à presença do núcleo interventor AUG. No entanto, outras propriedades empíricas relacionadas ao formador de *-ã* parecem mostrar que a posição do aumentativo não pode ser tão baixa na estrutura sintática e nem tão próxima à raiz.

Uma das razões para isso é evidenciada na relação estabelecida entre o aumentativo e a morfologia derivacional. Como vimos na descrição dos dados, é possível formar um aumentativo a partir de uma estrutura derivada, mas a recíproca não é verdadeira. Em outras palavras, o aumentativo não pode anteceder um afixo derivacional, o que não é esperado se o núcleo AUG se posiciona num ponto mais baixo na estrutura sintática, tal como proposto em (19). Nesse mesmo sentido, assim como era o caso do diminutivo, o aumentativo *-ã* não é capaz de causar nenhuma alteração na fonologia da raiz, o que o diferencia de afixos que estão em uma relação local com ela. Se o aumentativo e a raiz estabelecessem uma relação tão local como a sugerida em (19), seria de se esperar que pudessemos encontrar alguma evidência de interação fonológica entre eles, o que não é confirmado pelos dados da língua.

Por fim, a estrutura em (19) não dá conta de explicar os casos em que a especificação de gênero da forma não-aumentativa e da forma aumentativa correspondente é a mesma. Isso acontece porque, nesses casos, parece que uma negociação entre o valor do traço de gênero

alojado no núcleo GEN e a raiz precisa ter ocorrido antes do aumentativo entrar na derivação sintática. Em outras palavras, do ponto de vista fonológico, a realização do núcleo GEN na forma aumentativa é independente da raiz, mas do ponto de vista da especificação de traços, o gênero da forma aumentativa é idêntico ao gênero da forma não-diminutiva a ela relacionada.

Diante desse cenário, parece plausível propor que há um núcleo GEN associado à raiz, cuja especificação de traços é preservada na formação aumentativa. Mas, ao mesmo tempo, há um núcleo GEN associado ao próprio formador de aumentativo. Esse núcleo apresenta a mesma especificação de traços do núcleo de gênero associado à raiz, mas sua realização fonológica é independente dela. Se esse raciocínio estiver no caminho correto, a estrutura das formações com o aumentativo *-ã* deverá ser composta por dois diferentes núcleos de gênero: um que se concatena diretamente à raiz e um que se concatena ao próprio formador de grau. A estrutura sintática que ilustra o raciocínio acima delineado pode ser vista abaixo:

Se a estrutura em (20) estiver no caminho certo, a derivação sintática das formações aumentativas construídas com *-ã* deverá envolver a concatenação de duas projeções de gênero, representadas por GEN₁ e GEN₂. Muitas questões, no entanto, emergem a partir da estrutura acima delineada:

- (i) Como dar conta dos casos em que a forma aumentativa e a forma não-aumentativa correspondente apresentam a mesma especificação de gênero? (cf. *tigela – tigelona*)
- (ii) Como explicar os casos em que a forma aumentativa e a forma não-aumentativa correspondente possuem especificações diferentes de gênero? (cf. *tigela – tigelão*)
- (iii) Qual é o rótulo que resulta da concatenação entre GEN₁ e GEN₂? Em outras palavras, qual, dentre eles, é o núcleo que projeta?

Antes de responder a essas perguntas, é interessante ter em mente que as relações hierárquicas estabelecidas em (20) dão conta de uma série de propriedades empíricas detectadas nas formações aumentativas em *-ã*. Nesse sentido, as propriedades fonológicas são

facilmente capturadas, dada a distância entre o núcleo que aloja o aumentativo e a raiz. Mais especificamente, com a intervenção de dois núcleos de gênero entre eles, a previsão é que nenhuma interação alomórfica poderia ser licenciada nessas condições estruturais, tal como se verifica nos dados do PB.

Nesse mesmo sentido, o fato de a morfologia derivacional aparecer antes e não depois da marcação aumentativa também não é uma surpresa diante da estrutura em (20), uma vez que, em geral, os afixos derivacionais estão em relação local com a raiz. Esses afixos derivacionais baixos desfazem a localidade entre raiz e gênero, determinando, por exemplo, a especificação de gênero da estrutura e também o expoente fonológico que deve ser inserido nesse núcleo.

Além disso, conforme já apontado anteriormente, a vogal final que segue o formador de aumentativo é sempre uma realização fonológica *default*, a saber, *-o* em formações masculinas e *-a* em formações de gênero feminino. Tal fato é independente da raiz que faz parte da estrutura. A estrutura em (20) prevê esse comportamento, uma vez que o núcleo GEN que se relaciona ao aumentativo - e que é responsável por alojar a vogal final que o segue - está consideravelmente longe da raiz. Nesse contexto estrutural, não se pode postular que a fonologia de GEN₂, na estrutura em (20), seja condicionada pela raiz.

A estrutura em (20) estabelece, ainda, uma correlação bastante forte entre a presença do núcleo de gênero e a anexação da morfologia de aumentativo. Como era o caso das formações diminutivas, quando o que está em jogo são as formações participiais, o aumentativo só é licenciado em contextos nos quais a flexão de gênero e número está disponível, a saber na presença dos auxiliares *ser/estar* (cf. (2)).

Feitas essas considerações, voltemos à questão levantada em (i) que diz respeito à valoração do traço de gênero quando as formas aumentativas e não-aumentativas correspondentes apresentam especificações semelhantes. Para dar conta desses casos, nós vamos assumir, neste trabalho, que um mecanismo sintático de *Agree* envolvendo o traço de gênero opera no interior da palavra³. Mais especificamente, em linha com o sistema proposto em Chomsky (2000, 2001), assumimos que uma relação de sonda e alvo é estabelecida entre um traço não-valorado e um traço valorado do mesmo tipo, se a relação estrutural de c-

³ Chomsky (1999) sugere que os mecanismos de concordância ativos no nível da sentença e no nível do DP são distintos um do outro. Esses mecanismos são chamados de *Agree* e *Concord*, respectivamente. Na análise desenvolvida nesta tese nós assumimos uma posição distinta, na qual o mesmo mecanismo seria atuante em ambos os níveis (cf. MAGALHÃES, 2004 para uma proposta detalhada).

comando apropriada é estabelecida entre eles. O traço não-valorado procura no seu domínio de c-comando por uma versão valorada do traço relevante e, como resultado de uma sondagem bem-sucedida, os núcleos envolvidos na relação passam a compartilhar o mesmo valor para aquele traço.

Suponhamos, então, que, na estrutura proposta em (20), uma das possibilidades de especificação dos núcleos de gênero presentes na estrutura seja a seguinte: o núcleo GEN₁, atrelado à raiz, é valorado para gênero, enquanto o núcleo GEN₂ concatenado ao formador de aumentativo, não apresenta nenhum valor para o traço relevante. Nesse sentido, GEN₂ precisa procurar, no seu domínio de c-comando, por um núcleo que apresente uma contraparte valorada do traço relevante. Nessa busca, a sonda GEN₂ encontrará o alvo GEN₁, com o qual estabelecerá relação de *Agree*. Como consequência, GEN₁ e GEN₂ passarão a compartilhar a mesma especificação para o traço relevante.

(21) *Agree* envolvendo traços de gênero nas formações aumentativas

Nesse sentido, os casos em que as formas aumentativas e não-aumentativas correspondentes apresentam o mesmo valor para o traço de gênero são analisados como resultado de uma relação de *Agree* estabelecida entre o núcleo de gênero que se concatena à raiz e o núcleo de gênero que se concatena ao aumentativo. Note que, nesse caso, é como se o aumentativo fosse uma espécie de adjetivo, cujo traço de gênero é completamente dependente do elemento que ele modifica.

Nesse ponto da discussão, faz-se necessário avaliar mais de perto a rotulação resultante da concatenação entre os dois núcleos de gênero, a que estamos chamando de GEN₁ e GEN₂. Uma possibilidade de análise é assumir que o núcleo de gênero que determina o valor do traço de gênero que a forma resultante deve assumir é justamente aquele que projeta. É interessante lembrar que essa é justamente a linha de raciocínio assumida por

Wiltschko & Steriopolo (2007), quando as autoras discutem o estatuto do formador de diminutivo translinguisticamente. Segundo as autoras, o elemento que determina as propriedades formais da derivação deve ser assumido como núcleo. Daí a divisão proposta pelas autoras entre diminutivos que são núcleos e diminutivos que são adjuntos (cf. discussão detalhada no capítulo 3). Se assim for, podemos dizer que, na estrutura em (21), quem determina o gênero da formação é justamente o núcleo valorado que se encontra diretamente concatenado à raiz. Uma possibilidade de análise é, então, dizer que GEN₁ projeta, resultando a rotulação representada seguir:

(22) *Agree* envolvendo traços de gênero nas formações aumentativas: GEN₁ projeta

O sistema de *Agree* desenvolvido em (21) não explica, no entanto, os casos em que o gênero da forma não-aumentativa e da forma aumentativa são discrepantes. Como vimos na seção de descrição dos dados, esses são justamente os casos nos quais uma base feminina resulta em uma formação masculina de aumentativo (cf. (14)).

Uma possibilidade de explicação para esse tipo de dado é justamente dizer que alguma condição necessária para que a relação de *Agree* se estabeleça não é devidamente satisfeita. Uma vez que o traço de gênero no núcleo GEN₂ não é valorado e tal valoração não pode ser estabelecida através de *Agree*, sobra como opção a especificação de gênero *default* da língua, que é justamente a de masculino. Se essa linha de raciocínio estiver no caminho correto, resta, então, detectar especificamente qual é o fator que impede o estabelecimento da concordância de traços. Uma alternativa possível é assumir que a relação de c-comando apropriada não é estabelecida. Digamos, por exemplo, que, o rótulo da concatenação entre o núcleo GEN₂ e o núcleo de aumentativo, seja o próprio núcleo AUG, tal como ilustrado em (23a). Suponhamos, ainda, que a concatenação entre a projeção AUG e a projeção GEN₁ – que é composta pela raiz e pelo próprio núcleo GEN₁ – tenha como resultado, novamente, o rótulo

do aumentativo. Em outras palavras, nessas condições, o aumentativo é núcleo da derivação relevante, tal como ilustrado em (23b), abaixo.

(23) Impossibilidade de *Agree* nas formações aumentativas: AUG projeta

Em (23b), o núcleo GEN₂, que possui um traço não-valorado de gênero, atua como sonda. Nesse processo de sondagem, o único elemento que ele encontra em seu domínio de c-comando é o próprio núcleo AUG de aumentativo, que, no entanto, é desprovido de qualquer traço de gênero na representação em (23b). Note que o núcleo GEN₁, valorado para gênero, não é c-comandado pelo núcleo GEN₂ e, assumindo-se o sistema proposto em Chomsky (2000, 2001), a relação de *Agree* não pode ser estabelecida. Se a ausência de valor impede a convergência da derivação, o único recurso para resgatar a estrutura é fornecer para o núcleo não-valorado o traço *default*, que no sistema do PB é justamente o de masculino.

É interessante ressaltar que tal sistema explica a assimetria detectada entre os exemplos discutidos em (14) e (17), que evidenciavam o seguinte fato: é possível formar um aumentativo masculino a partir de uma base feminina, mas não é possível formar um aumentativo feminino a partir de uma base masculina. Nas condições descritas em (23a-b), tal fato é derivada da seguinte maneira:

- (a) Se a relação de *Agree* for estabelecida com sucesso e o núcleo GEN₁ tiver o traço de masculino, então, o núcleo GEN₂ também inevitavelmente apresentará a especificação de masculino.
- (b) Na ausência de *Agree*, o núcleo GEN₂ só poderá receber o traço de masculino, independentemente do gênero de GEN₁.

Como consequência, não poderá haver, em nenhum dos casos, um contexto no qual a base é masculina e a formação aumentativa resultante seja feminina.

Nas condições em que o núcleo AUG se apresenta em (23b), o aumentativo parece estar integrado ao conjunto de segmentos que fazem parte da projeção estendida dos nominais. No entanto, tal como foi o caso com o diminutivo, o aumentativo apresenta características que o diferenciam amplamente das propriedades de núcleos, tais como gênero e número, por exemplo. Nesse sentido, o aumentativo é um elemento opcional, que não desencadeia qualquer tipo de concordância e pode ser recursivo, aparecendo mais de uma vez em uma mesma formação. Por outro lado, gênero e número são obrigatórios, desencadeiam efeitos de concordância e não são recursivos. Essa diferença de comportamento aponta para o fato de que, se gênero e número são parte da projeção estendida do nome, muito possivelmente esse não deve ser o caso do aumentativo.

Outra possibilidade de análise para os dados nos quais o gênero da base é feminino e o gênero da formação aumentativa é masculino, é simplesmente assumir que o mecanismo de *Agree* entre GEN₁ e GEN₂ não ocorre porque ambos os núcleos já estão devidamente valorados. Nesse caso, GEN₂ não pode – e nem necessita – atuar como sonda, uma vez que ele já apresenta o traço de gênero devidamente especificado, tal como ilustra a representação em (24).

(24) Impossibilidade de *Agree* nas formações aumentativas: ausência de sonda

A partir da proposta em (24), para dar conta da assimetria detectada na comparação entre os dados do tipo de (14) e do tipo de (17), seria necessário postular que, quando o aumentativo negocia com GEN₂ a especificação de traços que esse núcleo deve assumir, a única especificação possível é a de gênero masculino. Note que não estamos dizendo que o

gênero é do aumentativo propriamente dito, mas do núcleo que se anexa a ele. Nessas condições, o aumentativo parece ter seu comportamento aproximado de uma raiz.

Nesse sentido, quando colocamos em discussão as estruturas em que o núcleo de gênero que se concatena ao aumentativo possui especificação dependente de concordância, tal como em (21), fizemos a comparação do aumentativo com uma espécie de adjetivo, cujo gênero é dependente do gênero do elemento que ele modifica. Em (24), no entanto, a comparação mais adequada se dá com os compostos do tipo nome-nome, em que cada um dos elementos envolvidos possui sua própria especificação de gênero e tal especificação não precisa ser idêntica para que o composto seja gramatical. Exemplos nos quais as marcas de gênero dos nomes de um composto são discrepantes são abundantes na língua, tal como mostramos quando discutimos a proposta de Bachrach & Wagner (2007) para os diminutivos. Um dos fatores que colocava em questão a proposta dos autores era justamente o fato de que nas formações diminutivas essa discrepância de gênero não é possível de ser encontrada. Segundo nossa análise, isso se dá exatamente porque não há duas projeções de gênero nas formações diminutivas, diferentemente do que ocorre nas formações aumentativas.

É preciso lembrar que, nas formações de aumentativo em que há discrepância de gênero entre a forma não-aumentativa e a forma aumentativa correspondente, ou seja, quando a forma de base é feminina e a forma aumentativa é masculina, o gênero da formação resultante é, justamente, o masculino (cf. 15a-d). A partir desse fato, é necessário voltarmos às questões de rotulação envolvendo a concatenação entre GEN_1 e GEN_2 . Se mantivermos a assunção de que o núcleo que determina o valor do traço encontrado na forma resultante é justamente aquele que projeta, então o rótulo da operação de *merge* entre GEN_1 e GEN_2 em uma estrutura como em (24) deve ser GEN_2 , tal como ilustrado em (25). Em outras palavras, o núcleo de gênero que se concatena diretamente ao formador de aumentativo é exatamente o núcleo que determina o gênero da formação resultante. Assim sendo, a rotulação assumida em (22) se mostra agora inapropriada, uma vez que a especificação de traço presente em GEN_1 não é a mesma da formação resultante.

(25) Impossibilidade de *Agree* nas formações aumentativas: ausência de sonda – GEN₂ projeta

Nesse sentido, ao compararmos as rotulações assumidas em (22) e (25), podemos sistematizá-las da seguinte maneira⁴:

(26) O rotulo da concatenação entre GEN₁ e GEN₂:

- (i) Quando o gênero da forma aumentativa e da forma não-aumentativa é idêntico: GEN₁ projeta e o gênero do aumentativo é resultado de concordância.
- (ii) Quando o gênero da forma aumentativa e da forma não-aumentativa é discrepante: GEN₂ projeta e o gênero do aumentativo é valorado independentemente do gênero da base.

No que diz respeito à relação entre o formador de aumentativo *-ã* e a marcação de plural, a nossa proposta é a de que, tal como o diminutivo discutido no capítulo anterior, *-ã* não apresenta uma projeção de número independente. Em outras palavras, as formações de aumentativo em questão apresentam uma única projeção de número, que é estruturalmente mais alta do que ambos os núcleos de gênero, tal como ilustrado abaixo.

(27) A posição da marca de plural nas formações com *-ã*

⁴ Note que, se assumirmos que GEN₂ é sempre o núcleo que projeta, os resultados da análise são idênticos.

Dessa forma, a estrutura que propomos para as formações com *-ã* apresenta dois núcleos de gênero, um que se concatena diretamente à raiz e outro que se concatena diretamente ao aumentativo⁵. Por outro lado, tais formações apresentam somente uma projeção de número, o que justifica o fato de as mudanças fonológicas desencadeadas pela presença do plural não poderem ser detectadas na forma avaliativa em questão.

4.3.1 Sobre a fonologia de GEN₁: estratégia para evitar o hiato

Apesar da presença de dois núcleos de gênero na estrutura proposta, só é possível detectar o conteúdo fonológico de um deles na forma de superfície. Mais especificamente, quando olhamos para as formas de aumentativo realizadas na língua, conseguimos identificar a realização fonológica do núcleo GEN₂, que linearmente segue a marca de aumentativo, mas não a do núcleo GEN₁, concatenado à raiz. A questão que emerge a partir daí é: como explicar a ausência de conteúdo fonológico no núcleo GEN₁ na forma de *output* encontrada na língua.

Os estudos a respeito da fonologia do PB já mostraram que a língua tende a evitar a formação de hiatos. Uma dessas estratégias é justamente a elisão, que consiste no apagamento de um dos elementos que participam do hiato. Na nossa estrutura, propomos que o elemento apagado seja, justamente, o conteúdo fonológico do núcleo GEN₁ e que justamente por isso ele não é identificado na forma de *output*. Uma versão bastante simplificada da regra que desencadearia tal elisão pode ser vista abaixo.

$$(28) V_{\text{gen1}} \rightarrow \phi / _ V_{\text{aug}}$$

Note que a identificação feita, na regra acima, através de subscritos é somente para efeitos de exposição, uma vez que a elisão é uma regra geral da afixação, que deve se aplicar a qualquer afixo que se anexe em uma posição estruturalmente mais alta do que o núcleo GEN.

⁵ Cf. o capítulo 5 para uma discussão a respeito da opcionalidade de GEN₁ – núcleo de gênero interno que se concatena à raiz – nas formações aumentativas.

4.4 As propriedades das construções de diminutivo e aumentativo construídas com *-zinh* e *-zã*:

Nesta seção, apresentamos as propriedades dos formadores de diminutivo e de aumentativo encabeçados pela consoante *-z*, a saber, as formas *-zinh* e *-zã*, respectivamente.

Já ressaltamos anteriormente que a literatura que, até então, discutiu a formação de diminutivos é bastante mais minuciosa e abundante do que aquela disponível para tratar da formação de aumentativos. Nesse sentido, tomamos como ponto de partida, os aspectos que se destacam quando se comparam as formações com *-inh* e *-zinh*, buscando verificar se – e em que medida – os contrastes e semelhanças detectados entre essas duas formas também se fazem presentes na comparação entre os aumentativos *-ã* e *-zã*.

Para tanto, dividimos esta seção em três diferentes partes: a primeira delas aborda propriedades morfológicas das formas avaliativas, atentando, em especial, para a interação entre os formadores *-zinh/-zã* e as marcas de gênero e de número. Na segunda subseção, discutimos as propriedades prosódicas, com foco na distribuição do acento e na relação entre os marcadores de grau e alguns processos fonológicos comuns no PB. Já a terceira subseção trata, por sua vez, de propriedades semânticas, mais especificamente, das diferenças de composicionalidade e de escopo verificadas na comparação entre os marcadores de grau iniciados por vogal e as suas respectivas contrapartes encabeçadas por *-z*.

4.4.1 As propriedades morfológicas: gênero e número

Uma diferença de comportamento na alternância entre os formadores *-inh* e *-zinh* é o fato de que o marcador de grau iniciado pela consoante *-z* é antecedido, em sua composição morfológica, pela vogal final encontrada nas formações de base correspondentes. Já as estruturas construídas com *-inh*, por outro lado, implicam a ausência dessa mesma vogal. Esse contraste também pode ser detectado nas alternâncias entre os marcadores *-ã* e *-zã* que formam o aumentativo, tal como exemplificado na comparação entre os dados em (29) e (30) abaixo:

(29) Formações encabeçadas pela consoante *-z*: vogal final da base realizada

(i) nos diminutivos

a. menina	menin <u>a</u> zinha
b. menino	menin <u>o</u> zinho

c. serpente	serpente <u>z</u> inha
d. dente	dente <u>z</u> inho

(ii) nos aumentativos

a. menina	menin <u>a</u> zona
b. menino	menin <u>o</u> zão
c. serpente	serpente <u>z</u> ona
d. dente	dente <u>z</u> ão

(30) Formações encabeçadas por vogal: vogal final da base ausente

(i) nos diminutivos

a. menina	menininha
b. menino	menininho
c. serpente	serpentina
d. dente	dentinho

(ii) nos aumentativos

a. menina	meninona
b. menino	meninão
c. serpente	serpentina
d. dente	dentão

É preciso dizer que a alternância entre os formadores de diminutivo *-inh/-zinh*, bem como entre os formadores de aumentativo *-ã/-zã* não é licenciada em todos os contextos⁶. Nos chamados nominais atemáticos, por exemplo, em que a realização fonológica da vogal final é nula, a alternância não pode acontecer, sendo requerida a presença da consoante /z/ para que as formações sejam consideradas gramaticais.

(31) Nominais atemáticos: exigência da consoante /z/

- a. pá: pazinha/ *painha
- b. café: cafezinho/*cafeinho
- c. siri: sirizinho/*siriinho
- d. pá: pazona/ *paona
- e. café: cafezinho/*cafeão
- f. siri: sirizão/*sirião

⁶ Alguns autores descreveram as possibilidades de alternância entre as formas *-inh* e *-zinh* também em termos da posição do acento. Para Menuzzi (1993), por exemplo, a formação diminutiva com *-inh* acontece em contextos de nomes temáticos paroxítonos, enquanto a formação com *-zinh* se dá, por sua vez, em contexto de nominais atemáticos ou de nominais temáticos que são proparoxítonos.

Entre as propriedades apresentadas pelo formador *-zinh*, destaca-se também o fato de que ele preserva eventuais alterações morfofonológicas desencadeadas pela presença da marca de plural. Esse comportamento foi tomado como evidência de que *-zinh* se anexa a estrutura já flexionadas em número. O mesmo fato poder ser observado nas formas aumentativas correspondentes construídas com *-zã*, tal como ilustrado na tabela abaixo:

(32) *-zinh* e *-zã* antecidos por marcas de plural

Singular	Plural	Diminutivo Plural	Aumentativo Plural
pastel	pastéis	pasteizinhos	pasteizões
jornal	jornais	jornaizinhos	jornaizões
avião	aviões	aviõeizinhos	aviõeizões
pão	pães	pãezinhos	pãezões
mar	mares	marezinhos	marezões

Tabela 15. Os formadores *-zinh* e *-zã* antecidos por marcas de plural.

É importante notar, no entanto, a possibilidade de que as alterações morfofonológicas desencadeadas pelo plural estejam ausentes das formações aumentativas e diminutivas, ainda que a consoante /z/ possa ser detectada nessas mesmas formações. Nesse sentido, compare o conjunto de dados apresentado em (32) e em (33):

(33) *-zinh* e *-zã* não-antecidos por marcas de plural

Singular	Plural	Diminutivo Plural	Aumentativo Plural
pastel	pastéis	pastelzinhos	pastelzões
jornal	jornais	jornalzinhos	jornalzões
avião	aviões	aviãozinhos	aviãozões
pão	pães	pãozinhos	pãozões
mar	mares	marzinhos	marzões

Tabela 16. Os formadores *-zinh* e *-zã* não-antecidos por marcas de plural.

Enquanto nas formações em (32) a marca de grau é antecida pelas alterações morfofonológicas desencadeadas pelo plural, em (33), por outro lado, tais alterações não se fazem presentes, apesar da consoante /z/ ser identificada nos dois conjuntos de dados. É interessante ressaltar que o comportamento detectado em (33) é semelhante ao que ocorre nos diminutivos e aumentativos plurais formados com *-inh* e *-ã*. Nessas formações, tal como é o caso em (33), as alternâncias que resultam da anexação do plural não estão presentes nas construções aumentativas e diminutivas correspondentes. A sistematização a respeito da

relação entre as marcas de grau e de plural parece apontar para dois lados opostos: *-zinh* e *-zã*, nas formações em (32), apresentam um comportamento diferente daquele identificado nas suas contrapartes construídas com *-inh* e *-ã*. Por outro lado, *-zinh* e *-zã*, nos dados em (33), apresentam comportamento semelhante ao que é encontrado nos diminutivos e aumentativos formados com *-inh* e *-ã*.

Bastante consensual na literatura sobre os formadores *-inh* e *-zinh* no PB é o fato de eles manterem o gênero da forma não-diminutiva correspondente, não promovendo, portanto, nenhuma alteração desse traço formal. Nesse sentido, nem *-inh*, nem o seu correspondente encabeçado por consoante são capazes de determinar o gênero da formação de que participam.

(34) *-inh* e *-zinh*: manutenção do gênero das formas não-diminutivas correspondente

a. a panela	a panelinha/ a panelazinha	feminino
b. o castelo	o castelinho/ o castelozinho	masculino
c. a semente	a sementinha/a sementezinha	feminino
d. o pente	o pentinho/ o ptezinho	masculino
e. a colher	a colherinha/ a colherzinha	feminino
f. o pastel	o pastelinho/ o pastelzinho	masculino

Esse também é o comportamento do formador de aumentativo encabeçado por consoante: nas construções com *-zã* o gênero da forma aumentativa é idêntico ao gênero da forma não-aumentativa correspondente:

(35) *-zã*: manutenção do gênero das formas não-diminutivas correspondente

a. a panela	a panelazona	feminino
b. o castelo	o castelozão	masculino
c. a semente	a sementezona	feminino
d. o pente	o ptezão	masculino
e. a colher	a colherzona	feminino
f. o pastel	o pastelzão	masculino

Como vimos na discussão anterior, o comportamento do formador *-ã* quanto a esse aspecto é um tanto singular, uma vez que ele é capaz de se anexar a formas supostamente

femininas, gerando como resultado formações de gênero masculino. Essa não parece ser uma possibilidade disponível para o aumentativo encabeçado por consoante.

(36) O formador *-ã se anexando a bases tradicionalmente tratadas como femininas*

a. uma tigela	um tigelão/ *um tigelazão
b. uma unha	um unhão/ *um unhazão
c. uma noite	um noitão/ *um noitezão
d. uma febre	um febrão/ *um febrezão

O cenário parece se alterar, no entanto, diante das formas em que a vogal final é fonologicamente vazia, ou seja, diante dos nominais conhecidos como *atemáticos*. Nesses casos, a consoante /z/ é fonologicamente requerida pelo sistema do PB e o formador *-zã* é capaz de se anexar a formas femininas, gerando como resultado formações aumentativas masculinas. Compare, por exemplo, os dados em (36) e em (37):

(37) Aumentativo em nominais terminados em Ø: /z/ fonologicamente requerido

a. uma colher	uma colherzona/um colherzão
b. uma pá	uma pazona/um pazão
c. uma romã	uma romãzona/ um romãzão

Enquanto as construções com *-zã* em (36) não podem alterar o gênero da forma não-aumentativa correspondente, nos dados em (37), por outro lado, a formação de aumentativos masculinos a partir de nomes femininos é licenciada, apesar da presença da consoante /z/. Esse contraste parece, novamente, apontar para duas direções opostas: (i) há uma semelhança de comportamento entre *-ã* e *-zã*, quando /z/ é exigido por restrições morfofonológicas da língua, tal como é o caso de (37) e (ii) há uma diferença de comportamento entre os formadores *-ã* e *-zã* em contextos nos quais eles podem se alternar, tal como é o caso de (36).

Outro fator que tem sido apontado na comparação entre *-inh* e *-zinh* é a realização da vogal final que completa essas formas. Conforme já detectamos no capítulo anterior, a vogal que linearmente segue o marcador de diminutivo *-inh* pode ser dependente da raiz que participa da formação. Por outro lado, a vogal que completa o formador encabeçado por consoante invariavelmente reflete os padrões de gênero mais geral da língua. Nesse sentido, *-zinh*, diferentemente de *-inh*, parece estabelecer uma relação de concordância com o gênero da base a que se anexa.

(38) A vogal final em *-inh*: dependência em relação à raiz

a. o problema	o probleminha	* o probleminho
b. o planeta	o planetinha	* o planetinho
c. o mapa	o mapinha	* o mapinho

(39) A vogal final em *-zinh*: padrão geral de gênero

a. o problema	o problemazinho
b. o planeta	o planetazinho
c. o mapa	o mapazinho

Dessa mesma forma, o comportamento da vogal final que completa as formas aumentativas *-ã* e *-zã* também, sistematicamente, reflete o padrão default de gênero da língua, independente da raiz que participa da formação.

(40) A vogal final em *-ã*: padrão geral de gênero

a. o problema	o problemão
b. o planeta	o planetão
c. o mapa	o mapão

(41) A vogal final em *-zã*: padrão geral de gênero

a. o problema	o problemazão
b. o planeta	o planetazão
c. o mapa	o mapazão

Dessa maneira, diferentemente do que acontece com o formador *-inh*, a vogal final que completa as formas *-zinh*, *-ã* e *-zã* é sempre um elemento *default*, que será, portanto, realizado como *-o* em nominais masculinos e como *-a* em nominais femininos.

4.4.2 As propriedades prosódicas: padrão acentual e processos fonológicos

No que diz respeito às propriedades fonológicas das formações avaliativas analisadas nesta tese é importante notar que o comportamento de *-inh* e *-zinh* é idêntico frente ao fenômeno de Neutralização Vocálica (Wetzels, 1991a, 1991b, 1992). Assim como é caso do formador *-inh*, a anexação de *-zinh* não desencadeia alteração da vogal média-baixa para vogal média-alta, tal como seria esperado devido à posição da sílaba tônica. O mesmo pode ser observado no comportamento dos formadores *-ã* e *-zã* de aumentativo, que também não

desencadeiam qualquer alteração na altura das vogais da forma de base, independentemente da posição do acento em uma e outra forma. Os dados relevantes podem ser vistos em (42):

(42) Ausência de Neutralização Vocálica

a. b[ɛ]rro	b[e]rreiro	b[ɛ]rrinho/ *b[e]rrinho
b. b[ɛ]rro	b[e]rreiro	b[ɛ]rrozinho/ *b[e]rrozinho
c. b[ɛ]rro	b[e]rreiro	b[ɛ]rrão/ *b[e]rrão
d. b[ɛ]rro	b[e]rreiro	b[ɛ]rrozão/ *b[e]rrozão
e. p[ɔ]rta	p[o]rtaria	p[ɔ]rtinha/ *p[o]rtinha
f. p[ɔ]rta	p[o]rtaria	p[ɔ]rtazinha/ *p[o]rtazinha
g. p[ɔ]rta	p[o]rtaria	p[ɔ]rtona/ *p[o]rtona
h. p[ɔ]rta	p[o]rtaria	p[ɔ]rtazona/ *p[o]rtazona

Nos dados acima, a coluna do meio é composta por derivações nas quais há alteração no traço de altura da vogal média que compõe a base: as vogais /ɛ,ɔ/ em posição tônica mudam para [e,o], ao passarem para uma posição átona. Os diminutivos e aumentativos da terceira coluna, por sua vez, não provocam a Neutralização Vocálica, trazendo o mesmo traço de altura da vogal média que compõe as formas não derivadas correspondentes.

O comportamento dos formadores avaliativos também é semelhante quando se analisa a interação entre eles e vogais nasais encontradas nas formas não-diminutivas correspondentes. No geral, afixos derivacionais atraem o acento e a vogal que era tônica e nasal na base torna-se átona e não sofre nasalização. Nos diminutivos, tal como ocorre nos processos derivacionais, há deslocamento do acento. No entanto, a vogal que era tônica e nasal na base continua nasalizada, apesar de perder sua tonicidade, ou de carregar apenas o acento secundário. Essa mesma preservação dos traços de nasalidade da base pode ser identificada nas formas aumentativas, sejam elas construídas com *-ã* ou com o seu correspondente encabeçado por consoante.

(43) Nasalização

a. f[ã]ma	f[a]moso	f[ã]minha/ *f[a]minha
b. f[ã]ma	f[a]moso	f[ã]mazinha/ *f[a]mazinha

c. f[ã]ma	f[a]moso	f[ã]mona/ *f[a]mona
d. f[ã]ma	f[a]moso	f[ã]mazona/ *f[a]mazona
e. c[ã]ma	c[a]mareira	c[ã]minha/ *c[a]minha
f. c[ã]ma	c[a]mareira	c[ã]mazinha/ *c[a]mazinha
g. c[ã]ma	c[a]mareira	c[ã]mona/ *c[a]mona
h. c[ã]ma	c[a]mareira	c[ã]mazona/ *c[a]mazona

Como se pode ver na terceira coluna dos dados acima, as formações diminutivas – tanto com *-inh*, quanto com *-zinh* – e as formações aumentativas – tanto com *-ã*, como com *-zã* – trazem o mesmo traço de nasalidade da vogal da forma não-derivada. Por outro lado, tal comportamento é diferente dos elementos derivacionais da segunda coluna que, ao deslocarem o acento da base, desfazem, também, a nasalidade da vogal que a compõe.

No que diz respeito à prosódia da formação de diminutivos, os pesquisadores têm detectado a seguinte diferença entre as formas *-inh* e *-zinh*: enquanto os diminutivos formados com o marcador *-inh* apresentam um único acento lexical, as formações correspondentes construídas com *-zinh* apresentam dois acentos independentes.

Em sua análise prosódica do diminutivo, Menuzzi (1993) comparou as formas alternantes *-inh* e *-zinh*, levando em consideração o padrão acentual de palavras e de sintagmas no PB. O autor observou, com base em Maia (1981), Major (1985) e Carvalho (1989), que, no algoritmo de acentuação de palavras no PB, as sequências pré-tônicas seguem um padrão rítmico binário, começando da sílaba tônica para a esquerda, sendo que esse padrão é insensível à quantidade. Uma restrição bastante forte na acentuação prosódica da palavra é a de não poder haver duas sílabas acentuadas adjacentes uma à outra. A atribuição de acento no sintagma, por outro lado, não precisa ser – e de fato muitas vezes não pode ser – binária. Nesse mesmo sentido, a atribuição de acento no sintagma preserva a estrutura métrica das palavras neles envolvidas. Por fim, ao contrário do que acontece no domínio da palavra, em um sintagma é permitido que dois acentos primários recaiam em sílabas que são adjacentes. Interessantemente, os compostos, ao invés de seguirem o padrão binário de contorno acentual comum ao domínio da palavra, apresentam propriedades acentuais idênticas às aquelas apresentadas pelos sintagmas.

No que diz respeito especificamente aos diminutivos, o autor detecta que as formações com *-inh* seguem exatamente o algoritmo de acentuação previsto para palavras, com padrão rítmico binário, da mesma maneira que acontece com os demais sufixos da língua. Por outro

lado, o cenário é mais complexo quando o que estão em jogo são as formações diminutivas com *-zinh*. O algoritmo acentual binário atuante no domínio da palavra é detectado nas formações com *-zinh*, quando ele se anexa a nomes não-temáticos. No entanto, esse mesmo algoritmo falha, quando *-zinh* se concatena a nominais temáticos. Nesses casos, é o mecanismo de atribuição de acento atuante em sintagmas que passa a ser identificado nas formações com *-zinh*.

Nesse sentido, o formador *-zinh* parece, portanto, apresentar dois comportamentos prosódicos diferentes: um que é idêntico ao do formador *-inh* e que se identifica como o padrão acentual presente no domínio da palavra e outro que é diferente do formador *-inh* e que se identifica, por sua vez, com o padrão de acentual característico dos sintagmas.

4.4.3 As propriedades semânticas: composicionalidade e escopo

Já destacamos, brevemente, no capítulo anterior que há uma assimetria entre as formas *-inh* e *-zinh* no que diz respeito à possibilidade de que a formação resultante seja não-composicionalmente interpretada. Mais especificamente, enquanto *-inh* é capaz de licenciar interpretação não-composicional, essa não é uma opção nas formações construídas com *-zinh*. Um contraste semelhante se faz notar na comparação entre as formas aumentativas *-ã* e *-zã*, o que significa que a interpretação não-composicional é possível nas construções com *-ã*, mas fica indisponível nas respectivas formações com *-zã*.

(44) a. beijinho	interpretação composicional: beijo pequeno
	interpretação não-composicional: tipo de doce
b. beijozinho	interpretação composicional: beijo pequeno
	interpretação não-composicional: -----
c. sapatão	interpretação composicional: sapato grande
	interpretação não-composicional: lésbica
d. sapatozão	interpretação composicional: sapato grande
	interpretação não-composicional: -----

O domínio local dentro do qual a interpretação não-composicional pode ser licenciada é exatamente o foco do próximo capítulo. Por hora, o fato acima apresentado fica como

evidência da assimetria entre os formadores iniciados por vogal (*-inh/-ã*) e as suas contrapartes encabeçadas pela consoante /z/.

O cenário fica ainda mais interessante quando se nota que há dados em que a interpretação não-composicional é uma possibilidade, ainda que a consoante /z/ se faça presente. É interessante notar que esses são exatamente os contextos nos quais as formas iniciadas por vogal não são licenciadas por restrições estruturais da língua, tal como ilustrado nos dados abaixo:

(45) A consoante /z/ presente em formações não-composicionais

a. cajuzinho	interpretação composicional: caju pequeno
interpretação não-composicional: tipo de doce
b. pedalção	interpretação composicional: pedal grande
interpretação não-composicional: programa que incentiva as pessoas a andar de bicicleta ⁷ .

Através da comparação entre os dados em (44) e os dados em (45), é possível dizer que os formadores *-zinh* e *-zã* apresentam um comportamento ambíguo. Enquanto em (44) eles se contrapõem ao comportamento dos formadores *-inh* e *-ã*, respectivamente, não podendo desencadear interpretação não-composicional. Nas formações em (45), por outro lado, eles se assemelham aos formadores *-inh* e *-ã*, podendo ser interpretados não-composicionalmente.

Por fim, faz-se relevante retomar aqui uma observação feita em Bachrach e Wagner (2007) a respeito de diferenças de escopo entre as formas *-inh* e *-zinh*. Os autores criam um cenário no qual há um conjunto de zebras pequenas, mas que se dividem em 3 zebras que são menores e 2 que são maiores. O ponto central observado pelos autores é que para se referir à totalidade das zebras a forma *zebrazinhas* parece ser menos adequada do que a forma *zebrinhas*. No contexto criado, o uso da forma *zebrazinhas* tomará como referente apenas o subconjunto que contém as 3 zebras menores. Essa mesma sutileza semântica também se faz notar na comparação entre as formas *-ã* e *-zã* e parece apontar para uma assimetria que separa, de um lado, os formadores iniciados por vogal e, de outro, os formadores encabeçados por consoante.

⁷ Link do projeto pedalção: <http://www.victorymobile.com.br/site/etapa.php?etapa=53#regulamento>.

4.5 A estrutura sintática das formações com *-zinh* e *-zã*

Duas intuições vão guiar a análise sintática que proposta, nesta seção, para dar conta das formações diminutivas e aumentativas encabeçadas pela consoante /z/. Uma delas é a relação que *-zinh* e *-zã* estabelecem com gênero e a outra é a relação entre tais formadores e a projeção de número.

No que diz respeito ao gênero, o primeiro ponto que chama a atenção é o fato de a vogal final que completa a forma não-diminutiva correspondente ser fonologicamente realizada, mesmo com a anexação de *-zinh* e *-zã*. Ao longo da tese, temos analisado tal vogal como o expoente fonológico do núcleo de gênero. A consequência é que, como proposto para o aumentativo *-ã*, a estrutura morfossintática das formações com *-zinh* e *-zã* devem apresentar dois núcleos de gênero: um que se anexa à raiz e outro que completa os formadores em questão.

Também como era o caso com as formas em *-ã*, o núcleo GEN que segue *-zinh* e *-zã* apresenta expoentes fonológicos que nunca são condicionados pela raiz presente na derivação. Em outras palavras, a vogal final que completa a forma diminutiva e a forma aumentativa encabeçada por /z/ é completamente independente da raiz e reflete o padrão mais geral de gênero da língua, sendo invariavelmente *-a* diante de nominais femininos e invariavelmente *-o* diante de nominais masculinos. O *spell-out default* do núcleo GEN associado a *-zinh* e a *-zã* é esperado um sistema no qual as interações alomórficas são restritas por domínios de localidade. Nesse sentido, para que a interação alomórfica seja bloqueada, o núcleo GEN associado ao diminutivo e ao aumentativo precisa estar suficientemente longe da raiz, evitando para que ela possa sofrer qualquer influência desencadeada pela anexação dos marcadores avaliativos.

Especialmente no que diz respeito à relação entre *-zã* e o gênero da formação resultante, vimos que, diferentemente do que acontece com a sua contraparte *-ã*, ele precisa concordar em gênero com a base a que se anexa. O formador encabeçado, por consoante, parece, então, funcionar como uma espécie de adjetivo, cujo gênero depende do elemento que ele modifica.

No que diz respeito à relação entre as formas *-zinh/-zã* e a marca de plural, chama a atenção o fato de que eventuais alterações morfofonológicas podem ser detectadas linearmente antes da presença desses formadores de diminutivo e de aumentativo, o que

parece ser evidência de que, além de dois núcleos de gênero, também há dois núcleos de número nas formações com *-zinh* e *-zã*. Em outras palavras, os formadores encabeçados por consoante são bastante altos na estrutura sintática, anexando-se a elementos já estruturados em termos de gênero e de número. Esse fato diferencia a estrutura sintática responsável por derivar *-ã* da estrutura responsável por derivar as formações com *-zinh/-zã*. A sistematização da discussão feita até aqui, acompanhadas das estruturas sintáticas podem ser vistas abaixo:

(46) Sistematizando as discussões sobre a estrutura das formações com *-zinh/-zã*

a. A estrutura sintática das formações com *-zinh* e *-zã* apresenta dois núcleos de gênero.

Evidências: (i) Tanto a vogal final que completa a forma não-diminutiva/não-aumentativa, quanto a vogal final que completa as formas diminutivas e aumentativas correspondentes são fonologicamente realizadas.

(ii) A concordância de gênero entre as formações com *-zinh/-zã* e o nome de base é obrigatória.

(iii) A realização fonológica da vogal que completa *-zinh* e *-zã* é independente da raiz que participa da formação.

b. A estrutura sintática das formações com *-zinh* e *-zã* apresenta dois núcleos de número.

Evidências: (i) Eventuais alterações morfofonológicas desencadeadas pelo plural são encontradas linearmente antes dos marcadores de diminutivo e de aumentativo.

(ii) Há concordância de número entre as formações com *-zinh/-zã* e o nome de base.

(47) Estrutura sintática das formas encabeçadas por consoante

(a) Anexação de *-zinh*:

(b) Anexação de -zã:

É importante comentar que, como resultado da anexação entre Num₁ e Num₂, estamos assumindo que Num₁ projeta, com a intuição de que os traços de gênero e de número da projeção de que o aumentativo faz parte são adquiridos através de concordância.

Do ponto de vista semântico, uma posição alta para os marcadores avaliativos também é corroborada pela diferença de escopo detectada entre os formadores iniciados por vogal e aqueles iniciados por consoante, o que parece indicar que eles modificam porções diferentes de estrutura sintática.

Nesse mesmo sentido, a possibilidade de que *-inh/-ã* desencadeie interpretação não-composicional, em contraste com as respectivas formas *-zinh/-zã*, também é evidência de que há uma diferença de altura na posição estrutural ocupada por tais formadores. Dentro de um modelo localista de análise linguística, em que a interpretação não-composicional é licenciada por domínios sintáticos bem definidos, a impossibilidade de que as formas *-zinh/-zã* desencadeiem leituras não-composicionais é, até certo, previsível, uma vez que há muito material intervindo entre eles e a raiz.

Por fim, no que diz respeito às propriedades fonológicas, vimos que o comportamento dos formadores encabeçados por vogal e das suas respectivas contrapartes iniciadas por consoante é idêntico, no que diz respeito ao fato de que todos os formadores falham em desencadear processos fonológicos, tais como a neutralização vocálica ou em alterar qualquer traço trazido pela base, tal como o de nasalidade, por exemplo. Se tais processos já não eram desencadeados na posição estrutural em que *-inh* e *-ã* se encontram, é de se esperar que, estando ainda mais altos, *-zinh* e *-zã* também falhem em interagir com a fonologia da raiz. É preciso lembrar que, na comparação com *-zinh/-zã*, a posição sintática tanto de *-inh*, quanto de *-ã* é estruturalmente mais baixa. Mesmo assim, a posição dos marcadores avaliativos

encabeçados por vogal não chega a ser tão baixa a ponto de estar suficientemente local em relação à raiz para que a interação alomórfica entre eles seja licenciada.

4.6 Mais sobre o estatuto da consoante /z/

O ponto de partida desta seção são justamente os casos nos quais *-zinh* parece se comportar como *-inh* e, dessa mesma forma, *-zã* parece se comportar como *-ã*. Tais casos desafiam a proposta acima desenvolvida de que há, na estrutura sintática, posições distintas para abrigar tais formadores. Mais especificamente, os casos relevantes estão sistematizados abaixo:

(48) Casos em que *-zã* pode determinar o gênero da formação (cf. (37)).

a. uma colher	um colherzão
b. uma pá	um pazão
c. uma romã	um romazão

(49) Casos em que não há evidência de plural antes de *-zinh* e *-zã* (cf. (33)).

a. pastel	pasteis	pastelzinhos/pastelzões
b. flor	flores	florzinhas/florzonas
c. jornal	jornais	jornalzinhos/jornalzões
d. avião	aviões	aviãozinhos/aviãozões

(50) Casos em que *-zinh* e *-zã* desencadeiam interpretação não-composicional (cf.(45)).

- a. cajuzinho (significando um tipo de doce)
- b. pedalzão (significando uma campanha de ciclismo)

Tomando por base a posição estrutural em que *-zinh* e *-zã* estão alojados nas estruturas em (47), os casos elencados acima parecem misteriosos. É preciso ressaltar, no entanto, que todos os dados relevantes incluem contextos morfofonológicos em que *-inh* e *-ã* não são possíveis. Mais especificamente, tratam-se de casos nos quais a presença da consoante /z/ é fonologicamente requerida pelo sistema da língua. Assim sendo, parece ser possível dizer que essa consoante está fazendo um papel duplo nas formações diminutivas e aumentativas do PB.

(51) O duplo papel da consoante /z/:

- (i) /z/ é parte dos morfemas *-zinh/-zã*, que são morfemas diferentes de *inh/-ã*: eles ocupam posições estruturais diferentes, apresentam comportamentos diferentes e geram interpretações diferentes.
- (ii) /z/ é uma consoante epentética requerida pelos padrões fonotáticos do sistema do PB.

Por um lado, as assimetrias de comportamento detectadas entre as formas *-inh/-zinh* e também entre os formadores *-ã/-zã* apontam para o fato de que estamos diante de elementos diferentes da língua, o que nos leva à proposta em (i). Por outro lado, os casos nos quais essas diferenças de comportamento são sublimadas nos levam à proposta em (ii), uma vez que tais casos são justamente os contextos nos quais *-inh/-zinh* e *-ã/-zã* não podem se alternar.

Na verdade, o fato de que a consoante /z/ é um dos recursos epentéticos do qual o PB se utiliza para satisfazer algumas exigências fonotáticas do sistema do PB é bastante reconhecido na literatura.

Nesse sentido, podemos detectar a presença da consoante /z/ para evitar, por exemplo, a formação de um hiato na juntura de morfemas ou, então, como recurso fonológico de preservação de estrutura da forma de base.

(52) -z como resultado de epêntese

a. café	*cafeal/ cafezal
b. mão	*mãoada/ mãozada
c. pá	*paada/pazada
d. forró	*forroeiro/ forrozeiro
e. capim	*capimal/ capinzal
f. cupim	*cupimeiro/ cupimzeiro

Dessa maneira, propomos que as formações trazidas em (48), (49) e (50) nada mais são do que resultado da anexação de *-inh* ou *-ã*, acrescidos de um /z/ epentético requerido por fatores estruturais do sistema do PB.

4.7 Breve observação sobre a realização do aumentativo em diferentes contextos de número e gênero

Foge do escopo desta tese articular uma teoria fonológica a respeito da realização do aumentativo em diferentes contextos de número gênero. Trata-se de uma questão que demanda olhar para as demais formas da língua, observando, em cada um dos casos, quais os ambientes no qual a mesma alternância pode ser verificada.

É importante ressaltar, no entanto, que não estamos assumindo a existência de Itens de Vocabulário diferenciados para o aumentativo, nem em diferentes contextos de gênero, nem em diferentes contextos de número. Nesse sentido, assumimos que a forma subjacente do aumentativo - é, provavelmente, representado por /oN/, sendo as suas variantes resultado de um processo regular no sistema fonológico do PB.

4.8 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, abordamos as propriedades das formações aumentativas construídas com *-ã* e também das formações aumentativas e diminutivas construídas com *-zinh* e *-zã*, respectivamente. Em linhas gerais, a estrutura sintática que propomos para o aumentativo apresenta dois núcleos de gênero: um que se anexa à raiz e outro que se anexa ao aumentativo. A distância entre a raiz e o núcleo GEN que segue o aumentativo dá conta do fato de que a realização fonológica da vogal final do aumentativo é completamente independente da raiz. Regras fonológicas amplamente discutidas e já bem estabelecidas na literatura são responsáveis por explicar a ausência de conteúdo fonológico do núcleo GEN que categoriza a raiz.

Nas formações aumentativas e diminutivas encabeçadas pela consoante *-z*, a presença de diferentes núcleos de gênero é ainda mais evidente, visto que as suas realizações fonológicas podem ser observadas na forma de *output*.

Nesse sentido, a análise proposta para tratar do aumentativo *-ã* e a análise proposta para tratar das formas encabeçadas por *-z* são similares: tais formas possuem, em sua estrutura sintática, um núcleo de gênero que é independente daquele que categoriza a raiz. No entanto, há diferenças de comportamento que acabam por separar de um lado o aumentativo *-ã* e, de outro, as formas *-zinh* e *-zã*. Propomos que tais diferenças são derivadas do fato de o primeiro

formador se anexar abaixo do núcleo de número, enquanto os dois últimos entram na estrutura depois que ela já possui um núcleo de número.

A derivação do significado: mapeando o domínio da interpretação não-composicional

5.1 Introdução

Neste capítulo discutimos os mecanismos de atribuição de significado à derivação sintática, mais especificamente, procurando abrir perspectivas que ajudem a depreender os limites estruturais capazes de licenciar a interpretação não-composicional no domínio da formação de palavras.

É importante lembrar que a interpretação idiossincrática e não-composicional de palavras derivadas é umas das motivações para se assumir, em Chomsky (1970) e em muitos trabalhos subsequentes, que a sua formação deveria ser atribuída ao léxico (lugar das idiossincrasias) e não à sintaxe propriamente dita, que, desse ponto de vista, deveria cuidar somente do que é considerado previsível e sistemático. Nesse sentido, qualquer teoria que tente reintegrar a formação de palavras à computação sintática, tal como a abordagem assumida nesta tese, precisa dar conta da questão da interpretação não-composicional.

Note que assumir uma teoria derivacional para a formação de palavras não significa abrir mão da ideia de que o significado não-composicional precisa ser, de alguma maneira, listado. A pergunta passa a ser, portanto, em que ponto da derivação sintática esse significado pode ser acessado. Dentro desse contexto, as abordagens sintáticas de formação de palavras têm focado em delimitar um domínio sintático bem definido dentro do qual a interpretação não-composicional poderia ser licenciada.

Em linhas gerais, estamos considerando que um sentido é composicional quando os significados das partes podem ser identificados no significado do todo. Em uma estrutura ramificada hipotética do tipo da que encontramos abaixo, para que o sentido seja composicional, cada nó sintático deve ser interpretado separadamente:

(1) Estrutura hipotética: composicionalidade vs. não-composicionalidade

Se o significado atribuído ao XP é função do significado atribuído a X^0 e a Y separadamente, dizemos que a semântica de XP é composicional. Se por outro lado, a interpretação de X^0 ou de Y não pode ser detectada na interpretação atribuída ao XP, dizemos que o significado é não-composicional.

Para efeitos da discussão desenvolvida neste capítulo, três propostas encontradas na literatura serão consideradas. A primeira delas ficou conhecida como a hipótese Marantz (2001, 2007)/Arad (2003) e consiste, basicamente, na assunção de que o primeiro núcleo categorizador (*n*, *v*, *a*, nos moldes da Morfologia Distribuída) deve ser identificado como o elemento definidor do domínio dentro do qual a negociação de significado não-composicional pode acontecer. A segunda das propostas que trazemos para a discussão, desenvolvida em Marantz (2013), consiste em uma teoria mais flexível de fase, na qual a não-composicionalidade pode ser admitida em um domínio sintaticamente mais alto do que o primeiro categorizador, desde que esse núcleo de categorização seja considerado semanticamente nulo. A terceira proposta abordada neste capítulo é desenvolvida em Borer (2013a, 2013b, 2014), que, a partir da observação de que a interpretação não-composicional pode ser associada a palavras complexas, propõe um domínio diferente e maior do aquele delimitado pelo primeiro elemento da categorização. Nessa abordagem, o domínio da interpretação não-composicional é delimitado pela estrutura funcional, mais especificamente, por segmentos de projeções estendidas, tais como T, Asp, D, etc.

O conjunto empírico de partida para as discussões desenvolvidas neste capítulo são exatamente as formações diminutivas com *-inh* e as formações aumentativas com *-ã*, que podem apresentar interpretação não-composicional. Tais formações serão, inevitavelmente, comparadas às suas respectivas contrapartes formadas por *-zinh* e *-zã*, nas quais a interpretação não-composicional deixa de ser uma possibilidade.

Dentro de uma visão localista de gramática, tal como a desenvolvida nesta tese, a atribuição de significado não-composicional deverá ser licenciada a partir de domínios bem definidos de material sintático. Dessa maneira, as posições sintáticas atribuídas a cada um dos formadores avaliativos nos capítulos anteriores deverão ser capazes de prever e de explicar as

possibilidades e impossibilidades de atribuição de significado não-composicional em cada um dos casos.

É preciso ressaltar que foge do escopo deste capítulo, construir uma teoria a respeito da não-composicionalidade na gramática, uma vez que o domínio empírico a que nos atemos é bastante restrito. Nesse sentido, os objetivos deste capítulo podem ser divididos em duas linhas:

- (i) Reavaliar as estruturas sintáticas propostas nos capítulos anteriores, no sentido de verificar o quão distante e o quão próximos os nós que interagem semanticamente estão uns dos outros.
- (ii) Contrapor o comportamento empírico dos dados não-composicionais de diminutivo e de aumentativo às teorias até então disponíveis na literatura.

A ideia central é, portanto, abrir novas perspectivas de análise na busca de um domínio sintático estruturalmente bem definido dentro do qual a interpretação não-composicional possa ser licenciada.

Para tanto, este capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 5.2, a relação entre os dados de diminutivo, aumentativo e a interpretação não-composicional é exposta com mais detalhes. Já na seção 5.3, apresentamos o estado da arte, no que diz respeito às propostas que buscam delimitar o domínio sintático dentro do qual a interpretação não-composicional é possivelmente licenciada. As teorias apresentadas serão confrontadas com os dados com o comportamento dos dados do PB, o que nos servirá de base para a proposta desenvolvida na seção 5.4. Por fim, a seção 5.5 encerra o capítulo, trazendo as considerações finais.

5.2 Diminutivos e Aumentativos não-composicionais do PB: fatos empíricos

Os diminutivos e aumentativos formados pelos marcadores *-inh* e *-ã* do PB, discutidos nos capítulos anteriores, podem desencadear a interpretação não-composicional das formações a que eles se anexam. Nesses casos, a formação diminutiva ou aumentativa é, na verdade, ambígua entre a interpretação composicional e não-composicional, tal como evidenciado pelos exemplos abaixo:

(2) (Não)Composicionalidade nas formas diminutivas e aumentativas

a. beijinho	interpretação composicional: beijo pequeno interpretação não-composicional: tipo de doce
b. camisinha	interpretação composicional: camisa pequena interpretação não-composicional: preservativo
c. sapatão	interpretação composicional: sapato grande interpretação não-composicional: lésbica
d. macacão	interpretação composicional: macaco grande interpretação não-composicional: tipo de vestimenta

O fato de que, nas formações acima, é o próprio diminutivo/aumentativo que desencadeia a interpretação não-composicional fica evidente quando se olha para a semântica da forma de base correspondente. Note, por exemplo, que *beijo* não pode ser interpretado como um tipo de doce, da mesma maneira que *camisa* não pode significar preservativo. O mesmo é verdadeiro para as formas aumentativas, na medida em que o significado não-composicional evidenciado nos exemplos acima não está disponível para a forma não-aumentativa correspondente.

É interessante ressaltar mais uma vez que as leituras não-composicionais apontam para uma assimetria que coloca de um lado as formas *-inh/-ã*, iniciadas por vogal, e, de outro, as formas *-zinh/-zã*, encabeçadas por consoante. Na verdade, a interpretação não-composicional não é uma possibilidade quando as formações diminutivas/aumentativas são construídas pelos formativos iniciados pela consoante /z/.

(3) Composicionalidade nas formas encabeçadas por consoante

a. beijozinho	interpretação composicional: beijo pequeno interpretação não-composicional: -----
b. camisazinha	interpretação composicional: camisa pequena interpretação não-composicional: -----
c. sapatozão	interpretação composicional: sapato grande interpretação não-composicional: -----
d. macacozão	interpretação composicional: macaco grande interpretação não-composicional: -----

A ambiguidade detectada nos dados em (2) simplesmente não existe quando o que está em jogo são as formações em (3). Esse mesmo fato ocorre quando o diminutivo ou aumentativo é construída através da formação analítica, ou seja, através de adjetivos como ‘pequeno’ ou ‘grande’, por exemplo.

(4) Composicionalidade nas formas analíticas

a. beijo pequeno	}	Forma analítica: composicional
b. camisa pequena		
c. sapato grande		
d. macaco grande		

No que diz respeito especificamente aos aumentativos, já observamos no capítulo anterior que a partir de uma base de gênero feminino, é possível formar tanto um aumentativo de gênero semelhante à base, quanto um aumentativo cujo gênero conflita com base, a saber, um aumentativo de gênero masculino. O ponto central a ser destacado nesse momento da discussão é que os aumentativos não-composicionais, ainda que relacionados a bases femininas, também resultam em formações de gênero masculino, como se pode ver abaixo:

(5) Não-composicionalidade em aumentativos masculinos relacionados a bases femininas

	Aumentativo	Composicional	Não-Composicional
a sala	o salão	sala grande	espaço para festas
a roupa	o roupão	roupa grande	traje usado para sair do banho
a caixa	o caixão	caixa grande	instrumento utilizado em enterros
a sacola	o sacolão	sacola grande	lugar que vende verduras
a palavra	o palavrão	palavra grande	palavra obscena

Tabela 17 – aumentativos não-composicionais.

Nesse sentido, se as formas aumentativas acima expostas forem construídas através de suas contrapartes de gênero feminino, teremos como resultado formações que, apesar de gramaticais, só podem ser interpretadas composicionalmente.

(6) Composicionalidade: aumentativo masculino vs. aumentativo feminino

a. salona	interpretação composicional: sala grande
	interpretação não-composicional: -----

b. roupona	interpretação composicional: roupa grande interpretação não-composicional: -----
c. caixona	interpretação composicional: caixa grande interpretação não-composicional: -----
d. sacolona	interpretação composicional: sacola grande interpretação não-composicional: -----
e. palavrona	interpretação composicional: palavra grande interpretação não-composicional:-----

Ao comparamos os dados em (5) e (6), podemos perceber que a interpretação não-composicional possível em (5) está, no entanto, ausente em (6). Assim, uma *palavrona* não pode significar uma ‘palavra obscena’, do mesmo modo que uma ‘*sacolona*’ não pode ser interpretada como um lugar que vende frutas e verduras e assim sucessivamente com todos os dados elencados acima.

Da mesma maneira, as formações aumentativas femininas construídas com o formador encabeçado por -z, tal como em *salazona*, *roupazona*, *caixazona*, *sacolazona* e *palavrazona*, por exemplo, não possibilitam interpretação não composicional. Esse fato corrobora a observação, explicitada através dos dados em (3), de que o formador avaliativo encabeçado por consoante não é capaz de desencadear a não-composicionalidade da interpretação.

Outra importante propriedade a ser notada nos diminutivos e aumentativos não-composicionais é que eles podem ser formados a partir de formas derivadas. Isso pode ser evidenciado nos dados abaixo, em que um sufixo intervém entre o formador de diminutivo ou de aumentativo e a raiz.

(7) Diminutivos não-composicionais com um “interventor”

a. puxadinho	‘extensão ilegal que se faz em uma construção’
b. pegadinha	‘brincadeira’
c. dobradinha	‘tipo de prato culinário’
d. chuveirinho	‘jogada do futebol em que se lança a bola na área’
e. chaveirinho	‘pessoa pequena’ ou ‘mulher bonita’

(8) Aumentativos não-composicionais com um “interventor”

a. batidão	‘estilo de música’
b. cinturão	‘prêmio pra o vencedor de um campeonato de boxe’
c. mensalão	‘esquema de corrupção’
d. brasileiro	‘campeonato brasileiro de futebol’
e. mineirão	‘estádio em Minas Gerais’

Nas formações acima, é exatamente o diminutivo em (7) e o aumentativo em (8) que desencadeia a interpretação não composicional da formação. Uma evidência disso é o fato de que tal interpretação não está disponível nas formas correspondentes em que o formador de diminutivo ou de aumentativo está ausente.

Ainda é preciso ressaltar que em todas as formações não-composicionais identificadas nesta seção, o marcador de grau, seja de diminutivo, seja de aumentativo, não está sendo computado para efeitos semânticos, no sentido de que não é possível efetivamente apontar a contribuição desses formativos para a interpretação.

5.3 O estado da arte: propostas para derivar o significado

Nesta seção, apresentamos algumas propostas desenvolvidas na literatura para dar conta da computação do significado atribuído às estruturas sintáticas. Mais especificamente, as propostas que abordamos procuram delimitar os domínios estruturais nos quais a interpretação não-composicional pode ser licenciada. Comum a todas elas é a ideia de que esse domínio é definido através de relações de localidade, o que faz o licenciamento da interpretação não composicional ser dependente da estrutura gerada pela sintaxe. Nessa linha de raciocínio, três propostas são colocadas em discussão: (i) a hipótese de Marantz (2001, 2007) e Arad (2003); (ii) a noção de alossemia desenvolvida em Marantz (2013) e (iii) a proposta de Borer (2013, 2014).

Dentro do modelo da Morfologia Distribuída, Marantz (2001, 2007) e Arad (2003) propõem que o primeiro núcleo categorizador deve ser tomado como a fronteira que separa a interpretação composicional da interpretação não-composicional. Mais especificamente, os categorizadores são considerados núcleos de fase que desencadeiam a operação de *spellout*. O material que se encontra abaixo do primeiro núcleo de fase negocia o significado com a raiz e tal significado deve ser preservado ao longo da derivação.

Essa hipótese tem encontrado muitos contraexemplos nas mais variadas línguas (cf. ANAGNOSTOPOULOU & SAMIOTI 2012, que discutem participios adjetivais no grego; BORER, 2013a, com os construtos N-N do Hebraico e LEMLE, 2013, com as formas derivadas no próprio PB), apontando para o fato de que o primeiro núcleo categorizador constitui um domínio demasiadamente restrito, uma vez que a interpretação não-

composicional pode ser desencadeada por material que está acima do domínio interno ao primeiro categorizador.

Explorando alguns dos contraexemplos levantados pela literatura, Marantz (2013) mantém a ideia de que a fronteira que restringe a interpretação não-composicional é a fase. No entanto, equiparando os ramos de LF e PF, o autor desenvolve uma proposta em que a possibilidade de interpretação não-composicional é restrita aos mesmos contextos nos quais a alomorfia contextual é licenciada. A ideia é que dois nós podem interagir para efeitos de interpretação exatamente nos mesmos contextos estruturais em que eles podem interagir fonologicamente. Para tanto, o autor se baseia em Embick (2010), cuja proposta para definir o domínio que restringe a interação alomórfica é centrada na relação de adjacência. Isso significa que, para que dois nós sintáticos interajam – seja do ponto de vista semântico, seja do ponto de vista fonológico –, eles precisariam estar adjacentes um ao outro. Uma vez que nós estamos no domínio da interpretação, essa adjacência precisa ser semântica. Assim, um interventor que não bloqueia a interpretação não-composicional é considerado semanticamente nulo. O primeiro núcleo de fase deixa, então, de ser o único domínio para a interpretação não-composicional.

Finalmente, Borer (2013a, 2013b, 2014), desenvolve a ideia de que a representação sintática e o sentido são mediados por um mecanismo de uma busca enciclopédica (*encyclopedia search*), que associa domínios bem definidos de estrutura a seus respectivos conteúdos. Diferentemente das abordagens anteriores, o sistema proposto pela autora dispensa núcleos categorizadores especializados e, portanto, eles não podem ser tomados como elementos que definem qualquer domínio estruturalmente relevante. Na perspectiva de Borer (2013a, 2013b, 2014), o sentido não-composicional é exatamente o *output* de uma busca enciclopédica única, que, à priori, poderia corresponder tanto a palavras simples do tipo *cat*, bem como a estruturas mais complexas, do tipo *transformation*, por exemplo.

5.3.1 A hipótese de Marantz (2001, 2007)/Arad (2013)

Baseado em Chomsky (2001), Marantz (2001) propõe que núcleos de fase podem ser identificados no domínio da formação de palavras. A concatenação de um núcleo de fase desencadeia a transferência de um bloco da estrutura sintática para as interfaces, tanto fonológica, como conceitual. Consequentemente, o material transferido fica inacessível para

operações posteriores. Na implementação da proposta, Marantz (2001) sugere que a fase dentro da palavra é delimitada pelos núcleos categorizadores especializados, tal como *n*, *a* e *v*, por exemplo.

Com a noção de fases, Marantz (2001, 2007) propõe uma diferenciação entre a anexação direta à raiz e a concatenação a estruturas já categorizadas. O material dentro da primeira fase compõe o chamado de domínio interno da derivação, enquanto o material fora dela compõe o chamado de domínio externo da derivação.

(9) Domínio interno vs. domínio externo

Na estrutura acima, *x* e *y* são categorizadores, ou seja, núcleos de fase. A área sombreada, que constitui o domínio interno, foi considerada como um domínio especial, no sentido de ser o lugar no qual o sentido idiomático poderia ser derivado. Nesse sentido, com a concatenação do categorizador à estrutura sintática, o material que está no seu complemento é enviado para ser interpretado pelas interfaces. Uma vez que o significado tenha sido negociado no domínio interno, os elementos que fazem parte do domínio externo só poderiam contribuir composicionalmente para o significado atribuído à estrutura. Essa hipótese é mais amplamente explorada em Arad (2003), originando o que ficou conhecido na literatura como a hipótese Marantz/Arad.

(10) A hipótese Marantz/ Arad

“Restrições de localidade na interpretação das raízes: uma interpretação é atribuída às raízes no ambiente do primeiro núcleo categorizador com o qual elas se concatenam. Uma vez atribuída a interpretação, ela é preservada ao longo da derivação”
(ARAD, 2003, p.747 – tradução nossa)¹

¹ Na versão original: “roots are assigned an interpretation in the environment of the first category-assigning head with which they are merged. Once this interpretation is assigned, it is carried along throughout the derivation.” (Arad, 2003: 747)

Em linhas gerais, a hipótese Marantz/Arad estabelece que o domínio da interpretação idiomática é estabelecido pelo primeiro núcleo categorizador presente na estrutura. Toda a derivação sintática subsequente deve conter o sentido estabelecido no domínio interno a este núcleo². Tal hipótese se justifica através da assunção de que o categorizador é um núcleo de fase que desencadeia o *spell-out* do seu complemento. O material que sofre *spell-out* tem sua interpretação fonológica e conceitual fixada e todos os ciclos subsequentes preservam essa interpretação.

A ideia de que a interpretação não-composicional está restrita ao domínio interno ao primeiro núcleo categorizado tem sido desafiada pela literatura através de dados de uma variedade de línguas. Alguns dos contraexemplos trazidos pela literatura são explorados em Marantz (2013) e a proposta resultante está, brevemente, descrita na próxima subseção.

5.3.2 Marantz (2013): uma teoria de alossemia contextual

A ideia central desenvolvida em Marantz (2013) é a de que há, no caminho para a interface semântica, uma noção equivalente ao que se conhece como alomorfia contextual, no caminho para PF.

A alomorfia contextual se dá quando formas competidoras realizam o mesmo conjunto de traços de um nó sintático, sendo que a escolha entre elas é determinada exclusivamente pelo contexto de inserção. Do ponto de vista semântico, isso é equivalente a dizer que múltiplos significados competem para serem realizados em um determinado nó sintático (a raiz, por exemplo), sendo que a interpretação vencedora deverá ser escolhida com base no contexto sintático local que envolve o nó relevante. O autor se refere a essa competição de significados como alossemia contextual.

Para perseguir tal ideia, uma teoria de alossemia se faz necessária. Explorando a hipótese de que as restrições impostas à alomorfia contextual e as restrições impostas à alossemia contextual são as mesmas, o autor adota o sistema proposto por Embick (2010), que

² Cf. De Belder, Faust & Lampitelli (2009) para uma abordagem da (não)composicionalidade em formações diminutivas desenvolvida no escopo da hipótese de Marantz (2001, 2007)/Arad (2003). Mais especificamente, De Belder, Faust & Lampitelli (2009) propõem que, translinguisticamente, os diminutivos podem ocupar duas posições sintáticas diferentes. Uma delas está colocada entre o categorizador nominal e a projeção de número, enquanto a segunda delas está situada mais abaixo na estrutura sintática, a saber, diretamente concatenada à raiz. Segundo os autores, os diminutivos não-composicionais são derivados na posição mais baixa, enquanto os diminutivos composicionais ocupam a posição mais alta.

investiga, exclusivamente no ramo de PF, as relações locais responsáveis por licenciar interações alomórficas.

Mais especificamente, Embick (2010) argumenta que a alomorfia deve ser computada através de domínios locais. Na definição desse domínio de localidade, o autor propõe que adjacência é a relação responsável por licenciar as interações alomórficas. No entanto, é preciso lembrar que o sistema do autor se desenvolve dentro de um modelo teórico que segue a seguinte hipótese de categorização:

- (11) Hipótese de categorização:** “as raízes não podem aparecer sem serem categorizadas; as raízes são categorizadas através da sua combinação com um núcleo funcional definidor de categoria” (EMBICK & NOYER, 2007, p.296 – tradução nossa³)

Sendo assim, a noção de adjacência não é suficiente para dar conta de casos conhecidos, como a formação de passado no inglês, por exemplo, dada a intervenção dos núcleos categorizadores exigidos pela hipótese acima delineada.

(12) Interação alomórfica na formação de passado do inglês

(EMBICK, 2010, p. 14)

Note que, na estrutura em (12) acima, a raiz e o nó de tempo não estão exatamente adjacentes um ao outro, uma vez que há a intervenção de um núcleo categorizador entre eles. Esse núcleo é exigido pela hipótese de categorização apresentada acima. No entanto, é sabido que a realização fonológica do núcleo T pode ser condicionada pelo nó que abriga a raiz: T se realizará como um vazio fonológico no contexto das raízes √HIT e √CUT, por exemplo; T se realizará como *-t* no contexto da raiz √BEND e essas realizações contrastam com a realização *default* para T, nomeadamente, *-ed*.

Diante de fatos como esse, Embick (2010) propõe que vazios fonológicos são invisíveis para o cálculo da relação de adjacência. Assim, na estrutura em (12), o

³ CATEGORIZATION ASSUMPTION: Roots cannot appear without being categorized; Roots are categorized by combining with category-defining functional heads. (EMBICK & NOYER, 2007:296)

categorizador v , por ser fonologicamente vazio, não bloqueia a adjacência entre a raiz e o núcleo T, o que possibilita a interação alomórfica entre eles.

Além disso, o autor ainda identifica uma assimetria entre núcleos de fase e núcleos que não constituem fase no cálculo do domínio em que a alomorfia é licenciada. Essa assimetria está esquematizada na representação abaixo, em que x e y são categorizadores, enquanto Z não o é.

(13) Assimetria entre núcleo cíclicos e núcleos não-cíclicos

a. ... α] x] Z]

Generalização: Z não-cíclico pode apresentar alomorfia contextual determinada por α , desde que x não seja realizado.

b. ... α] x] y]

Generalização: y cíclico não pode apresentar alomorfia contextual determinada por α , mesmo que x não seja realizado.

(Embick, 2010, p.16 – tradução nossa⁴)

Segundo (13a), se x é fonologicamente vazio, então a forma de Z pode ser determinada por α , uma vez que Z não é um núcleo de fase. Esse é exatamente o contexto que se tem na alomorfia do núcleo T em (12). Por outro lado, segundo (13b), não há possibilidade de interação entre α e y , independentemente do estatuto fonológico de x , precisamente nos casos em que y é um núcleo de fase.

O sistema proposto em Marantz (2013) para lidar com o que ele chama de alossemia contextual é consideravelmente paralelo ao sistema desenvolvido em Embick (2010), que foi brevemente apresentado acima. Nesse sentido, em Marantz (2013), para que dois elementos possam influenciar a interpretação um do outro, eles devem estabelecer entre si uma relação local de adjacência. Nesse contexto, a adjacência relevante é semântica. Para que a adjacência semântica entre dois nós seja mantida, apesar da presença um interventor, o elemento interventor precisa ser semanticamente nulo. Em outras palavras, o elemento que intervém precisa ser irrelevante para a interpretação.

⁴ **a.** ... α] x] Z]

Generalization: Noncyclic Z may show contextual allomorphy determined by α , as long as x is not overt.

b. ... α] x] y]

Generalization: Cyclic y may not show contextual allomorphy determined by α , even if x is not overt.

(Embick, 2010, p:16)

Dessa maneira, o primeiro núcleo de fase não é o único domínio possível para a interpretação não-composicional, uma vez que tal núcleo pode ser fonologicamente realizado, mas semanticamente nulo, não contando como um interventor efetivo.

Além disso, Marantz (2013) também adota a assimetria entre núcleos cíclicos e núcleos não-cíclicos proposta em (13). De maneira concreta, isso significa que configurações estruturais como a apresentada em (12) também podem desencadear alossemia contextual, desde que (i) o núcleo interventor seja semanticamente nulo e (ii) o núcleo mais alto – representado por T em (12) – não seja um núcleo de fase. Vejamos a estrutura hipotética abaixo, a título de exemplo, sendo *x* e *y* núcleos de fase e sendo Z um núcleo que não constitui fase:

(14) Estruturas hipotéticas: núcleos cíclicos vs. núcleos acíclicos

Para que raiz e Z estejam semanticamente adjacentes na estrutura em (14a) é preciso que *x* seja semanticamente nulo, não sendo, então, computado como interventor entre os núcleos relevantes. Se assim for, segundo o sistema proposto em Marantz (2013), é possível que Z condicione a semântica da raiz em (14a), uma vez que Z é um núcleo não-cíclico. Por outro lado, dada a natureza cíclica do núcleo *y* na estrutura em (14b), ainda que *x* seja semanticamente nulo, a interação entre raiz e *y* não é possível, uma vez que eles nunca estarão semanticamente adjacentes.

5.3.3 Borer (2013a, 2013b, 2014): estruturando o significado

Borer (2013a, 2013b, 2014) compartilha com as propostas anteriormente apresentadas a intuição de que o sentido, ou Conteúdo, como a autora prefere chamar, deve ser calculado localmente e, dessa maneira, precisa ser definido através de domínios sintáticos bem delimitados. No entanto, diferentemente das propostas de Marantz (2001, 2007, 2013) e de Arad (2003), o domínio que licencia a interpretação não-composicional no sistema desenvolvido em Borer (2013a, 2013b, 2014) não é definido pelos formadores derivacionais

que são, de maneira geral, exatamente os elementos que ocupam posições de categorização no modelo da Morfologia Distribuída, por exemplo. Na verdade, a barreira para a interpretação não composicional no sistema desenvolvido pela autora é o segmento mais baixo de uma projeção estendida⁵. A proposta da autora se desenvolve dentro do modelo Exoesqueletal (XS), que se caracteriza pela ideia central de que todas as propriedades gramaticais são computadas com base na estrutura sintática (cf. BORER 2003, 2005a, 2005b, 2013). Esse modelo compartilha com a MD a rejeição da ideia de um léxico gerativo capaz de formar estruturas e, nesse sentido, também no modelo XS, o sistema computacional, ou seja, a sintaxe propriamente dita, é responsável pela formação de palavras, sintagmas ou mesmo de sentenças.

É interessante lembrar que o modelo XS traz como primitivos da derivação sintática raízes e funtores. As raízes são objetos desprovidos de quaisquer propriedades formais, enquanto os funtores, por sua vez, nomeiam funções sintáticas ou semânticas que se mantêm constantes a cada uma de suas instanciações.

Mais especificamente, os funtores se dividem em duas diferentes categorias: os funtores Categoriasais (*C-functors*) e os funtores Semânticos (*S-functors*). Os primeiros dividem o espaço categorial, no sentido de que eles projetam um nó lexical, ao mesmo tempo que definem a categoria de seu complemento. De maneira concreta, o sufixo *-ation* do inglês, por exemplo, é um formador de nomes que toma como base uma forma verbal. Nesse sentido, dentro do sistema XS, *-ation* é, na verdade, um *C-functor* que projeta um nome e que define o seu próprio complemento como algo equivalente a um verbo.

Os chamados *S-functors*, por sua vez, estão envolvidos no processo de valoração dos nós funcionais, que estão tipicamente ligados às projeções funcionais. Nesse sentido, D, por exemplo, é um nó semanticamente valorado (pelo *S-functor* THE do inglês) na projeção estendida dos nomes, enquanto T é um nó semanticamente valorado (pelo *S-functor* PASSADO, por exemplo) na projeção estendida do verbo. Os segmentos da projeção estendida definem, coletivamente, a categoria de seu complemento. Assim, um elemento no domínio de c-comando de um nó D é categorialmente equivalente a um nome, no mesmo sentido em que um elemento no domínio de c-comando de um núcleo T é categorialmente equivalente a um verbo.

⁵ A projeção estendida (cf. GRIMSHAW, 1991) é uma unidade que consiste de um núcleo lexical e de toda projeção funcional erguida sobre essa projeção lexical.

No modelo XS, o componente responsável pela atribuição de significado é chamado de Enciclopédia. Mais especificamente, a Enciclopédia faz buscas nas representações sintáticas e o conteúdo não-composicional emerge como resultado de uma única busca enciclopédica que engloba mais de um nó sintático, mas não atribui a cada um deles significado independente. A implementação do sistema conta com dois pontos centrais identificados abaixo:

- (i) A atribuição de conteúdo é opcional, o que significa ser possível que uma busca enciclopédica não retorne significado algum, sem que isso comprometa a derivação;
- (ii) Segmentos de projeção estendida são barreiras para as buscas enciclopédicas e, nesse sentido, quando eles entram na derivação, as sequências que não receberam conteúdo algum não poderão ser recuperadas.

Para visualizar a articulação do sistema de atribuição de significado desenvolvido em Borer (2013a, 2013b, 2014), vamos ilustrar o funcionamento da proposta através da discussão dos dados do inglês abaixo sistematizados:

(15) Buscas enciclopédicas e atribuição de conteúdo no modelo Exoesqueletal

Base	Conteúdo	Forma Derivada	Conteúdo
a. sturd, flim	Sem conteúdo listado	sturdy, flimsy	STURDY, FLIMSY
b. bulge, boss	BULGE, BOSS	bulgy, bossy	Sem conteúdo listado
c. blood, flake	BLOOD, FLAKE	bloody, flakey	BLOODY, FLAKEY

Tabela 18 – buscas enciclopédicas no modelo Exoesqueletal

(Adaptado de Borer, 2014, p. 86)

Utilizando os termos do modelo XS, podemos dizer que o formativo *-(s)y* é um *C-functor* que projeta um adjetivo e que define o seu complemento como um nome. Assim sendo, as bases na primeira coluna, apesar de coincidirem com as raízes correspondentes, são equivalentes a nomes, quando se encontram no domínio do *C-functor* em questão.

Nessa linha de raciocínio, em (15a) a busca enciclopédica que tem como alvo a forma de base não retorna conteúdo algum, uma vez que as formações *sturd* e *flim* não podem ser pareadas com qualquer conteúdo listado no inglês. Por outro lado, as formas correspondentes

derivadas, ou seja, as formações *sturdy* ‘resistente’ e *flimsy* ‘inconsistente’, quando alvo de uma busca enciclopédica, são pareadas com sucesso com um conteúdo enciclopédico listado. É importante ressaltar que a interpretação resultante dessa busca enciclopédica não pode ser composicional, uma vez que, como vimos há pouco, a base não retorna conteúdo independente. A emergência da interpretação não-composicional é explicada pelo fato de que o significado é computado com base em uma busca enciclopédica que retorna significado para o todo da forma derivada e não para as partes que as constituem.

Um exemplo oposto a esse pode ser encontrado em (15b). Nesse caso, a busca enciclopédica que tem como alvo a forma de base *bulge* ‘protuberância’ ou *boss* ‘chefe’ pode ser pareada com conteúdo enciclopédico, enquanto as formas derivadas correspondentes não podem fazê-lo. Crucialmente, o fato de as formas derivadas não possuírem conteúdo não impede a derivação sintática de prosseguir. Como resultado da atribuição de significado ocorrida na busca enciclopédica que tem como alvo a base, qualquer conteúdo que vier a emergir da forma derivada deverá ser obrigatoriamente composto pelo conteúdo listado da base somado à contribuição do sufixo qualquer que ela seja.

Por fim, os casos em (15c) são mais complexos, uma vez que a base - categorialmente equivalente a um nome quando no domínio de formativo *-(s)y* - e a forma derivada correspondente podem ser ambas pareadas com conteúdo enciclopédico listado. Conforme enfatizado pela autora, as formas derivadas são ambíguas entre o sentido composicional e o sentido não-composicional. Dessa maneira, a formação derivada *bloody* pode ser composicionalmente interpretada como ‘sangrento’ ou pode ser pareada com a significação de ‘maldito, infame’, em sua interpretação não-composicional. Da mesma forma, *flakey* pode ser interpretado composicionalmente – significando em ‘flocos’ – ou não-composicionalmente – significando ‘impertinente, petulante’.

A interpretação composicional é derivada da seguinte maneira: a busca enciclopédica que tem a base como alvo é pareada com conteúdo listado e, conseqüentemente, esse sentido é carregado ao longo de toda a derivação. No que diz respeito ao sentido não-composicional, uma vez que o conteúdo é opcional, é possível que nenhum conteúdo seja atribuído às bases propriamente ditas, mas sim à forma derivada como um todo na próxima busca enciclopédica.

Em linhas gerais, no sistema proposto pela autora, a atribuição de significado é dependente da estrutura sintática e se dá através de um mecanismo de busca enciclopédica, cujo alvo são domínios sintáticos localmente definidos. A atribuição de conteúdo é opcional;

no entanto, uma vez atribuído, o significado deve ser carregado ao longo da derivação. Por fim, estruturas que não são pareadas com conteúdo não poderão ser resgatas, uma vez que nós funcionais de projeções estendidas entrarem na computação sintática.

5.4 Os dados não-composicionais de diminutivo e aumentativo do PB: uma perspectiva de análise

Nesta seção nós reavaliamos as estruturas sintáticas propostas nos capítulos anteriores, no sentido de abrir perspectivas que ajudem a definir domínios estruturais dentro do qual a interpretação não-composicional pode ser licenciada. A estratégia empregada é, então, a partir das estruturas propostas, verificar o quão local e o quão distante os núcleos que interagem semanticamente podem estar uns dos outros.

5.4.1 O diminutivo *-inh*: estrutura e composicionalidade

A primeira estrutura a ser revisitada foi proposta no capítulo 3 e diz respeito à estrutura morfosintática dos diminutivos construídos com *-inh*. Por comodidade, a estrutura relevante foi repetida abaixo:

(16) A estrutura do diminutivo *-inh*

Se o núcleo DIM é capaz de desencadear interpretação não-composicional, tal como os dados do PB apontam, é preciso discutir o estatuto do núcleo GEN, que intervém entre o diminutivo e a raiz. Dentro da perspectiva da Morfologia Distribuída, em que raízes precisam se concatenar a núcleos categorizadores (do tipo *n*, por exemplo), o diminutivo teria que estar acima do primeiro categorizador. Isso porque há diagnósticos que apontam para o fato de que DIM e raiz não estão diretamente concatenados um ao outro (cf. capítulo 3). Alguns dos diagnósticos mais relevantes estão elencados abaixo:

- (i) É possível formar diminutivos a partir de estruturas derivadas, mas não é possível formar estruturas derivadas a partir de diminutivos.
- (ii) Os diagnósticos fonológicos apontam para o fato de que o diminutivo não é capaz de interagir com a fonologia da raiz. Nesse sentido, o diminutivo não causa qualquer alteração na fonologia da raiz, mesmo em casos nos quais tais alterações fonológicas raiz seriam esperadas.
- (iii) Existe uma relação entre o processo de diminutivização e a formação de nomes, o que não pode ser capturado em uma estrutura na qual o diminutivo é estruturalmente adjacente à raiz.

Nesse sentido, dada a Hipótese de Categorização vigente no modelo da Morfologia Distribuída, mesmo que n seja fonologicamente nulo, ele precisaria ser postulado na estrutura, sendo que a posição do diminutivo precisaria estar acima do categorizador. Nessas condições, o domínio abaixo do primeiro categorizador já se mostra insuficiente para dar conta da não-composicionalidade diminutivos do PB, contra a hipótese de Marantz (2001, 2007)/Arad (2003).

Na verdade, a interação entre os formadores de diminutivo e a morfologia derivacional em dados não-composicionais deixa claro que o limite sintático da não-composicionalidade estabelecido na hipótese de Marantz (2001, 2007)/Arad (2003) é demasiadamente restrito. Conforme apontamos na seção de descrição, é possível que o diminutivo, mesmo anexado a formas já categorizadas, seja responsável por desencadear uma interpretação não-composicional da formação. Para facilitar a leitura, os dados relevantes estão repetidos abaixo:

(17) Diminutivos não-composicionais com um “interventor” (repetido de (7))

a. puxadinho	‘extensão ilegal que se faz em uma construção’
b. pegadinha	‘brincadeira’
c. dobradinha	‘tipo de prato culinário’
d. chuveirinho	‘jogada do futebol em que se lança a bola na área’
e. brasileirinho	‘canção emblemática composta por Waldir Azevedo’

A possibilidade de que os dados acima sejam não-composicionalmente interpretados é inesperada, se, tal como proposto em Marantz (2001,2007)/Arad (2003), a não-composicionalidade fosse restringida pelo primeiro elemento categorizador da estrutura.

Por outro lado, dentro da perspectiva de desenvolvida em Marantz (2013), o licenciamento da interpretação não-composicional está mais propriamente vinculado à noção de adjacência semântica. De maneira geral, para que dois nós sintáticos interajam do ponto de vista semântico, é preciso que não haja qualquer interventor entre eles. A presença de material fonológico é tolerada, desde que tal material seja semanticamente nulo. Sendo assim, uma possibilidade de análise para a estrutura em (16) é justamente dizer que o núcleo GEN que intervém entre diminutivo e raiz é semanticamente desprezado na computação do significado. Em outras palavras, isso significa que ele não é capaz de efetivamente desfazer a localidade semântica entre diminutivo e raiz, por ser semanticamente nulo. No entanto, a definição do que significa ser semanticamente nulo não parece, ser muito fácil de se estabelecer. A comparação feita por Marantz (2013) é entre ser fonologicamente nulo (no domínio de PF) e ser semanticamente nulo (no domínio de LF). A ausência de material fonológico é consideravelmente mais fácil de ser depreendida do que a ausência de material semântico. Para que a interpretação não composicional dos dados em (17) pudesse ser derivada através proposta de Marantz (2013), seria necessário dizer que todo material que intervém entre o diminutivo e a raiz é invariavelmente nulo do ponto de vista semântico. Em alguns casos, no entanto, essa posição não parece tão simples de sustentar.

No sistema desenvolvido por Borer (2013a, 2013b, 2014), em que a atribuição de conteúdo é opcional, os segmentos que projetam estrutura funcional são tomados como a barreira que delimita a possibilidade de atribuição de interpretação. Em outras palavras, uma vez que um segmento de projeção estendida entra na estrutura sintática, elementos que não receberam significado, não poderão mais fazê-lo. Nessa perspectiva, a presença de um núcleo de gênero – que é parte da projeção estendida do nome e que projeta estrutura funcional – intervindo entre diminutivo e raiz, tal como proposto em (16), é, de certa maneira inesperada. Isso porque o domínio da interpretação não-composicional deveria ser limitado pela presença do primeiro núcleo que projeta estrutura funcional.

Um importante aspecto da sintaxe do formador *-inh* no PB é o fato de ele não projetar, no sentido de que o diminutivo é incapaz de determinar as propriedades formais das estruturas de que ele participa. Na estrutura em (16), portanto, o rótulo que resulta da anexação do

diminutivo é GEN e não DIM propriamente dito. A conclusão é que DIM integra a projeção de gênero.

Nesse sentido, a partir da proposta, desenvolvida em Borer (2013a, 2013b, 2014), de que segmentos que projetam estrutura funcional constituem barreira para a atribuição do significado, propomos que um elemento que integre essa primeira projeção seja capaz de desencadear leitura não-composicional, tal como é o caso de DIM em (16).

5.4.2 As formações encabeçadas por /z/: estrutura e composicionalidade

Se retomarmos, por outro lado, a estrutura sintática proposta para tratar das formações diminutivas e aumentativas formadas com o marcador encabeçado pela consoante /z/, identificaremos uma maior quantidade de material sintático intervindo entre o diminutivo/aumentativo e a raiz. A estrutura proposta para as construções com *-zinh* pode ser vista abaixo:

(18) A estrutura do diminutivo *-zinh*

Dentro da perspectiva localista de que a interpretação não-composicional é delimitada por domínios sintáticos, o contraste de comportamento em que *-inh*, mas não *-zinh*, é capaz de desencadear interpretação não-composicional (cf. (2a-b) e (3a-b)), é previsível dada a maior quantidade de material sintático que intervém entre o diminutivo e a raiz nas derivações com o formador *-zinh*.

Dessa mesma maneira, no que diz respeito às formações aumentativas construídas com *-zã*, é também previsível que a interpretação não-composicional seja excluída, uma vez que a estrutura desse formador é semelhante à estrutura da sua contraparte diminutiva encabeçada por consoante, tal como representado a seguir:

(19) Estrutura do aumentativo com -zã

Mais uma vez, a quantidade de material sintático intervindo entre o núcleo AUG e a raiz, impede que uma interpretação do tipo não-composicional seja ativada quando o formador de aumentativo encabeçado por consoante entra na estrutura.

5.4.3 O aumentativo -ã: estrutura e composicionalidade

A interação entre o formador de aumentativo -ã e os afixos derivacionais parece apontar para o fato de que o domínio interno estabelecido na hipótese Marantz (2001, 2007)/Arad é demasiadamente restrito para dar conta das formações não-composicionais. Nesse sentido, tal como era o caso dos diminutivos, é possível que um marcador de aumentativo anexado à uma forma já derivada desencadeie interpretação não-composicional, tal como se pode ver abaixo:

(20) Aumentativos não-composicionais com um “interventor” (repetido de (8))

a. batidão	‘estilo de música’
b. cinturão	‘prêmio pra o vencedor de um campeonato de boxe’
c. mensalão	‘esquema de corrupção’
d. brasileiro	‘campeonato brasileiro de futebol’
e. mineirão	‘estádio em Minas Gerais’

A possibilidade de que os dados acima sejam não-composicionalmente interpretados é inesperada, se, tal como proposto em Marantz (2001,2007)/Arad (2003), a não-composicionalidade fosse restringida pelo primeiro elemento categorizador da estrutura. Os dados parecem, portanto, apontar para o fato de que é preciso ampliar o domínio da não-composicionalidade.

Na hipótese desenvolvida em Marantz, (2013), esse domínio pode ser ampliado, desde que os elementos que intervêm entre os nós que interagem semanticamente sejam considerados nulos para a interpretação. Note, no entanto, que é difícil dizer que *-eiro* em *brasileirão*, por exemplo, não esteja sendo semanticamente computado, uma vez que a interpretação do todo traz em si a interpretação de ‘brasileiro’: *brasileirão* é, na verdade, um campeonato esportivo em que os times competidores são necessariamente brasileiros. Se a computação do significado de ‘brasileiro’ está presente na formação, então, o material anexado acima dele precisa ser composicionalmente interpretado, o que não é o caso do aumentativo a ele relacionado em (20d), por exemplo.

A estrutura sintática proposta, no capítulo anterior, para dar conta dos dados construídos com *-ã* é, de certa maneira, semelhante àquela proposta para derivar os dados com *-zinh* e *-zã*. Em linhas gerais, a ideia é que a derivação sintática das formações aumentativas construídas com *-ã* envolve a concatenação de duas projeções de gênero, uma que se concatena diretamente à raiz e outra que se concatena ao formador de aumentativo (cf. capítulo 4).

Um ponto de destaque na discussão das formações aumentativas em *-ã* foi justamente a possibilidade de não haver concordância entre os dois núcleos de gênero que compõem a estrutura. Tal fato fica evidente nas construções em que a forma não-diminutiva apresenta gênero feminino, enquanto o aumentativo correspondente apresenta gênero masculino. Os dados relevantes estão reapresentados abaixo:

(21) Ausência de concordância entre o gênero da base e o gênero do diminutivo

a. uma tigela	um tigelão
b. uma unha	um unhão
c. uma noite	um noitão
d. uma febre	um febrão

Interessantemente, a forma aumentativa masculina não é única possibilidade para os dados em (21), o que fica evidente, por exemplo, na comparação com (22).

(22) Concordância entre o gênero da base e o gênero do diminutivo

a. uma tigela	uma tigelona
b. uma unha	uma unhona
c. uma noite	uma noitona
d. uma febre	uma febrona

Quando o que está em jogo são as formações não-composicionais, há uma importante diferença entre os aumentativos masculinos e femininos formados a partir de bases femininas: somente os primeiros são capazes de desencadear interpretação não-composicional. Na prática, dados do tipo de (21), mas não do tipo de (22) poderiam ser não-composicionalmente interpretados. Tal fato fica evidente na comparação entre os dados em (23) e (24)

(23) Gênero nos aumentativos não-composicionais (repetido de (4)):

	Aumentativo	Composicional	Não-Composicional
a sala	o salão	sala grande	espaço para festas
a roupa	o roupão	roupa grande	traje usado para sair do banho
a caixa	o caixão	caixa grande	instrumento utilizado em enterros
a sacola	o sacolão	sacola grande	lugar que vende verduras
a palavra	o palavrão	palavra grande	palavra obscena

Tabela 19 – aumentativos não-composicionais (repetida de tabela 17)

Os aumentativos em (23) são ambíguos entre a interpretação composicional e a interpretação não-composicional. Por outro lado, as suas respectivas contrapartes femininas ficam restritas à interpretação composicional.

(24) Não-composicionalidade nas formas aumentativas femininas

a. salona	interpretação composicional: sala grande interpretação não-composicional: -----
b. roupona	interpretação composicional: roupa grande interpretação não-composicional: -----
c. caixona	interpretação composicional: caixa grande interpretação não-composicional: -----
d. sacolona	interpretação composicional: sacola grande interpretação não-composicional: -----
e. palavrona	interpretação composicional: palavra grande interpretação não-composicional:-----

No capítulo, anterior analisamos os casos em que as formas aumentativas e não-aumentativas correspondentes apresentam o mesmo valor para o traço de gênero como

resultado de uma relação de *Agree* estabelecida entre o núcleo de gênero que se concatena à raiz e o núcleo de gênero que se concatena ao aumentativo. Nesse caso, o aumentativo se comporta como uma espécie de adjetivo, cujo traço de gênero é completamente dependente do elemento que ele modifica.

(25) Estrutura sintática das formações em -ã: presença de concordância

Formação: *sala* - *salona*

Como vimos na descrição dos dados, uma formação do tipo (25) não pode desencadear interpretação não-composicional (cf. (24)). Por outro lado, para dar conta dos casos em que a formação aumentativa apresenta um gênero discrepante em relação à forma não-aumentativa correspondente, assumimos, no capítulo anterior, que o mecanismo de *Agree* entre GEN₁ e GEN₂ não ocorre, porque ambos os núcleos já estão devidamente valorados. Nesse caso, GEN₂ não pode – e nem necessita – atuar como sonda, uma vez que ele já apresenta o traço de gênero devidamente especificado.

(26) Estrutura sintática das formações em -ã: ausência de concordância

Formação: *sala* - *salão*

Tendo como perspectiva de análise a ideia de que segmentos de projeção estendida constituem barreira para a atribuição de significado, a previsão que daí resulta é a de que o aumentativo não possa desencadear interpretação não-composicional, nem na estrutura em (25), nem na estrutura em (26), dada a presença de dois núcleos de gênero intervindo na relação entre AUG e raiz.

Nesse momento da análise, é interessante explorar a possibilidade de que GEN₁, núcleo de gênero interno que se concatena à raiz, seja, na verdade, opcional. Tal opcionalidade se justifica pelo fato de que o aumentativo pode, claramente, apresentar seu próprio núcleo de gênero, cuja especificação de gênero pode ser resultado de concordância ou pode ser determinado na relação com o próprio aumentativo.

Se assumirmos a ideia de que GEN₁ é, na verdade, opcional nas formas aumentativas três possibilidades são encontradas, tal como sistematizado abaixo:

(i) AUG se concatena ao complexo raiz+GEN₁ e apresenta seu próprio núcleo de gênero.

A valoração do núcleo de gênero que se concatena ao aumentativo é dada via concordância (estrutura em 25).

(ii) AUG se concatena ao complexo raiz+GEN₁ e apresenta seu próprio núcleo de gênero.

No entanto, não há concordância entre o gênero que se concatena à raiz e o gênero do aumentativo (estrutura em 26).

(iii) GEN₁, em sendo opcional nas formações aumentativas, pode estar ausente. A estrutura resultante da ausência de GEN₁ pode ser vista abaixo:

(27) Ausência de GEN₁ nas estruturas aumentativas

Nas condições estruturais estabelecidas em (27), o formador de aumentativo, que ocupa o núcleo AUG, integra a projeção a primeira projeção funcional presente na estrutura, tal como era o caso do formador de diminutivo em (16)⁶.

Tomando por base o sistema, desenvolvido em Borer (2013a, 2013b, 2014), de que segmentos que projetam estrutura funcional constituem barreira para a atribuição do significado, a nossa proposta é que elementos que integram a primeira projeção funcional presente na estrutura sejam capazes de desencadear leitura não-composicional. Se assim for, é de se esperar que AUG, em (27), possa atuar como gatilho da interpretação não-composicional.

Se essa linha de raciocínio estiver no caminho certo, a estrutura em (27) é a única, entre as formações aumentativas apresentadas, capaz de desencadear interpretação não-composicional.

A sistematização dos pontos delineados neste capítulo pode ser vista abaixo:

- (i) **Hipótese desenvolvida:** baseados em Borer (2013a, 2013b, 2014), propomos que elementos que integram a primeira projeção funcional presente na estrutura sintática sejam capazes de desencadear leitura não-composicional.
- (ii) **A possibilidade de interpretação não-composicional nas formações com *-inh*:** o formador de diminutivo *-inh* é interno à projeção de gênero responsável por categorizar a raiz. Tal projeção é constituída pelo primeiro segmento da projeção estendida dos nominais. Segundo a hipótese acima delineada, nessa posição sintática, o diminutivo é capaz de desencadear a interpretação não-composicional.
- (iii) **A possibilidade de interpretação não-composicional nas formações com *-ã*:** o núcleo de gênero interno às formações aumentativas, ou seja, o núcleo GEN que se concatena diretamente à raiz é opcional, podendo, portanto, estar ausente da estrutura. Quando esse núcleo de gênero está ausente, o aumentativo integra a primeira projeção funcional presente na estrutura. Segundo a hipótese acima

⁶ Fica como trabalho futuro a investigar se a estrutura proposta em (27) é capaz de substituir a estrutura proposta em (26) para tratar dos casos em que há discrepância de gênero entre a forma não-aumentativa e a formação aumentativa correspondente.

delineada, nessa posição sintática, o diminutivo é capaz de desencadear a interpretação não-composicional.

- (iv) **A impossibilidade de interpretação não-composicional nas formações diminutivas e aumentativas construídas com *-zinh* e *-zã***: há muito material sintático intervindo entre a posição ocupada pelos formadores *-zinh* e *-zã* e a raiz. Segundo a hipótese acima delineada, nessa posição sintática, o diminutivo é capaz de desencadear a interpretação não-composicional.

5.5 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo discutimos os mecanismos de atribuição de significado à derivação sintática, procurando abrir perspectivas que ajudem a depreender os limites estruturais responsáveis por licenciar a interpretação não-composicional no domínio da formação de palavras. Para tanto, revisitamos as estruturas propostas nas seções anteriores, buscando verificar em quais delas a interpretação não-composicional poderia ser licenciada.

Tomando por base a proposta de Borer (2013a, 2013b, 2014), assumimos que segmentos que projetam estrutura funcional constituem barreira para a atribuição do significado. Propomos, ainda, que elementos que integrem a primeira projeção funcional presente na estrutura sejam capazes de desencadear leitura não-composicional. Esse é o caso das formações diminutivas em *-inh*. Da mesma maneira, propomos que esse também é o caso das formações aumentativas em *-ã* nas quais a projeção interna de gênero não se faz presente. Nesse sentido, assumimos que a projeção interna de gênero é opcional nas formações aumentativas construídas com *-ã*.

No que diz respeito às formas encabeçadas por consoante, a presença de mais material sintático intervindo entre diminutivo/aumentativo e raiz é responsável, tanto por explicar, como por prever o fato que a interpretação não-composicional não é uma possibilidade para tais formações. Esse também se mostrou ser o caso das formações aumentativas construída com *-ã* nas estruturas em que o núcleo interno de gênero se faz presente.

O debate entre teorias Globalistas e Localistas: revisitando análises do diminutivo em Teoria da Otimidade

6.1 Introdução

No âmbito da linguística formal muito se falou dos aspectos fonológicos das formações de diminutivo e de aumentativo. Mais recentemente, uma das perspectivas teóricas que tem sido utilizada pelos autores que investigaram os diminutivos no PB é a Teoria da Otimidade (Prince & Smolensky, 1993; McCarthy & Prince, 1995).

A proposta delineada nos capítulos anteriores desta tese forneceu uma análise morfossintática para a formação de diminutivos e aumentativos no PB, tendo como pano de fundo a hipótese de que tal perspectiva pode desfazer algumas das controvérsias que cercam o fenômeno em análise. Para tanto, apoiamo-nos nos desenvolvimentos propostos por abordagens sintáticas de formação de palavras, tal como a Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997) e o modelo Exoesqueletal (BORER, 2005a, 2005b, 2013), que propõem ser a sintaxe o componente responsável pela formação seja de palavras ou de constituintes maiores, como os sintagmas e as sentenças.

Tais abordagens sintáticas de formação de palavras postulam uma arquitetura de gramática em que a interação entre morfologia e fonologia é localmente licenciada. Nesse sentido, a forma fonológica é diretamente ligada aos processos que criam estruturas complexas e a interface entre morfologia e fonologia precisa ser limitada no sentido de refletir essa organização serial da gramática.

Por outro lado, a Teoria da Otimidade propõe um modelo de gramática no qual essas interações são globalmente definidas. Isso significa que o elemento responsável por desencadear uma mudança no *output* não precisa estar estruturalmente perto do local em que tal mudança ocorre.

O debate entre teorias não-derivacionais, como a Teoria da Otimidade, e derivacionais, como a Morfologia Distribuída, tem ocupado um papel central no cenário linguístico atual e,

por isso, será abordado neste capítulo¹. Para tanto, revisitamos análises do diminutivo desenvolvidas sob a perspectiva do modelo da Teoria da Otimidade e as comparamos com o sistema localista de análise que desenvolvemos nesta tese. Mais particularmente, discutiremos duas propostas feitas especificamente para os dados do PB. A primeira delas é a de Ferreira (2005), cuja ideia central é a de que a base do diminutivo é, na verdade, a forma não-diminutiva correspondente, que contém os mesmos traços gramaticais – como número e gênero, por exemplo – do diminutivo em formação. A segunda proposta, por outro lado, é desenvolvida por Bisol (2010), com a hipótese central de que o morfema de diminutivo no PB é tão somente *-inh*, sendo a consoante /z/ em *-zinh* inserida para satisfazer exigências estruturais da própria língua. Tais trabalhos têm em comum a intenção de derivar os dados de diminutivo do PB através de um ranqueamento de restrições identificadas como ativas no sistema da língua.

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 6.2, delineamos os princípios gerais do quadro da Teoria da Otimidade, preparando o caminho para apresentar as análises do diminutivo desenvolvidas nessa perspectiva teórica. Na seção 6.3, apresentamos e discutimos a proposta de Ferreira (2005). Os dados de base do trabalho do autor são, então, revisitados a partir da perspectiva localista desenvolvida ao longo desta tese. A seção 6.4, por sua vez, apresenta e discute a análise de Bisol 2010. Novamente, os dados abordados pela autora são reanalisados a partir do sistema que desenvolvemos nos capítulos anteriores. A conclusão é que a perspectiva localista delineada nesta tese é capaz de dar conta de uma variedade maior de dados, além de evitar os problemas enfrentados pelas análises globalistas. Por fim, a seção 6.5 encerra o capítulo apresentando as considerações finais.

6.2 A Teoria da Otimidade

A Teoria da Otimidade é um modelo de gramática baseado na ideia de que a Gramática Universal consiste em um conjunto de restrições a partir das quais as línguas particulares são construídas. As restrições que operam nas línguas são altamente conflitantes, fazendo, muitas vezes, requerimentos contrários a respeito da boa-formação da maioria das representações. A gramática de uma língua consiste, então, de um conjunto de restrições e de

¹ Para um aprofundado debate entre teorias localistas e globalistas no âmbito do fenômeno da alomorfia, remetemos o leitor à obra de Embick (2010).

um meio para se resolver o conflito entre tais restrições. Os componentes do modelo de gramática proposto pela Teoria da Otimidade são os seguintes:

- **Gen (*Generator*):** função responsável por gerar o conjunto de todos os candidatos a *outputs* possíveis para cada *input*.
- **Eval (*Evaluator*):** função responsável por avaliar os candidatos gerados, para, segundo uma hierarquia de restrições, apontar o candidato ótimo.
- **Con (*Constraints*):** conjunto de restrições universais.

As restrições que fazem parte de uma língua acabam sendo violadas nas formas realizadas na própria língua. Dentro dessa perspectiva, o candidato ótimo é aquele que melhor satisfaz o conflito entre as restrições atuantes e conflitantes. Para tanto, a Teoria da Otimidade se sustenta na noção de hierarquia, sendo que a satisfação das restrições é baseada em um ranqueamento delimitado pela própria língua. Cada restrição tem absoluta prioridade sobre as restrições que estão elencadas abaixo dela na hierarquia. Isso significa que não é o número de violações que conta na escolha do candidato ótimo, mas sim a posição – mais alta ou mais baixa – que a restrição violada ocupa no ranqueamento. Nesse sentido, é possível que o candidato vencedor viole um número maior de restrições do que os candidatos eliminados. Nesses casos, as violações, ainda que em maior quantidade, acontecem em restrições que são mais baixas na hierarquia.

A gramática passa a ser, então, interações de restrições que buscam, dentre as descrições estruturais possíveis, qual é a mais harmônica, ou seja, qual *output* viola menos restrições, ou mais especificamente, qual deles viola restrições mais baixas na hierarquia.

Na estrutura da gramática proposta pela Teoria da Otimidade, para cada *input* é gerado um conjunto de candidatos a *outputs* possíveis. Entre esses candidatos, o escolhido, ou seja, aquele que aparece realizado na língua, é o que melhor satisfaz as restrições relevantes para a língua em questão. Segundo MacCarthy e Prince (1993), as propriedades fundamentais da Teoria da Otimidade são as seguintes:

- **Violabilidade:** as restrições são violáveis, sendo que a violação é mínima.
- **Rankeamento:** as restrições são hierarquicamente ranqueadas pelas línguas, sendo a violação mínima definida com base nesse ranqueamento.

- **Inclusividade:** os candidatos que serão avaliados pela hierarquia de restrições são admitidos por respeitarem condições gerais de boa formação estrutural.
- **Paralelismo:** as restrições atuam em conjunto e são avaliadas simultaneamente para a produção do *output* ótimo.

Assim, a explicação dos fenômenos linguísticos deve ser encontrada nas características estruturais do *output*, não havendo aplicação de regras para derivar uma forma de superfície.

As restrições em Teoria da Otimidade dividem-se em dois grupos: restrições de fidelidade e restrições de marcação. Há também restrições de alinhamento, que parecem não se inserir em nenhum dos grupos. As restrições de fidelidade são aquelas que garantem a identidade entre *input* e *output*. Já as restrições de marcação privilegiam estruturas menos marcadas em cada língua, no que diz respeito às propriedades em todos os níveis: fonológico, morfológico e sintático.

Tendo em mente o modelo de gramática proposto pela Teoria da Otimidade, apresentamos, na próxima seção, análises desenvolvidas nesse quadro teórico para tratar da formação de diminutivos no PB.

6.3 Ferreira (2005): a correspondência *Output-Output* nos diminutivos

A análise proposta em Ferreira (2005) se desenvolve no âmbito da teoria de correspondências *output-output* (BENUA, 1995, BURZIO, 1996), cuja ideia central é a de que certas palavras derivadas são avaliadas não somente na relação que apresentam com um *input*, mas também na relação que estabelecem com outra palavra ou *output*, que deve ser considerada sua base.

Do ponto de vista empírico, o sistema proposto pelo autor busca englobar os seguintes fatos: (a) a relação entre o diminutivo e marcas de plural; (b) a ausência de neutralização vocálica nos dados com diminutivo e (c) a relação entre o processo de nasalização e os dados de diminutivo. Exemplos representativos desses fatos já foram discutidos ao longo desta tese e estão retomados de (1) a (3) abaixo:

(1) O diminutivo e o plural

a. jornal	jorna[j]s	jorna[j]zinhos
b. porco	p[ɔ]rcos	p[ɔ]rkinhos
c. coração	corações	coraçõezinhos
d. capitão	capitães	capitãezinhos

(2) O diminutivo e a neutralização vocálica

a. b[ɛ]lo	b[e]leza	b[ɛ]linho
b. fl[ɛ]cha	fl[e]chada	fl[ɛ]chinha
c. b[ɔ]la	b[o]leado	b[ɔ]linha

(3) O diminutivo e a nasalização

a. f[ã]ma	f[a]moso	f[ã]minha
b. c[ã]ma	ac[a]mado	c[ã]minha
c. cl[õ]ne	cl[o]nar	cl[õ]ninho

Diante do comportamento dos dados, o autor traz algumas generalizações. Uma delas é que o morfema de diminutivo mantém as alterações fonológicas causadas pela marca de plural. Desse mesmo modo, o diminutivo parece manter tanto a altura das vogais médias da base, quanto a nasalidade das vogais da base, de modo geral. A partir dessas observações, as restrições utilizadas na análise do autor são as seguintes:

(4) Conjunto de restrições utilizadas em Ferreira (2005)

***LAT-CODA:** proibição contra laterais ocupando a posição de coda silábica;

IDENT-OO: a base do diminutivo deve estar em relação com o *input* e com o *output*.

MAX-OO: todo segmento da base deve ter correspondente no *output* resultante da anexação do diminutivo. Apagamento é proibido.

IDENT-IO: deve haver identidade de traços entre *input* e *output*.

***COMPLEX-CODA:** proibição de coda silábica complexa.

DEPIO: todo segmento do *output* deve ter correspondente no *input*. Epêntese é proibida.

***[-ATR;- STRESS]:** proíbe vogais [-ATR] em posições não tônicas².

***V.N + NASAL; - STRESS:** proíbe vogais nasais átonas seguidas por consoantes nasais em sílabas diferentes³.

² As vogais médias fechadas /e, o/ são consideradas [+ATR], enquanto as vogais médias abertas /ɛ, ɔ/ são consideradas [-ATR].

A ideia central da proposta do autor é a seguinte: a base do diminutivo é, na verdade, a forma não-diminutiva que contém os mesmos traços gramaticais – tais como número e gênero, por exemplo – do diminutivo. Com essa linha de análise em mente, vamos à competição proposta pelo autor no que diz respeito à relação do diminutivo com o plural:

(5)

/jornal+zinh+os/ Base: jornais	*LAT- CODA	IDENT-OO (BACK)	IDENT-IO (CONS)
a. jor.nal. zi.nhos	*!		
b. jor.naw. zi.nhos		*!	*
c. jor.nai. zi.nhos			*

(FERREIRA, 2005, p.117)

Na tabela acima, o candidato (5a) perde a competição por possuir uma lateral na coda da sílaba, restrição que é bastante alta na hierarquia proposta na tabela. É importante ressaltar que a base do diminutivo é o *output* que resulta da operação ‘jornal’ + plural: como o diminutivo possui o traço de plural, também a sua base precisa ter o traço de plural. Nesse sentido, o candidato (5b) perde a competição, pois possui em sua estrutura um glide diferente do da base. O candidato (5c) é, então, o mais fiel em relação ao *output* ‘jornais’ que serve como base para a sua formação. Ainda sobre o plural, vejamos o *tableau* abaixo:

(6)

pork+inh+os/ Base: p[ɔ]rkos	IDENT-OO(ATR)	IDENT-IO(ATR)
a. porkinhos	*!
b. p[ɔ]rkinhos		*

(FERREIRA, 2005, p.117)

Como na análise anterior, a base do diminutivo é o *output* do processo de pluralização: como o diminutivo tem o traço de plural, sua base também o tem, segundo a análise do autor. Assim, o candidato (6a) viola a restrição que exige identidade entre o *output* da pluralização ‘p[ɔ]rkos’ e o *output* da diminutivização, dada a diferença entre as vogais [ɔ] e [o]. Tal identidade é, no entanto, mantida no candidato (6b), que vence a competição. Note que a restrição de identidade OO é mais alta na hierarquia do que a restrição de identidade IO, que é violada pelo candidato vencedor.

No entanto, a análise do autor para os diminutivos pluralizados encontra um desafio nos dados abaixo:

(7) Diminutivos em plural -es

a. flor	flores
florzinha	florzinhas (*florezinhas ⁴)
b. mar	mares
marzinho	marzinhos (*marezinhos)

(FERREIRA, 2005, p. 115)

O problema que esses dados apresentam para o sistema desenvolvido em Ferreira (2005) diz respeito à ausência da marca de plural antecedendo o marcador diminutivo. A solução encontrada pelo autor para tratar desse tipo de dado se dá através da ativação da restrição DEPIO, que proíbe que ocorra epêntese⁵ do *input* para o *output* e está ranqueada acima da restrição MAXOO, que proíbe apagamento da forma não-diminutiva plural para a forma diminutiva plural. O *tableau* que ilustra a interação entre as restrições relevantes pode ser visto abaixo:

(8)

/flor+zinh+as/ Base: flores	*COMPLEX-CODA	DEP-IO	MAX-OO
a. florezinhas		*!
b. florzinhas			*

(Ferreira, 2005, p.118)

Nenhum dos candidatos ranqueados no *tableau* em (8) viola a restrição contra codas complexas. O candidato em (8a), no entanto, perde a competição por possuir uma vogal epentética em relação ao *input*. Nesse caso, é mais harmônico violar a relação entre o *output* do plural ('flores') e o *output* do diminutivo plural ('florzinhas'), o que justifica a realização do candidato em (8b).

O mesmo raciocínio de análise será estendido para os efeitos de nasalização e de ausência de neutralização vocálica no diminutivo (cf. (2) e (3)). Assim, como nos casos

⁴ O autor aponta que as formas indicadas com * foram consideradas marginais ou inaceitáveis pelos falantes nativos que ele consultou.

⁵ É preciso atentar para o fato de que, na formação do plural correspondente a esses dados sem o diminutivo, ou seja, na formação de 'flores' ou de 'mares', o candidato com epêntese vence a competição porque candidatos a *output* como *flors ou *mars, que não possuem a vogal epentética, violam uma restrição mais alta na hierarquia, a saber, a proibição à codas silábicas complexas.

anteriores, o diminutivo deve ser avaliado em relação a uma base que possui os mesmos traços que ele. Vejamos como se dá a geração dos dados através do sistema proposto em Ferreira (2005):

(9)

/b[ɔ]l+inh+a/ Base: b[ɔ]la	IDENT-OO (ATR)	*[-ATR; -STRESS]	IDENT-IO (ATR)
a. bolinha	*!		*
b. b[ɔ]linha		*	

(Ferreira, 2005, p.120)

A ausência de neutralização vocálica nos diminutivos é descrita através da alta posição hierárquica atribuída à restrição IDENT-OO (ATR), que exige a identidade dos traços vocálicos da base e do *output*. Assim, ao tentar evitar a violação da restrição que proíbe vogais [-ATR] em posições átonas há, automaticamente, violação de uma restrição mais alta na hierarquia.

Outra característica dos diminutivos no PB abordada por Ferreira (2005) é a manutenção da nasalidade da base (cf.(3)), independentemente da mudança de sílaba tônica entre a forma de base e a formação diminutiva correspondente. Na análise do autor, esse tipo de dado recebemo tratamento ilustrado no *tableau* abaixo:

(10)

/c[ã]minha/ Base: c[ã].ma	IDENT-OO (NASAL)	*V.N +nasal; -stress
a. c[a]. mi.nha	*!
b. c[ã]. mi.nha		*

(Ferreira, 2005, p:121)

O candidato vencedor em (10b) viola a restrição que proíbe vogais nasais átonas seguidas por consoantes nasais em sílabas diferentes. Tal violação permite, no entanto, que ele satisfaça a identidade de nasalidade entre base e *output*, o que faz dele o candidato mais harmônico e, portanto, vencedor da competição.

Assim, na base da proposta de Ferreira (2005) está a ideia de que o diminutivo precisa ser avaliado em relação a uma base que possui os mesmos traços que ele. A partir dessa perspectiva de análise, o autor pretende derivar algumas propriedades morfológicas e fonológicas importantes do diminutivo detectadas nos processos de pluralização, neutralização vocálica e nasalização.

6.3.1 Discutindo a proposta de Ferreira (2005)

O primeiro fato que nos chama a atenção na proposta de Ferreira (2005) é que muitos dos dados que são descartados por perderem a competição com outros *outputs* são formas que, na verdade, são encontradas na língua. Os exemplos em (11) abaixo mostram casos nos quais o diminutivo pode ou não preservar as alterações morfofonológicas causadas pela pluralização, sem qualquer prejuízo para a gramaticalidade da formação.

(11) Diminutivo e a pluralização

a. jorna[i]zinhos	a'. jorna[w]zinhos
b. p[ɔ]rquinhos	b'. p[o]rquinhos
c. florzinhas	c'. florezinhas

Todos os dados da segunda coluna são descartados pela análise de Ferreira (2005). No entanto, esses são dados possíveis no sistema do PB. Uma maneira de gerar tais dados dentro do modelo que fundamenta a proposta de Ferreira (2005) é fazer uma inversão no ordenamento das restrições:

(12) p[ɔ]rquinhos x p[o]rquinhos

Ident OO(atr) > Ident IO (atr) – vencedor: p[ɔ]rquinhos
Ident IO (atr) > Ident OO(atr) – vencedor: p[o]rquinhos

(13) florzinhas x florezinhas

DepIO > MaxOO – vencedor: florzinhas
MaxOO > DepIO – vencedor: florezinhas

No entanto, essa possibilidade é bastante ruim por alguns motivos: (i) tal inversão de ordenamento não dá conta de gerar ‘jornalzinhas’; (ii) a base do diminutivo fica muito difícil de ser justificada, ou seja, é bastante improvável, por exemplo, que a base de p[o]rquinhos seja p[ɔ]rcos, por exemplo.

Outra possibilidade, então, de se buscar os dados descartados pela análise seria propor uma alteração no elemento que serve de base para a formação:

- (14) a. jorna[i]zinhos – base: jornais a'. jorna[w]zinhos – base: ?jorna[w]s
 b. p[ɔ]rkinhos – base: p[ɔ]rcos b'. p[o]rquinhos – base: ?p[o]rcos
 c. florzinhas – base: *flors c.' florezinhas – base: flores

A estranheza dessa possibilidade fica, no entanto, por conta dos *outputs* que servem como base nos dados em (14c), (14a') e (14b'). Note que, os *outputs* 'p[o]rcos' e 'jorna[w]s' são consideravelmente piores do que as formas correspondentes diminutivizadas. Além disso, a base hipotética 'flors' é agramatical.

Na análise de Ferreira (2005), o *output* vencedor é, na verdade, 'florzinhas' e, para chegar a tal resultado, o autor se utiliza da restrição DepIO, que impede epêntese do *input* para o *output*. Vale a pena ressaltar, no entanto, que esse é único caso, entre todos os outros trazidos pelo autor, em que uma restrição avaliada em relação ao *input* é ranqueada acima de uma restrição valorada em relação ao elemento proposto como base. Note que, também nesse caso, a inversão entre as restrições em questão teria como vencedor um candidato possível na língua, a saber, o dado 'florezinhas'.

Outro fato interessante é evidenciado quando se leva em consideração formações especificamente construídas com o elemento *-inh*. Mais especificamente, queremos apontar dados com (i) alternância de glide ([w] para [j]) no plural e (ii) inserção de vogal epentética [e] no plural:

(15) Singular	Plural	Plural + Diminutivo <i>-inh</i>
a. papel	papéis	papelinhos/ *papeilinhos
b. pastel	pasteis	pastelinhos/ *pasteilinhos
c. colher	colheres	colherinhas/ *colhereinhas
d. mulher	mulheres	mulherinhas/ *mulhereinhas

Em todos os casos acima, são encontrados dados nos quais as mudanças desencadeadas pela marcação de plural não são preservadas pelo diminutivo. Para os dois últimos casos, que incluem uma epêntese, talvez a solução pudesse ser a mesma adotada para a formação de 'florezinhas', ou seja, a introdução de DepIO ranqueada acima de MaxOO. A ressalva que deve ser feita, no entanto, é a de que no caso dos candidatos 'florzinhas' e 'florezinhas' a inversão no ordenamento das restrições citadas elegeria como vencedor um candidato possível na língua, o que não ocorre nos dados em (15c) e (15d). Nesse sentido, parece haver uma assimetria de comportamento entre os formadores *-inh* e *-zinh* que, na verdade, não está sendo contemplada pela análise. Quanto aos dados em (15a) e (15b), por sua

vez, não é possível fazer uma análise com a restrição DepIO, uma vez que o fenômeno da epêntese não está envolvido em nenhum dos casos

Outro aspecto interessante diz respeito ao morfema de plural /s/ que compõe a base do diminutivo, tal como proposto por Ferreira (2005). É preciso ter em mente que esse morfema não se superficializa fonologicamente antes do morfema de diminutivo, aparecendo somente depois dele. Nesse sentido, há, de qualquer maneira, uma violação de identidade entre o plural sem o diminutivo e o plural diminutivizado. Em uma perspectiva de derivação, a questão que subjaz é a seguinte: quantas marcas de plural há, de fato, nos dados discutidos em Ferreira (2005). Veja que, na análise do autor, há uma marcação de plural na própria base.

Ainda em relação à proposta de Ferreira (2005), um caso de super aplicação em que o diminutivo plural parece ser fiel à base singular foi apontado por Ximenes (2006) e está ilustrado no exemplo abaixo:

(16) Singular	Plural	Diminutivo Plural
a. arroz	arroz	arroizinhos/ *arrozezinhos

Note que a pronúncia do singular ‘arroz’ inclui um ditongo: a inserção de um glide [j] logo após a vogal [o]. Esse mesmo fenômeno não é observado no plural correspondente, ou seja, no dado ‘arroz’ não há a formação de ditongo. Acontece que o diminutivo plural, segundo a proposta de Ferreira (2005), deveria ser fiel ao plural. No entanto, o diminutivo plural apresenta ditongo, mostrando-se fiel ao correspondente singular. Dessa maneira, com a correspondência entre *outputs* ranqueada acima da correspondência entre *input* e *output*, o que se espera da análise do autor é que o ditongo não esteja presente no diminutivo plural, contrariamente aos fatos.

6.3.2 Retomando os dados de Ferreira (2005) sob uma perspectiva localista

Nesta seção, retomamos o conjunto de dados abordados na proposta de Ferreira (2005) a partir da perspectiva derivacional e localista desenvolvida ao longo desta tese. Mais especificamente, assumimos que a posição sintática que o diminutivo pode ocupar é capaz de explicar e também de prever o seu comportamento morfofonológico. A estrutura sintática que propomos para o diminutivo *-inh* e para o diminutivo *-zinh* do PB estão retomadas abaixo para facilitar a discussão (cf. capítulo 2 e capítulo 3):

(17) a. Diminutivo *-inh*

b. Diminutivo *-zinh*:

Dois dos fatores empíricos que a análise de Ferreira (2005) busca capturar estão relacionados à observação de que o diminutivo não interage com a fonologia da raiz, falhando em desencadear alterações na altura das vogais da base (cf. (2)) ou no traço de nasalidade (cf. (3)) que elas apresentam. No nosso sistema, a interação alomórfica entre dois nós sintáticos depende do estabelecimento de uma relação local entre eles. Tanto na estrutura em (17a), como na estrutura em (17b) a relação local entre diminutivo e raiz não é satisfeita, dada a intervenção de material sintático entre eles. Assim sendo, a previsão é exatamente de que o diminutivo não é capaz de promover qualquer alteração fonológica na raiz, esteja ele acima ou abaixo do núcleo de número. De fato, a ausência tanto de neutralização vocálica, quanto de qualquer alteração no traço de nasalidade da raiz, é confirmada tanto pelos dados em *-inh*, quanto pelos dados correspondentes formados por *-zinh*, tal como ilustrado nos dados abaixo:

(18) O diminutivo e a neutralização vocálica

a. b[ε]lo	b[ε]linho/ b[ε]lozinho
b. fl[ε]cha	fl[ε]chinha/ fl[ε]chazinha
c. b[ɔ]la	b[ɔ]linha/ b[ɔ]lazinha

(19) O diminutivo e a nasalização

a. f[ã]ma	f[ã]minha/ f[ã]mazinha
b. c[ã]ma	c[ã]minha/ c[ã]mazinha
c. cl[õ]ne	cl[õ]ninho/ cl[õ]nezinho

Outra preocupação da proposta desenvolvida em Ferreira (2005) é comportamento dos dados de diminutivo nas formações de plural. Os dados dos quais o autor trata parecem evidência de que há uma marca de plural antes da anexação do diminutivo. Essa marca de plural é que seria, então, responsável por desencadear as alterações detectadas também na

forma diminutiva. No entanto, essa não parece ser a história completa, dado o contraste entre os dados em (20) e em (21):

(20) O diminutivo e a pluralização: marcas de plural antecedem o diminutivo

a. jornal	jorna[j]s	jorna[j]zinhos
b. coração	corações	coraçõezinhos
c. capitão	capitães	capitãezinhos

(21) O diminutivo e a pluralização: marcas de plural não antecedem o diminutivo

a. jornal	jorna[j]s	jorna[w]zinhos
b. coração	corações	coraçõezinhos
c. capitão	capitães	capitãozinhos

Ao contrário do que ocorre em (20), os dados em (21), por sua vez, parecem indicar que não há uma marca de plural antes da concatenação do diminutivo. A ausência dessa marca de plural seria responsável por explicar a semelhança entre a fonologia da raiz nos dados não-diminutivos e nos dados diminutivos correspondentes em (21). Na proposta de Ferreira (2005), não há uma ordenação de restrições que seja capaz de prever, ao mesmo tempo, a existência de dados como os encontrados em (20) e (21).

Na proposta que desenvolvemos nesta tese, por outro lado, a presença ou a ausência da marca de plural antes do diminutivo é tomada como evidência de que há, na verdade, duas posições sintáticas para o diminutivo no PB: uma acima e uma abaixo no núcleo que aloja o plural (cf. também BACHRACH e WAGNER, 2007). Nesse sentido, a estrutura que apresentamos em (17a) prevê o comportamento em (21), já que a marca de plural é mais alta do que o diminutivo. Por outro lado, a estrutura em (17b), é capaz de dar conta dos dados em (20).

No que diz respeito à presença da consoante /z/, tanto nas formas em (20), quanto nas formas em (21), propomos que duas estratégias diferenciadas estão gerando uma mesma sequência fonológica. Em (20), o que ocorre é a anexação de um morfema de diminutivo *-zinh*, que se anexa acima da projeção de plural e que apresenta diferenciadas propriedades de escopo de interpretação em relação à sua contraparte *-inh*. Nesse caso, a consoante que encabeça o diminutivo é parte constitutiva dele. Por outro lado, o que ocorre em (21) é, na verdade, a anexação do formador *-inh*, acrescida de uma consoante epêntética que emerge como estratégia para satisfazer uma condição estrutural da língua, evitando uma sequência

fonológica mal-formada. Essa análise consegue, ainda, dar conta da variação entre as formas de plural exemplificadas abaixo através de dados retirados da internet:

(22) Variação nas formas diminutivas plurais

a. flor	flores	florzinhas/florezinhas
b. mar	mares	marzinhos/marezinhas

(23) a. Receitas, passo a passo, artesanato, risos e mais um montão de coisa boa, com mais graça entre **florzinhas** e pontinhos...
(<http://florzinhasepontinhos.blogspot.com.br>)

b. **florezinhas** e babadinhos: blusa regata com estampa de florezinhas, gola v e elástico na cintura, com caimento soltinho. duas faixas para amarrar a gola dão um ar super romântico. detalhe nas costas. tecido leve e delicado. lindinha!
(<https://www.enjoei.com.br/p/florezinhas-e-babadinhos-1727883>)

Mais uma vez, a chave para explicar o comportamento dos dados apresentados acima parece ser a relação entre o diminutivo e o plural. Note que em ‘florzinhas’ há uma única marca de plural, a saber, o [-s] que termina a formação. Esse padrão de comportamento é bastante semelhante àquele encontrado em dados como ‘papelinhos’ ou ‘pastelinhos’, parecem mostrar que o formador *-inh* não aceita marca de plural antes dele. Se assim for, é possível explicar uma realização do tipo ‘florzinhas’ assumindo que a marca de plural está mais alta na estrutura do que a entrada do diminutivo, tal como é o caso na estrutura em (17a). Por outro lado, na forma ‘florezinhas’, há duas marcas de plural: uma responsável por desencadear a inserção de *-e* antes do diminutivo e outra que segue o marcador de grau. Esse comportamento é semelhante ao evidenciado em dados como ‘papeizinhos’ e ‘pasteizinhos’, que parecem indicar que o formador encabeçado por consoante se anexa à estrutura já flexionadas em número, tal como ocorre na estrutura em (17b).

Por fim, há que se resgatar os dados de metafofia, nos quais a altura da vogal da forma não-diminutiva e da forma diminutiva é exatamente a mesma, tal como ilustrado abaixo:

(24) Metafofia das formas diminutivas

a. p[o]rco	p[ɔ]rcos	p[ɔ]rkinhos
b. [o]vo	[ɔ]vos	[ɔ]vinhos

Na proposta de Ferreira (2005), os dados exemplificados em (24) são tomados como evidência de que o diminutivo deve ser avaliado em relação a uma base que apresenta os mesmos traços gramaticais – como número e gênero, por exemplo – do diminutivo. Já vimos, no entanto, que não parece haver qualquer evidência para presença de plural antecedendo o formador *-inh*. Além disso, a presença ou ausência de plural antes do marcador avaliativo parece dar conta de uma série de assimetrias que são detectadas nas formações diminutivas do PB.

Para discutir os dados em (24) é preciso observar o paradigma do qual as formas metafônicas fazem parte. Nesse paradigma, encontramos o seguinte padrão: a única forma que apresenta a vogal [o] é a forma de masculino singular. Esse fato leva Câmara Jr. (1970), por exemplo, a propor que a forma subjacente é, na verdade, [ɔ].

(25) Paradigma das formas metafônicas

	Masc-sing	Masc-pl	Fem-sing	Fem-pl
Vogal [o]	p[o]rco	****	****	****
Vogal [ɔ]	****	p[ɔ]rca	p[ɔ]rcos	p[ɔ]rcas

Tabela 20 – Paradigma das formas metafônicas

Assumindo, com Câmara Jr. (1970), a ideia de que a vogal [ɔ] se faz presente na forma subjacente, há que se explicar o fechamento da vogal da raiz, quando da presença dos traços [masc., sing.]. Trata-se, nesse sentido, de um fenômeno complexo, em que uma alteração de ordem fonológica está sendo desencadeada por um conjunto de traços morfossintáticos.

A presença do formador de diminutivo na estrutura em (17a) não altera as relações estruturais entre raiz, gênero e número, uma vez que o diminutivo não projeta. Assim sendo, a localidade estrutural necessária para desencadear o fechamento da vogal é encontrada tanto na forma diminutiva, quanto na forma não-diminutiva correspondente, o que explica o comportamento semelhante detectado entre as duas formações.

Enfim, nesta seção todos os fenômenos apontados por Ferreira (2005) foram revisitados e reanalisados de uma perspectiva localista. No que diz respeito aos dados de neutralização vocálica e de nasalização, propomos que a distância entre raiz e diminutivo seja responsável por explicar a ausência de interação fonológica entre eles. No que diz respeito à relação entre o diminutivo e o plural, propomos que a localização do diminutivo – acima ou abaixo do nó de número – consegue tanto dar conta dos dados apontados por Ferreira (2005), quanto de variantes encontradas no sistema do PB. Por fim, os casos de metafonía foram

explicados pelo fato de o diminutivo não projetar, não alterando, portanto, as relações estruturais estabelecidas nas formas não-diminutivas correspondentes.

6.4 Bisol (2010): o diminutivo e suas demandas

A problemática central abordada em Bisol (2010) diz respeito à natureza das formas *-inh* e *-zinh* de diminutivo no PB. Mais especificamente, a autora busca verificar se tais elementos são manifestações de uma mesma forma ou se eles são elementos diferentes. A proposta desenvolvida em Bisol (2010) é a de que o morfema de diminutivo no PB é tão somente *-inh*, sendo a consoante /z/ em *-zinh* inserida para satisfazer exigências estruturais da própria língua.

Para desenvolver tal proposta, Bisol (2010) se apoia nos pressupostos da Teoria da Otimidade, tomando por base o conjunto de restrições abaixo elencado:

(26) Restrições utilizadas na análise de Bisol (2010)

ONSET: toda sílaba deve ter *onset*.

MAXIO: todo segmento do *input* deve ter correspondente no *output*. Apagamento é proibido.

MAX-Root: todo segmento do radical deve ter correspondente no *output*.

DEP-IO: todo segmento do *output* deve ter correspondente no *input*. Epêntese é proibida.

IDENT-ATR: segmentos correspondentes (*input/output*) são idênticos na dimensão ATR.

ALIGN-R (Base, σ): a borda direita da base deve estar alinhada com a borda direita de uma sílaba.

IDENT-OO: a base do diminutivo deve estar em relação com o *input* e com o *output*.

STRESS FAITHFULNESS: o acento subjacente guarda a mesma posição no *output*.

ANCHOR-PL: o morfema de plural {S} deve ancorar-se no vocoide mais à direita da palavra.

(BISOL, 2010, p.65)

Segundo a autora, as condições estruturais relacionadas à necessidade de inserção da consoante /z/ são as seguintes: (a) /z/ é inserido para evitar hiato; (b) /z/ é inserido para preservar os traços fonológicos dos segmentos da base a que se anexa e (c) /z/ é inserido para preservar a posição estrutural dos segmentos da base a que se anexa.

Para chegar à primeira generalização, a autora compara a formação do diminutivo em nomes temáticos e atemáticos. De início, é possível prever que toda vez que tivermos a presença de *-inh* e a consequente queda da vogal final da base haverá uma violação da restrição MaxIO, que proíbe qualquer apagamento na passagem do *input* para o *output*. Nesse sentido, para dar conta do contraste entre a forma gramatical ‘patinho’ e a forma agramatical ‘patoinho’ são ativadas as restrições Onset e MaxIO, sendo que a primeira deve dominar a segunda na hierarquia, tal como ilustrado abaixo:

(27)

/pato-íño/	ONSET	MAXIO
a. pa.to.í..ño.	*!
b. pa.tí.ño.		*

(BISOL, 2010, p. 67)

Segundo o *tableau* em (27), o candidato mais harmônico é dado em (27b), visto que ele não viola a restrição de que toda sílaba deve ter um *onset*. Com a queda da vogal temática, tal candidato viola MaxIO que, no entanto, é mais baixa na hierarquia quando comparada com a restrição Onset.

Seguindo essa linha de argumentação, Bisol (2010) traz um dado com *-zinh*. De antemão é possível prever que, segundo a análise da autora, todos os dados com esse elemento violarão a restrição DEPIO, dada a introdução da consoante /z/. Nesse sentido, para dar conta do contraste entre a forma gramatical ‘cafezinho’ e a forma agramatical ‘cafeinho’ são ativadas as restrições Onset e DepIO, sendo a primeira mais alta na hierarquia do que a segunda, tal como pode ser visto abaixo:

(28)

/kafe-íño/	ONSET	DEPIO
a. ka.fe..zi..ño.		*
b. ka.fe..i..ño.	*!	

(BISOL, 2010, p. 67)

Crucial para a análise da autora é o fato de que a forma com *-inh* em (28b) possui uma sílaba sem *onset*, violando uma restrição mais alta na hierarquia. O candidato mais harmônico, portanto, é o que surge com a forma *-zinh*, ainda que, para tanto, haja violação da restrição DepIO. Nesse sentido, a autora chega à primeira generalização de que /z/ é introduzido para evitar hiato.

O passo seguinte da autora é discutir a relação hierárquica entre MaxIO, ativada nos dados com *-inh*, e DepIO, ativada nos dados com a forma *-zinh*. Para tanto, são comparados os seguintes candidatos:

(29)

/pato-íño/	MAXRoot	DEPIO	MAXIO
a. pa.tí.ño.			*
b. pa.to.zí.ño.		*!	
/kafɛ-íño/			
c. ka.fí..ño.	*!		*
d. ka.fɛ..zi..ño.		*	

(BISOL, 2010, p. 68)

Na proposta desenvolvida em Bisol (2010), DepIO é mais alto na hierarquia do que MaxIO, o que faz com que o candidato em (29a) seja vencedor, quando comparado ao candidato em (29b). Quanto aos dados em (29c) e (29d), qualquer ordenamento entre DepIO e MaxIO levaria ao mesmo resultado, uma vez que a competição entre eles é decidida por MaxRoot.

A segunda generalização estrutural responsável por explicar a introdução da consoante /z/ é, para a autora, a necessidade de preservação dos traços fonológicos da base e está relacionada ao fato de que a introdução do diminutivo, ao contrário da maioria dos morfemas derivacionais do PB, não provoca mudança na qualidade das vogais médias /ɛ, ɔ/ na posição tônica para /e, o/ na posição átona. Assumindo que a diferença entre as vogais médias abertas e fechadas se faça pelo traço ATR, sendo /ɛ, ɔ/ consideradas [+ATR] e /e, o/ consideradas [-ATR], pode-se dizer que o diminutivo preserva os traços [+ATR] da vogal média do *input*. Vejamos a restrição Ident-ATR ativada na formação do diminutivo:

(30)

/kafɛ-íño/	Ident-ATR	Onset	DepIO
a. ka.fɛ..zi..ño.			*
b. ka.fɛ.í.ño.		*!	
c. ka.fe.zi.ño	*!		*

(BISOL, 2010, p. 69)

Segundo a formalização acima, o candidato (30a), apesar de violar a restrição DepIO com a inserção da consoante /z/, vence a competição por preservar o traço [ATR] da vogal

média da base⁶ e por ter *onset* em todas as suas sílabas. O candidato em (30c), por sua vez, é descartado justamente por provocar alteração do traço [ATR] em questão. Por fim, o candidato em (30b) perde a competição por apresentar uma sílaba sem *onset*.

A terceira generalização proposta pela autora para explicar as condições estruturais relacionadas à inserção da consoante /z/ é a necessidade de preservação da posição estrutural dos segmentos da base a que o diminutivo se anexa. Tal generalização pode ser vista através da ativação da restrição de alinhamento da borda direita da base com a borda direita da sílaba, tal como exemplificado abaixo:

(31)

/sol -iño/	IdentATR	AlignR	Onset	DepIO
a. sol.zí.ño				*
b. sol.í.ño			*!	
c. sol.í. ño		*!		
d. sol.zi.ño	*			*

(BISOL, 2010, p. 70)

A restrição de alinhamento em (31) faz com que a estrutura silábica da base seja mantida. O sinal | em (31c) indica que as bordas estão desalinhadas, o que faz o candidato perder a competição. Já em (31b), o candidato é descartado pela falta de *onset* em uma de suas sílabas. A formação em (31d), por sua vez, perde a competição por violar a alta restrição contra a alteração no traço [ATR] da vogal da base. Assim, o candidato ótimo é a formação em (31a), que, apesar de violar a restrição DepIO através da introdução de /z/, preserva os traços fonológicos da base, tem a restrição de alinhamento satisfeita e apresenta *onset* em todas as suas sílabas.

Outro ponto importante de se ressaltar na argumentação de Bisol (2010) diz respeito à relação entre o diminutivo e o gênero gramatical. Segundo a autora, se, nos nominais temáticos, ao invés de apagar a vogal temática, o diminutivo a deixa intacta, haverá redundância na informação de gênero, o que por questões de simplicidade deve ser evitado:

(32) Diminutivos em nominais temáticos

a. borboleta	>	borbololetinha,	borboletazinha (!)	
b. pato	>	patinho,	patozinho(!)	
c. garota	>	garotinha	garotazinha (!)	(BISOL, 2010, p. 72)

⁶ É preciso ressaltar, que mesmo nos dados com *-inh* os traços [ATR] da base são preservados (b[ɔ]la > b[ɔ]linha; b[ɔ]lada). Segundo a autora, nesses casos não é necessário nenhum recurso especial para fazê-lo.

Ainda em relação ao gênero, a autora aponta que, nos casos de disparidade entre a vogal final e o gênero da base, a consoante /z/ é introduzida justamente para preservar a vogal da base. Isso acontece tanto nos nomes de gênero masculino que terminam em /a/, quanto nos nomes de gênero feminino que terminam em /o/:

(33) Diminutivo em nomes masculinos terminados em /a/

- a. o aroma > o aromazinho
- b. a contralto > a contraltozinha
- c. o/a pianista > o pianistazinho/ a pianistazinha

(BISOL, 2010, p. 72)

Quanto aos nominais que terminam em vogal temática /e/, que não possui nenhuma relação com informações de gênero, a autora detecta, nesse caso, a possibilidade de variação entre *-inh* e *-zinh*.

(34) Diminutivo em nomes masculinos terminados em /e/

- a. verde > verdinho ~ verdezinho
- b. parede > paredinha ~ paredezinha
- c. corrente > correntinha ~ correntezinha

(BISOL, 2010, p. 73)

Interessante também é a relação que a autora traz entre os diminutivos e o chamado Princípio do Contorno Obrigatório (OCP), que proíbe a adjacência de segmentos idênticos. Tal princípio é, segundo a autora, respeitado pela introdução de /z/ na formação do diminutivo de palavra que terminam em *-inh*:

(35) OCP nas formas diminutivas

- a. vinho: vinhozinho, *vinhinho
- b. pinho: pinhozinho, *pinhinho
- c. linho: linhozinho, *linhinho

(BISOL, 2010, p. 73)

É bastante relevante destacar também o comportamento das palavras que terminam em hiato. Nesse caso, ao contrário dos outros nominais terminados em vogal, a base não oferece, em sua parte final, uma consoante que atue como *onset* para o formador diminutivo. Com a inserção de *-inh*, há apagamento da vogal final da base, o que não acontece na presença da consoante /z/. No primeiro caso o hiato da base é desfeito e mantêm-se o hiato entre a vogal

final da base e a vogal inicial do diminutivo. Já no segundo caso, o hiato da base é preservado e mantém-se a consoante do diminutivo. Segundo a autora, as ocorrências mais frequentes mostram uma tendência a se preservar o hiato do *input*, optando-se pela epêntese. A variação não fica, no entanto, excluída.

(36) Diminutivo em bases terminadas em hiato

- a. atoa > atozinha ~ atoinha
- b. canoa > canozinha ~ canoinha
- c. garoa > garozinha ~ garoinha

(BISOL, 2010, p. 73)

Por fim, queremos expor a argumentação de Bisol (2010) no que diz respeito ao comportamento das proparoxítonas. Mais especificamente, a autora destaca dois tipos de comportamentos possíveis. O primeiro deles inclui a perda de uma sílaba, com a formação de troqueu, base rítmica do PB: *abóbora* > *abobra*. O segundo comportamento é a variação entre o dátilo e o troqueu: *pêssego*, *pèsseguinho* ~ *pèssegozínho*. Para Bisol (2010), no entanto, a maioria dos diminutivos formados a partir das proparoxítonas tende a preservar o pé datílico herdado da base. Trata-se de uma fidelidade ao acento da base que é respeitado na formação do diminutivo através de um acento secundário.

(37) Diminutivo em proparoxítonas

- a. (lám.pa.da): (lám.pa.da.)(zí.nha.), *(lám.pa.)(dí.nha.)
- b. (cá.te.dra): (cà.te.dra)(zí.nha.), *(cà.te.)(drí.nha.)
- c. (cór.re.go): (còr.re.go)(zí.nho.) *(cor.re)(guí.nho)

(BISOL, 2010, p. 74)

Sem discutir formalmente a variação, a autora traz a análise de um dátilo, ativando a restrição de preservação do acento.

(38)

/˘ laNpada – iña	StressFaith	MaxIO	DepIO
a. (˘lám. pa. da) (zí.ñã)			*
b. lám. (pà. da.) (zí.ñã)	*!		
c. (˘lám. pa.) (dí.ñã)		*!	

(BISOL, 2010, p. 74)

Diante da formalização acima, o candidato (38b) perde a competição por violar justamente StressFaith: o acento secundário do *output* é diferente da posição do acento

primário do *input*. O candidato (38c), por sua vez, perde a competição por apagar parte do *input*, violando MaXIO. Nesse sentido, o candidato ótimo é (38a), que apesar de violar a restrição que proíbe epêntese, não viola restrições mais altas na hierarquia. É de se notar que, em comparação com os *tableaux* anteriores, há uma inversão na hierarquia entre MaxIO e DepIO quando estas estão dominadas por StressFaith.

Enfim, a autora defende basicamente dois pontos: (i) o morfema de diminutivo é o elemento *-inh* e a consoante /z/ em *-zinh* é resultado de epêntese e (ii) a variação entre *-inh* e *-zinh* nos nominais temáticos existe, mas é restrita por alguns fatores, tais como a redundância de gênero, OCP, hiato reduplicado e acento marcado, que são responsáveis por restringir ou motivar a epêntese da consoante /z/.

6.4.1 Discutindo a proposta de Bisol (2010)

A linha de raciocínio que guiará a discussão feita nesta seção é, na verdade, a distribuição das formas *-inh* e *-zinh* nos dados de diminutivo, em especial, atentando para os casos em que ambas as formas são possíveis no mesmo contexto. No entanto, é importante notar que a variação entre tais formas não é o ponto central da discussão trazida em Bisol (2010).

A autora detecta a possibilidade de variação na distribuição de *-inh* e *-zinh* no que diz respeito aos chamados nominais temáticos, sem, no entanto, oferecer uma explicação para essa variação. Voltemos, por exemplo, para o *tableau* abaixo, repetido de (29) para facilitar a leitura:

(39)

/pato-íño/	MAXRoot	DEPIO	MAXIO
a. pa.tí.ño.			*
b. pa.to.zí.ño.		*!	
/kafe-íño/			
c. ka.fí..ño.	*!		*
d. ka.fe..zi..ño.		*	

(BISOL, 2010, p. 68)

O ranqueamento entre as restrições MaxIO e DepIO é bastante controverso. A forma ‘cafezinho’ nada pode dizer a respeito da hierarquia entre tais restrições. Nesse sentido, a autora se apoia nos *outputs* ‘patinho’ e ‘patozinho’, que, no entanto, são ambos possíveis na

língua. Assim, se ambos são candidatos que aparecem superficializados na língua, como escolher o vencedor? Como ranquear as restrições? O ranqueamento contrário entre MaxIO e DepIO geraria também um vencedor possível no PB. Nesse sentido, a análise que estamos discutindo deixa de gerar uma das formas possíveis na língua, o que a impede de explicar a variação.

Dessa mesma maneira, voltemos ao conjunto de dados em que há redundância na informação de gênero diante do não apagamento da vogal temática:

(40) Diminutivo em formas temáticas (repetido de (32))

a. borboleta > borboletinha, borboletazinha (!)

b. pato > patinho > patozinho (!)

c. garota > garotinha, garotazinha (!)

(BISOL, 2010, p. 72)

O interessante é que essa redundância detectada também se superficializa na língua, ou seja, é preciso que candidatos como ‘borboletazinha’ ou ‘garotazinha’, em algum momento, vençam a competição e, para tanto, o ranqueamento entre DepIO e MaxIO precisaria ser rearranjado. No entanto, se assim for, candidatos como ‘borboletinha’ e ‘garotinha’ seriam eliminados.

A questão do gênero fica um pouco mais complicada quando olhamos os dados, também trazidos por Bisol (2010), em que há um desencontro entre a vogal final e o próprio gênero:

(41) Diminutivo em nomes masculinos terminados em /a/ (repetido de (33))

a. o aroma – o aromazinho

b. a contralto – a contraltozinha

c. o/a pianista – o pianistazinho/ a pianistinha

(BISOL, 2010, pg. 72)

Nesses casos, o ranqueamento proposto pela autora deveria derivar dados como ‘arominha’, ‘contraltinha’ e ‘pianistinha’, uma vez que estes violam MaxIO, enquanto os apresentados em (41) violam DepIO, mais alto na hierarquia proposta. Mais uma vez, ambos os conjuntos de dados são possíveis e, mais uma vez, as restrições precisariam de hierarquias contrárias para gerar os dados que aparecem na língua.

Outro ponto interessante é o fato de que o chamado Princípio do Contorno Obrigatório não parece de fato atuar na formação dos diminutivos, ao contrário do que aponta Bisol

(2010). Tal fato pode ser comprovado pelos dados abaixo, tirados de citações encontradas na internet:

(42) Ausência de atuação de OCP nas formas diminutivas

- a. vinhinho tão bom....agora sestinha (<http://escritonasestrelas-estrela.blogspot.com/2011/06/vinhinho-tao-bomagora-sestinha.html>)
- b. Tanto vinhinho desperdiçado (<http://partirococo.com/video/257-tanto-vinhinho-desperdicado>)
- c. vinhinho: diminutivo, masculino singular de vinho (nome) - <http://www.infopedia.pt/diciope.jsp?dicio=15&Entrada=vinhinho>

Em todos os casos acima, é preciso notar que temos *outputs* vencedores que não respeitam a restrição *Onset*.

No que diz respeito à relação entre as proparoquítonas e os diminutivos, para chegar ao *output* previsto em Bisol (2010) como vencedor, é necessário que se faça uma inversão entre MaxIO e DepIO. O que temos apontado ao longo dessa discussão é, no entanto, que a hierarquia entre tais restrições já não era muito clara, uma vez que qualquer arranjo entre elas acaba excluindo um candidato possível na língua e o mesmo acontece nos casos das proparoquítonas. Nelas, a restrição de preservação do acento também não parece ser tão alta, uma vez que formas como ‘lampadinha’ (para ‘lâmpada’) ou ‘correguinho’ (para ‘córrego’) são, sim, possíveis.

Assim, se existem tantos contextos idênticos de ocorrência em que ambos, *-inh* e *-zinh*, geram candidatos vencedores, ou seja, formas realizadas na língua, fica complicado defender que condições estruturais determinam o aparecimento da consoante /z/. Veja que se Bisol (2010) considerasse *-inh* e *-zinh* como dois morfemas diferentes, sem tentar comparar as violações que ocorrem nas formações com um ou outro elemento, seria possível prever dados como ‘patinho’ e ‘patozinho’, sem que um dos *outputs* precise vencer – ou mesmo entrar em competição com – o outro *output*. Dessa mesma maneira, o ranqueamento entre as restrições DepIO e MaxIO fica bastante incerto, uma vez que, nos casos analisados pela autora, qualquer ordenamento entre elas levaria a um *output* possível no sistema do PB. Além disso, há casos em que a própria autora precisa inverter o ranqueamento entre DepIO e MaxIO para chegar ao resultado esperado pela análise.

Enfim, é preciso notar que, ao assumir a presença de /z/ exclusivamente como recurso epentético, o ranqueamento de restrições trazidos em Bisol (2010) acaba, em muitos casos, rejeitando formas que se encontram realizadas na língua. Nesse sentido, assumir *-inh* e *-zinh*

como dois elementos diferentes pode ser um bom caminho para dar conta da variação entre eles.

6.4.2 Retomando os dados de Bisol (2010) de uma perspectiva localista

Nos capítulos anteriores propusemos uma análise sintática para os diminutivos no PB. Em especial, duas diferentes estruturas foram consideradas possíveis para a formação de diminutivos na língua (cf. (17a) e (17b) neste capítulo). As diferentes posições sintáticas assumidas pelos formadores nas estruturas propostas são capazes de explicar e de prever as diferenças de comportamento entre as formas *-inh* e *-zinh*. Algumas dessas diferenças estão sistematizadas abaixo:

- (a) Há diferenças de escopo entre os formadores *-inh* e *-zinh*. Mais especificamente, tais formadores podem predicar sobre elementos diferentes (cf. BACHRACH e WAGNER, 2007), resultando em denotações diferentes (cf. capítulo 4).
- (b) A anexação dos formadores *-inh* e *-zinh* tem consequências diferentes no que diz respeito à composicionalidade da formação (cf. capítulo 5), o que não é esperado se estamos diante de um mesmo elemento.
- (c) Há diferenças de comportamento das formas *-inh* e *-zinh* no que diz respeito às marcas de plural, que nunca aparecem antes do primeiro formador, mas são realizadas antes do segundo.
- (d) Há diferenças entre os formadores de diminutivo, no que diz respeito às relações entre eles e a vogal final que os completa. Mais especificamente, há uma clara assimetria no sentido de que *-inh* pode apresentar a mesma vogal final da forma não-diminutiva, enquanto *-zinh* invariavelmente reflete o padrão mais geral de gênero da língua. Se *-inh* e *-zinh* fossem elementos da mesma natureza, a não ser pela epêntese da consoante /z/, seria esperado que o comportamento desses formadores fosse idêntico.

Esses fatores parecem indicar que os candidatos a *ouputs* colocados em competição na proposta de Bisol (2010) são, em alguns casos, elementos com interpretações diferentes e com comportamentos morfossintáticos diferentes, o que faz deles candidatos não apropriados para fazerem parte de uma mesma competição.

A análise desenvolvida nos capítulos anteriores, que sugere que as formas *-inh* e *-zinh* ocupam posições sintáticas diferentes, estabelecendo relações estruturais localmente definidas com elementos diferentes é capaz de prever e de explicar as diferenças que uma análise globalista, como a de Bisol (2010) acaba por obscurecer. Dessa mesma forma, a análise sintaticamente construída nos capítulos anteriores desta tese é também capaz de lidar com dados que são descartados na análise da autora por conta do ranqueamento de restrições. Em muitos dos casos o ranqueamento proposto pela autora elimina candidatos que são perfeitamente possíveis na língua, e que são previstos pelo sistema proposto nesta tese.

Há que se ressaltar, no entanto, a existência de casos nos quais *-zinh* parece se comportar como *-inh*, apesar da presença da consoante /z/. Entre os casos relevantes, podemos citar os seguintes⁷:

- (i) Contextos em que não há evidência de plural antes de um formador encabeçado por /z/ (cf. *pastelzinhos* vs. *pasteizinhos*)
- (ii) Contextos nos quais *-zinh* parece desencadear interpretação não-composicional (como por exemplo em ‘cajuzinho’ com a interpretação de “um tipo de doce”)

Para esses casos, corroboramos a ideia de que /z/ é um elemento epentético. A proposta é, portanto, que a consoante /z/ tem um duplo papel, ora atuando como parte do morfema, ora atuando como elemento epentético.

6.5 Considerações finais do capítulo

Diante do efervescente debate entre modelos localistas e globalistas de análise linguística e diante da grande atenção que se tem dado aos aspectos morfofonológicos dos formadores avaliativos do PB, revisitamos, neste capítulo, análises do diminutivo

⁷ Para uma discussão a respeito do estatuto ambíguo da consoante /z/, ora como parte integrante do morfema avaliativo, ora como elemento epentético, cf. capítulo 4, seção 4.4.5.

desenvolvidas sob o escopo da Teoria da Otimidade. Tal quadro teórico é, no entanto, conflitante com os pressupostos derivacionais e localistas assumidos na tese.

Através da discussão dos trabalhos de Ferreira (2005) e Bisol (2010), abrimos as perspectivas para uma alternativa localista de análise, revisitando o conjunto de dados abordados pelos autores. De maneira geral, dentre os problemas identificados nas análises globalistas estão: (i) geração de dados não encontrados na língua; (ii) dificuldade em manter o mesmo ranqueamento de restrições para todos os casos e (iii) a hierarquia de restrições, muitas vezes, acaba por excluir dados que são encontrados no sistema da língua.

Para reanalisar os dados de base das propostas dos autores, tomamos como apoio o sistema desenvolvido nos capítulos anteriores da tese, posicionando-nos em favor de uma teoria localista de análise. O sistema derivacional que propomos nesta tese se mostrou eficiente para dar conta de uma variedade maior de casos, além de evitar os problemas detectados nas análises globalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese revisitou o fenômeno da formação de diminutivos e aumentativos no português brasileiro, com enfoque nas suas formas mais produtivas, a saber, *-inh/-zinh* e *-ã/-zã*, respectivamente. O recorte empírico sob o qual a tese se desenvolveu pode ser dividido em duas grandes linhas. A primeira delas engloba as relações estabelecidas entre morfologia avaliativa e gênero. A segunda linha do nosso recorte contempla, por sua vez, as possibilidades e impossibilidades de que as formações diminutivas e aumentativas sejam não-composicionalmente interpretadas.

Para dar conta das relações entre morfologia avaliativa e gênero, reanalisamos a tradicional divisão entre gênero e classe nominal, propondo que se tratam, na verdade, de diferentes realizações fonológicas de um mesmo núcleo sintático. Este núcleo foi identificado como uma projeção de gênero, considerada parte do conjunto de segmentos que integram a projeção estendida do nome.

A hipótese de fundo que guiou a tese é a de que as diferentes nuances na relação entre os formadores avaliativos e o núcleo de gênero revelam aspectos importantes na busca de uma estrutura morfossintática adequada para derivar cada uma das formas diminutivas e aumentativas abordadas neste trabalho.

Em linhas gerais, propomos que o diminutivo *-inh* se diferencia dos outros formadores por compartilhar com a raiz o mesmo núcleo de gênero. Mais especificamente, *-inh* se anexa à mesma projeção à de gênero responsável por categorizar a raiz. Essa estrutura se mostrou capaz de dar conta dos fatos empíricos detectados nas formações com *-inh*, incluindo a possibilidade de que a vogal final da forma diminutiva seja idêntica à vogal final da forma não-diminutiva, ainda que tal vogal seja condicionada pela raiz.

Por outro lado, a estrutura proposta para dar conta do aumentativo *-ã* apresenta dois diferentes núcleos de gênero: um que se concatena diretamente à raiz e outro que se concatena ao marcador avaliativo. A distância entre a raiz e o núcleo de gênero que segue o aumentativo dá conta do fato de que a realização fonológica da vogal final do aumentativo é completamente independente da raiz. Regras fonológicas amplamente discutidas e já bem estabelecidas na literatura são responsáveis por explicar a ausência de conteúdo fonológico do núcleo de gênero que categoriza a raiz.

No que diz respeito às construções aumentativas e diminutivas que apresentam

formadores encabeçados pela consoante *-z*, a presença de dois núcleos de gênero independentes na estrutura sintática é ainda mais clara. Isso porque a vogal que completa a raiz e a vogal que completa as formas *-zinh* e *-zã* são ambas realizadas fonologicamente na forma de *output*. As diferenças de comportamento entre o formador *-ã*, de um lado, e os formadores *-zinh* e *-zã* de outro, foram explicadas através da proposta de que o primeiro formador se anexa abaixo do núcleo de número, enquanto os dois últimos entram na estrutura depois que ela já possui um núcleo de número.

No que diz respeito ao estatuto da consoante */z/*, detectamos que ela apresenta um papel duplo. Em alguns casos, */z/* é parte constitutivas dos morfemas *-zinh/-zã*, que são morfemas independentes de suas respectivas contrapartes *inh/-ã*. Nesse sentido, eles ocupam posições estruturais diferentes, apresentam comportamentos diferentes e geram interpretações diferentes. Em outros casos, no entanto, */z/* se comporta como uma consoante epentética requerida pelos padrões fonotáticos do sistema do português brasileiro. Nesses casos, apesar da presença da consoante, os formadores de diminutivo e aumentativo apresentam exatamente o mesmo comportamento das formas encabeçadas por vogal.

A possibilidade ou a impossibilidade de que as formações resultantes da anexação do diminutivo e do aumentativo sejam não-composicionalmente interpretadas evidenciou diferenças formalmente relevante entre os formadores abordados na tese. Neste sentido, promovemos uma discussão a respeito dos mecanismos de atribuição de significado à derivação sintática, procurando abrir perspectivas que ajudem a depreender os limites estruturais que licenciam a interpretação não-composicional no domínio da formação de palavras.

Em linhas gerais, baseados em Borer (2013a, 2013b, 2014), propomos que elementos que integram a primeira projeção funcional presente na estrutura sintática sejam capazes de desencadear a leitura não-composicional. Nesse sentido, a possibilidade de interpretação não-composicional nas construções com *-inh* foi atribuída ao fato de que tal formador é interno à projeção de gênero responsável por categorizar a raiz. Tal projeção é constituída pelo primeiro segmento da projeção estendida dos nominais. Nessa posição sintática, o diminutivo é capaz de desencadear a interpretação não-composicional.

Nesse mesmo sentido, a possibilidade de interpretação não-composicional detectada nas formações com *-ã* foi explicada através da hipótese de que o núcleo de gênero interno às formações aumentativas, ou seja, o núcleo de gênero que se concatena diretamente à raiz é opcional, podendo, portanto, estar ausente da estrutura. Quando esse núcleo de gênero está

ausente, o aumentativo integra a primeira projeção funcional presente na estrutura sintática. Nessa posição sintática, o diminutivo é capaz de desencadear a interpretação não-composicional.

Já a impossibilidade de interpretação não-composicional observada nas formações diminutivas e aumentativas construídas com *-zinh* e *-zã*, foi derivada do fato de que há muito material sintático intervindo entre a posição ocupada pelos formadores *-zinh* e *-zã* e a raiz.

Diante do efervescente debate entre modelos localistas e globalistas de análise linguísticas e diante da grande atenção que se tem dados aos aspectos fonológicos dos formadores de grau no português brasileiro, revisitamos análises do diminutivo desenvolvidas sob o escopo da Teoria da Otimidade. O sistema derivacional que propomos nesta tese se mostrou eficiente para dar conta de uma variedade maior de casos, além de evitar os problemas detectados nas análises globalistas. Nesse sentido, o sistema localista que resulta desta tese, advoga em favor de uma arquitetura de gramática em que a interação entre morfologia e fonologia é localmente licenciada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACQUAVIVA, Paolo. Roots and Lexicality in Distributed Morphology. In: Alexandra Galani, Daniel Redinger and Norman Yeo (eds.). **YPL2 - Issue 10 (May 2009) Special Issue - York-Essex Morphology Meeting (YEMM)**. Fifth York-Essex Morphology Meeting (YEMM), 9th February and 10th February 2008, Department of Language and Linguistic Science, University of York, p.1-21, 2009-05.

ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. **As classes formais do português e sua constituição: um estudo à luz da teoria da morfologia distribuída**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. As Classes Formais do Português Brasileiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 5-15, 2010.

ALEXIADOU, Artemis. Inflection class, gender and DP-internal structure. In Gereon Müller, Lutz Gunkel, and Gisela Zifonun (eds.). **Explorations in Nominal Inflection**. Berlin: Mouton. 21-50, 2004.

ALEXIADOU, Artemis; MÜLLER, Gereon. **Class Features as Probes**. Ms. Universität Leipzig / Universität Stuttgart, 2005. Available online at <http://www.uni-leipzig.de/~muellerg/mu55.pdf>.

ALLEN JR., Joseph H.D. Portuguese Word-formation with Suffixes. Baltimore, Linguistic Society of América. **Separata de Language**, 17 (2): 3-143, 1941.

ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SAMIOTI, Yota. Domains within words and their meanings: A case study. In: **The Syntax of Roots and the Roots of Syntax**, edited by Artemis Alexiadou, Hagit Borer, and Florian Schäfer. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ARAD, Maya. Locality Constraints on the Interpretation of Roots: the Case of Hebrew Denominal Verbs. **Natural Language and Linguistics Theory**, v. 21, p. 737-778, 2003.

_____. **Roots and Patterns: Hebrew Morpho-syntax**. Dordrecht: Springer, 2005.

ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. Sobre a interação entre as marcas de diminutivo e aumentativo no português brasileiro. **ReVEL**, edição especial n. 5, 2011.

_____. Classifying Nominals in Brazilian Portuguese. In: **Complex Visible Out There: Language, Use and Linguistic Structure**. Edited by Ludmila Veselovská and Markéta Janebová. Olomouc Modern Languages Series, vol. 4, p. 67-82, 2014.

_____. The non-compositional domain: diminutives and augmentatives in Brazilian Portuguese. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 43 (1): p. 395-410, 2014.

ARONOFF, Mark. **Word-Formation in Generative Grammar**. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

_____. **Morphology by itself: stems and inflectional classes** (Linguistic Inquiry Monograph 22). Cambridge, MA: The MIT Press, 1994.

BACHRACH, Asaf; WAGNER, Michael. Syntactically Driven Cyclicity vs. Output- Output Correspondence: The Case of Adjunction in Diminutive Morphology. **U. Penn Working Papers in Linguistics**, Volume 10.1, 2007.

BASÍLIO, Margarida. **Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil**. 2ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BAKER, Mark C. **Lexical Categories**. Verbs, Nouns, and adjectives. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

BAUER, Laurie. Evaluative morphology: in search of universals, in: **Studies in Language** 21.3, 533-575, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BÉJAR, Susana. **Phi-Syntax: a Theory of Agreement**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Toronto, Toronto, 2003.

BENUA, Laura. 1995. Identity effects in morphological truncation. In J. Beckman, L. WalshDickey & S. Urbanczyk (eds.). University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics: Papers in Optimality Theory, 77–136. Amherst: GLSA.

BERMÚDEZ-OTERO, Ricardo, Against nominal class features in Spanish. **Workshop on Theoretical Morphology 2**, Universität Leipzig, 17 June 2006. Handout available at www.bermudez-otero.com/WOTM2.pdf.

_____. A Tutorial on Lexical Classes. Handout distributed at the **3rd Network Meeting and Workshop on Theoretical Morphology**, Großbothen, June 19–21, 2008.

_____. The Spanish Lexicon Stores Stems with Theme Vowels, Not Roots with Inflectional Class Features. Draft Version of 11 September 2012 [published in **Probus** 25 (1): 3–103, 2013.

BERNSTEIN, Judy. **Topics in the syntax of nominal structure across Romance and Germanic languages**. Doctoral dissertation, City University of New York, 1993.

BISOL, Leda. **O Acento: duas alternativas de análise**. MS. Porto Alegre: UFRGS/PUCRS, 1992.

_____. O Diminutivo e suas Demandas. **DELTA**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 59-85, 2010. Available online at http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502010000100003.

BORER, Hagit. Exo-skeletal vs. Endo-skeletal explanations: syntactic projections and the lexicon', in Moore, J. and M. Polinsky (eds.) **The Nature of Explanation in Linguistic Theory**. Chicago: University of Chicago Press (CSLI), 31–67, 2003.

_____. The grammar machine, in Alexiadou, Artemis, Elena Anagnostopoulou, and Martin Everaert (eds.) **The Unaccusativity Puzzle**. Oxford: Oxford University Press, 288–331, 2004.

_____. **In Name Only: Structuring Sense**, Vol. I. Oxford: Oxford University, 2005a. Press.

_____. **The Normal Course of Events: Structuring Sense**, Vol. II. Oxford: Oxford University Press, 2005b.

_____. **Taking Form: Structuring Sense**, Vol. III. Oxford: Oxford University Press, 2013a.

_____. The syntactic domain of Content, in Becker, M., J. Grinstead, and J. Rothman (eds.) **Generative Linguistics and Acquisition: Studies in Honor of Nina Hyams**. Amsterdam: John Benjamins, 205–48, 2013b.

_____. Derived nominal and the domain of Content. **Lingua**, vol.141, p. 71-96, 2014.

_____. The category of roots. In Alexiadou, Artemis; Borer, Hagit; Schaffer, Florian (eds.). **The Syntax of Roots and the Roots of Syntax**. Oxford: OUP Press. 2014.

BURZIO, Luigi. Surface constraints versus underlying representations. In J. Durand & B. Laks (eds.) **Current trends in phonology: Models and methods**. CNRS, Paris X and University of Salford, 1996.

BYBEE, Joan. **Morphology: the relations between meaning and form**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1985.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Considerações sobre o gênero em português. **Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada**, v. I (2), p. 1-9, 1966.

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CARVALHO, Nildemir Ferreira de. A Natureza do gênero em português. **Alfa**, São Paulo, 33, p. 55- 88, 1989.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (eds.) **Readings in English Transformational Grammar**. Waltham, MA: Ginn and Company, p. 184-221, 1970.

_____. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris Publications, 1981.

_____. (1993). A Minimalist Program for linguistic theory, in Hale, K. and S. J. Keyser (eds.) **The View from Building 20**. Cambridge, MA: MIT Press, 1–52.

_____. Bare phrase structure. In Webelhuth, G. (ed.) **Government and Binding Theory and the Minimalist Program**. Cambridge, MA: Basil Blackwell, 383–440, 1995a.

_____. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995b.

_____. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (eds.). **Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor to Howard Lasnik**. Cambridge, MA: MIT Press, p. 89-156, 2000.

_____. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.) **Ken Hale: A life in language**. Cambridge, MA: MIT, p. 1-52, 2001.

_____. Beyond Explanation Adequacy. In: BELLETTI, A. (ed.) **Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures** Vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 104–31, 2004.

_____. Three Factors in Language Design. **Linguistic Inquiry**, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2005.

_____. Problems of Projection. **Lingua**, v. 130, p. 33-49. 2013.

DE BELDER, Marijke. Roots and Affixes: Eliminating Lexical Categories from Syntax. Doctoral dissertation, Utrecht University/UiL-OTS & HUBrussel/CRISSP, 2011.

DE BELDER, Marijke; FAUST, Noam; LAMPITELLI, Nicola. On a derivational and an inflectional diminutive. **North East Linguistic Society 40 (NELS 40)**, Cambridge, Massachusetts (MIT), November 13-15, 2009.

_____. On a low and a high diminutive. In Alexiadou, Artemis; Borer, Hagit; Schaffer, Florian (eds.). **The Syntax of Roots and the Roots of Syntax**. Oxford: OUP Press. 2014.

DE BELDER, Marijke; VAN CRAENENBROECK, Jeroen. **How to merge a root**. MS, HU Brussels and Utrecht University, 2011.

DI SCIULLO, Anna Maria.; WILLIAMS, Edwin. **On the Definition of Word**. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

DRESSLER, Wolfgang U; THORNTON, Anna M. Italian nominal inflection. *Wiener Linguistische Gazette* 57- 59: 1-26, 1996.

EMBICK, David. **Voice and the Interfaces of Syntax**. Doctoral dissertation, University of Pennsylvania, 1997.

_____. Linearization and Local Dislocation: derivational mechanisms and interactions. **Linguistic Analysis**, v.33, p. 303-336, 2007.

_____. **Localism versus Globalism in Morphology and Phonology**. Cambridge: MIT Press, 2010.

_____. Roots and features (an acategorial postscript). **Theoretical Linguistics**, v. 38, n1-2, p. 73-89, 2012.

EMBICK, David; HALLE, Morris. On the Status of Stems in Morphological Theory. In **Romance Languages and Linguistic Theory, 2003: Selected Papers from Going Romance, 2003**. Edited by Twan Geerts, Ivo van Ginneken, and Haike Jacobs, 37–62. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

EMBICK, David; ROLF, Noyer. Movement operations after syntax. **Linguistic Inquiry**, v.32, n.4, p.555-595, 2001.

_____. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: RAMCHAND, Gilliam; REISS, Charles (eds). **The Oxford handbook of Linguistics Interfaces**. Oxford: Oxford University Press, p. 298-324, 2007.

EMBICK, David; MARANTZ, Alec. Architecture and Blocking. **Linguistic Inquiry**, v. 39, n. 1, p.1- 52, 2008.

FERRARI, Franca. **A syntactic analysis of the nominal systems of Italian and Luganda: how nouns can be formed in the Syntax**. Ph.D. dissertation, New York University, 2005.

FERREIRA, Marcelo. Diminutives in Brazilian Portuguese and Output-Output Correspondence. In: **Theoretical and Experimental Approaches to Romance Linguistics**. Selected papers from the 34th Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL), Salt Lake City, 2004. Edited by Randall Gess and Edward J. Rubin. NewYok: John Benjamin Publishing Company, p.109-123, 2005.

FREITAS, Myrian Azevedo de; BARBOSA; Maria Fernanda M. A alternância do diminutivo -inho/-zinho no português brasileiro: um enfoque variacionista. **Alfa: Revista de Linguística**, vol. 57, n. 2, 2013.

FUCHS, Zuzanna; POLINSKY, Maria; SCONTRAS, Gregory. The Differential Representation of Number and Gender in Spanish. Paper presented at the 37th **GLOW**. Brussels, 2014.

GALANI, Alexandra. An analysis of theme vowels in Modern Greek within Distributed Morphology. **Interlingüística** 14: 399-412, 2003.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português**. São Paulo: Contexto, 2011.

GRANDI, Nicola. **Morfologie in contatto: Le costruzioni valutative nelle lingue del Mediterraneo**. Milano: Franco Angeli, 2002.

GUGLIELMO, Cinque. **The Syntax of Adjectives**. A Comparative Study. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

GUIMARÃES, Maximiliano; MENDES, Gesoel. Hipotetizandinho acerca do caráter infixal do morfema de diminutivo no PB. Handout apresentado no evento **Tardes de Linguística na USP**, realizado na Universidade de São Paulo, 2010.

GRIMSHAW, Jane. **Extended Projections**. MS, Brandeis University, 1991.

HAEGEMAN, Liliane. **Gender and word markers in West Flemish**. Ms., University of Lille, 1998.

HALLE, Morris. Prolegomena to a theory of word-formation. **Linguistic Inquiry**, v. 4, n. 1, p. 3-16, 1973.

_____. Distributed morphology: Impoverishment and fission. **MIT Working Papers in Linguistics 30: papers at the interface**, edited by Benjamin Bruening, Yoonjung Kang and Martha McGinnis. MITWPL, Cambridge p. 425-449, 1997.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.). **The view from Building 20**. Cambridge, MA: MIT Press, p. 111-176, 1993.

_____. Some key-features on Distributed Morphology. **MIT Working Papers in Linguistics 21. Papers on Phonology and Morphology**, p. 111-176, 1994.

HALLE, Morris; VERGNAUD, Jean Roger. **An essay on stress**. Cambridge: MIT Press, 1987.

HARLEY, Heidi. On the identity of roots. **Theoretical Linguistics**, vol. 40, Issue 3-4, 2014.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. State-of-the-article: Distributed Morphology. **Glott International**, v. 4, n. 4, p. 3 -9, 1999.

_____. Formal versus encyclopedic properties of vocabulary: evidence from nominalizations. In: PEETERS, B. **The lexicon-encyclopedia interface**, 2000.

HARRIS, James W. Spanish word markers. In: Nuessel Jr., F. (ed.), **Current Issues in**

Hispanic Phonology and Morphology, p. 34-54. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1985.

_____. The Exponence of Gender in Spanish. **Linguistic Inquiry** 22: 27–62, 1991a.

_____. The form classes of Spanish substantives. *Morphology Yearbook*, 1, p. 65-88, 1991b.

_____. 1999. Nasal Depalatalization No, Morphological Well-formedness Sí: The Structure of Spanish Word Classes. In: **Papers on Morphology and Syntax: Cycle One**, edited by Karlos Arregi, Benjamin Bruening, Cornella Krause, and Vivian Lin, 47–82. Cambridge, MA: MIT.

HORNSTEIN, N.; NUNES, J. Adjunction, Labeling and Bare Phrase Structure. **Biolinguistics**, v. 2, n. 1, 2008, p. 57-86.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva (CD-ROM), 2007.

INFANTE, Nicolas. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 1995.

INKELAS, Sharon. **Prosodic Constituency in the Lexicon**. Doctoral Dissertation. Stanford University. Stanford, 1989.

_____. Deriving Cyclicity. In: HARGUS, Sharon; KAISSE, Ellen (eds.) **Studies in Lexical Phonology: Lexical Phonology**. Academic Press. San Diego, 1993.

KATAMBA, Francis. **Morphology**. Londres: The Macmillan Press, 1993.

KIHM, Alain. Noun class, gender and the lexicon-syntax-morphology interfaces: a comparative study of Niger-Congo and Romance languages. In Guglielmo Cinque and Richard S. Kayne (eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Syntax**. Oxford: OUP. 459-512, 2005.

KIPARSKY, Paul. Word-Formation and the Lexicon. In: INGEMANN, F. (ed.) **Proceedings of the Mid-America Linguistics Conference**. Lawrence, KA, 1982.

KRAMER, Ruth. The morphosyntax of gender: evidence from Amharic. Handout presented at the Yale Colloquium, 2011.

LAZZARINI-CYRINO, João Paulo; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai; MINUSSI, Rafael Dias. Sobre o Conhecimento Enciclopédico de Gênero. In: **Cadernos do NEMP**, Vol. 4 - n. 4 - 2013 - Textos Seleccionados do II Colóquio Brasileiro de Morfologia, organizado por Maria Lucia Leitão de Almeida e Janderson Lemos de Souza. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

LEE, Seung-Hwa. Fonologia Lexical do Português, em: **Cadernos de Estudos Linguísticos** 23, Campinas: Unicamp - IEL, 1992.

_____. **Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil**. Tese de Doutorado Unicamp - IEL Campinas, 1995.

_____. Sobre a formação de diminutivo do português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, v.8, n.1, 1999.

Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2303>

LEITE, Yonne de Freitas. **Portuguese Stress and Related Rules**. Tese de Doutorado. Universidade do Texas, 1974.

LEMLE, Miriam. Aspectos arbitrários e composicional na morfologia derivacional. Apresentação no **II Colóquio Brasileiro de Morfologia**. UFRJ, 2013.

LIEBER, Rochelle. **Deconstructing morphology**: Word formation in syntactic theory. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

LOWENSTAMM, Jean. On little n, $\sqrt{\text{ }}$, and types of nouns. In Jutta Hartmann, Veronika Hegedűs, and Henk van Rimesdijk (eds). **Sounds of Silence**: Empty Elements in Syntax and Phonology. Amsterdam: Elsevier. 105-144, 2007.

_____. **Derivational affixes as roots (Phrasal spellout meets English stress shift)**. CNRS. Manuscrito. 2010.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. Rio de Janeiro: Globo, 1974.

MAIA, Eleonora Albano da Mota. Hierarquia de Constituintes em Fonologia. In: Anais do V encontro Nacional de Linguística, p. 260-289. PUC/Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1981.

MAJOR, Roy C. Stress and Rhythm in Brazilian Portuguese. **Language**, 61 (1): 259-282.

MCCARTHY, John; PRINCE, Alan. Faithfulness and reduplicative identity. In Jill Beckman, Suzanne Urbanczyk, and Laura Walsh Dickey, eds., **Papers in Optimality Theory**, 249–384. University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics 18. Amherst: University of Massachusetts, Graduate Linguistic Student Association, 1995.

MAGALHÃES, Telma. M. V. A valoração de traços de concordância dentro do DP. DELTA, São Paulo, v.20, n.1, 2004.

Available online at http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000100007&lng=en&nrm=iso.

MARANTZ, Alec. Clitics, Morphological Merger, and the mapping to phonological structure. In **Theoretical morphology**, ed. Michael Hammond and Michael Noonan, 253–270. San Diego, Calif.: Academic Press, 1988.

_____. **Cat as a phrasal idiom**. Manuscrito.MIT, 1996.

_____. No Escape from Syntax: Don't try Morphological Analysis in the privacy of your own Lexicon. In: DIMITRIADIS, Alexis; SIEGEL, Laura; SUREK-CLARK, Clarissa; WILLIAMS, Alexander. Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium. Philadelphia: UPenn Working Papers in Linguistics, p. 201-225, 1997.

_____. **Words and Things**. Manuscrito. NYU, 2001.

_____. **Objects out of the lexicon**. Manuscrito. MIT, 2005.

_____. **Phases and words**. Manuscrito. NYU, 2007.

_____. Locality Domains for Contextual Allomorphy across the Interfaces. In: MATUSHANSKY, O.; MARANTZ, A. (Orgs.) **Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle**. Cambridge Mass: MIT Press, p. 95-116, 2013.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. A molecada se empanturrou de bananada: considerações sobre as nominalizações em –ada não eventivas. **ReVEL**, v. 7, n. 12, 2009. p. 1-26. [www.revel.inf.br].

_____. Sobre Aumentativos de Verbos. **ReVEL**, v. 13, n. 24, 2015, p. 198-221.

MENUZZI, Sérgio. **On the prosody of the diminutive alternation -inho/-zinho in Brazilian Portuguese**. Manuscrito. Hil/University of Leiden, 1993.

MINUSSI, Rafael Dias. **Os sabores do nome: um estudo sobre a seleção de argumentos e as nominalizações do hebraico**. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – USP, São Paulo, 2012.

MORENO, Cláudio. **Os Diminutivos em -inho e -zinho e a Delimitação do Vocabulo Nominal no Português**. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 1977.

_____. **Morfologia nominal do português: um estudo de fonologia lexical**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

MÜLLER, Gereon. On Decomposing Inflection Class Features: Syncretism in Russian Noun Inflection. In: GUNKEL, L.; MÜLLER, G.; ZIFONUN, G. (eds.) **Explorations in Nominal Inflection**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002.

MÜLLER, Gereon, GUNKEL, Lutz; ZIFONUN, Gisela (eds). **Explorations in nominal inflection**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

NASCIMENTO, Mauro José Rocha do. **Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções**. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

OLTRA-MASSUET, Isabel. **On the notion of theme vowel: a new approach to Catalan verbal Morphology**. Master Thesis. MIT, Cambridge, 1999.

PESETSKY, David; TORREGO, Esther. Probes, Goals and Syntactic Categories. In: Yukio Otsu (ed.). **Proceedings of the Seventh Tokyo Conference on Psycholinguistics**. Keio University, Japan, 2006.

_____. The syntax of valuation and interpretability of features. In: KARIMI, S.; SAMIIAN, V.; WILKINS, W. (eds.) *Phrasal and clausal architecture*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2007, p. 262-294.

PICALLO, M. Carme. Nominals and nominalization in Catalan. **Probus**. Volume 3, Issue 3, Pages 279–316, 1991.

_____. **On Gender and Number**. Ms. Universitat Autònoma de Barcelona, 2007. Available online at <http://filcat.uab.cat/clt/publicacions/reports/pdf/ GGT-07-08.pdf>.

_____. Gender and number in Romance. **Lingue e Linguaggio** 7. p. 47-66, 2008.

PIZA, Mônica Toledo. **Gênero, número e grau no *continuum* Flexão/Derivação em português**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

PRINCE, Alan; SMOLENSKY, Paul. Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar. Technical Report 2, Center for Cognitive Science, Rutgers University, 1993.

RAPPAPORT HOVAV, Malka; LEVIN, Beth. Building Verb Meanings. In: M. Butt and W. Geuder (eds.), **The Projection of Arguments**, CSLI Publications, Stanford, CA, 97-134, 1998.

RIJKHOFF, Jan. **The Noun Phrase**, Oxford Oxford University Press, 2004.

RITTER, Elizabeth. Where's gender? **Linguistic Inquiry** 24:795–803, 1993.

ROCA, I. M. 1989. **The organisation of grammatical gender**. Transactions of the Philological Society 87: 1-32.

ROCHA, Luís Carlos. **Flexão e Derivação**. Belo Horizonte: UFMG, 1994.

_____. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ROSA, Maria Carlota. **Formação de nomes aumentativos**: estudo da produtividade de alguns sufixos portugueses. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Introdução à Morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

SANDMANN, Antônio José. **Formação de palavras no português contemporâneo brasileiro**. Curitiba: Sciencia & Labor, 1989.

SAID ALI, Manuel **Gramática histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo, Melhoramentos, 1964.

SIDDIQI, Daniel. **Syntax within the word**: economy, allomorphy, and argument selection in Distributed Morphology. [Linguistik Aktuell/Linguistics Today 138]. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

SCALISE, Sergio. The notion of 'head' in morphology. In Booij, G. van Marle, J. (eds.), **Year book of morphology**, vol. 1. Dordrecht: Foris, p. 229-245, 1988.

SPENCER, Andrew. *Morphological Theory: An Introduction to Word Structure in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell, 1991.

_____. Nominal inflection and the nature of functional categories. **Journal of Linguistics**, 28, p. 313-341, 1992.

STUMP, Gregory. How peculiar is evaluative morphology? **Journal of Linguistics**, 29, 1-36. Great Britain: Cambridge University Press, 1993.

VILALVA, Alina. **Estruturas Morfológicas: Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

XIMENES, Cristina. **Diphthong formation in Brazilian Portuguese and its interaction with plural and diminutive morphemes**. Ms. MIT, 2006.

WETZELS, W. Leo. Contrastive and Allophonic Properties of Brazilian Portuguese Vowels. In: Wanner, Dieter and Douglas A. Kibbee (eds.), **New Analyses in Romance Linguistics: Selected papers from the Linguistic Symposium on Romance Languages XVIII**, Urbana-Champaign, April 7-9, 1988. 1991a.

_____. Harmonização Vocálica, Truncamento, Abaixamento e Neutralização no Sistema Verbal do Português: Uma Análise Auto-Segmental. **Cardernos de Estudos Linguísticos**, v.21. Unicamp, Campinas, 1991b.

_____. Mid Vowels Neutralization in Brazilian Portuguese. **Cadernos Estudos Linguísticos**, v. 22. Unicamp, Campinas. 1992.

WILLIAMS, Edwin. On the notions 'Lexically Related' and 'Head of a Word'. In: **Linguistic Inquiry** vol.12, n.2, p. 245-274, 1981.

WILTCHKO, Martina; STERIOPOLO, Olga. Parameters of variation in the syntax of diminutives. In Milica Radisic (Ed.), **Proceedings of the 2007 Canadian Linguistics Association Annual Conference**, 2007. Available online at www.chass.utoronto.ca/~cla-acl/actes2007/Wiltschko_Steriopolo.pdf.